

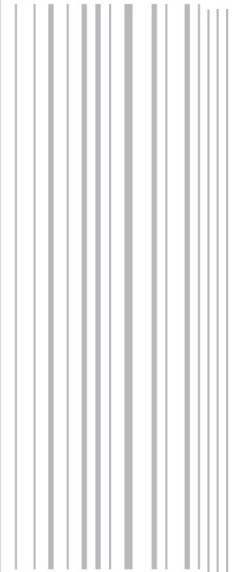


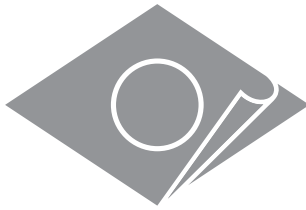
*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XIX nº 1

jan.jun 2016





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Conselho de Representantes

Região Norte: 1º Titular – Siméia de Nazeré Lopes; 2º Titular – Fábio Carlos da Silva; Suplente

Região Centro-Oeste: 1º Titular – Hamilton Afonso de Oliveira; 2º Titular – Paulo Roberto Cimó de Queiroz; Suplente – Teresa Cristina de Novaes Marques

Região Nordeste: 1º. Titular – João Rodrigues Neto; 2º. Titular – Ana Paula Sobreira Bezerra, Suplente

Região Sudeste: 1º. Titular – Carlos Eduardo Suprinyak; 2º. Titular – Rita de Cássia da Silva Almico; Suplente – Rogério Naques Faleiros

Região São Paulo: 1º. Titular – Fábio Alexandre dos Santos; 2º. Titular – Cláudia Heller; Suplente – Fábio Antonio Campos

Região Sul: 1º. Titular – Maria Heloisa Lenz; 2º. Titular – Alcides Goularti Filho; Suplente – Ary César Minella

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Tamás Szmrecsányi (1995-1997) †, Luiz Carlos Soares (1997-1999), Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando Dalla Costa (2011-2013)

Diretoria (2013-2015)

Presidente: Angelo Alves Carrara – UFJF

Vice-Presidente: Alexandre Macchione Saes – USP

Primeiro Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi – UNIFAL

Segundo Secretário: Felipe Pereira Loureiro – USP

Primeiro Tesoureiro: Afonso Alencastro de Graça Filho – UFSJ

Segundo Tesoureiro: Cláudia Tessari – UNIFESP

Capa: Mangá Ilustração e Design Gráfico

Editoração eletrônica: Eva Maria

Revisão de texto: Vilma Aparecida Albino

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
Otávio Erbereli Júnior
- 9** **A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo e a escrita da história econômica de Alice Piffer Canabrava**
Emmanuel Boff
Conrado Krivochein
- 41** **O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em história do pensamento econômico e metodologia nos congressos da SEP e ANPEC entre 2004 e 2014**
Luciana Suarez Lopes
- 59** **A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900**
Daniel de Pinho Barreiros
- 95** **O fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e a imigração asiática (década de 1890)**
Ivan Colangelo Salomão
- 127** **Heterodoxia e industrialização na belle époque do liberalismo brasileiro: o pensamento econômico de Amaro Cavalcanti**
Renata Bianconi
- 155** **Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado**
Rodrigo Straessli Pinto Franklin
- 189** **Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?**
Ricardo José dos Santos
Ana Paula Macedo de Avellar
- 221** **Da criação do Conselho Nacional do Petróleo à Política de Conteúdo Local: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo e gás natural no Brasil**
Armando Dalla Costa
- 249** **Werner Baer, a economia e os economistas brasileiros**

SUMMARY

- 5** *Presentation*
Otávio Erbereli Júnior
- 9** *The Faculty of Management and Economic Sciences of the University of São Paulo and Alice Piffer Canabrava's writing of economic history*
Emmanoel Boff
Conrado Krivochein
- 41** *What do thinkers of economics think in Brazil? An empirical study about the production in the history of economic thought and methodology at the SEP and ANPEC congresses between 2004 and 2014*
Luciana Suarez Lopes
- 59** *The economy and the allocation of gross wealth in Ribeirão Preto, 1889-1900*
Daniel de Pinho Barreiros
- 95** *The failure of wage labor in the agriculture of Rio de Janeiro: diplomacy, capitalism and the Asian immigration (decade of 1890)*
Ivan Colangelo Salomão
- 127** *Heterodoxy and industrialization in the belle époque of the Brazilian liberalism: the economic thought of Amaro Cavalcanti*
Renata Bianconi
- 155** *Stagnation in Latin America and the Brazilian development strategy: analysis of the early years of Celso Furtado's exile*
Rodrigo Straessli Pinto Franklin
- 189** *Would be Fernando Henrique Cardoso a Weberian?*
Ricardo José dos Santos
Ana Paula Macedo de Avellar
- 221** *From the creation of the National Petroleum Council to the Local Content Politics: the historical path of the policies for the oil and gas industry in Brazil*
Armando Dalla Costa
- 249** *Werner Baer, the economy and the Brazilian economists*

apresentação

presentation

A edição atual da *História Econômica & História de Empresas* vem a luz com nove artigos escritos por especialistas de diferentes áreas da história econômica e da história do pensamento econômico. Para a realização dessa edição contamos com a colaboração valiosa de vários autores, editores, avaliadores, revisores e diagramadores. A todos eles agradecemos a paciência, competência e seriedade na realização de todas as etapas desse trabalho, garantindo à revista uma posição única na publicação de temas de história econômica no Brasil e com destaque também na América Latina.

O artigo “A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo e a escrita da história econômica de Alice Piffer Canabrava”, de Otávio Erbereli Júnior, procura compreender a delicada inserção da famosa historiadora econômica no quadro universitário paulista da época, permitindo que ela se tornasse a primeira catedrática da Universidade de São Paulo. Pelo estudo do concurso para a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, o autor detém-se na análise minuciosa da defesa da tese da historiadora *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)*, destacando as observações da banca participante, especialmente Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Hugon. De forma mais ampla, o artigo contribui para uma perspectiva de gênero no estudo da formação da historiografia econômica brasileira ao abordar um momento singular da trajetória de Canabrava.

No artigo “O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em história do pensamento econômico e metodologia nos congressos da SEP e ANPEC entre 2004 e 2014”, Emmanoel Boff e Conrado Krivochein apresentam uma avaliação quantitativa da produção acadêmica das áreas de história do pensamento econômico e metodologia nos dois congressos importantes no cenário nacional, destacando a permeabilidade da fronteira entre esses

dois campos de estudos e outras subáreas da economia. Além de contribuir para uma melhor compreensão do cenário atual, os autores mostram as diferenças entre os congressos na permeabilidade das outras subáreas, apontando uma polarização entre uma concepção mais *soft science* (congresso da SEP) e outra mais *hard science* da economia (congresso da ANPEC).

Os três próximos artigos tratam da história econômica e da história do pensamento econômico brasileiro da I República, concentrando-se na última década do século XIX. O artigo de Luciana Suarez Lopes “A economia e alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900” aprofunda a análise da riqueza surgida na cafeicultura paulista pelo estudo do caso de Ribeirão Preto. Assim como o estudo seminal de Zélia Maria Cardoso de Mello para a capital paulistana, Lopes recorre a uma ampla amostra de inventários *post-mortem*, fonte primária clássica e amplamente utilizada pela historiografia econômica brasileira das últimas décadas. Consoante às interpretações gerais da economia mercantil cafeeira, Lopes aponta o rápido crescimento do número de cafezais nas riquezas inventariadas, bem como a diversificação do emprego do capital em terras, imóveis, ativos, dinheiro, animais etc. A autora também analisa as dívidas ativas e passivas dos inventários, compondo um quadro bastante detalhado de Ribeirão Preto naquela época.

Nem todas as regiões cafeiculturas assistiram a um progresso econômico continuado. O artigo de Daniel de Pinho Barreiros, “O fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e imigração asiática (década de 1890)”, aponta os percalços enfrentados pelo governo estadual fluminense para lidar com a escassez de mão de obra. O autor destaca o debate e a política de imigração de trabalhadores chineses, posteriormente malograda, na qual se mantivera intocada a estrutura baseada na agricultura mercantil e no latifúndio. Por outro lado, segundo o autor, a possibilidade de evasão dos trabalhadores, escapando das relações assalariadas capitalistas, explicava-se pela presença de uma fronteira agrícola aberta. Deve-se ressaltar a busca do autor em realizar um diálogo mais amplo entre a problemática fluminense e o debate sobre a formação do capitalismo nas obras clássicas de Maurice Dobb, Barrington Moore Jr. e Robert Brenner. Além disso, o autor traz elementos de história global ao focalizar a importância da atuação dos agentes estrangeiros na moldagem da política imigratória brasileira.

O artigo de Ivan Salomão, “Heterodoxia e industrialização na *belle époque* do liberalismo brasileiro: o pensamento econômico de Amaro Cavalcanti”, apresenta uma contribuição relevante à história do pensamento econômico brasileiro pelo estudo das ideias do jurista potiguar Amaro Cavalcanti. Defensor da indústria nacional e antecessor dos próceres das políticas desenvolvimentistas, Cavalcanti propunha uma política alfandegária protecionista, até o fortalecimento do elemento nacional, e uma política monetária papelista, libertando o país das amarras do padrão-ouro, como alavancas necessárias ao fomento da produção fabril brasileira. Além disso, o autor procura destacar a coerência de Cavalcanti em suas diferentes obras. O estudo é uma boa amostra da seara frutífera representada pelo campo de pesquisas sobre o pensamento econômico na I República.

Adentrando no terceiro quartel do século XX, os dois artigos seguintes analisam sob prismas diferentes as obras de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso. O artigo de Renata Bianconi, “Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado”, concentra-se na produção do economista exilado do período pós-1964 e dos anos 70. Acompanhando a peregrinação acadêmica e profissional de Furtado pelo Chile, Estados Unidos e França, a autora realiza uma abordagem muito precisa e bem fundamentada dos novos problemas e das novas abordagens propostas por Furtado para a compreensão das relações de dependência e da reprodução do subdesenvolvimento. Nesse período crucial, as obras de Furtado destacam tanto o cambiante plano internacional, com as novas demandas tecnológicas e com a expansão das empresas multinacionais, quanto as dimensões internas às economias periféricas, sobretudo a reprodução dos padrões de consumo dos países avançados.

O artigo de Rodrigo Franklin, “Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?”, procura realizar uma avaliação global das influências weberianas e marxistas das obras de Cardoso (e Enzo Faletto) produzidas nas décadas de 1970 e 1980. O autor dialoga com as interpretações recentes de Nildo Ouriques e de Ivan Cotrim, defensores de um Cardoso weberiano. Franklin alinha-se aos autores que propõem a visão de um Cardoso marxista, ainda que ecleticamente permeado das influências da obra de Weber e de outros autores. A proximidade com o método marxista do materialismo histórico é o principal argumento utilizado por

Franklin para defender o alinhamento de Cardoso com Marx. Essa afinidade não se constitui em uma preferência política marxista, aspecto admitido pelo próprio Cardoso nas entrevistas citadas por Franklin.

O último artigo dessa edição, “Da criação do Conselho Nacional do Petróleo à Política de Conteúdo Local: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo e gás natural no Brasil”, de autoria de Ricardo José dos Santos e Ana Paula Macedo de Avellar, analisa a história das políticas para a indústria de petróleo e gás natural no Brasil. Tratando de um largo período de tempo (de 1938 aos anos 2000), os autores desenvolvem um amplo panorama das alterações institucionais e das políticas públicas que afetaram um setor crucial para o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, ao aprofundar a compreensão de uma indústria específica, os autores conseguem percorrer as transformações das políticas desenvolvimentistas para um modelo liberal ao longo do século XX e início do século XXI. Além disso, destacam o papel fundamental do Estado em diversos momentos, setores e elos da cadeia da indústria, inclusive no período mais recente, que tende a se estruturar em um formato de mercado aberto.

Por fim, apresentamos uma pequena homenagem ao professor Werner Baer, escrita por Armando Dalla Costa, que nos apresenta de forma muito pessoal a trajetória do destacado *scholar* e brasileiro no campo de estudos da história econômica brasileira, especialmente na compreensão das vicissitudes da industrialização no país. Agradecemos ao professor Armando Dalla Costa a escrita do texto e lamentamos a perda de um importante estudioso do país, cientes de que suas obras sempre serão lidas e apreciadas por novos pesquisadores e estudantes que se debruçarem sobre a história da economia brasileira.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial

a faculdade de ciências econômicas e administrativas da universidade de são paulo e a escrita da história econômica de alice piffer canabrava*

the faculty of management and economic sciences of the university of são paulo and alice piffer canabrava's writing of economic history

Otávio Erbereli Júnior**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste artigo buscamos compreender alguns aspectos metodológicos da escrita da história econômica de Alice Piffer Canabrava (1911-2003) em um momento-chave de sua trajetória: a conquista da cadeira de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP). Para tanto, examinamos sua tese de cátedra com o fito de explicitarmos suas escolhas quanto a temática, fontes, referências bibliográficas, procedimentos metodológicos e noções de temporalidade, à luz das concepções de alguns membros da banca examinadora: Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Huguon.

Palavras-chave: Alice Piffer Canabrava. FCEA-USP. História econômica. História intelectual. Historiografia brasileira.

ABSTRACT

In this article we try to understand some methodological aspects of Alice Piffer Canabrava's (1911-2003) economic history writing in a key-moment of her trajectory: the conquer of the Economic History subject of the Faculty of Economic and Administrative Sciences (FCEA) of University of São Paulo (USP). To this end, we examine her professorship thesis with the aim of expliciting her choices on the subjects', sources, references, methodological procedures and temporality notions in light of the views of some members of the examination board: Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda and Paul Huguon.

Keywords: Alice Piffer Canabrava. FCEA-USP. Economic history. Intellectual history. Brazilian historiography.

* Agradecimento aos pareceristas e ao editor pelos comentários e sugestões que ajudaram a tornar o texto mais claro e coeso. Este artigo baseia-se no segundo capítulo de minha dissertação "A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)", defendida em Julho de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da UNESP/Assis sob orientação da Profª. Dra. Karina Anhezini.

Submetido: 19 de agosto de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016

** Doutorando em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES. E-mail: oerberelijr@usp.br.

Introdução

A imagem do historiador, divulgada nas caricaturas de Capistrano de Abreu, falecido em 1924 – um estudioso arcado pelo peso dos anos, as lentes grossas a denunciar-lhe a miopia, os olhos sempre voltados para os velhos papéis, indiferente ao mundo que o cerca – é um esteriótipo [sic] inteiramente falso. (Canabrava, 2005, p. 273)

Alice Piffer Canabrava formou-se na Escola Normal Caetano de Campos na Praça da República em São Paulo em 1930, tendo recebido o diploma de “habilitação para o magistério público em São Paulo” (Canabrava, 1946, p. 1) e o Prêmio Barão do Rio Branco para o aluno com as maiores notas em história e geografia no decorrer dos cinco anos de curso. Foi professora do curso primário entre 1931 e 1935, em Araras (SP). Nesse último ano ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) por comissionamento¹. Graduada em Geografia e História pela FFCL-USP em sua segunda turma, em 1937, ocasião em que recebeu distinção em História da Civilização. Em maio de 1938, foi convidada pelo regente da cadeira de História da Civilização Americana, Paul Vanorden Shaw, para exercer a função de assistente adjunto de 2ª categoria. No ano seguinte passou às funções de assistente adjunto de 1ª categoria e em 1942 logrou a posição de 1ª assistente em tempo parcial, após ter defendido a tese de doutoramento intitulada *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, orientada por Jean Gagé e aprovada pela banca examinadora com distinção (Canabrava, 1944)². Em 1946, ao submeter-se ao concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, obteve o título de livre-docente, uma vez que aos

¹ Em 1935, diante do pequeno número de matriculados no segundo ano dos cursos da FFCL, o governo estadual abriu edital para que os professores que tivessem cursado a Escola Normal pudessem ingressar na FFCL por meio de uma prova e sem comprometimento de seus vencimentos, contanto que mantivessem boas notas ao longo do curso.

² Os membros da banca examinadora foram: Plínio Ayrosa, catedrático de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani; Pierre Monbeig, catedrático de Geografia Humana; Alfredo Ellis Júnior, catedrático de História da Civilização Brasileira; Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval. Em 13 de novembro de 1942, ela foi aprovada com 9,56 (ficha avulsa no arquivo da FFLCH-USP).

candidatos preteridos, mas que obtivessem nota superior a 7, seria conferido tal titulação³. O título foi obtido com a tese *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas (1697-1755)*⁴ (Canabrava, 1981). Foi uma das fundadoras da Associação dos Professores de História do Ensino Superior (APUH), atual Associação Nacional de História (ANPUH), na FFCL de Marília (SP), em 1961. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Desde 1975, sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sócia efetiva da Academia Paulista de História, onde ocupou a cadeira André João Antonil. Fundadora em 1981 da *Revista Brasileira de História*. Sócia honorária da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Em 1986 foi indicada como professora emérita da USP (Canabrava, 1991, p. 1).

Buscamos neste artigo compreender a prática escriturística de Alice Piffer Canabrava em um momento ímpar de sua supracitada trajetória intelectual, qual seja, seu ingresso na FCEA da USP. Destacamos sua brilhante e vitoriosa trajetória após a aprovação no concurso para a cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil –, da FCEA-USP em 1951 e analisamos vários aspectos dessa tese no que tange à sua apreciação por Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Huguon. A partir dessa análise, podemos inferir uma concepção de história econômica no Brasil. Para tanto, privilegiamos como fonte a tese de cátedra de Alice Canabrava intitulada *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* (Canabrava, 2011)⁵, o *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas* da USP, bem como a ata do concurso para provimento da cadeira X daquela faculdade. A partir de seu ingresso na FCEA, podemos notar, como depreendido da epígrafe acima, um caráter mais “prático” para o ofício de historiador, preo-

³ Em nossa dissertação tratamos das principais referências, fontes, temáticas e escolhas metodológicas presentes nessa tese, relacionando-as ao período formativo de Alice Canabrava, compreendido pelos anos de graduação (1935-1937), bem como sua recepção em nível nacional e internacional e dos meandros do concurso (Erberli Júnior, 2014, p. 75-94).

⁴ Em 1981 a tese foi publicada como “O Açúcar nas Antilhas”.

⁵ A primeira edição dessa tese foi publicada pela Indústria Gráfica Siqueira em 1951 e a segunda pela Editora T. A. Queiroz em 1984.

cupada também com os problemas do desenvolvimento e do tempo presente.

Além desta pequena introdução, o artigo se encontra dividido em mais duas seções: “Nova ambientação institucional”, na qual percorremos os intentos de fundação da FCEA, bem como o ingresso de Alice Canabrava nessa faculdade, e seus quatro primeiros anos de trabalho no Instituto de Administração (IA), e à cadeira de História Econômica; e “Uma história econômica em concurso”, em que analisamos a tese que tornou Canabrava a primeira mulher catedrática da USP, a partir das concepções de Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Paul Hugon, no que tange ao uso de fontes, recorte temporal, temporalidades e concepção de história econômica. Por fim, em considerações finais, mostramos a importância da atual FEA-USP na trajetória de Alice Canabrava, bem como seu legado intelectual.

1. Nova ambientação institucional

A fundação da FCEA da USP deu-se em 1946, através do Decreto-Lei Estadual n. 15.601, de 26 de janeiro de 1946⁶. Em texto de abertura da edição comemorativa dos 35 anos da FCEA, em 2 volumes coordenados e organizados por Alice Canabrava, essa historiadora percorre as motivações socioeconômicas que levaram à criação das faculdades de ciências econômicas no Brasil, na década de 1940.

Fatores diversos explicam a nova perspectiva: a complexidade crescente da economia brasileira, os problemas advindos da depressão e do conflito mundial e, com especial relevância, os objetivos do novo governo, com sua preocupação nacionalista e populista, atento às realidades econômicas e sociais, e sua tendência crescente de inferir na atividade econômica do país. Tornava-se imperativo o trabalho das assessorias com funções específicas para elaborar estudos sobre setores da economia brasileira e problemas gerais referentes, como lastro à tomada de decisões no setor público. Neste,

⁶ Ver Decreto-Lei n. 15.601, de 26/1/1946: dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (Canabrava, 1984, p. 380-384). A FCEA iniciou suas atividades com dois cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais.

em consequência, vão se refletir, em primeira fase, as mudanças que se operam a nível de governo e da sociedade de modo geral, antes de se projetarem, em fase posterior, nas funções de assessoramento da empresa privada. (Canabrava, 1984, p. 13)

Alice Canabrava refere-se às transformações pelas quais passava a economia e sociedade brasileiras após os anos 1930, em decorrência, marcadamente, dos incidentes ocasionados pela Primeira Grande Guerra e pela grande crise econômica mundial deflagrada em 1929, que conduziram a um incipiente processo de industrialização acompanhado por uma acentuada urbanização e imigração. Do ponto de vista interno, a ampliação do mercado e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder⁷. A diretriz econômica deste último foi marcada pelo que se convencionou denominar nacional-desenvolvimentismo, com uma intervenção do Estado na economia, inclusive no setor produtivo, e no planejamento econômico⁸. Dessa feita, à medida que a realidade econômica se tornava mais complexa, urgia a necessidade de profissionais capacitados a analisar a conjuntura e elaborar políticas econômicas de acordo com a ideologia governamental.

Podemos perceber que os intentos que levaram à criação da FCEA foram bastante distintos daqueles que conduziram à criação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Não à toa, Alice Canabrava faz questão de lembrar, a partir de sua experiência, a diferença que mais a marcou. “O ambiente da Faculdade de Economia era bem diferente do da Faculdade de Filosofia. Na Faculdade de Filosofia havia muitos ‘intelectualoides’ que se diziam avançados, liberais, mas que, no fundo, eram extremamente preconceituosos para com a mulher” (Canabrava, 1997, p. 163). Conforme afirma Jobson Arruda, a FCEA está mais próxima das chamadas faculdades profissionais.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas para a qual Alice se transferiu era bem diferente de sua faculdade de origem. Criada em 1946, tinha perfil semelhante às antigas escolas e institutos cuja fusão

⁷ Para as principais modificações estruturais da economia brasileira da crise de 1930 até o final da Segunda Guerra, ver Abreu (1990, p. 73-104).

⁸ Para uma história da gestação do pensamento desenvolvimentista no Brasil, ver Bielschowsky (2000).

deram [sic] origem à Universidade: Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia. (Arruda, 2011, p. 34)

Alice Canabrava iniciou sua carreira na FCEA como pesquisadora. Quando ingressou no Instituto de Administração (IA) da FCEA em 1946 não foi para lecionar, mas sim para ser pesquisadora do setor de História daquele instituto.

A criação do Instituto de Administração, junto à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, foi inspirada pelo Prof. José Reis que, por três anos, dirigiu o DSP e que, com o deslocamento de órgãos e recursos dessa entidade para o âmbito da Universidade, esperava defender-se mais eficazmente contra o assédio de interesses em linha com o tradicional ethos patrimonialista. (Nogueira, 1984, p. 214)

O IA foi criado a partir do Departamento do Serviço Público (DSP) do estado de São Paulo. Sua criação se deu no bojo dos intentos de racionalização da administração pública no país, objetivando dirimir os comportamentos paternalista-patrimonialistas. Objetivava-se que o IA prestasse serviços de pesquisa ao DSP e a vários órgãos da administração pública em suas várias esferas, e também à administração privada. Para tanto, vários de seus setores foram transferidos para o IA: biblioteca e seus bibliotecários; serviço de documentação; setores de fisiologia do trabalho, psicologia aplicada, organização, pesquisas sociais, orçamento, direito, administração de pessoal, administração pública e história. Sendo assim, eram 19 cargos de técnico de administração, para um dos quais Alice Canabrava havia sido nomeada, 1 de técnico de documentação e 1 de auxiliar de documentação. A *Revista de Administração*, na qual Alice publicou vários artigos, também foi transferida do DSP para o IA (Canabrava, 1947; Canabrava, 1949; Canabrava; Cunha, 1949).

Alice Canabrava permaneceu no IA por apenas um ano, uma vez que, conforme consta no *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*, aparece como professora da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil –, tendo por assistente Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*, 1948, p. 15), colega com a qual havia escrito seu primeiro artigo (Canabrava; Mendes, 1938).

Canabrava foi contratada após o desmembramento da cadeira de

Sociologia Econômica, História Econômica e Geografia Econômica em outras três cadeiras, aprovado pelo Conselho Universitário em 7/1/1947. A cadeira de Sociologia Econômica foi ocupada por José Ignácio Benevides de Rezende.

Como o Conselho Universitário havia deliberado que as novas cadeiras da Faculdade fossem providas após exame dos “curricula vitae”, em caso de contrato, foram abertos editais de inscrição para as cadeiras novas: Ciência da Administração, Geografia Econômica e História Econômica – e realizados os concursos, tendo sido aprovados e contratados, pelo prazo de 3 anos, a partir de 26 de agosto de 1947, respectivamente, os Profs. Mario Wagner Vieira da Cunha, Dirceu Lino de Mattos e Alice Piffer Canabrava. (“Histórico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (incluindo o Instituto de Administração)”, in: *Anuário...*, 1948, p. 133)

O ofício de nomeação de Canabrava para o IA da FCEA pelo interventor federal data de 27 de agosto de 1946. Um dia antes de completar um ano no cargo, Canabrava já se transferia para a FCEA, assumindo a cadeira de História Econômica. “Quando saí da Faculdade de Filosofia, primeiro fui para o Instituto de Administração, dirigido por José Reis. Lá eu fiquei durante um ano e logo após transferi-me para a Faculdade de Economia.” (Canabrava, 1997, p. 163) Dessa feita, Alice Canabrava iniciou suas atividades docentes na FCEA à frente da cadeira X de História Econômica, no ano de 1948. Dentre as realizações do setor de História do IA das quais Alice Canabrava provavelmente participou, encontramos duas: “histórico da aplicação do imposto territorial urbano na cidade de São Paulo” e “as despesas dos municípios com a educação” (“Histórico...”, in: *Anuário...*, 1948, p. 135).

No primeiro programa da cadeira para o ano de 1948, podemos perceber uma perspectiva de longo curso, em que Canabrava tratou da “História Econômica do Brasil, 1500-1914”, dividido em dois períodos: “O período 1500-1808”, em que tratou dos três ciclos econômicos do período colonial: pau-brasil, cana de açúcar e mineração. E também de questões monetárias e de comércio. No segundo período, “O período 1808-1914”, ela abordou o que denominou de “libertação econômica”, industrialização, bancos, finanças, moeda e também “a revolução dos transportes”, certamente se referindo à ferrovia. Também ministrou um curso sobre “História Econômica da Europa, 1760-1914”, tratando de

aspectos das economias da Alemanha, França e Inglaterra. Além desses dois cursos, Alice Canabrava também ministrou o que denominou de “cursos especiais”. Um que refletia bem sua área de formação, denominou-se “Aspectos da Evolução Econômica da América Espanhola nos Séculos XIX e XX”, em que tratou de vários aspectos econômicos do mundo hispano-americano, como a industrialização, o sistema financeiro, os transportes, as relações interamericanas etc. O segundo curso especial para o ano de 1948 seria sobre “O Mundo Contemporâneo no Período entre as Duas Guerras Mundiais (1914-39)”, em que tratou das causas e consequências da Primeira Guerra Mundial e dos problemas decorrentes da reestruturação das economias diretamente afetadas pelo conflito, além das novas formas de organização econômica, certamente tratando da URSS. Podemos perceber aqui que, para Alice Canabrava, a história não deveria somente tratar de um passado minimamente remoto, mas também do que hoje convencionamos chamar de uma história do tempo presente⁹. Sua verve de historiadora com forte formação geográfica se manifestava também através de seu último curso especial oferecido, que tratou de “análise e comentário de textos históricos, mapas e gráficos referentes à história econômica do Brasil” (*Anuário...*, 1948, p. 160).

2. Uma história econômica em concurso

Alice Canabrava continuou à frente da cadeira de História Econômica durante os anos de 1949-1950, quando se extinguiu seu contrato. No ano de 1951, foi lançado edital para preenchimento dessa cátedra em caráter efetivo. Alice Piffer Canabrava foi a única candidata inscrita. Sendo assim,

às 14 horas do dia 7 de novembro de 1951, na sala vinte e um da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, presentes os componentes da Comissão Examinadora, professores J. J. Cardoso de Mello Neto, Theotônio M. Monteiro de Barros Filho, Paul Hugon, Afonso Escragnole Taunay e Sérgio Buarque de Hollanda, foram iniciados os trabalhos do concurso. (*Ata para provimento da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil*. Processo n. 51.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo, 1951)

⁹ Sobre esse campo historiográfico, ver Ferreira (2000), Motta (2012).

De acordo com o regulamento do concurso, foi eleito para presidir a banca examinadora o professor José Joaquim Cardoso de Mello Neto (1883-1965)¹⁰, que lecionava economia política na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Sua noção de ciência econômica se inseria na segunda vertente de concepções de economia política elaborada por Alice Canabrava.

A segunda e a terceira vertentes, desenvolvidas nas Faculdades de Direito e de Engenharia, ligam-se precipuamente à preocupação das elites com respeito ao Estado Nacional, cuja estrutura jurídica se elaborava com os sucessivos códigos, ao longo do Império e dos primeiros anos da República, ao mesmo tempo em que, ao expandir-se o povoamento e a exploração do território, ganhava maior importância o conhecimento do meio físico e suas potencialidades, a requerer qualificação técnica. (Canabrava, 1984, p. 23)

Alice Canabrava dividiu as noções de economia política em quatro vertentes antes da criação das faculdades de ciências econômicas: as ligadas às aulas de comércio, às faculdades de direito, às faculdades de engenharia e às faculdades de filosofia. Certamente na formulação dessas quatro vertentes, Alice Canabrava inspirou-se na análise de Paul Hugon, em seu texto de 1943, que, dentre outras questões, tratou também do ensino de economia política nas faculdades de direito, engenharia e filosofia, ciências e letras (Hugon, 1948, p. 41-42). A concepção de economia política de Mello Neto ainda estava presa à concepção de que a ciência econômica servia para fornecer à sociedade uma estrutura jurídico-política, e não para resolver e enfrentar os problemas econômicos de forma técnica.

Theotonio Maurício Monteiro de Barros Filho (1901-1974)¹¹, na ocasião do concurso, exercia as funções de catedrático da cadeira de Ciên-

¹⁰ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tendo sido seu diretor entre 1941 e 1942. Foi também governador do estado de São Paulo em 1937. Disponível em <http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_21.php>. Acesso em 26/12/2013.

¹¹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934. Deputado federal à Assembleia Legislativa, 1934-1937. Livre-docente da cadeira de Legislação Social da Faculdade de Direito de São Paulo. Professor catedrático de Ciência das Finanças da mesma faculdade. Diretor do Departamento de Assistência Social do Estado de

cia das Finanças e de diretor da FCEA. Paul Hugon, por seu turno, ocupava a cadeira III de Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas da VI subseção de Ciências Sociais e Políticas da II seção de Ciências da FFCL e, desde a criação da FCEA, ocupava também a cadeira XIX de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas.

No dia 8/11/1951, às 14 horas, foi realizada a prova escrita. Os pontos da prova foram os seguintes:

- 1) Consequências da “Revolução Industrial” sobre a evolução da economia brasileira.
- 2) Consequências econômicas da extinção do tráfico e da Abolição.
- 3) A influência do café na economia brasileira.
- 4) Efeitos da transferência da corte portuguesa sobre a economia nacional.
- 5) A política colonial portuguesa e suas consequências sobre a economia brasileira.
- 6) A imigração e a economia brasileira do século XIX.
- 7) A influência das ferrovias sobre a economia brasileira.
- 8) Persistência da economia colonial e sua influência na evolução da economia nacional no século XIX.
- 9) Livre-cambismo e protecionismo na economia brasileira do século XIX.
- 10) Expansão industrial da Europa Ocidental do século XIX e suas consequências sobre a economia brasileira.

O ponto sorteado por Alice Canabrava foi o de número 5, conforme o programa da cadeira aprovado pelo Conselho Universitário. A prova escrita iniciou-se às 15:15 horas e foi entregue por ela às 19:15 horas (*Ata...*, 1951, p. 2). Obviamente Alice Canabrava não teria nenhuma dificuldade com qualquer um dos pontos da prova, uma vez que ela

São Paulo. Secretário de Estado para os Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Secretário interino da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Consultor técnico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Assessor da Presidência da Associação Comercial de São Paulo e da Diretoria da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Autor de “Justiça do trabalho” e “As taxas e seus principais problemas teóricos” (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas, 1946-1947, 1948*, p. 24-25).

mesma havia formulado o programa da cadeira (*Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1949-1950*, 1950, p. 75).

Quanto à prova prática, foi deliberado, segundo a possibilidade disposta no regimento do concurso, que Alice Canabrava seria dispensada dela, devendo a candidata comparecer no dia 9/11/1951, às 14 horas, para a realização da defesa de tese. Iniciada a arguição da tese *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, houve um intervalo que durou das 17 horas às 17:35 horas. Às 18:45 horas a arguição se encerrou e os envelopes foram lacrados. Deliberou-se então que na segunda-feira, 12/11/1951, às 9 horas, seria sorteado o ponto para a prova didática (*Ata...*, 1951, p. 3).

Na data e no horário supracitados, Alice Canabrava compareceu à sala 21 da FCEA, onde sorteou o ponto de número 9, dentre os 20 pontos constantes no programa didático da cadeira. O ponto tratava de “A imigração (até 1900): 1- a política imigratória do Governo; 2- O problema da distribuição da terra; 3- Os núcleos coloniais oficiais; 4- A colonização particular” (*Ata...*, 1951, p. 4). Pelo fato de o sorteio do ponto ter sido efetuado às 10 horas, deliberou-se que a prova didática seria realizada no dia seguinte, às 10 horas. Dessa feita, às 10:25 horas do dia 13/11/1951, Alice Canabrava apresentou sua aula durante 55 minutos (*Ata...*, 1951, p. 5). Logo após intervalo para descanso e, segundo o secretário da FCEA e relator da ata, “presentes a candidata e grande assistência”, deu-se a apuração do resultado final. Alice Canabrava recebeu as seguintes notas¹²:

MEMBROS DA BANCA	TÍTULOS	PROVA ESCRITA	ARGUIÇÃO SOBRE A TESE	PROVA DIDÁTICA	MÉDIA
J. J. Cardoso de Mello Neto	9	9	8	8	8,50
Afonso E. Taunay	10	9	9	9	9,25
Paul Hugon	10	9	8	9	9,00
Sérgio B. de Holanda	10	8	8	9	8,75
Theotônio M. Monteiro de Barros Filho	9	7	8	9	8,25

Média final geral = 8,75

¹² Tabela elaborada a partir das notas constantes em ata para provimento da cadeira X – História Econômica Geral e do Brasil. Processo n. 51.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo, 1951, p. 6.

A média final geral de Alice Canabrava foi superior a 7 (8,75), sendo aprovada e indicada para o provimento efetivo da cadeira. Queremos chamar a atenção aqui para as notas atribuídas à sua tese, especificamente por três membros da banca examinadora, Afonso Taunay, Paul Hugon e Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que os outros dois membros da banca não eram afeitos à área de história e sua concepção de ciência econômica, como expusemos acima, ainda estava vinculada às faculdades de direito.

No Prefácio dessa sua tese de cátedra, Alice Canabrava fornece esclarecimento quanto ao recorte temporal:

As datas que servem de limites cronológicos a este trabalho não representam marcos importantes na evolução econômica e social brasileira. Sua significação prende-se, estreitamente, ao desenvolvimento da cultura algodoeira em território paulista. Foram elas ditadas pelas circunstâncias do mercado internacional do algodão, as quais toda a história de seu desenvolvimento se encontra profundamente ligada. (Canabrava, 2011, p. 71-72)

Sendo assim, 1861 marcou o início das hostilidades da Guerra Civil nos EUA, pois Alice Canabrava compreendia que a cultura do algodão na Província de São Paulo teve como principal motivador os problemas de fornecimento de algodão dos EUA para a Europa. O ano de 1875 foi tomado por ela como baliza final de seu estudo, uma vez que esse foi o ano em que a produção algodoeira dos EUA atingiu níveis anteriores aos da Guerra Civil. Em suas reminiscências, Alice Canabrava rememora-se acerca do *modus operandi* da tese. “O trabalho sobre o algodão, minha tese de cátedra, foi elaborado para averiguar em que medida o algodão fora uma opção para o café, em função da guerra de Secessão nos EUA. Essa pesquisa exigiu muito trabalho de arquivo e de jornal” (Canabrava, 1997, p. 159).

Na Bibliografia da referida tese, de fato encontramos um rol bastante grande de fontes em diversas tipologias. Alice Canabrava classificou por “Fontes primárias manuscritas” a Coleção Documentos do Tempo do Império, constante do Departamento do Arquivo do Estado em seus vários maços de várias localidades e que se trata do maior número de fontes utilizadas pela historiadora. Dentre as “Fontes primárias impressas”, temos jornais e periódicos, como o segundo maior rol de fontes utilizadas.

Em seguida, ainda na rubrica “Fontes primárias impressas”, temos anais e leis provinciais, relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, relatórios dos presidentes da Província de São Paulo, relatório sobre os meios de comunicação, relatórios e catálogos de exposições nacionais e internacionais, documentário municipal, almanaques, viagens, memórias, depoimentos sobre a situação da lavoura e monografias sobre o algodão. Por fim, um rol de “Fontes secundárias” (Canabrava, 2011, p. 323-333). Observando essa tipologia de fontes, chegamos à seguinte constatação: qualquer tipo de escrito compreendido entre 1861 e 1875, ou seja, seu recorte temporal, foi classificado como fonte primária, exceto um artigo por ela utilizado e classificado como memória, publicado em 1903. Todas as fontes classificadas por ela como fontes secundárias foram publicadas em período posterior a 1875, com exceção do livro *História de Sorocaba*, do padre Luiz Castanho de Almeida, de 1851.

De fato, os jornais foram muito utilizados por Canabrava e das mais diversas maneiras. Vários jornais do período estavam presentes: *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *A Lei*, *O Agricultor Paulista*, *Gazeta de Campinas*, *O Estado de S. Paulo*, *Ypanema* – um jornal de Sorocaba – e o *Anglo-Brazilian Times*. Além das notícias presentes nesses jornais, Alice Canabrava extraiu deles outras fontes, como as circulares do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas às câmaras municipais, constantes nos jornais *Província de São Paulo* e *Diário de São Paulo*. Deste, que constitui, juntamente com a *Gazeta de Campinas*, a segunda maior série de jornais utilizados por Canabrava, estendendo-se de 1870 a 1876, também extraiu dados, como da notícia “A situação da cultura do algodão em nossa província”, de 4 de janeiro de 1873, e cartas, como as de Jean Jacques Aubertin, um dos mais importantes agentes incentivadores da cultura do algodão na província e também encarregado da construção da ferrovia Santos-Jundiaí. O uso de cartas como fonte na historiografia brasileira sempre foi corrente, não se constituindo em inovação por Alice Canabrava, pois, conforme afirmado por Angela de Castro Gomes, o que se constituiria como inovação seria seu tratamento como objeto historiográfico: “embora tal documentação [as cartas] sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica” (Gomes, 2004, p. 10).

Em relação à utilização de jornais para compor sua tese, Canabrava, no Prefácio, logo esclarece os intentos de seu uso:

Mas é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos dá a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representado tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal. (Canabrava, 2011, p. 72)

Exemplo de tentativa de apreensão deste dito “clima psicológico” encontramos no relato extraído do jornal *Correio Paulistano*, em relação ao papel do vigário de Porto Feliz no incentivo ao plantio do algodoeiro,

que da cadeira da verdade fez ver às suas ovelhas as vantagens dessa lavoura; provou e convenceu a todos aqueles que viviam na praça ociosamente, se não plantassem algodão estavam em pecado mortal. Todos ouviram as suas palavras, oficiais de ofícios que só tinham serviço para alguns dias, e negociantes que por aqui pouco faziam atiraram-se à lavoura e foram felizes. Aqueles que tinham terras abandonadas por se acharem cansadas, hoje tiram das mesmas lucros correspondentes às melhores terras. (Canabrava, 2011, p. 133-134)

Além de ter acesso ao dito “clima psicológico”, Alice Canabrava em sua *operação historiográfica* também utilizava os jornais de modo subsidiário à documentação dita oficial, ou seja, os ofícios das câmaras municipais eram cotejados com os jornais. Também foram utilizados por Canabrava outros documentos de Estado, como as leis provinciais, os relatórios de presidentes da província apresentados à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo e os relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatórios de exposições nacionais e internacionais do algodão também foram utilizados, como o relatório de Julio Constancio de Villeneuve sobre a exposição internacional de Paris, intitulado “Relatório sobre a Exposição Universal de 1867 redigido pelo secretário da comissão brasileira Julio Constancio de Villeneuve e apresentado à Sua Majestade o Imperador pelo presidente da mesma comissão Marcos Antonio de Araujo”.

Segundo Tania Regina de Luca, revistas, jornais e periódicos eram pouco utilizados na historiografia brasileira até a década de 1970, devido à desconfiança em relação a esse tipo de fonte, posto que “o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos” (Luca, 2008, p. 111-112), impedia que o jornal fosse utilizado como fonte, por se compreender que seu texto envolvia uma gama de interesses políticos, econômicos e sociais¹³. Geralmente a concepção de fonte a partir do jornal comportava uma visão de “uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (Luca, 2008, p. 116).

Outro importante tipo de fonte utilizada pela historiadora foram os relatos de viagem. Em vários momentos, Alice Canabrava mobiliza os relatos de viagem como fornecedores de informação. Assim foi no caso do relato de Jean Jacques Aubertin: “O norte da Província de S. Paulo (1866)” (Canabrava, 2011, p. 81, 83, 148, 178, 187, 197). Em outra parte, esse relato é tomado por Canabrava como depoimento. “Em Mogi das Cruzes, se bem que as autoridades municipais tivessem consignado a existência da cultura em 1864, se não havia desaparecido dois anos mais tarde, pelo menos estava estagnada num nível de cultura de subsistência, pelo que se pode deduzir do depoimento de Aubertin” (Canabrava, 2011, p. 149). No caso de “Onze dias de viagem na Província de S. Paulo com os Srs. Americanos Drs. Gaston, e Shaw, e o major Mereweather (1965)”, de Jean Jacques Aubertin, seu relato foi utilizado e corroborado pelo depoimento do correspondente da cidade de Sorocaba (Canabrava, 2011, p. 126). No caso do relato “A journey in Brazil”, de Elisabeth Cabot Cary Agassiz e Jean Louis Rodolphe Agassiz, este serviu para corroborar informações de fontes ditas “oficiais”, como relatórios apresentados à Assembleia Legislativa da Província (Canabrava, 2011, 159). Alice Canabrava mobilizou o relato de viagem de Saint Hilaire intitulado “Viagem à Província de S. Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província de Cisplatina e missões do Paraguai”, com o fito de buscar explicitar a localização

¹³ Os jornais realmente foram pouco utilizados até a década de 1970. Contudo, não podemos nos esquecer do uso inovador que fez Gilberto Freyre desse tipo de fonte. Ambas as preocupações, com a mulher e o uso de jornais, também são marcas do trabalho de Freyre (Burke, 1997, p. 8).

das primeiras plantações de algodão da província (Canabrava, 2011, p. 114). Mais adiante, trata “A segunda viagem ao interior do Brasil”, de Saint Hilaire, por depoimento acerca da baixa eficiência dos descaroadores utilizados na província. “Segundo o depoimento de Saint Hilaire, duas mulheres descaroadavam por dia uma arroba de algodão em caroço, ou seja, oito libras de algodão em rama, o que equivale à produção diária de quatro libras de algodão em pluma, por trabalhador” (Canabrava, 2011, p. 228).

Uma das fontes diletas de Taunay, por sua fidedignidade, são os viajantes do século XIX, incluindo Saint Hilaire, com o qual Canabrava tomou contato certamente na cadeira de História da Civilização Brasileira, regida por Taunay entre 1934 e 1938.

Mas a contribuição dos viajantes estrangeiros, apesar da sua desvantagem de origem, causada pelas diferenças fundamentais de mentalidade, representa elemento da maior valia e nada supre o seu conhecimento. Sobretudo quando é possível lançar mão de informantes proibidosos e inteligentes como muitos do século XIX, cuja palavra inspira a maior confiança como sejam Tollenare, Saint Hilaire e Koster, Debret e Kidder, Gardner e Burton, entre tantos outros. (Taunay, 1937, p. 130)

Taunay redigiu o Prefácio da tese de doutoramento de Alice Canabrava (1944) acerca do comércio português no rio da Prata, entre 1580-1640. Os prefácios podem nos servir como guia para uma análise historiográfica, uma vez que é nele “que o historiador conta o percurso de uma pesquisa. O livro, feito de duas metades desiguais, mas simbólicas, acrescenta, à história de um passado, o itinerário de um procedimento” (Certeau, 2011, p. 29-30). Para François Hartog, o leitor moderno está habituado a encontrar no prefácio um verdadeiro discurso do método. “O prefácio é também o lugar onde se acertam as contas: elas são calculadas ou pagas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. É nele que se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição (em sentido preciso ou amplo), a qual autoriza e dá crédito” (Hartog, 2011, p. 11). Além de autorização, o prefácio também pode ser compreendido em uma dupla dinâmica, “já que é uma forma explícita de reconhecimento mútuo entre prefaciado e prefaciador” (Gomes, 2013, p. 13). No caso desse Prefácio da tese de Alice Canabrava, a autorização veio de

Afonso Taunay, que concedeu à obra uma determinada legitimidade. Além de legitimar a tese, Taunay também legitimou a autora:

Distinta aluna do curso que professei na Faculdade de Filosofia, de 1934 a 1937, tive o ensejo de atribuir-lhe alta nota de aprovação que mereceu no último ano deste quadriênio. Vi-a continuar sempre empolgada pelos estudos de História, frequentando de modo mais assíduo a biblioteca do Museu Paulista e a do Instituto Histórico de São Paulo. (Taunay, 1944, p. ix)

Taunay, após perpassar rapidamente as três partes da tese, concluiu afirmando que, “como excelente e honesta elaboração, agora desabrochada em inteligente realidade, é-me sobremodo grato cumprimentar a Autora de um trabalho efetuado sob as instigações das diretrizes norteadoras dos que escrevem história digna deste nome” (Taunay, 1944, p. xi). Mas o que seria para Taunay uma “história digna deste nome”? Não podemos confundir o ensino de Taunay, no sentido didático, na cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP, com seu método de escrita da história. Realmente, seus métodos de ensino eram bastante tradicionais, quando comparados aos “mestres franceses”¹⁴, como recordou por duas vezes Alice Canabrava:

o aprender habitualmente se resumia em repetir o professor com base em apontamentos de aula, o ensino puramente verbal, sem nenhum outro recurso, o formalismo solene nas relações entre professor e aluno. Estas características encontrávamos nas aulas dos professores Taunay. (Canabrava, 2005b, 28)

Contudo, vincular Afonso Taunay diretamente à Escola Metódica Francesa seria desconsiderar várias nuances de sua *operação historiográfica*.

A principal referência de Afonso Taunay em sua aula inaugural no curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, em 1911, foi o livro de Langlois e Seignobos (1992), *Introdução aos estudos históricos*. Contudo, nessa aula intitulada “Os princípios gerais da moderna crítica histórica”, apesar do fato de ter tomado por

¹⁴ Referimo-nos aqui à presença de jovens professores provenientes do meio acadêmico francês que fizeram parte da estruturação das seções e subseções da recém-criada FFCL-USP (Massi, 1991; Petitjean, 1996).

base o texto desses dois historiadores, Taunay não deixou de criticar alguns pontos desse método. Taunay

afirmou que não era mais tempo de Histórias nacionais porque a disciplina exigia tamanho rigor metodológico que era impossível a um homem dar conta de pesquisar todos os temas do período em sua generalidade. Nesse sentido, considerou que aquele era o tempo das monografias. (Anhezini, 2011, p. 40-41)

Aqui temos uma amostra da concepção de história de Taunay que se contrapõe à noção de Langlois e Seignobos no que tange à construção de histórias nacionais. Nesse sentido, o fato de Taunay ter considerado a tese de Alice Canabrava uma monografia é bastante significativo do apreço daquele historiador por esse trabalho: “A monografia de D. Alice P. Canabrava é digna de real apreço e lugar de destaque lhe fica assinalado nas resenhas bibliográficas sul-americanas portuguesas e espanholas” (Taunay, 1944, p. xi).

Outra crítica de Taunay à concepção historiográfica de Langlois e Seignobos diz respeito ao fato de Taunay não aceitar a crítica desses historiadores à história da civilização: “a História da Civilização, chamada por ele de História dos costumes, foi apresentada como a História que deveria ser escrita no Brasil naquele momento” (Anhezini, 2011, p. 52). Exemplo de que o historiador não deveria se restringir à história-batalha encontramos 23 anos depois, em seu texto para a cadeira de História da Civilização Brasileira:

Já não são a história militar e a administrativa as únicas que interessam aos autores e ao público. Incumbem-se os monografistas de apresentar entre aqueles assuntos os da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo, o da história dos costumes. (Taunay, 1937, p. 123)

Percebemos a afinação de Canabrava com a proposta de Taunay de se abordarem assuntos de história econômica nas monografias e também o fato de que a história não deve se restringir apenas ao registro das “campanhas militares”.

Quanto ao trato documental, na perspectiva de Taunay,

o passado encontra-se no documento, no entanto, não está pronto, não é a História daquele período que está ali apresentada. As fontes são compostas de elementos dispersos que, quando publicados ou conservados nos arquivos, possibilitam ao historiador empreender alguns esforços para torná-las inteligíveis. Se o historiador age como o criador de um mosaico, “compõe uma imagem por meio da incrustação de pequenas peças de cores variadas”, as mesmas fontes resultam em diversos trabalhos. (Anhezini, 2011, p. 63)

É uma concepção de história que compreende o conhecimento histórico como resultante da descoberta de novos documentos. Mas esses documentos não guardariam um único passado como concebido pela Escola Metódica Francesa, mas sim o historiador poderia compor várias histórias a partir dele. Desses vários elementos e do exame minucioso da obra de Afonso Taunay, Karina Anhezini, em sua tese de doutoramento, concebeu-o como um metódico de fato, afinado com os pressupostos da Escola Metódica Francesa, contudo não um metódico *stricto sensu*, mas sim um “metódico à brasileira”.

Dessa feita, a autoridade concedida por Taunay a Alice Canabrava, pelo menos até 1951, como vimos, deriva de uma série de procedimentos historiográficos adotados por ela e que foram corroborados por Taunay, como o fato de se tratar de um estudo monográfico, a vasta documentação utilizada e o fato de não se restringir aos fatores da dita história-batalha; ao contrário, tratar-se de um estudo de história econômica.

Sérgio Buarque de Holanda, provavelmente, também aprovou o uso de relatos de viagem por Alice Canabrava, uma vez que uma de suas fontes privilegiadas em sua tese para a cátedra de História da Civilização Brasileira da FFCL-USP de 1956, *Visão do paraíso: os motivos edênicos da colonização*, foi exatamente os relatos de viagem:

Em *Visão do Paraíso*, a análise dos “motivos” paradisíacos contidos nesses relatos tinha como objetivo a compreensão de elementos do pensamento e da visão de mundo dos colonizadores, o que permitia, em um grau mais abrangente, jogar nova luz na cultura e na sociedade formadas no processo de exploração e colonização do Novo Mundo. (Nicodemo, 2008, p. 48)

Sérgio Buarque de Holanda possuía um grande apreço pelo trabalho intelectual de Canabrava, uma vez que em quatro ocasiões fez menção à sua obra. A primeira foi em 1950, em artigo intitulado “Sobre o Col-

loquium”, publicado no jornal *Diário Carioca*, em 12 de novembro de 1950; a segunda foi em “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, publicado em 15 de julho de 1951, no jornal *Correio da Manhã*; a terceira tratou-se de “História econômica”, publicado no mesmo jornal, em 24 de agosto de 1952; e a quarta ocasião em que Sérgio Buarque fez menção aos trabalhos de Canabrava foi em “Portugueses na América”, publicado em 9 de maio de 1959, no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em “Sobre o Colloquium”, Sérgio Buarque de Holanda relatou parte dos trabalhos apresentados no evento que marcou as comemorações dos 150 anos da Biblioteca do Congresso dos EUA (Library of Congress) em Washington, capital. A menção a Alice Canabrava se deu por ocasião de uma crítica feita por ela à proposta geral do colóquio: “a ilustre pesquisadora criticou com presteza a tentativa dos organizadores do Colloquium no sentido de se restringirem os debates, de preferência, aos temas que não foram assiduamente explorados até hoje” (Holanda, 2011a, p. 55). Sérgio Buarque concordou com a historiadora nesse aspecto, de que não apenas assuntos inéditos deveriam estudados, mas também questões que foram tratadas de modo linear e/ou superficial: “Os argumentos da historiadora brasileira pareceram em geral convincentes e contribuíram, de certo modo, para o convite que recebeu mais tarde, a fim de organizar um seminário na Universidade de Columbia, a realizar-se nesses dias” (Holanda, 2011a, p. 55).

Em seu já clássico “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, em extensa resenha panorâmica da historiografia brasileira dos últimos 50 anos, Sérgio Buarque de Holanda deu grande ênfase aos trabalhos de Capistrano de Abreu, como marco para uma nova abordagem das questões históricas, aproximando-o de Marc Bloch, passando pela contribuição de Afonso Taunay e outros historiadores sobre a ocupação das terras brasileiras. Destacou também *Casa-grande & senzala* e *Nordeste*, de Gilberto Freyre, na utilização da noção de cultura, distinguindo-o dos estudos de Oliveira Vianna com seu determinismo biológico em substituição a um determinismo geográfico que identificou em Capistrano. Também perpassou pelos estudos que denominou de “formação”, como os de Caio Prado Júnior, que não podem ser considerados, *stricto sensu*, historiográficos. Tratou também dos estudos de histórica econômica, como os de Roberto Simonsen, Afonso Taunay e

Pandiá Calógeras. “E em São Paulo a sra. A. P. Canabrava, apoiando-se em recursos da historiografia moderna, tem abordado várias questões relacionadas ao comércio colonial, especialmente ao comércio de contrabando com o Prata, e à lavoura açucareira no norte do Brasil e nas Antilhas.” (Holanda, 2008, p. 614) Aqui, Sérgio Buarque está se referindo, respectivamente, às teses de doutoramento e do concurso de História da Civilização Americana de Alice Canabrava. Por fim, identificou na vinda de professores franceses ao Brasil, como Jean Gagé e Fernand Braudel em São Paulo e Henri Hauser e Eugène Albertini no Rio de Janeiro, um novo momento nos estudos historiográficos que estariam começando a render frutos.

Em “Portugueses na América”, Sérgio Buarque de Holanda tratou da questão de que os portugueses habitantes de terras da Coroa de Castela, e notadamente no período da unificação das duas Coroas, eram todos tratados por judeus. A tese de doutoramento de Canabrava foi mencionada como mais um dos estudos que trataram da presença de portugueses em terras de Castela: “Alguns teriam ido do Brasil, e no estudo dedicado por A. P. Canabrava ao *Comércio português no Rio da Prata*, entre 1580 e 1640, apontam-se vários nomes de pessoas estabelecidas em Lima, Tucumã ou Cuzco, de que há menção nas denúncias da Bahia e Pernambuco” (Holanda, 2011b, p. 279). Se em todos esses três artigos Alice Canabrava foi mencionada apenas pontualmente, “História econômica”, publicado em 1952, no *Diário Carioca*, foi todo dedicado a ela. O trabalho mais comentado por Sérgio Buarque de Holanda nesse artigo sobre história econômica foi a tese de Canabrava para a cadeira de História da Civilização Americana:

Da leitura dessa obra, apoiada numa impressionante bibliografia de impressos, além de copioso material manuscrito obtido de instituições como a Library of Congress de Washington ou a biblioteca da American Jewish Association de Nova York, sem falar nos arquivos brasileiros, e que representam um trabalho em muitos pontos sem antecedentes e verdadeiramente sem modelo em nossa literatura histórica. (Holanda, 2004, p. 138)

Além de comentar as fontes utilizadas pela historiadora, Sérgio Buarque apontou para o ineditismo do trabalho. Nesse texto, Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu Alice Canabrava como sinônimo de uma moderna história econômica.

Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda estiveram presentes na banca examinadora dessa tese para a cadeira de História Econômica, mas também no texto. De Afonso Taunay, Alice Canabrava mobilizou *História do café no Brasil*, em seu volume relativo ao Império. Em um primeiro momento, recomendou sua leitura, a fim de se tomar conhecimento das pragas do café (Canabrava, 2011, p. 101). No segundo momento, recomendou a leitura do capítulo 22, para provar que no Vale do Paraíba o café ainda imperava (Canabrava, 2011, p. 151). Portanto, sempre que Canabrava realizava alguma comparação com o café ou dissertava acerca de seu estado, recorria a Afonso Taunay para provar suas assertivas.

No último capítulo da tese, “As primeiras fábricas de tecidos”, Alice Canabrava mobilizou um artigo de Sérgio Buarque de Holanda, datado de 1948 e intitulado “A mais antiga fábrica de tecidos de São Paulo”. Por conta do artigo de Sérgio Buarque de Holanda, Canabrava remontou-se até o ano de 1813, data da instalação da primeira fábrica de tecidos da então Capitania de São Paulo. Compreendemos que esse capítulo nos diz muito acerca dos intentos de Alice Canabrava quanto à escolha dessa temática específica sobre o algodão na Província de São Paulo. O tema candente, quando da escrita de sua tese, ou seja, entre 1946-1951, era exatamente o desenvolvimento econômico (Macedo, 2007). E sinônimo de desenvolvimento no período era industrialização. Dessa feita, apesar do fato de não fazer menção ao tempo presente em que escrevia, Alice Canabrava partiu de uma questão do presente, ou seja, das origens da industrialização em São Paulo, em que os estudos hegemônicos versavam sobre as sinergias entre cafeicultura e indústria, a fim de demonstrar que também o algodão promoveu alguma industrialização em São Paulo. Para tanto, expandiu seu recorte temporal: de 1861 recuou até 1816 e de 1875 avançou para 1876. François Hartog nos auxilia a refletir acerca dessa questão presente na tese de Alice Canabrava. No *regime moderno de historicidade*, no qual a orientação da temporalidade está no futuro, a escrita da história encontra-se preocupada com o presente: “Em suma, o futuro parece ter-se eclipsado, ao menos do espaço da ciência. Se ele permanece, sob a figura do progresso, um valor para o cidadão, o historiador (republicano) não faz dele a fonte de sua reflexão ou o princípio de inteligibilidade da história” (Hartog, 2013, p. 23).

Além da utilização de fontes ditas tradicionais, dos jornais, cartas, e dos relatos de viagem, uma fonte em particular nos chamou a atenção.

Em algumas notas de rodapé, Alice Canabrava justifica suas assertivas da seguinte maneira: “Tradição oral recolhida em Sorocaba pelo padre Luiz Castanho de Almeida e transmitida à autora” (Canabrava, 2011, p. 297). Alice Canabrava foi até Sorocaba tomar o relato desse padre que não possuía formação de historiador, mas sim era famoso memorialista. O relato de viagem em Alice Canabrava foi utilizado de várias formas, mas ela mesma não tinha o hábito de empreender viagens com fito historiográfico. Contudo, nesse caso específico, fez uso do que François Hartog denomina de autópsia, de uma forma indireta através da tradição oral: “Mas, para ser válida, essa autópsia, seja ela direta (a do historiador) ou indireta (a de uma testemunha), deve ainda passar pelo filtro da crítica documental” (Hartog, 2011, p. 14). Foi exatamente o procedimento adotado por ela: “Segundo a tradição oral, os escravos do proprietário, improvisados em mecânicos, haviam estragado todo o maquinário. [...] As informações procedentes do Conselho Municipal de Sorocaba confirmam plenamente a tradição” (Canabrava, 2011, p. 298). Contudo, essa não foi a primeira vez em que Alice Canabrava foi a campo tomar informações orais. Em seu primeiro artigo, o fato de estar *in loco* possui relação com sua formação em estudos geográficos, como no caso das informações fornecidas pelo geólogo Theodoro Knecht, que foram fundamentais para sua execução (Canabrava; Mendes, 1938, p. 328). Também em sua tese de livre-docência fez uso de consulta a profissionais, colhendo depoimentos e informações: “Informações dadas pelo Instituto de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (Canabrava, 1981, p. 169).

Quanto a Paul Hugon, certamente estava apto a julgar a tese do ponto de vista da ciência econômica. Em texto apresentado no I Congresso Brasileiro de Economia, de 1943, no Rio de Janeiro, Paul Hugon fez um balanço do ensino de economia política no Brasil e forneceu algumas definições, objetos e métodos, os quais deveriam ser adotados em ciência econômica, bem como propôs a criação de faculdades de ciências econômicas e administrativas. Baseando-se, em parte, nas contribuições da escola neoclássica, surgida ao final do século XIX, Paul Hugon distinguiu ciência econômica de política econômica. Para ele, seria possível separar as duas, e a primeira deveria devotar-se somente à teoria econômica, por isso, sua noção de ciência econômica se liga ao positivismo de Claude Bernard, por ele citado. Para Hugon, seria possível

uma ciência objetiva, próxima das ciências naturais. Fornece, assim, nesse texto, um exemplo de como o economista deveria agir:

Tomemos um exemplo: o salário é um fenômeno econômico e, como tal, seu estudo interessa à ciência econômica. O economista, no plano do estudo científico, observará as formas e as variações dos salários, de acordo com as épocas e os países; depois procurará extrair desses fatos relações de concordância contínua; finalmente procurará – apoiando-se sobre as observações concretas e sobre os dados gerais e teóricos da formação dos preços, dados fornecidos pela Economia pura – estabelecer leis explicativas da fixação e das variações da taxa dos salários. (Hugon, 1948, p. 43)

Contudo, apesar de sua busca por um cientificismo/objetivismo, compreende a ciência econômica no rol das ciências sociais:

A Economia Política não pode se esquecer que é uma ciência social: seu estudo não pode ser isolado do das disciplinas conexas que a completam e a influenciam. A sociologia geral, a história, a geografia humana e econômica, etc., são outros tantos conhecimentos dos quais não podem ser privados os estudantes de Economia. (Hugon, 1948, p. 42)

Notamos, ao longo de toda a tese, um fornecimento massivo de dados como, por exemplo, no seguinte excerto: “Existiam, em 1861, em funcionamento no país, cerca de 3.000 fábricas de tecidos, as quais possuíam II.250.000 [sic] fusos e davam trabalho a cerca de 600.000 operários” (Canabrava, 2011, p. 75). Dados estes extraídos de várias referências bibliográficas, principalmente de artigos publicados na *Economic History Review*. Quanto à utilização de dados e estatísticas, Canabrava, em vários momentos, queixa-se da descontinuidade de alguns dados, o que nos leva a concluir que ela tentou empreender uma história serial (Canabrava, 2011, p. 95). Em outro momento a historiadora não se queixa da descontinuidade dos dados, mas do que a impediria de empreender uma história quantitativa, ou seja, a ausência de estatísticas (Canabrava, 2011, p. 143).

Queremos destacar aqui a importância do capítulo 8 da tese, intitulado “A decadência da cultura do algodão”, pois nele Canabrava tentou empreender uma história dos preços do algodão no Porto de Santos, através do uso da história serial e da história quantitativa. Um dos ob-

jetos da economia política foi definido por Hugon como o estudo da formação de preços (Hugon, 1948, p. 40). Para tanto, utilizou-se dos Anexos I e II, em que constam os preços médios mensais do algodão em rama no Porto de Santos e as quantidades exportadas de algodão em quilogramas da Província de São Paulo, do Brasil e dos EUA, sem, contudo, especificar se as exportações da província são do Porto de Santos ou do Porto do Rio de Janeiro:

Muito ao contrário, ela [a decadência da cultura do algodão na Província de São Paulo] é caracterizada por dois momentos de queda rápida e brusca, nitidamente estabelecidos pela baixa dos preços, 1867-1868 e 1870-1871, que levaram ao seu término o ciclo de desenvolvimento provocado pela guerra civil americana. (Canabrava, 2011, p. 258)

Ainda no capítulo 8 da tese, Canabrava mobiliza a teoria econômica para empreender sua análise e também vincula à análise outro elemento: a Guerra do Paraguai: “Os agricultores da Província foram subitamente confortados pela depreciação da nossa moeda produzida pela Guerra do Paraguai” (Canabrava, 2011, p. 263). Canabrava não reduz as questões de preços apenas aos movimentos de oferta e demanda, mas também faz uso de conhecimentos de política cambial e de funcionamento do sistema monetário e financeiro internacional de modo implícito.

Outros elementos também foram utilizados por Canabrava para explicar o baixo preço do algodão da província. Ao explicitar as quedas no montante exportado, não se restringiu apenas a fatores de ordem econômica, relacionados à produção, distribuição e consumo, mas também questões de ordem técnica e de cultivo. Outra questão que também influenciava na qualidade do algodão e que fez sua cotação baixar foi a condição das sementes, de que tratou pormenorizadamente no capítulo 5, “A aquisição de sementes”, e as técnicas de cultivo no capítulo 6, “O cultivo do algodoeiro”.

A estudiosa abordou ainda a política fiscal, ou seja, os impostos provinciais e imperiais que incidiam sobre o algodão. Questões de política monetária, bancária e financeira também estavam presentes, pois houve constatação do difícil acesso ao crédito com baixos juros para os pequenos produtores de algodão, bem como um sistema bancário pouco desenvolvido e de baixa capilaridade.

Questões de transporte também foram tratadas por Canabrava: é o momento de construção das grandes ferrovias da província. Demonstrou como algumas ferrovias dependiam da produção do algodão e como o algodão se beneficiava de menores valores de frete para chegar ao Porto de Santos, explicitando a sinergia entre os setores. Podemos, assim, também ter uma visão geral do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, principalmente, de sua incipiência, uma vez que os maiores lucros eram retidos na circulação e não na produção, além de obter-se ainda uma visão geral das difíceis condições da agricultura no Império. Dessa forma, o caso do algodão seria, então, representativo.

Facilmente podemos depreender da tese uma concepção de história econômica, na qual devem estar presentes, sempre que as fontes estiverem disponíveis e permitirem tal tratamento, uma análise serial e quantitativa, bem como o uso da teoria econômica como subsidiária à análise. Do ponto de vista da ciência econômica, a tese se coaduna com os principais pontos do pensamento econômico de Paul Hugon apontados acima, principalmente no que diz respeito ao fato de que os estudos econômicos devem ser compreendidos no rol das ciências sociais, como a história e a geografia¹⁵.

Considerações finais

Não há dúvidas de que a aprovação de Alice Piffer Canabrava nesse concurso que a tornou a primeira mulher catedrática da história da USP estava de acordo com as diretrizes historiográficas de Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, bem como com o que deveria ser encontrado de teoria econômica em uma tese de história econômica, na perspectiva de Paul Hugon. Não por acaso, Fernand Braudel, logo em 1952, comentou esse estudo de Alice Canabrava nos *Annales*: “Cet ouvrage, d’une historienne de classe internationale, fait grand honneur à son auteur” (Braudel, 1952, p. 259), colocando essa tese no mesmo patamar das duas anteriores (Canabrava, 1944, 1981). Em 27 de novembro de

¹⁵ Sobre o aporte geográfico utilizado por Alice Piffer Canabrava nessa tese e em outros trabalhos, ver “Um conhecimento de formação: Alice Piffer Canabrava geógrafa” (Erbereli Júnior, 2014, p. 142-201).

1951, Sérgio Milliet escreveu resenha desse trabalho de Canabrava no jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual afirma que, “aliando farta documentação e um senso indiscutivelmente muito agudo de interpretação, escreveu uma alentada e preciosa monografia” (Milliet, 1951).

Na FCEA, Alice Piffer Canabrava alcançou os postos mais elevados do meio acadêmico, tendo sido sua diretora entre 1954–1957, chefe do Departamento de Ciências Culturais entre 1960–1969, presidente do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) no período 1966–1970 e do Conselho Curador da FIPE em duas ocasiões, 1974–1977 e 1980–1981. Tendo se aposentado em 1981, após 30 anos de atuação na FCEA – posteriormente denominada FEA –, foi eleita, em 1985, professora emérita da Universidade de São Paulo. Durante todo esse tempo, contou com 7 assistentes de cátedra, e um deles traria contribuição ímpar ao estudo de nossa história colonial: Fernando Antonio Novais¹⁶. Também orientou muitas dissertações e teses na área de História Econômica. Dentre eles, Flávio Azevedo Marques de Saes¹⁷, Iraci del Nero da Costa¹⁸, Francisco Vidal Luna¹⁹ e Nelson Hideiki Nozoe deram prosseguimento a seus trabalhos e estabeleceram uma tradição de

¹⁶ Foram assistentes de Alice Canabrava: Maria Celestino Teixeira Mendes Torres (1947–1948), Miriam Lifchitz Moreira Leite (1949–1952), Fernando Henrique Cardoso (1951–1953), José Albertino Rosário Rodrigues (1952–1957), Fernando Antonio Novais (1955–1961), Hans Bruno Eduardo Schellenberg (1961–1970), Antonio Emilio Muniz Barreto (1967–1984) (Arruda, 2011, p. 38).

¹⁷ A dissertação de mestrado de Flávio Azevedo Marques de Saes intitulada *As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940)* foi orientada por Alice Canabrava e obteve nota 10, em 27/9/1974, perante a banca examinadora composta por José Francisco de Camargo e Eduardo d'Oliveira França. Também foi publicada em livro (Saes, 1981).

¹⁸ Alice orientou a dissertação e a tese de Costa. Sua dissertação intitulada *Vila Rica: população (1719-1826)* foi defendida no dia 29/7/1977 e obteve nota 9,6 da banca examinadora formada por Antonio Muniz Barreto e Maria Luiza Marcílio. Foi publicada em livro (Costa, 1979). Sua tese de doutoramento intitulada *Sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX* também foi orientada por Alice Canabrava e recebeu nota 10 com distinção e louvor, em 27/2/1981, pela banca examinadora composta por Eni de Mesquita Samara, Heloisa Liberali Belotto, Antonio Emilio Muniz Barreto e Antonio Carlos Coelho Campino. Também foi publicada em livro (Costa, 1981).

¹⁹ Alice Canabrava orientou a tese de Luna defendida em 1980 e intitulada *Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. No ano seguinte foi publicada em livro (Luna, 1981).

estudos em história econômica e história demográfica que perdura até hoje²⁰. Além destes que seguiram a carreira acadêmica, Alice Canabrava também foi orientadora de Zélia Maria Cardoso de Mello, primeira-ministra da Fazenda da história do Brasil, na Presidência de Fernando Collor, durante os anos de 1991 e 1992.

Sua gratidão para com a FEA sempre foi lembrada: “Sou muito grata à Faculdade de Economia e Administração (a nova designação com a reforma de 1970), na qual jamais encontrei a menor restrição, tanto eu como outras colegas, seja em trabalhos de docência como de pesquisa, e em funções administrativas” (Canabrava, 2005b, p. 33). Não por acaso em seu testamento de 10/12/1973, “no caso de sua irmã e única herdeira, Clementina Canabrava, falecer antes dela testadora, ou simultaneamente consigo, todos os bens serão assim distribuídos: I- Os bens imóveis, os títulos de financiamento e os depósitos bancários caberão à FIPE”²¹. Nesse caso especial, todos os seus bens seriam transferidos à FIPE, onde deveriam ser utilizados para financiar pesquisas em nível de pós-graduação em história econômica do Brasil na forma de concessão de bolsas de estudos e auxílio para publicação, na condição de que fossem pesquisas originais e que se remontassem no mínimo 40 anos no tempo.

Dessa feita, Alice Canabrava, sob essas condições, deixaria todos os seus bens para financiar pesquisas na área em que foi pioneira e no *lugar* onde passou toda sua vida profissional e que lhe conferiu notoriedade, tendo sido de fato, como reportou em carta a Francisco Iglésias, “seu único bilhete de loteria”²² o fato de ter ido, por ocasião da derrocada no concurso de 1946, para a recém-criada FCEA.

²⁰ O grupo de pesquisas em história econômica da FEA denomina-se Hermes & Clio. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos_ap.php?i=9>. Acesso em 28/1/2014. O Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD) realiza pesquisas em história demográfica e demografia histórica também sob a liderança de um ex-orientando de Alice Canabrava, o professor Iraci del Nero da Costa. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/nucleos_ap.php?i=8>. Acesso em 28/1/2014.

²¹ Testamento de Alice Piffer Canabrava em posse do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), p. 2. No ano de 2015, o restante do espólio de Alice Canabrava foi gentilmente doado ao IEB-USP por sua sobrinha-neta Lúcia Carvalho e está sendo por mim descrito e será disponibilizado aos pesquisadores. Trata-se de rico material contendo inúmeras cartas, fotos, postais etc.

²² Carta constante do acervo do IEB: APC CP – P1-28-(4), p. 1.

Fontes

- ANUÁRIO da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1948.
- ANUÁRIO da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1949-1950. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1950.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O comércio português no rio da Prata (1580-1640). *Boletim XXXV da Cadeira de História da Civilização Americana*. São Paulo, FFCL-USP, n. 2, 1944.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Memorial. Processo n. 46.1.126.8.7, Arquivo da FFLCH-USP: inscrição no concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, 1946.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Tendência da bibliografia sobre a história administrativa do município. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 1, p. 80-87, 1947.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Evolução das posturas municipais de Sant'Ana de Parnaíba, 1829-1867. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 9, p. 34-62, 1949.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- CANABRAVA, Alice Piffer. As condições sociais, econômicas e políticas da fundação. In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981*. V. 1: A instituição. São Paulo: FEA-USP, 1984, p. 7-33.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *Curriculum vitae*. São Paulo, 22 de fevereiro de 1991.
- CANABRAVA, Alice Piffer. Minhas reminiscências. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.
- CANABRAVA, Alice Piffer. História e economia. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005a, p. 271-283.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O caminho percorrido. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005b, p. 23-34.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 3. ed. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011.
- CANABRAVA, Alice Piffer; CUNHA, Mario Wagner da. Administração municipal de Sant'Ana de Parnaíba nos anos de 1829-1867. *Revista de Administração*. São Paulo, Instituto de Administração, n. 11-12, p. 3-83, 1949.
- CANABRAVA, Alice Piffer; MENDES, Maria Teixeira. Região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 45, p. 275-328, 1938.
- PROCESSO n. 51.1.12250.1.8, Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo: concurso para a cadeira de História Econômica Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, USP, 1951.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 73-104.
- ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: história e mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: EDUSP/ANPUH, 2011, p. 9-70.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. Le développement de la culture du coton dans la Province de São Paulo, 1861-1875. *Annales*. Paris, v. 7, n. 2, p. 258-259, 1952.
- BURKE, Peter. Gilberto Freire e a nova história. *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979.
- COSTA, Iraci del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Assis: FCL-UNESP, 2014 (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade).
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vózes*. Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-24.
- GOMES, Angela de Castro. Prefácio. In: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 13-18.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, François. O regime moderno de historicidade posto à prova pelas duas Guerras Mundiais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 15-28.
- HARTOG, François (org.). Introdução. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 9-20.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História econômica. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 135-140.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/EDUERJ, 2008, p. 601-615.



- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre o Colloquium. In: COSTA, Marcos (org.). *Escritos coligidos, 1950-1979*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora UNESP, 2011a.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Portugueses na América. In: COSTA, Marcos (org.). *Escritos coligidos, 1950-1979*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora UNESP, 2011b.
- HUGON, Paul. Orientação e organização dos estudos econômicos. In: *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946-1947*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1948, p.37-46.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé, 1992.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- MACEDO, Bernardo Gouthier. *Desenvolvimento econômico: a atualidade da economia política cepalina*. Campinas: UNICAMP, 2007 (Tese de Doutorado em Teoria Econômica da UNICAMP).
- MANTEGA, Guido. O modelo de substituição de importações. In: MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 77-133.
- MASSI, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 1991 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP).
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura de São Paulo, 1985.
- MILLIET, Sérgio. Últimos livros. Uma tese. *O Estado de S. Paulo*, 27/11/1951.
- NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- NOGUEIRA, Oracy. O Instituto de Administração – IA (1ª fase). In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981*. V. 1: A instituição. São Paulo: FEA-USP, 1984, p. 213-226.
- NOZOE, Nelson Hideiki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933)*. São Paulo: IPE-USP, 1984.
- PETITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, Amélia Império et al. (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996, p. 259-330.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981.



TAUNAY, Afonso E. A propósito do Curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937, p. 122-131.

TAUNAY, Afonso E. Prefácio. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. *Boletim XXXV da Cadeira de História da Civilização Americana*. São Paulo, FFCL-USP, n. 2, p. ix-xi, 1944.

o que pensam os pensadores da economia no brasil? um estudo empírico sobre a produção em história do pensamento econômico e metodologia nos congressos da sep e anpec entre 2004 e 2014*

what do thinkers of economics think in brazil? an empirical study about the production in the history of economic thought and methodology at the sep and anpec congresses between 2004 and 2014

Emmanuel Boff**

Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Conrado Krivochein***

Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O presente estudo investigou a produção em História do Pensamento Econômico (HPE)/Metodologia nos congressos da SEP e ANPEC, entre os anos de 2004 e 2014. Mais especificamente, o objetivo principal do trabalho foi verificar qual é a diferença entre a SEP e a ANPEC no que tange à permeabilidade da fronteira entre HPE/Metodologia e outras áreas da economia, com ênfase nas diferenças entre teóricos estudados pelos pesquisadores nos dois congressos. Verificou-se que a fronteira entre a HPE/Metodo-

ABSTRACT

The present study investigated the production in History of Economic Thought (HET)/Methodology at SEP and ANPEC congresses between 2004 and 2014. More specifically, the main objective of the article was to check the difference between the congresses of SEP and ANPEC regarding the permeability of the frontier between HET/Methodology and other areas of economics, with the focus on the differences between the authors studied by Brazilian researchers at the two congresses. We show that there is,

- * Agradecemos as contribuições e críticas dos participantes dos seminários de Pós-Graduação em Economia da UFF e da UFRJ, além dos participantes dos congressos da SEP 2014, ABPHE 2014 e ESHET-Belo Horizonte 2014, e das sugestões dos dois pareceristas anônimos desta revista. Eventuais erros que porventura ainda aparecerem no artigo são de responsabilidade dos autores.

Submetido: 22 de outubro de 2014; aceito: 19 de janeiro de 2016.

- ** Professor adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: emmanuel.economia@gmail.com
- *** Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense.
E-mail: conradokrivo@gmail.com



logia e outras áreas é efetivamente permeável, principalmente no congresso da SEP e, em menor grau, da ANPEC. Verificou-se ainda que os pesquisadores brasileiros de HPE/ Metodologia concentram fortemente seus estudos em autores clássicos (Smith, Marx, Keynes, Furtado). Ao mesmo tempo, identificamos uma enorme dispersão de autores menores referenciados nos artigos apresentados nos congressos.

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico. Metodologia. SEP. ANPEC.

indeed, a permeability of HET/Methodology authors in other areas of economics, mainly at the SEP congress and, to a lesser degree, at the ANPEC congress. We also show that Brazilian researchers strongly concentrate their studies in classic authors (Smith, Marx, Keynes, Furtado). At the same time there is a huge dispersion of minor authors cited in the articles presented at the congresses.

Keywords: History of Economic Thought. Methodology. SEP. ANPEC.

Introdução

Ao contrário de muitos países onde a História do Pensamento Econômico (HPE) deixou de ser cadeira obrigatória para a formação do economista desde os anos 1970 (Weintraub, 2002), no Brasil a situação é diversa¹: não apenas as matérias em HPE e Metodologia são obrigatórias na graduação, como, por vezes, fazem parte do ementário obrigatório da pós-graduação de alguns cursos². Qual seria a importância da HPE na diversidade de temas e interesses do que se estuda hoje, academicamente, na área de economia no Brasil? Seria o estudo de HPE útil para um pesquisador que não apenas deseja estudar alguma ideia econômica do passado, mas que deseja aplicá-la para o estudo de um problema atual?

Para tentar jogar alguma luz sobre as perguntas acima, propusemo-nos atingir o seguinte objetivo: verificar qual é a diferença entre os congressos da SEP e ANPEC no que diz respeito à permeabilidade da fronteira entre HPE/Metodologia e outras subáreas da economia, com foco nas diferenças entre os principais teóricos estudados pelos pesquisadores brasileiros nos dois congressos.

O motivo para a escolha desses dois congressos é seu alcance nacional e o fato de eles agregarem pesquisadores em economia das mais dife-

¹ Ver, por exemplo, a diretriz curricular de 2007 do MEC para a área de ciências econômicas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf>, principalmente os Artigos 4º e 5º.

² Por exemplo, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



rentes áreas (micro, macro, economia regional, economia internacional etc.), sem ênfase nesta ou naquela subárea específica da economia. Além disso, tais congressos funcionam como fóruns em que os pesquisadores das mais diferentes áreas, escolas e interesses em economia apresentam e discutem trabalhos que estão em desenvolvimento e que futuramente poderão ser publicados em revistas e periódicos especializados. Devemos esclarecer, contudo, que nosso objeto de estudo *não contempla* toda a produção acadêmica desenvolvida no Brasil, na área de economia, seja porque não contemplamos o material publicado em periódicos ou livros na área, seja porque há outros congressos grandes da área no Brasil³. Ou seja, nossa análise não se pretende capaz de exaurir toda a produção em HPE/Metodologia no Brasil, tampouco afirmar que os textos apresentados nesses congressos refletem com precisão o estado da produção nessas subáreas da economia no Brasil. Entretanto, cremos que a utilização desses dois congressos pode funcionar como uma aproximação razoável de temas e interesses dos pesquisadores em economia no Brasil – e também do lugar que a HPE e a Metodologia podem ocupar nessas pesquisas.

Para que pudéssemos manipular o material empírico à disposição – a “massa” de artigos apresentados nos congressos da SEP e ANPEC nos últimos 11 anos –, precisamos tomar algumas decisões metodológicas. Essas decisões foram de dois tipos: em primeiro lugar, a decisão se refere ao critério com que classificar os artigos como pertencendo à área da HPE e/ou Metodologia. Em segundo lugar, a decisão diz respeito à aferição da permeabilidade da fronteira da HPE/Metodologia com relação a outras áreas da economia. A explicitação desses critérios é necessária, pois as classificações de áreas temáticas da ANPEC e SEP não são compatíveis uma com a outra, além de não permanecerem fixas nos últimos

³ Na própria área de pensamento econômico, há congressos brasileiros que rivalizam em tamanho com os da SEP e ANPEC nos últimos anos, como os congressos da Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e os congressos do NIEP-Marx (associado à UFF) e do CEMARX (associado ao IFCH da UNICAMP). Contudo, esses congressos possuem foco predominantemente na história (ABPHE) e na tradição de um autor específico (NIEP-Marx e CEMARX). Logo, o uso desses congressos tenderia a sobre-representar a produção de um autor (Marx) ou de uma área (história), não permitindo que verificássemos a variedade de temas e autores estudados em HPE/Metodologia no Brasil, bem como sua permeabilidade com relação a outras subáreas da economia.

10 anos. Além do mais, não há uma uniformização das ementas das disciplinas de HPE e Metodologia nas faculdades nacionais. Ou seja, não podemos recorrer nem ao escopo da área de economia nem a uma definição consensual da comunidade de pesquisadores brasileiros de economia sobre qual o conteúdo específico da HPE e da Metodologia.

A *justificativa* para este trabalho é dupla: primeiramente, embora haja pesquisas realizadas em História do Pensamento Econômico brasileiro (Malta, 2011), não há, até onde vai nosso conhecimento, uma pesquisa *empírica* sobre a produção acadêmica em HPE e Metodologia feita no Brasil. Ou seja, não há conhecimento de quais e quantos autores – brasileiros ou não – mais interessam aos pesquisadores de HPE/Metodologia brasileiros nem se sabe de onde eles vêm e que temas os interessam.

Dessa forma, e em segundo lugar, o artigo gostaria de verificar se a HPE e a Metodologia efetivamente podem contribuir para a construção de modelos e difusão de diferentes perspectivas sobre os problemas econômicos estudados em outras subáreas da economia. Em outras palavras, este tipo de trabalho, se bem-sucedido, pode ajudar a verificar *empiricamente* se a fronteira entre a HPE/Metodologia e outras subáreas da economia (tal como apresentadas nos congressos da SEP e ANPEC) é permeável. Cremos que é nesse ponto que se encontra a possível *novidade e relevância* deste trabalho. Afinal, a diretriz curricular da CAPES supracitada indica que o aluno de economia “deve diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas” e que a “formação histórica” deve proporcionar um “posicionamento reflexivo, crítico e comparativo” por parte do formando. Logo, seria em princípio importante que as várias correntes teóricas de pensamento econômico estejam representadas na produção em HPE e Metodologia no Brasil.

Conclui-se o artigo discutindo brevemente algumas eventuais implicações do fato de a produção de HPE no Brasil ser bastante diversa (principalmente no caso do congresso da SEP), mas basicamente concentrada em apenas alguns autores clássicos. Igualmente, sugerem-se algumas linhas de desenvolvimento dessa pesquisa no futuro.

1. Metodologia

1.1 O problema inicial: a possível “superclassificação” de artigos como pertencentes à área de HPE

A principal questão que se nos apresentou diz respeito a como tratar a “massa” empírica de artigos científicos à nossa disposição de forma a identificar a HPE e a Metodologia nesse montante de textos. Ou seja, logo de início um problema metodológico se impôs: por um lado, como afirmamos na introdução deste artigo, as classificações das diversas subáreas da economia, tanto dos congressos da SEP como ANPEC, mudaram nos últimos anos. Por outro, não há um currículo uniforme com as matérias de HPE/Metodologia entre as muitas faculdades brasileiras de economia. Dessa forma, o tipo de artigo que o congresso da SEP pode considerar como HPE/Metodologia poderia não ser exatamente equivalente ao tipo de artigo que a ANPEC considera como HPE/Metodologia. Por sua vez, cada faculdade – e, no limite, cada professor – pode fornecer diferentes perspectivas sobre as contribuições que a HPE e a Metodologia podem dar à economia, mesmo em se tratando dos mesmos autores estudados.

De fato, como sugere o Documento de 2013 da Área de Economia da Comissão Trienal da CAPES⁴ para avaliação dos cursos de graduação em economia no Brasil, a tangência e intersecção da economia com outras áreas (como ciência política, história, administração de empresas, relações internacionais, ciências contábeis, entre outras) é potencialmente grande. Conquanto este seja um ponto positivo em nossa área – haja vista que a complexidade do mundo moderno demanda estudos e metodologias de pesquisa cada vez mais inter e transdisciplinares (ver Santos, 2003; Morin, 2000) –, para fins deste artigo, tal característica pode ser complicadora. Como o próprio Documento da Área de Economia da CAPES acima indica, “os coordenadores [da Pós-Graduação em Economia] identificaram ainda grande dificuldade em traçar o limite do que é estritamente da área de economia”. Acreditamos que essa dificuldade de traçar um escopo bem delimitado do que pertence à área de economia

⁴ Ver documento da CAPES. Disponível em <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Economia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>.

pode influir na mudança das categorias da classificação das áreas de pesquisa dos congressos da SEP e ANPEC, com o passar dos anos. Embora tais mudanças não tenham sido radicais no período de estudo aqui incluído (2004-2014), no longo prazo elas tendem a evidenciar o fato de que a classificação do conhecimento na área de economia pode variar bastante.

Tal dificuldade em delimitar um escopo para as subáreas de estudo da economia nos levou a elaborar um critério próprio de classificação de artigos. Essa classificação deveria dar conta tanto da diferença entre os congressos da SEP e ANPEC, como da pluralidade de visões que distingue a produção científica em economia no Brasil⁵.

Dito isso, pode parecer que a nossa proposta neste artigo é tentar definir o que é a HPE e a Metodologia na produção total na área de economia na ANPEC e na SEP. Não é o caso, entretanto. De fato, essa dificuldade persiste como problema não apenas no Brasil, mas em universidades de renome em economia pelo mundo todo. O que nos propomos fazer neste artigo é analisar a “massa” empírica de artigos científicos em ambos os congressos e identificar quais assuntos e teóricos pertencem à área de HPE, quais pertencem à área de Metodologia e de que forma os congressos da SEP e ANPEC permitem uma permeabilidade da HPE e Metodologia para outras subáreas de estudo econômico.

Ora, a questão de fundo que se nos colocou diz respeito ao papel da *tradição de pensamento* no desenvolvimento da atividade científica. No esteio da contribuição que os críticos da tradição neopositivista como Popper (1994), Kuhn (1997) e Feyerabend (2007) nos deram nas últimas décadas, sabemos que a atividade científica se desenvolve sempre em

⁵ Deve-se observar que os congressos da SEP e ANPEC possuem histórias bastante diferentes e, como apontou adequadamente um parecerista anônimo deste artigo, parecem caracterizar diferentes comunidades de pesquisa com diferentes critérios de legitimidade científica. A ANPEC foi criada em 1973, no bojo de discussões sobre a profissionalização da produção acadêmica na área de economia no Brasil, tendo como pano de fundo o papel da Fundação Ford (Fernandez; Suprinyak, 2014). A SEP, por sua vez, foi criada vários anos depois, em 1996, tendo como objetivo “garantir um espaço ampliado de discussão a todas as correntes teóricas e áreas de trabalho que entendam a economia como uma ciência inescapavelmente social e que, por isso, tenham na crítica ao *mainstream* seu elemento comum” (SEP, 2015). Ou seja, há um viés crítico ao *mainstream* na história da SEP, o que não transparece na ANPEC. Até onde vai nosso conhecimento, não há artigo que delinhe a história, o desenvolvimento e o papel da SEP na difusão/formação de uma ciência econômica heterodoxa no Brasil.

uma comunidade historicamente situada de pesquisadores com certos interesses, visão de mundo e tradição de pensamento. No entanto, isso nos leva a correr o risco de classificar uma imensa gama de artigos como pertencentes à área de HPE ou como influenciados por ela. No limite *todos os artigos* poderiam ser classificados como de HPE/Metodologia, já que invariavelmente se filiam a uma ou outra tradição de pensamento com sua própria história. Ou seja, inicialmente identificamos um viés para uma “superclassificação” de vários artigos como pertencentes e/ou influenciados pela área de HPE, já que o conhecimento é tradicional e evolui no tempo.

1.2 Adotando um critério de classificação do que é HPE, Metodologia e de permeabilidade de HPE/Metodologia para as demais subáreas da economia

Este é, portanto, o problema inicial com o qual nos defrontamos. Derivado dessa questão mais ampla, havia o problema de como separar também

- 1) os artigos propriamente de HPE;
- 2) os artigos de Metodologia;
- 3) a permeabilidade entre a HPE/Metodologia e outras subáreas da economia.

Começemos com o problema de definir os artigos como *HPE*. Nosso procedimento no artigo considerou como HPE todo artigo que visa discutir/analisar/criticar/comparar um determinado conceito ou ideia (ou conjuntos deles) desenvolvidos por um ou mais autores, seja em um período específico de tempo, seja em sua evolução no tempo. Exemplos típicos seriam os trabalhos “Friedman, Phillips, Phelps and the natural rate of unemployment” (de Danilo Freitas Silva, apresentado na ANPEC, 2013) ou “Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx” (de Eliseu Araújo, apresentado na SEP, 2014). Pode ocorrer também de o conceito não vir necessariamente associado a um autor específico, ou de ser analisado segundo uma ótica particular. Veja, por exemplo, o artigo “Der Methodenstreit – A batalha dos métodos: principais pontos do debate” (apresentado na SEP, 2013, por Maria Lenz e Débora Löw).

Em todos esses exemplos, há episódios, conceitos ou ideias (recortados pela visão de um ou mais autores) da HPE que foram estudados por pesquisadores brasileiros. Deve-se observar também que em nossa perspectiva, um conceito ou ideia contemporâneos também possuem uma história (por exemplo, o conceito de “expectativas racionais”), de forma que podem ser classificados como HPE.

E quanto a artigos de outras subáreas de economia (como microeconomia, macroeconomia, economia internacional etc.) que são permeados por conceitos ou ideias de autores de outras épocas, como Smith, Ricardo ou Marx?⁶ É importante esclarecer esse ponto, haja vista que a contribuição principal de nosso artigo se encontra justamente nessa questão. Adotamos uma postura empírica para verificarmos se existe tal permeabilidade: um artigo que trate de um tema de macro ou microeconomia deve *explicitamente citar um determinado autor de HPE no corpo do seu texto e na sua bibliografia*. Além disso, tal autor deve, *em algum grau, ser relevante para o argumento principal do artigo*. Observe-se que não entramos no mérito de determinar se a aplicação de conceitos de um autor do passado a um problema econômico atual obedece a algum critério metodológico. Tudo que quisemos verificar é se os autores brasileiros fazem ou não uso de conceitos de teóricos da HPE em seus trabalhos em outras subáreas de economia.

O uso da expressão “em algum grau” no parágrafo acima demonstra que não usamos um critério de classificação 100% preciso, ou *aritmórfico*, no conceito de Georgescu-Roegen (1999, cap. 2). Antes, preferimos adotar um critério do tipo dialético (também segundo a acepção de Georgescu-Roegen), de forma a captar nuances no uso de um autor do passado pelos pesquisadores brasileiros. Exemplificando: um dado autor pode ser filiado a uma linha de pesquisa “schumpeteriana” ou “neos-

⁶ O sintagma “autores de outras épocas” pode levantar dúvidas: Seriam, por exemplo, Milton Friedman ou John Kenneth Galbraith (mortos em 2006) de “outra época”? Qual o limite preciso que separa o passado do presente? Como explicaremos no parágrafo abaixo, utilizamos neste trabalho conceitos como “passado” de forma dialética. Quando falamos de “autores do passado” permeando a teoria econômica atual, estamos pensando em linhas similares ao que Boulding (1971) chamou de “extended present”: podem existir ideias ou conceitos de Smith ou Marx (ou mesmo Friedman e Galbraith) que até hoje não foram utilizados e podem ajudar a resolver um problema (teórico ou aplicado) de economia. Agradecemos a Carlos E. Suprinyak pela observação sobre o “extended present” de Boulding.

chumpeteriana” e usar várias vezes a expressão “(neo)schumpeteriano(a)” em seu texto. Contudo, se ele não busca necessariamente *no próprio Schumpeter* alguma inspiração para seu argumento, ele *não será* considerado como influenciado pela HPE/Metodologia por nós. Essa observação é importante, haja vista que não é incomum que artigos de macroeconomia e economia internacional façam alguma referência pontual em algum momento a Marx ou Keynes. Segundo nossa metodologia, não podemos afirmar com grande probabilidade que haja uso em tais artigos de alguma ideia ou conceito original de Marx ou Keynes. Em contrapartida, um outro autor pode citar algum trecho de uma obra de Schumpeter, Marx ou Keynes poucas vezes, mas de forma que tal citação seja central para o desenvolvimento do argumento do seu artigo. Nesse caso, é bastante provável que o autor tenha lido, em algum momento, *o próprio Schumpeter (ou Keynes ou Marx)* para desenvolver seu argumento. Dessa forma, consideramos que tal autor, mesmo que tenha usado esses teóricos apenas poucas vezes, foi influenciado por eles e usou da HPE para produzir seu trabalho. Por exemplo, o trabalho “O milagre econômico brasileiro sob a ótica marxista: a quebra do pressuposto do pagamento do pleno valor do trabalho” (de Paulo Rogério Brene et al., apresentado na SEP, 2012) utiliza-se em sua primeira parte de uma leitura do volume I de *O capital*, de Marx, para aplicar, na segunda parte, ao caso do milagre econômico brasileiro. Ou seja, temos um caso em que a HPE (através de Marx) permeia a história econômica (o comportamento de alguns agregados macroeconômicos no período 1967-1973, no Brasil).

Por fim, vamos abordar o problema de definir o artigo como sendo de *Metodologia*. Nesse caso, o autor do artigo deve fazer uso de *teóricos que procurem analisar/criticar/contrastar sejam conceitos, metodologias, interpretações ou abordagens que lidam com um ou mais aspectos das teorias de uma ou mais tradições de pensamento econômico*⁷. Nesse caso, não é necessário que o autor esteja preso a algum teórico ou período específico de tempo na

⁷ Chang (2014) apresenta nove escolas (ou tradições) de pensamento econômico: clássica, neoclássica, marxista, desenvolvimentista, austríaca, schumpeteriana, keynesiana, institucionalista e comportamentalista. Embora seja possível fazer subdivisões em cada uma dessas tradições (e embora haja autores que não possam ser classificados exclusivamente em uma ou outra escola), tal classificação é uma aproximação simplificada do que vemos no Brasil. No que tange à HPE/Metodologia nos congressos da SEP e ANPEC, as tradições mais importantes são as de Marx, Keynes, clássica e desenvolvimentista.

história das ideias econômicas. É possível inclusive que o autor trate de um problema específico e concreto (por exemplo, a crise financeira de 2008, estudada em muitos dos artigos aqui analisados), mas sempre com uma postura de análise, crítica ou contraste da abordagem de uma escola específica sobre o problema em questão.

Esquemáticamente, usamos os seguintes passos na prática de nossa metodologia:

- 1) verificamos se o título do artigo, bem como seu objeto de pesquisa e seu objetivo principal indicavam que poderia haver a presença de autores, conceitos ou ideias da área de HPE/Metodologia;
- 2) buscamos “marcas” no artigo na forma de nomes e/ou conceitos de teóricos do passado (por exemplo, verificamos se aparecem várias vezes os nomes de “Smith”, “Ricardo”, “Furtado” no artigo etc.);
- 3) excluímos as vezes em que os nomes e/ou conceitos de teóricos do passado apareciam apenas de forma ilustrativa ou retórica, sem contribuir para atingir o objetivo principal do artigo e/ou analisar ou tratar do objeto principal de pesquisa; e, finalmente
- 4) verificamos se havia citações explícitas dos autores e/ou conceitos do passado no desenvolvimento do argumento principal do artigo. Nesse caso, depois da triagem das etapas 1, 2 e 3, poderíamos afirmar que havia uma boa chance de o autor brasileiro ter usado originalmente algum autor, conceito e/ou ideia de HPE/Metodologia para atingir seu objetivo ou analisar seu objeto de pesquisa.

2. Tratamento dos dados

Os dados foram obtidos consultando-se os *sites* da ANPEC e SEP (disponíveis em <www.sep.org.br> e <www.anpec.org.br>), em que os artigos podem ser visualizados e consultados. Não houve problemas para a obtenção da maioria dos dados dos artigos, com exceção do ano de 2006 na SEP, em que os *links* para vários artigos não estavam disponíveis para visualização. A saída, nesse caso, foi verificar se os artigos estavam disponíveis em versões alternativas, seja em revistas especializadas ou em textos para discussão. Observe-se que a quase totalidade dos artigos foi encontrada em formato alternativo. O mesmo se sucede com

artigos cujos *links* foram removidos a pedido do autor (é o caso, por exemplo, do professor David Dequech, da UNICAMP, que produz trabalhos na área de metodologia econômica, em nossa classificação). No caso de não serem encontradas versões alternativas dos artigos, decidimos excluir o artigo por precaução metodológica.

2.1 Análise dos dados: o total de artigos apresentados nos congressos da SEP e ANPEC e a participação de HPE/Metodologia no total de artigos

A presente análise contemplou um total de 3.824 artigos apresentados em conjunto nos congressos anuais da ANPEC e pela SEP no período de 2004–2014. Por estarmos considerando os dois congressos como eventos distintos, o levantamento realizado aqui contempla duas publicações similares apresentadas nos dois congressos, no mesmo ano, como distintas.

Em um primeiro momento, fizemos uma análise distinta de cada congresso, considerando a grande quantidade de artigos e a grande diversidade de autores de HPE/Metodologia. Tal análise nos pareceu necessária, pois, como comentamos anteriormente, os dois congressos são bastante distintos e parecem possuir diferentes critérios de demarcação científica. A Tabela 1 explicita as diferenças entre os congressos da SEP e ANPEC tanto com relação à importância da área de HPE/Metodologia (ela é bem maior na SEP), quanto com relação à permeabilidade da HPE/Metodologia para outras subáreas da economia (também é bem maior no caso da SEP). Apenas para orientar o leitor com relação às informações da Tabela 1, as porcentagens foram realizadas em relação ao total de artigos especificamente de HPE, especificamente de Metodologia e aqueles de outras subáreas da economia que são permeáveis a autores de HPE/Metodologia, em cada ano.

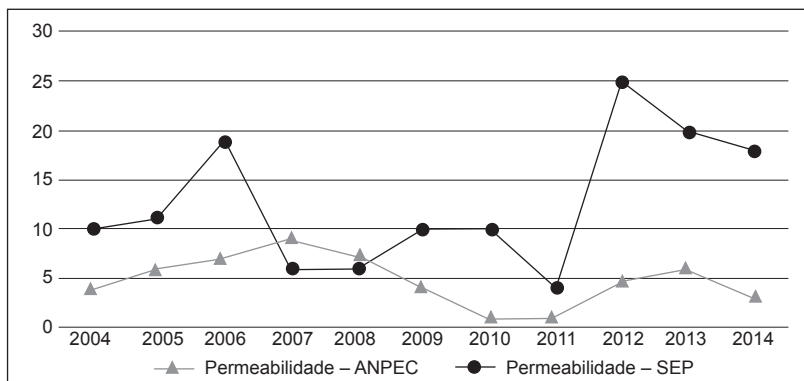
O Gráfico 1 explicita o fenômeno que viemos chamando de “permeabilidade” dos artigos da SEP a autores de HPE/Metodologia. Enquanto na ANPEC o número de artigos de HPE/Metodologia que permeiam outras subáreas da economia chega a cair a quase zero nos anos de 2010 e 2011, na SEP tal número é menor que dez em apenas três anos. Contudo, a criação em 2013 de uma área de economia política na ANPEC sinaliza a possível presença futura de artigos que tratem de temas como economia política internacional ou história econômica e que sejam permeáveis à HPE/Metodologia.

Tabela 1 – Porcentagens da participação de HPE/Metodologia e da permeabilidade com relação ao total de artigos por ano (2004-2014)

	HPE		METODOLOGIA		PERMEABILIDADE	
	ANPEC	SEP	ANPEC	SEP	ANPEC	SEP
2004	3,2%	11,8%	5,7%	10,0%	2,5%	9,1%
2005	6,9%	9,3%	2,9%	11,0%	3,4%	9,3%
2006	3,8%	18,8%	3,8%	18,0%	3,8%	14,8%
2007	2,3%	10,2%	4,0%	7,0%	5,1%	4,7%
2008	2,4%	18,5%	4,2%	8,1%	3,3%	4,4%
2009	6,0%	9,9%	3,8%	7,5%	1,7%	6,2%
2010	4,2%	11,5%	0,8%	6,2%	0,4%	8,8%
2011	3,6%	20,3%	4,4%	7,8%	0,4%	3,1%
2012	3,5%	10,6%	3,1%	11,3%	2,0%	17,7%
2013	5,1%	16,1%	2,4%	4,2%	2,4%	14,0%
2014	2,0%	8,6%	2,0%	18,5%	1,2%	11,9%
Média	3,9%	13,2%	3,4%	10,0%	2,4%	9,5%
Desvio-padrão	1,6%	4,3%	1,3%	4,6%	1,5%	4,7%

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Gráfico 1 – Comparação entre ANPEC e SEP na permeabilidade de outras áreas à HPE/ Metodologia, 2004-2014

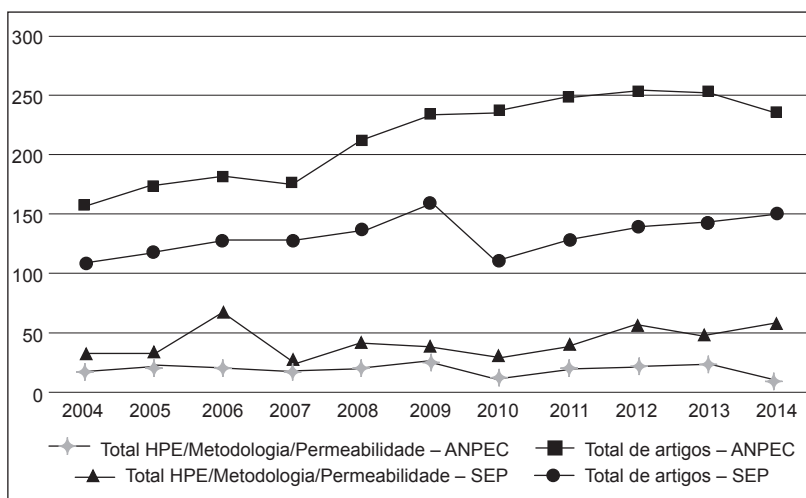


Fonte: Elaboração própria dos autores.

Por sua vez, o Gráfico 2 fornece uma visão panorâmica do que ocorre com a área de HPE/Metodologia, tanto na SEP quanto na ANPEC em conjunto nos últimos dez anos: a ANPEC é o congresso em que há maior apresentação de artigos em todas as subáreas da economia, em todos os anos investigados.

Quando considerado o item “HPE total” – que engloba tanto artigos exclusivamente de HPE, quanto de Metodologia, bem como aqueles em que teóricos de HPE/Metodologia aparecem em outras subáreas da economia –, vemos que a SEP possui um número maior de artigos em todos os anos.

Gráfico 2 – Comparação entre ANPEC e SEP na produção total em HPE/Metodologia e artigos de outras áreas “permeáveis” à HPE/Metodologia, 2004–2014



Fonte: Elaboração própria dos autores.

2.2 Os teóricos mais utilizados pelos autores na SEP e na ANPEC

Como colocamos na introdução deste artigo, um dos focos da diferença entre os congressos da SEP e ANPEC (no que diz respeito à permeabilidade da fronteira entre HPE/Metodologia e outras subáreas da economia) diz respeito aos principais teóricos estudados pelos pesquisadores brasileiros nos dois congressos. Como já mencionamos, esse ponto pode sinalizar uma possível pluralidade do pensamento econômico brasileiro, bem como possíveis linhas de pesquisas em economia características do Brasil.

Como na subseção anterior, os contrastes entre os congressos da SEP e ANPEC aconselham que se faça uma análise separada dos dois, para

que possamos identificar as especificidades de cada um deles, e não se homogeneíze a produção em HPE/Metodologia, quando se somam os dados dos dois congressos.

Começemos, assim, com os principais autores referenciados nos artigos da ANPEC, entre 2004–2014. Como se pode perceber, as tabelas mostram que Keynes, Marx, Smith e Furtado são os quatro autores mais referenciados nos últimos dez anos, entre os artigos influenciados por HPE/Metodologia e aqueles exclusivos dessa área.

Observando os dados na Tabela 2, pode-se fazer tentativamente uma divisão de cinco principais linhas de pesquisa específicas com base na semelhança entre os principais teóricos estudados por pesquisadores brasileiros: há uma possível linhagem que envolve Keynes, Kaldor, Minsky, uma outra envolvendo Smith, Ricardo, Mill, Marshall, outra ainda com Furtado, Prebisch, Prado Jr., uma linha marxista com Marx, Lenin, Hilferding, Lukács e, por fim, uma linha institucionalista–evolucionária com Veblen, Schumpeter. Embora não seja tema deste artigo, pode-se investigar em outro trabalho a frequência com que Keynes aparece com Kaldor e Minsky, ou Smith com Hayek, ou Furtado com Prebisch, por exemplo. Ou seja, pode-se verificar como os autores brasileiros constroem seus argumentos fazendo uma rede conceitual – ou um *cluster* – proveniente de autores de uma dada linhagem de pensamento econômico.

No entanto, o que realmente chama a atenção é a célula “outros”, que engloba teóricos tanto da área de economia (como Kaldor ou Robinson), quanto filósofos (como Quine ou Rorty) ou historiadores (como Braudel). No caso da SEP, a presença de autores fora do que usualmente se considera como o domínio próprio da economia (como Daniel Defoe, Immanuel Kant, Machado de Assis e Martin Heidegger) mostra que a área de HPE/Metodologia, ao menos no caso específico da SEP, tende a ser bastante transdisciplinar, como já observado. Este é mais um diferencial claro entre SEP e ANPEC, já que literatos ou filósofos não diretamente ligados ao pensamento econômico não aparecem no congresso desta última. No entanto, a imensa variedade de autores pode ser um fator complicador, ao dificultar a criação de um espaço comum de diálogo e pesquisa. Tal dificuldade é naturalmente menor para aqueles autores que trabalham com Marx, Keynes, Furtado ou Smith, pois a tradição de pensamento desses autores já está mais bem estabelecida. A questão pode ser mais complicada, contudo, quanto se trata de achar um espaço comum

de diálogo para autores que, digamos, pesquisem as ideias de Rorty e Condillac.

Tabela 2 – Ranking dos 20 teóricos mais referenciados, 2004–2014

ANPEC		SEP	
Marx	58	Marx	228
Keynes	46	Keynes	74
Smith	18	Furtado	60
Hayek	13	Smith	31
Kaldor	13	Schumpeter	30
Furtado	12	Minsky	22
Hodgson	11	Ricardo	20
Marshall	10	Lenin	18
Minsky	10	Hilferding	17
Veblen	9	Lukács	16
Kalecki	8	Kalecki	13
Mill	7	Braudel	12
Polanyi	7	Mandel	12
Ricardo	7	Prebisch	12
Lucas	7	Bhaskar	11
Hegel	5	Sraffa	11
Lawson	5	North	10
McCloskey	5	Marini	10
Pigou	5	Prado Jr.	9
Sraffa	5	Hayek	9
180 outros		225 outros	

Fonte: Elaboração própria dos autores.

3. Conclusão do trabalho e desenvolvimentos futuros

Este trabalho procurou investigar a produção em HPE/ Metodologia no Brasil, empiricamente, a partir de dois dos principais congressos de

economia do país – SEP e ANPEC de 2004 a 2014. Utilizamos uma metodologia que nos permitiu verificar que conceitos ou ideias de certos autores clássicos (Smith, Marx, Keynes, Furtado) ainda são efetivamente usados em trabalhos atuais em outras subáreas da economia. Embora mais trabalhosa, nossa metodologia permitiu analisar de que forma a HPE/ Metodologia podem sair de suas fronteiras e entrar em outras subáreas de economia (o que uma análise puramente bibliométrica poderia não captar).

Como resultado de nossa pesquisa, mostramos que há, de fato, alguma permeabilidade da área de HPE/Metodologia com relação aos outros domínios da economia. Mostramos ainda que há uma diferença substancial nesse quesito entre os dois congressos estudados: a permeabilidade é maior no caso do congresso da SEP, embora ela exista também no caso da ANPEC. De fato, aquilo que Arida (2003) denominou como *soft science* e *hard science*, a SEP se aproximaria mais da primeira, enquanto a ANPEC estaria mais ligada à segunda. Mostramos ainda que há uma enorme pluralidade de autores investigados pelos pesquisadores brasileiros e que, no caso da SEP, eles frequentemente saem das fronteiras do que burocraticamente denominamos “economia”. Contudo, não está claro como se pode criar um diálogo diante de tamanha diversidade que, do ponto de vista da transdisciplinaridade, seria desejável. Por outro lado, também há concentração de pesquisa em grandes autores clássicos – Marx, Keynes, Smith, Furtado –, em que o diálogo entre os pares certamente é mais fácil.

Como já aventado na seção 2, pode-se sugerir que o lado positivo dessa concentração nesses autores está na possibilidade de construção e sedimentação de linhas de pesquisa em economia alternativas no Brasil, distintas daquelas de outros países. Por outro lado, vários temas que poderiam ser de interesse para o próprio pensamento econômico brasileiro – por exemplo, o problema da especificidade histórica das ciências sociais, caro aos pensadores alemães do meio para o fim do século XIX – são muito pouco estudados. Quando o são, são obra de apenas um ou dois pesquisadores que dificilmente conseguem dialogar a respeito com seus pares, dada a diversidade temática e autoral que permeia a pesquisa na área de HPE/Metodologia no Brasil.

Um possível resultado dessa concentração em poucos teóricos diz respeito à sedimentação de linhas de pesquisa alternativas em HPE/

Metodologia no Brasil. É positivo para a formação de um pensamento econômico plural que haja linhas de pesquisa centradas em Marx, Keynes, Smith e Furtado. Contudo, segundo o recorte que fizemos em nosso objeto, verifica-se que há pouca produção nas linhagens austríaca ou historicista (seja inglesa ou alemã), enquanto o pensamento velho-institucionalista se centra quase que somente em Veblen.

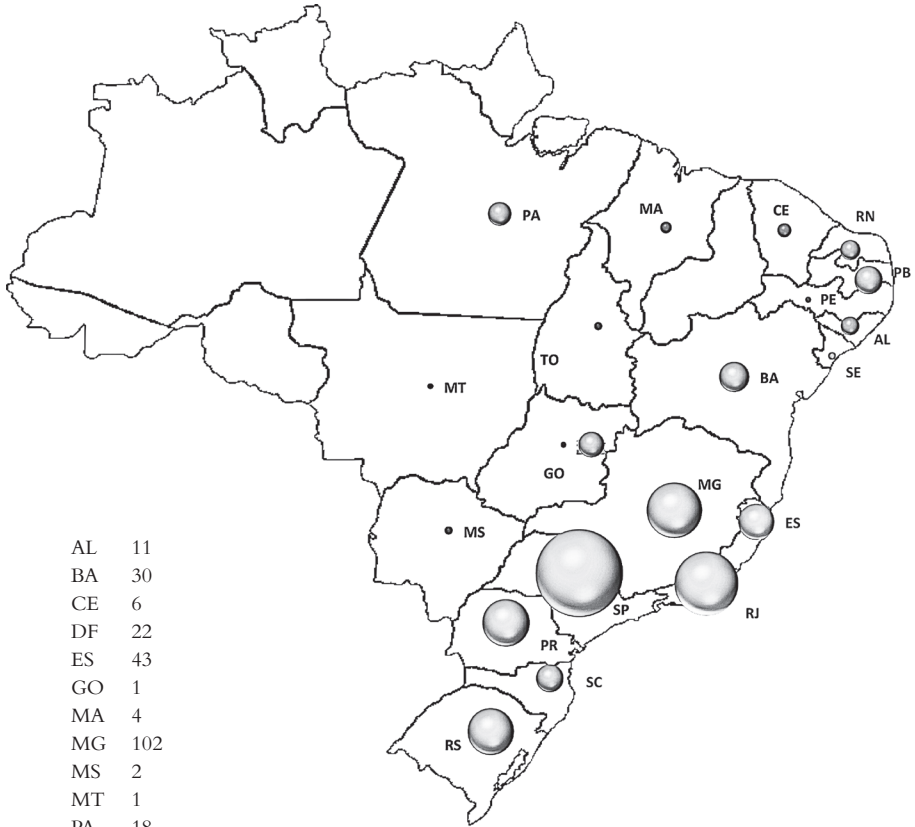
Por fim, o artigo traz ainda a possibilidade de gerar pesquisas futuras. Como foi aventado na subseção 2.2, é possível, por exemplo, mostrar quais são as “redes conceituais” possíveis de serem formadas a partir do trabalho de certas linhagens de pensamento – por exemplo, linhagens a partir de Keynes, Marx ou Smith. Podemos mapear ainda a concentração da produção em HPE/Metodologia nos diversos estados e instituições brasileiras, bem como a produção de artigos conjuntos em diferentes instituições nacionais e estrangeiras. É possível ainda apontar para as subáreas da economia que os pensadores de HPE/Metodologia brasileiros mais influenciam. Estas são questões que podem ser trabalhadas em futuros artigos.

Referências bibliográficas

- ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica. In: GALA, P.; REGO, J. M. *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BOULDING, K. After Samuelson, who needs Adam Smith?. *History of Political Economy*, v. 3, n. 2, p. 225-237, 1971.
- CHANG, Ha Joon. *Economics: the user's guide*. London: Pelican Books, 2014.
- FERNANDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. *Creating academic economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC*, June 12, 2014. Disponível em <SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2630781>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2630781>>.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP, 2007 (1978).
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Harvard: Harvard University Press, 1999 (1971).
- KUHN, T. A *Estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997 (1962).
- MALTA, M. M. *Ecos do desenvolvimento: uma História do Pensamento Econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994 (1963).
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.
- WEINTRAUB, R. *The future of the history of economics: annual supplement to volume 34 of the History of Political Economy*. Duke: Duke University Press, 2002.

Anexo

Mapa do Brasil com os níveis de produção em HPE/Metodologia por estados nos congressos da ANPEC e SEP, no período de 2004 a 2014



AL	11
BA	30
CE	6
DF	22
ES	43
GO	1
MA	4
MG	102
MS	2
MT	1
PA	18
PB	26
PE	1
PR	74
RJ	136
RN	13
RS	72
SC	25
SE	2
SP	256
TO	2

a economia e a alocação de riqueza bruta em ribeirão preto, 1889-1900*

the economy and the allocation of gross wealth in ribeirão preto, 1889-1900

Luciana Suarez Lopes**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste trabalho, estuda-se a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, de 1889 até 1900. A fonte documental utilizada são os inventários *post mortem* da localidade. Nesse período, a antiga vila, que em 1874 contava com apenas 5.552 habitantes, já havia crescido significativamente, assim como a importância do cultivo de café para a economia da localidade. Os diversos bens encontrados no *corpus documental* considerado foram agrupados em cinco categorias – bens imóveis, escravos, animais, bens móveis e dívidas ativas – e os valores, originalmente expressos em mil-réis, foram transformados em libras esterlinas. A introdução do café promoveu uma elevação substancial nos patrimônios inventariados, causada primordialmente pelo aumento no preço das terras e de todos os bens utilizados em sua produção, fazendo com que a localidade tivesse, no final do período considerado, níveis de riqueza e padrões de alocação substancialmente distintos daqueles inicialmente vigentes.

Palavras-chave: Riqueza. Cafeicultura. Ribeirão Preto.

ABSTRACT

This paper analyses the economy and the decisions of wealth allocation in one of the most important cities on the northeast of São Paulo, Ribeirão Preto, between 1889 and 1900. The main primary source used in this article are the detailed list of property of the deceased (*inventários post mortem*). In that period, the ancient village, which in 1874 had a population of only 5.552 people, grown considerably. The various goods and properties found in the primary source were grouped in five categories: real state, slaves, animals, furniture and other assets – and the values, originally expressed in *mil-réis* were converted in pounds. The coffee cultivation promoted a substantial wealth increase and changed the allocation patterns at the end of the period, changes that occurred mostly because of the price elevations of lands and resources used in the coffee production.

Keywords: Wealth. Coffee cultivation. Ribeirão Preto.

* A pesquisa que deu origem ao presente artigo recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço aos pareceristas, cujos comentários e apontamentos certamente contribuíram para a melhoria da versão final deste artigo.

Submetido: 16 de dezembro de 2014; aceito: 29 de abril de 2016.

** Professora de História Econômica do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. *E-mail:* lslopes@usp.br

Introdução

O presente estudo insere-se num conjunto maior de trabalhos que, a partir da década de 1970, têm buscado, com base em fontes primárias, desvendar as particularidades e as variadas dinâmicas de nossa sociedade pretérita. Tal movimento revisionista buscou, em sua origem, questionar a interpretação tradicional acerca de nossa formação econômica e social, tradicionalmente caracterizada como fruto de uma estrutura colonial montada, a fim de dar suporte a uma metrópole em expansão comercial, resultando numa economia completamente voltada para fora, com dinâmica interna reduzida e com baixo potencial para acumulação endógena de capital. Tal estrutura colonial teria sido transmitida ao Império sem grandes transformações, haja vista a organização produtiva das atividades voltadas ao mercado externo, assentada ainda nas grandes propriedades monocultoras e no trabalho escravo¹.

Essa estrutura começaria a se modificar a partir da década de 1850. Com a Abolição do tráfico de escravos, um sério problema se coloca: a substituição do trabalho cativo e a introdução do trabalho assalariado no Brasil. Em especial no último quartel do século XIX, crises políticas envolvendo a questão da mão de obra passaram a compor um quadro de crise política maior, que em última instância passava a colocar em xeque inclusive a continuidade da instituição imperial no país. Tais processos correlatos e interdependentes ocorrem justamente no momento de maior expansão da cafeicultura no Brasil oitocentista. Abolido o trabalho escravo no Brasil e proclamada a República, o último decênio do Oitocentos se vê contaminado por ajustes econômicos e importantes mudanças sociais. E é justamente nesse contexto que o presente artigo se encontra inserido. Um momento de consolidação da cafeicultura paulista, nos momentos iniciais da República no Brasil; um estudo que tem como base fontes primárias, com o objetivo principal de avançar na compreensão de uma dinâmica interna que por muito tempo foi deixada em segundo plano pela historiografia tradicional.

¹ Não constitui objetivo do presente trabalho discutir e analisar os pormenores dessa interpretação, sendo destacados, nessa seção introdutória, apenas alguns de seus elementos, elementos esses indispensáveis para a narrativa ora desenvolvida. Para uma caracterização mais ampliada desse paradigma, considerar Prado Júnior (1987), Furtado (2007), Novais (1979), Amaral Lapa (1999), Motta (2008).

A fonte primária utilizada no presente artigo, os inventários *post mortem*, começou a ser utilizada como fonte de dados para o desenvolvimento de estudos históricos ainda na primeira metade do século XX. Ao publicar *Vida e morte do bandeirante* em 1929, Alcântara Machado (2006) tornou-se o pioneiro na utilização dos inventários *post mortem* e dos testamentos – fontes documentais até então não exploradas – na pesquisa histórica. Mas o pioneirismo de Alcântara Machado não se resumiu à sua fonte. Pertencente a uma geração de historiadores acostumados a escrever sobre a cronologia dos fatos, ou sobre a biografia de homens ilustres, o mencionado autor inovou ao analisar os bandeirantes, não se limitando aos expoentes daquela sociedade, mas sim buscando compreender a dinâmica da população paulista dos séculos XVI e XVII.

Por mais diversas que fossem, as atividades bandeirantes não permitiram a acumulação de grandes cabedais. Ao contrário, Alcântara Machado encontrou pessoas simples, que desempenhavam, na maioria dos casos, atividades ligadas ao campo, sendo notada certa atividade comercial. Nos inventários consultados, constavam mais ou menos as mesmas informações dos inventários oitocentistas, com duas importantes diferenças: a avaliação das propriedades rurais e dos cativos. As terras, apesar de serem arroladas, não recebiam avaliação nem eram formalmente divididas entre os herdeiros. Por via de regra, avaliavam-se tão somente as benfeitorias e as plantações. O elemento servil de origem indígena, por sua vez, também não recebia avaliação, ausência que pode ter sido responsável, pelo menos em parte, pela modéstia dos cabedais encontrados. A Coroa proibía que o gentio fosse considerado um bem passível de avaliação e a consequente partilha. Contudo, tal proibição não impedia que esses elementos fossem descritos pelo inventariante, e até mesmo dividido entre os herdeiros.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a então capitania de São Paulo se viu transformada pelo constante trânsito de comerciantes em direção da região mineratória. Por São Paulo passavam os animais vindos do Sul e seus caminhos canalizavam as grandes partes dos gêneros responsáveis pelo abastecimento das Gerais². Contudo, com a abertura do Caminho Novo, no início do Setecentos, a região paulista se viu privada

² Tal dinâmica foi analisada por Zemella, em seu *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* (Zemella, 1951).

de grande parte desse intenso comércio, como mostram os censos elaborados durante o governo de Morgado de Mateus³.

Todavia, no início do século XIX, com o renascimento agrícola do final do período colonial e a introdução de um novo cultivo, o café, São Paulo retomaria sua trajetória ascendente. Sendo justamente essa sociedade modificada pelo café o objeto de estudo de Zélia Maria Cardoso de Mello em sua tese de doutorado *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. Tendo como base os inventários *post mortem*, o estudo mostrou uma sociedade em mudança, na qual as formas tradicionais de riqueza começam a ceder espaço para as chamadas formas *modernas* de riqueza. A partir da década de 1870, começa a declinar a participação dos escravos na composição dos patrimônios, elevando-se, em contrapartida, a participação dos das propriedades imobiliárias. “Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza; novas formas, ou valores mobiliários, particularmente as ‘ações’ aumentaram sua participação” (Mello, 1990, p. 87). Ou seja, a renda passa a se concentrar cada vez mais em imóveis e ações; concomitantemente, aumenta a presença nos inventários dos ativos chamados pela autora de *abstratos*, tais como as já mencionadas ações; valores em papel-moeda; moedas de ouro, prata, cobre; contas em banco; dívidas ativas; e letras bancárias (cf. Mello, 1990, p. 89-90).

Com a proliferação dos estudos de caráter monográfico, tais como o de Mello (1990), resultados vinculando a cafeicultura com a elevação dos patrimônios familiares tornaram-se mais comuns. Renato Leite Marcondes, por exemplo, ao analisar Taubaté, constatou ter sido o café responsável pela elevação do patrimônio de um número considerável de indivíduos da localidade. Ao acompanhar essas trajetórias familiares, tendo como ponto de partida a lista nominativa de 1829, Marcondes chegou à conclusão de que os “cafeicultores desempenharam um papel fundamental na evolução patrimonial da localidade e da nossa amostra” (Marcondes, 1998, p. 185). Resultados semelhantes foram também encontrados por Luciana Suarez Lopes, ao analisar Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. No artigo “Café, riqueza e famílias”, a autora constatou ter sido de fato o café “a principal atividade geradora de riqueza em Ribeirão Pre-

³ E foi essa sociedade paulista decadente o objeto de estudo de Alice Piffer Canabrava, no artigo “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67” (Canabrava, 2005, p. 169-202).

to” (Lopes, 2008, p. 155). Ao analisar os inventários de algumas famílias selecionadas com base na disponibilidade de processos, foi possível acompanhar, na ausência de outras fontes, tais como as listas nominativas de habitantes, as trajetórias familiares de enriquecimento ou empobrecimento. E mais, dada a relevância da cafeicultura na localidade, mesmo indivíduos ou famílias não envolvidos diretamente com sua produção acabaram por se beneficiar da renda gerada pela sua produção. Dessa forma, a autora conclui:

após cuidadosa análise pode-se afirmar que o café teve importante papel na elevação dos níveis e na modificação das formas de alocação da riqueza em Ribeirão Preto, sendo responsável direto pelo enriquecimento de famílias e indivíduos. Sua influência foi tão grande que não ficou restrita aos seus produtores, atingindo também os demais moradores da localidade, quer pela valorização das terras e dos imóveis urbanos quer pelo clima de euforia gerado por ele. (Lopes, 2008, p. 155)

Não obstante o grande número de estudos monográficos, são poucos os trabalhos que se dedicaram ao estudo das dinâmicas econômicas do nordeste paulista durante a segunda metade do século XIX, comparando as dinâmicas econômicas do período escravista com as do período republicano⁴. Nessa linha, temos dois trabalhos de Lelio Luiz de Oliveira, ambos sobre a cidade de Franca. Em sua dissertação de mestrado, *Economia e história, Franca – século XIX*, o autor caracteriza, com base em 96 inventários *post mortem*, as atividades econômicas e os padrões de alocação e acumulação de riqueza dos francanos comparando dois períodos: 1822-1830 e 1875-1885. Segundo o autor, na comparação entre esses dois momentos, foi possível constatar

decadência do peso relativo do item escravos, que passou de 37,1% para 26,7% da riqueza. [...] O acréscimo na participação dos bens de raiz no volume da riqueza, que no início do século era de 33% passando para 53,4% [...] O peso dos semoventes (gado bovino, principalmente) permaneceu quase inalterado. (Oliveira, 1997, p. 74)

⁴ Os trabalhos de Lopes (2011, 2012) analisam, também com base nos inventários, a mesma localidade de Ribeirão Preto, contudo não fazem esse tipo de comparação longitudinal entre as dinâmicas do período escravista e do republicano; idem para Garavazo (2006), que estuda com base nos inventários a localidade de Batatais.



Sobre as atividades econômicas geradoras dessa riqueza, o autor afirmou terem sido a atividade de produção de gêneros de subsistência e a comercialização dos excedentes dessa produção nos mercados do Centro-Sul brasileiro as responsáveis. Tais atividades proporcionaram, para a região de Franca, “um crescimento econômico gradativo durante todo o século passado, sendo sua economia favorecida pelo caráter mercantil, ambiente que propiciava aos proprietários francanos recursos necessários à acumulação de riqueza” (Oliveira, 1997, p. 135).

Em sua tese de doutorado, Oliveira revisita a história econômica francana, dando, contudo, ênfase num período posterior. Buscando um entendimento maior da economia cafeeira na localidade, Oliveira concentrou-se nos primeiros anos republicanos, entre 1890 e 1920, momento em que se observa a introdução e o desenvolvimento da cafeicultura na região. Em Franca, a cafeicultura dividiu espaço com a primitiva produção de gêneros de subsistência, realizada por seus habitantes desde a primeira metade do século XIX, e a essa estrutura produtiva imprimiu novo ritmo.

Concomitante às resistências, a cafeicultura ditou a nova lógica econômica. Mais dinâmica, ligou o município ao mercado externo e promoveu a retroalimentação dos setores destinados ao abastecimento interno. Com isso, as velhas forças não foram destruídas, pelo contrário, foram beneficiadas. A cafeicultura, sem se tornar monocultura, por conseguinte, reestruturou a pecuária e a agricultura de abastecimento interno, dando maior fôlego, inclusive, às atividades urbanas. (Oliveira, 2003, p. 16-17)

Sendo escassos os estudos com esse perfil comparativo para a região em questão, o artigo ora desenvolvido busca contribuir para um melhor entendimento dos impactos da cafeicultura na acumulação e na alocação da riqueza em uma importante localidade do nordeste paulista, durante os primeiros anos republicanos. São aqui apresentados alguns resultados ainda não publicados de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2001 e 2005, por ocasião da elaboração de minha tese de doutoramento. Em especial, são apresentados resultados da última seção do segundo capítulo, que analisa a alocação da riqueza na localidade de Ribeirão Preto, no período 1889-1900. Como já foi mencionado anteriormente, a principal fonte de dados foram os inventários *post mortem* do período, dados estes trabalhados buscando-se identificar os padrões de alocação



da riqueza bruta dos habitantes da localidade, que no período era uma das maiores produtoras de café do país. A fim de serem alcançados os objetivos propostos, a narrativa segue dividida em duas partes. A primeira, dedicada ao período 1849-1888, busca caracterizar a dinâmica econômica da localidade durante os anos em que vigorou o regime de trabalho escravo no Brasil. Na segunda, considera-se a alocação e a acumulação da riqueza no período 1889-1900, sendo feitas ao longo dessa seção as comparações com o período anterior. E, por fim, tem-se as considerações finais.

1. Observando o passado: a economia e a alocação da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1888

Sob os olhos de São Sebastião. Assim nasceu a localidade-tema do presente estudo, por meio da doação de terras a São Sebastião, santo padroeiro da cidade. E a importância que se dá a esse fato na cidade é grande, tanto que, diferentemente de outras localidades, que consideram como a data de sua fundação aquela correspondente à elevação da localidade à categoria de vila, Ribeirão Preto considera como data de fundação a da demarcação das terras doadas ao patrimônio do santo, feita em 19 de junho de 1856.

O atual município de Ribeirão Preto está localizado no nordeste do estado de São Paulo, distante aproximadamente 330 km da capital do estado, como mostra o Mapa 1. A Vila de São Simão foi ponto de partida para o surgimento desse arraial, em especial uma de suas fazendas, a Rio Pardo, com extensão de aproximadamente 13.262 alqueires, apossada pelo português José Dias Campos ainda na primeira década do Oitocentos⁵.

⁵ Campos era português e chegou à região após passar um período em Minas Gerais, onde se casou e teve filhos. Ele e seus filhos apossaram-se das terras em questão no ano de 1811, ratificando a posse delas em 1816 e denominando de ribeirão Preto o principal curso d'água da fazenda. Sobre a família Dias Campos e a Fazenda Rio Pardo, ver Martins (1998), Bacelar e Brioschi (1999) e Lages (1996), de que foram extraídas as informações apresentadas. Posteriormente, as terras não efetivamente ocupadas pela família Dias Campos na Fazenda Rio Pardo foram ocupadas por outra família que chegava à região: os Reis de Araújo. A partir daí, começa uma disputa judicial pela posse das ditas terras, contenda que chegou ao fim em 1846.



Mapa 1 – Localização de Ribeirão Preto



Fonte: Modificado a partir de Milliet (1938, p. 24).

Mapa 2 – Antigo município de São Simão (século XIX)



Fonte: Modificado a partir de: Bazan, Antigo município de São Simão. Situação geográfica no século XIX. Mapa b&p. Escala 1:200.000. In: Martins (1998). Em destaque pontilhado, está a área da antiga Fazenda Rio Pardo, apossada originalmente pela família Dias Campos na primeira metade do Oitocentos.

Nesse ano, as terras em questão foram avaliadas e os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos o montante combinado. A posse então ficou definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo. E foram os próprios Reis de Araújo que tentaram, pela primeira vez, doar terras ao patrimônio de São Sebastião em 1845.



A localidade foi elevada à categoria de freguesia em 1870 e, em 1871, pela Lei n. 67, a freguesia foi elevada à categoria de vila, com a denominação de “Villa da Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto” (Miranda, 1971, p. 14), sendo oficialmente desmembrada de São Simão. Com esse desmembramento, a então Vila de São Simão perde mais da metade de seu território, como pode ser observado no Mapa 2. O território da antiga Fazenda Rio Pardo também pode ser observado, destacado pelo pontilhado. A Câmara Municipal foi criada em 1874 e as primeiras eleições ocorreram em 22 de fevereiro daquele ano. O início das atividades administrativas ocorreu em 13 de julho de 1874. A localidade contava então com quatro ruas, seis travessas e dois largos (Miranda, 1971, p. 14).

O primeiro levantamento mais completo sobre a população ribeirão-pretana e suas atividades econômicas ocorreu em 1874, como parte do Recenseamento Geral do Império de 1872⁶. Naquele ano, existiam 5.552 habitantes, dos quais 857 eram escravos. Essa população era composta basicamente por brasileiros brancos, solteiros, católicos e analfabetos.

O rápido desenvolvimento da cultura cafeeira, principalmente durante a década de 1890, foi o grande motivador do crescimento populacional observado no final do século XIX. Entre 1890 e 1900, a população brasileira cresceu cerca de 21,7%, passando de 14.333.915 habitantes em 1890 para 17.438.434 em 1900⁷. No mesmo período, a população ribeirão-pretana passou de 12.033 habitantes, em 1890, para 100.185, em 1900, num crescimento anual calculado em 30,33%⁸.

Até a chegada do café à região ribeirão-pretana, a principal atividade desenvolvida por seus habitantes era o cultivo de gêneros de subsistência e a criação de gado bovino e suíno. Informações sobre ela, publicadas em 1873 no *Almanak da Província de São Paulo*, mostram que, apesar de o café já estar presente na região, ele ainda era uma atividade subsidiária. Segundo o *Almanak*, dos 59 fazendeiros existentes, 16 dedicavam-se à criação de gado vacum, outros 27 à criação de gado vacum e suíno, 15 ao cultivo do café e apenas 1 ao da cana-de-açúcar. Os criadores de gado – vacum e suíno – somados correspondem a 72,9% do total de fazendeiros, ao passo que os produtores de café correspondiam a apenas 25,4%.

⁶ Na Província de São Paulo, esse levantamento ocorreu em 1874.

⁷ Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/populacao.html>>. Acesso em 17/3/2016.

⁸ Caso mantida a integridade territorial desfeita pelo desmembramento dos municípios de Sertãozinho e Cravinhos, respectivamente em 1896 e 1897.

Durante a década de 1870, a expansão da cultura cafeeira paulista se deu principalmente em direção do novo oeste e a importância da região de Ribeirão Preto começou a aumentar. Tem início, então, uma grande onda propagandista, em que as qualidades da terra e do clima da região são exaltadas no jornal *A Província de São Paulo*. Atraídos por essa propaganda, chega à localidade toda classe de indivíduos em busca do estabelecimento como cafeicultores. Esse movimento ganha força ainda maior com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana em 1883.

Apesar do crescente interesse despertado pela região, os cafeicultores decididos a se estabelecer enfrentavam algumas dificuldades. As mais sérias eram o preconceito dos moradores locais, a distância dos portos e a existência dos grandes latifúndios. Os fazendeiros que vinham de outras regiões para dedicar-se ao cultivo da rubiácea eram tidos como aventureiros, “bárbaros, que levam aquelas paragens à pobreza, e a ruína aos seus antigos habitantes”. A distância até o Porto de Santos praticamente impedia a produção, “cujo transporte absorveria quase que o seu valor”. As melhores terras do município estavam em mãos de poucos, “impedindo que pessoas de fora aí fossem estabelecer-se, e que poderiam introduzir a nova cultura de todo oposta aos costumes dos seus habitantes” (trechos do artigo de Martinho Prado Júnior, no jornal *A Província de São Paulo*, apud Costa, 1956, p. 115).

O poder público não criava impedimentos à entrada do café. Ao contrário, a Câmara procurava incentivar o crescimento das plantações e buscava maneiras de cobrar imposto sobre o café exportado no município. Os vereadores demonstravam até certo exagero ao tratar do tema nas sessões da Câmara, entusiasmados com as possibilidades do novo cultivo e a renda gerada por ele em outras localidades. Nas atas da Câmara, o primeiro indício de presença de café na localidade data de 22 de dezembro de 1878. O registro da Câmara, claramente contaminado pelo mencionado exagero dos vereadores, aponta a existência de “milhões de pés de café plantados” no município⁹. Nos inventários *post*

⁹ A mencionada ata registra o envio de informações solicitadas pelo governo provincial acerca da adequação do município à cultura cafeeira. Deliberaram os vereadores “que se desse as informações que o Governo pede em circular de 22 de Outubro último, no sentido de demonstrar que este Município é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los” (Camargo, 1974, p. 61).

*mortem*¹⁰, o primeiro registro do café data de 1869. O inventariado em questão era José Venâncio Martins, que possuía entre seus bens um cafezal já produzindo. Como os pés de café começam a produzir quatro ou cinco anos depois de plantados, pode-se considerar que tal cafezal foi plantado provavelmente entre 1863 e 1864¹¹.

¹⁰ Os processos de inventário constituem importante fonte documental para estudos de história econômica. Para aqueles pouco familiarizados com a estrutura e as informações disponíveis nos processos, segue uma pequena descrição de seu conteúdo. Em linhas gerais, as primeiras informações dos processos de inventário são os nomes do inventariado e do inventariante, a data e o local de abertura do processo. Em seguida, aparecem os herdeiros e os bens pertencentes ao espólio. Para garantir a veracidade das informações prestadas e impedir que o inventariante deixasse de apresentar propositalmente algum bem, reservando este para si próprio, os demais herdeiros tinham que se mostrar de acordo com as informações prestadas e autorizar o prosseguimento do processo. Eram, então, descritos todos os bens que o indivíduo possuía no momento da morte e os valores que este, porventura, tivesse a receber de terceiros ou a pagar a terceiros. Caso todos os herdeiros concordassem com as informações prestadas pelo inventariante e com as avaliações, fazia-se o “Auto de partilha”, ou seja, o auto de divisão dos bens. Apesar de ricos em informações, os inventários *post mortem* constituem uma fonte de dados limitada, pois sua elaboração não era obrigatória, sendo abertos apenas quando os que faleciam deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores. No estudo ora apresentado, foram considerados todos os inventários do período 1889-1900 encontrados, na época da coleta de dados, no Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto e no Fórum de São Simão. Atualmente, devido a uma reestruturação dos serviços de arquivos do sistema judiciário, os processos do Primeiro Ofício de Ribeirão Preto estão preservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Já os processos do Segundo Ofício de Ribeirão Preto, do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão, encontram-se em Jundiá. No total, são 189 processos, dos quais 188 arquivados no momento da coleta de dados em Ribeirão Preto e apenas 1 em São Simão. Esses processos estão distribuídos de maneira quase regular ao longo do período. Os anos com maior número de processos são 1892, com 27, e 1897, com 20. Os com menor número são 1899, com 9, e 1889, com 11. Como fonte complementar, foram utilizadas diversas “Listas de qualificação de votantes”, tanto de Ribeirão Preto como de São Simão. Não obstante, informações dos processos de inventário de outros períodos foram utilizadas sempre que necessário para melhor caracterizar a localidade e o momento escolhidos como objeto do presente estudo.

¹¹ Quando faleceu, José era casado em segundas núpcias com Maria Francisca do Nascimento, a inventariante no processo. Sua primeira esposa havia sido Anna Leopoldina de Almeida, com quem teve sete filhos e, além destes, teve mais seis filhos com sua segunda esposa. As idades eram variadas, um dos mais velhos já havia falecido, e o mais novo contava com apenas 3 meses de idade. Os avaliadores dos bens foram José Bento Nogueira da Luz e João Gonçalves dos Santos. Sua casa era mobiliada de maneira simples: catres, tamboretas, um armário, uma mesa e um banco. Entre seus haveres, foram encontrados bens móveis, animais, mantimentos e culturas.

A partir de sua introdução, a cafeicultura foi se espalhando pela área rural da localidade e sua evolução pode ser percebida considerando-se a presença da rubiácea, ou de indícios de seu cultivo, nos processos de inventário *post mortem* das décadas de 1870 e 1880, informações essas apresentadas nas Tabelas 1 e 2, respectivamente.

Conforme a Tabela 1, dentre os 102 inventários do período 1870-1879, apenas 4 mostram indícios da cultura cafeeira. Nesses 4 processos, foi possível observar a existência de 4 cafezais e mais 48.439 pés de café.

Tabela 1 – A presença cafeeira (Ribeirão Preto, 1870-1879)

DESCRIÇÃO DO CAFEIEIRO	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	4	1:120\$000	280\$000
Pés de café de 3 anos	8.000	2:400\$000	\$300
Pés de café formados	439	214\$090	\$488
Pés de café sem idade	10.000	10:000\$000	1\$000
Pés de café sem avaliação	30.000	–	–

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Os dados para o período 1880-1888 confirmam o avanço da atividade. Dentre os 98 processos do período, 18 apontam a existência da cafeicultura. Para essa década, no total, foram avaliados 323.463 pés de café, dos quais 138.763 já formados, 46.454 novos e 96 mil com idades variando de 1 a 4 anos, além de 2 cafezais e 42.246 pés de café, cujas idades não foram informadas¹².

Havia também canastras, caixas e um oratório com imagens. Na cozinha, foram encontrados tachos, bacias e panelas feitas de cobre e de ferro. Além desses trastes, a família possuía, ainda, um quarto de um faqueiro de prata. Entre os mantimentos avaliados, destacam-se 23 sacos de sal, 15 carros de milho e 50 alqueires de café com casca. Seu rebanho era de tamanho médio, sendo composto por bovinos, suínos e uns poucos cavalos. José era escravista. Possuía 21 cativos com idades entre 4 e 50 anos. O café não era o único cultivo encontrado no inventário. Além do cafezal, havia também uma roça de milho. O milho era comumente encontrado nos inventários ribeirão-pretanos, especialmente nos casos em que o inventariado também era criador de suínos. Inventário de José Venâncio Martins (1868), AFRP, Segundo Ofício, caixa 7.

¹² Além dos pés de café descritos na Tabela 2, foram localizados nos inventários um secador para café; quatro máquinas de beneficiar e um lavador para café.

Tabela 2 – A presença cafeeira (Ribeirão Preto, 1880–1889)

DESCRIÇÃO DO CAFEIeiro	NÚMERO	VALOR TOTAL (em réis)	VALOR MÉDIO (em réis)
Cafezal	2	900\$000	450\$000
Pés de café	42.246	31:096\$000	\$736
Pés de café formados	138.763	92:713\$000	\$668
Pés de café novos	46.454	8:175\$400	\$175
Pés de café de 1 ano	13.000	1:500\$000	\$115
Pés de café de 2 anos	13.000	3:000\$000	\$230
Pés de café de 3 anos	50.000	15:000\$000	\$300
Pés de café de 4 anos	20.000	6:000\$000	\$300

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No entanto, o café não era a única atividade presente no conjunto de inventários. Outras atividades agropastoris, e até algumas de caráter mais urbano, podem ser encontradas partindo-se das informações constantes nos processos¹³.

Considerando os inventários do período 1849–1888, do total de 217 processos, 179 inventariados dedicavam-se às atividades de lavoura e/ou criação de animais, perfazendo estes aproximadamente 82% dos processos relativos ao período. Esses mesmos 179 inventariados concentravam aproximadamente 89% da riqueza bruta inventariada, e 95% do valor alocado em escravos e 94% dos escravos inventariados. Dentre esses 179 processos, os inventariados do sexo masculino são maioria, perfazendo aproximadamente 60%. Esses são responsáveis por 65% do total da riqueza bruta e 67% dos cativos inventariados. As mulheres, por outro lado, totalizam aproximadamente 40% dos inventários, possuindo estas 35% do total da riqueza bruta e 33% do total de cativos inventariados.

Ao lado das atividades tipicamente rurais, os inventários do período 1849–1888 mostraram outras ocupações de caráter mais urbano. Já se nota, na recém-criada povoação, o desenvolvimento de um núcleo urbano mais bem definido e até certa expansão das atividades urbanas¹⁴.

¹³ Para a identificação mais apurada das atividades desenvolvidas pelos inventariados, como fonte de apoio foram utilizadas as “Listas de qualificação de votantes” da localidade, preservadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Vale lembrar que, nos casos em que o inventário era de uma mulher casada, procurou-se, nas listas de votantes, seu cônjuge.

¹⁴ Alguns dos negociantes encontrados comercializavam produtos diversos, tais como secos, molhados e utilidades domésticas. Outros possuíam estabelecimentos mais

Contudo, mesmo considerando essa diversificação de atividades e que durante a década de 1880 a presença cafeeira tenha se mostrado substancialmente ampliada, a mais antiga atividade econômica da região, a criação de gado, não desapareceu.

Não obstante, foram observados sinais de sua adequação ao novo cultivo. Na década de 1880, foram encontradas 1.207 cabeças de gado nos processos de inventário, menos da metade do rebanho existente na década anterior. Observa-se o crescimento de um só tipo de bovino, dos bois de carro. No entanto, sabe-se que os bois de carro eram amplamente utilizados nas fazendas de café, principalmente para transportar o produto durante as diversas fases de cultivo e beneficiamento dos grãos. Dessa forma, a alteração na composição dos rebanhos bovinos indica uma adequação dessa atividade, anteriormente predominante e mais importante na localidade, ao novo cultivo introduzido na região, o café.

Essa sociedade, caracterizada com base nas informações dos inventários *post mortem* do período 1849-1888, se mostra muito mais rural do que propriamente urbana, e por essa razão seria natural encontrar uma estrutura patrimonial condizente com essa forte ligação com o campo. Considerou-se, para as análises sobre a composição dos patrimônios, a riqueza bruta dos inventariados. Esta era formada pela soma de todos os bens que os indivíduos possuíam no momento da morte¹⁵. Esses bens estavam distribuídos em cinco categorias, a saber: bens móveis (móveis e utensílios domésticos diversos), semoventes (animais), escravos, bens

especializados, comercializando apenas bebidas ou madeiras. Havia também alguns profissionais de artes e ofícios, um alfaiate e um carpinteiro, além de um boticário. Em alguns casos, esses comerciantes eram lavradores que buscavam diversificar suas atividades, mantendo sua ligação com o campo por meio da posse de terras e da criação de animais.

¹⁵ Além dos problemas e das limitações do *corpus documental* que foram mencionados anteriormente, deve-se ressaltar que o inventário poderia se estender por anos e anos. Nesse intervalo de tempo, inúmeros acontecimentos podiam provocar a modificação do conjunto de bens inicialmente declarado. Por exemplo, algum dos herdeiros podia falecer, algum dos escravos podia ser libertado ou os bens serem vendidos para garantir o sustento da família do inventariado, enquanto corria o processo. O procedimento adotado foi o seguinte: para o estudo da composição da riqueza inventariada, consideraram-se os números apresentados na partilha, e, para a caracterização de cada um dos grupos ativos –, bens móveis, semoventes ou animais, escravos, bens imóveis e dívidas ativas – considerou-se a descrição dos bens tal como feita no início do processo, procedimento adotado como forma de aproveitar melhor as informações disponibilizadas pela fonte documental utilizada.

imóveis (propriedades rurais e benfeitorias, além de casas e terrenos urbanos) e dívida ativa (valores que o inventariado tinha emprestado a terceiros, familiares ou não). Os valores encontrados foram transformados em libras esterlinas¹⁶. A partir daí, os processos foram separados em seis faixas, conforme o valor alcançado pelo monte mor ou riqueza bruta¹⁷. Até 1888, boa parte dos inventariados possuía patrimônios relativamente modestos, de até 500 libras. Na década de 1870, aqueles que possuíam menos 500 libras somavam 61,8% dos inventariados e respondiam por apenas 10,2% dos recursos. Entre 1880 e 1888, os patrimônios de até 500 libras respondiam por 65,3% do total de inventários e 9,9% dos patrimônios. Corroborando a distribuição desigual da riqueza inventariada, os índices de Gini calculados para a década de 1870 e para o período 1880-1888 foram de 0,733 e 0,763 respectivamente.

Agora, após conhecer um pouco mais acerca da formação do município e sua evolução econômica, pode-se prosseguir com análise do tema central no presente artigo, a economia e a alocação da riqueza bruta em Ribeirão Preto, na última década do Oitocentos.

2. A economia e a alocação da riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900

A cultura cafeeira, introduzida no município ainda na década de 1860, foi fator propulsor de uma série de transformações na economia da lo-

¹⁶ Foram utilizados os valores apresentados pelo IBGE na série Valores em moeda nacional e em libras das exportações e importações, saldo comercial e taxa de câmbio implícita (1821-1900), IBGE, 1990, p. 568-571, indicada por Nozoe et al., 2004. A conversão dos valores em libras esterlinas possibilitou a comparação longitudinal dos patrimônios antes e depois do Encilhamento. Contudo, a fim de facilitar o diálogo com outros estudos, optou-se por apresentar, sempre que possível, os valores dos bens e do patrimônio em moeda nacional.

¹⁷ Considerou-se como riqueza o total dos bens que a família do inventariado possuía, inclusive os gêneros da lavoura. Na historiografia, ora observa-se a inclusão ora a exclusão de tais bens – gêneros – do cômputo da riqueza. Canabrava, em trabalho de 1972, recentemente reeditado, não os considera, por entender que significam rendimentos (Canabrava, 2005, p. 179). Oliveira utiliza o conceito desenvolvido por Canabrava e, portanto, também os exclui (Oliveira, 1997, p. 72, 2003, p. 155). Já Zélia Maria Cardoso de Mello, Renato Leite Marcondes e Leonel de Oliveira Soares incluem esses valores nas análises desenvolvidas (Mello, 1990, p. 80; Marcondes, 1998, p. 200, nota 1; Soares, 2003, p. 111).

calidade. Durante a década de 1870, o café era cultivado nas fazendas de criação e sua presença não provocou modificações substanciais na estrutura da pecuária preexistente. Na década de 1880, observamos o avanço e a disseminação da cultura ao mesmo tempo em que diminuía os rebanhos bovinos.

No período ora analisado, 1889–1900, o café estava consolidado na localidade como principal atividade econômica. Percebe-se então a transformação do município, que passou de uma vila com pouco mais de 10 mil habitantes em 1886 para um município com quase 60 mil em 1900. Grande parte desse incremento populacional ocorreu por causa da chegada dos imigrantes em substituição ao trabalho escravo. Em 1888 entraram na província paulista 92.086 imigrantes, e em 1891 esse número chegou a 108.736 (cf. Delfim Netto, 1981, p. 22). A presença de estrangeiros no município vinha crescendo desde a década de 1870, chegando a 761, em 1886, e 1.282, em 1890.

O advento da Abolição, além de promover a imigração, incentivou a transferência de produtores de outras regiões para o Oeste Paulista, onde o trabalho imigrante já estava estabelecido e mostrava bons resultados. A utilização dos estrangeiros significava consideráveis gastos para o fazendeiro. Mesmo com os auxílios governamentais para o custeio das passagens, os produtores de café tinham que adaptar suas fazendas para acomodar os novos trabalhadores, o que envolvia a construção de casas e a formação de colônias. Em Ribeirão Preto, o primeiro conjunto de casas para imigrantes foi localizado em 1888, no inventário do cafeicultor e proprietário de escravos João Gomes do Val.

O crescimento populacional acelerado fez surgir uma série de problemas na cidade, principalmente os relacionados com o saneamento urbano. Os recursos que o café gerava para a Câmara Municipal eram insuficientes para suprir as necessidades públicas. A municipalidade começou a dispor de mais recursos somente quando as atividades urbanas – comércio, indústria, profissionais liberais e prestadores de serviços – começaram a se estabelecer e recolher o Imposto de Indústria e Profissões, principal fonte de financiamento da Câmara naquele período¹⁸.

¹⁸ O desenvolvimento proporcionado pelo café se estendeu também aos distritos vizinhos. Como mencionado anteriormente, o município analisado perde dois deles na década de 1890, Sertãozinho e Cravinhos. O primeiro deles era a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Aparecida do Sertãozinho, que havia sido criada no



Nessa primeira década republicana, começam a surgir fazendeiros dedicados ao café, que cuidavam também da comercialização do produto e do financiamento da atividade. Um deles era Henrique Dumont, que abriu na cidade de Santos, em sociedade com Ignácio Penteado, a casa comissária Penteado & Dumont. Essa casa comissária seria a primeira de uma série de casas que seriam fundadas, nos primeiros anos do século XX, por representantes da cafeicultura ribeirão-pretana (cf. Bacellar; Brioschi, 1999, p. 134).

A cafeicultura paulista vivia um momento favorável, com o estado de São Paulo ocupando o posto de maior produtor brasileiro e de maior exportador mundial de café. A expansão das plantações em Ribeirão Preto pode ser percebida pelo aumento no número de inventários com a presença do café. Mais elevado ainda foi número de inventários em que o café era o produto principal. Como foi visto, o proprietário do cafezal encontrado em 1868 era também pecuarista. Na década de 1870, o café aparecia em cinco processos, sendo o produto principal de apenas dois deles. O café como principal produto começou a aparecer com maior frequência nos inventários da década de 1880.

Na última década do século XIX, a historiografia relata que a cultura cafeeira dominava as lavouras da região, sendo seu cultivo praticamente uma regra entre fazendeiros locais. Os produtores de maior expressão eram proprietários de imensas glebas, possuíam extensos cafezais e empregavam milhares de colonos. O exemplo mais conhecido foi o de Francisco Schmidt, um imigrante alemão nascido em Osthofen, às margens do rio Reno, em 1850.

Em 1858, sua família veio para trabalhar numa das primeiras colônias de trabalho livre do interior da Província de São Paulo, a da Fazenda

ano de 1885, em terras da antiga Fazenda do Sertãozinho do Mato Dentro. As discussões na Câmara de Ribeirão Preto para a definição de seus limites e o futuro desmembramento começaram em 1889. O ano de 1896 marca a fundação do município e o desmembramento de seu território (cf. Camargo, 1974, p. 79-82). A Freguesia de Cravinhos é mais antiga e durante vários anos foi motivo de discórdia entre as vilas de Ribeirão Preto e São Simão. Quando ocorreu a dos territórios simonense e ribeirão-pretano, a povoação de Cravinhos ficou do lado ribeirão-pretano. Porém os simonenses protestaram, pois, com a retirada do território de Cravinhos e de Ribeirão, a Vila de São Simão ficava com menos da metade de seu território original. A questão se arrastou até 1893, quando o Estado criou o distrito de Cravinhos, jurisdicionado a Ribeirão Preto. O município de Cravinhos foi criado em 1897 (cf. Camargo, 1974, p. 83-87).



Felicíssima, em São Carlos do Pinhal. Trabalhou como colono até abrir um armazém de secos e molhados na cidade de Descalvado, em 1878. Em 1889 comprou sua primeira fazenda, localizada em Santa Rita do Passa Quatro e chamada Bela Paisagem. Em 1890, vendeu essa propriedade e associou-se a Arthur Aguiar Diederichsen, para comprar a Fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto. Menos de 15 dias depois, Diederichsen desistiu do negócio e Schmidt ficou com toda a fazenda graças ao financiamento que ele conseguiu na firma Theodor Wille (cf. Moraes, 1980, p. 46–66).

A Fazenda Monte Alegre foi o ponto de partida para a expansão dos negócios de Francisco Schmidt com o financiamento da firma Theodor Wille. Chegou a possuir 12 fazendas de café em Ribeirão Preto. O tamanho médio das lavouras de Schmidt foi calculado em 284.493 pés. A maior de suas fazendas, tanto em extensão como em número de pés, foi a Iracema, com 633 alqueires e 507.030 pés.

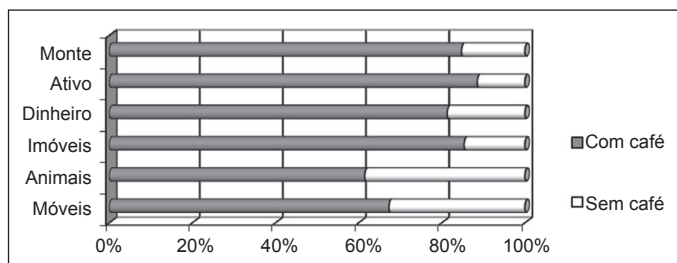
Um exercício interessante foi o cálculo, considerando os dados das 12 fazendas de Schmidt, do número médio de pés de café por alqueire. Sabe-se que a fazenda de café não era composta somente por plantações, pois eram necessários terreiros, casas de máquina, tulha, casas de colonos, enfim, toda a estrutura que caracterizava o complexo cafeeiro. Mesmo considerando todas as imprecisões desse cálculo, nota-se que havia certo padrão nas médias calculadas. Na maior parte dos casos, as médias estavam entre 1.200 e 1.400 pés de café por alqueire de propriedade de Schmidt (cf. Lopes, 2005, p. 90).

O número de cafeicultores em Ribeirão Preto subiu aproximadamente 16% em relação aos números da década de 1880. Entre os 189 processos do período 1889–1900, havia 66 com a presença do café, ou 34,9%. No período anterior, essa porcentagem era de 18,4%. Além de terem sido mais comuns, os inventários com café concentraram uma substancial parcela da riqueza do período, representando 84,8% do valor dos montes. Conforme o Gráfico 1, os cafeicultores participavam com mais de 60% dos recursos alocados em cada um dos grupos de ativos considerados. A menor porcentagem foi de 61,49%, na variável *animais*, e a mais alta foi de 88,7%, na variável *ativo*.

O aumento nos níveis de riqueza proporcionado pela expansão da atividade cafeeira pode ser constatado na análise do número de processos em cada uma das faixas de tamanho de riqueza, conforme os dados

da Tabela 3. No período anterior, 1880-1888, a porcentagem de inventários cujo monte mor estava acima das 5 mil libras era de 4,1%, sendo esses indivíduos responsáveis por 46,1% da riqueza. Os inventariados mais pobres, aqueles cujos montes estavam abaixo das 500 libras, representavam 65,3% do total de processos e respondiam por apenas 9,9% da soma dos montes. Analisando os números para a década de 1890, observa-se a modificação desse quadro. Os inventários abaixo das 500 libras passaram a representar 46%, e não mais 65,3%, sendo responsáveis por apenas 2,1% da soma dos montes. Em contrapartida, o número de processos com monte mor acima das 5 mil libras subiu para 15,9%, e a porcentagem da riqueza concentrada por eles foi de 82,6%¹⁹.

Gráfico 1 – Participação dos cafeicultores no valor dos ativos considerados (Ribeirão Preto, 1889-1900)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

Tabela 3 – Distribuição do monte mor total entre os inventariados segundo diferentes faixas de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	87	46,0	16.002,57	2,1	183,94
Entre 500 e 999 libras	31	16,4	21.532,28	2,8	694,59

¹⁹ Certamente, há que se considerar os impactos da Abolição da escravidão na composição da riqueza dos inventariados. Contudo, em Ribeirão Preto, o enriquecimento promovido pela atividade cafeeira mais do que compensou o efeito da Abolição. Para o período 1880-1888, o patrimônio médio de um inventariado proprietário de escravos foi calculado em 2.822,58 libras (cf. Lopes, 2005, p. 84). Para o período 1889-1900, o valor médio dos patrimônios foi calculado em mais de 4 mil libras, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição do monte mor total entre os inventariados segundo diferentes faixas de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Entre 1.000 e 1.999 libras	22	11,6	32.348,23	4,2	1.470,37
Entre 2.000 e 2.999 libras	5	2,6	11.686,39	1,5	2.337,28
Entre 3.000 e 4.999 libras	14	7,4	53.031,85	6,9	3.787,99
Acima de 5.000 libras	30	15,9	639.347,40	82,6	21.311,58
Total	189	100,0	773.948,72	100,0	4.094,97

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

A concentração de recursos nos inventários de maior monte mor foi confirmada pelo cálculo do índice de Gini. O valor encontrado para o período entre 1889 e 1900 foi o maior de toda a segunda metade do século XIX, igual a 0,821. Para relembrar, os valores encontrados anteriormente haviam sido: 0,733 para a década de 1870 e 0,763 para o período 1880-1888.

Foram encontradas diferenças marcantes entre o grupo dos cafeicultores e dos não cafeicultores, conforme os dados das Tabelas 4 e 5. Mais evidente do que a diferença entre os cafeicultores e os não cafeicultores foi a diferença encontrada entre os cafeicultores com monte mor abaixo das 2 mil libras e os com montes acima desse valor.

Conforme a Tabela 4, existiam 123 inventariados de não cafeicultores, dos quais 95,1% possuíam montes mores abaixo das 2 mil libras. Esses mesmos 95,1% de inventários concentravam 42,5% dos patrimônios dos não plantadores de café. Ainda analisando os não cafeicultores, foram localizados, com monte mor acima das 2 mil libras, apenas 6 processos. Estes respondiam por 57,6% da riqueza do segmento dos não plantadores de café e 8,8% da riqueza total inventariada no período. Esses últimos inventariados eram 2 criadores, 2 lavradores, 1 negociante e 1 capitalista.

Analisando agora os cafeicultores. Conforme os dados da Tabela 5, esse segmento, ao contrário do anterior, era basicamente formado por inventariados com monte mor acima das 2 mil libras. Esses cafeicultores perfaziam 65,2% do total de plantadores de café, sendo responsáveis por 97% da riqueza em seu segmento e 82,2% da riqueza total inventariada

no período. Os cafeicultores com monte mor abaixo das 2 mil libras somavam 34,8%, que respondiam por 3% da riqueza dos cafeicultores e aproximadamente o mesmo da riqueza total.

Tabela 4 – Distribuição dos inventários dos não cafeicultores segundo as diferentes faixas de tamanho de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	80	65,0	14.129,90	12,0	176,62
Entre 500 e 999 libras	24	19,5	16.965,18	14,4	706,88
Entre 1.000 e 1.999 libras	13	10,6	18.928,18	16,1	1.456,01
Entre 2.000 e 2.999 libras	2	1,6	4.773,73	4,1	2.386,86
Entre 3.000 e 4.999 libras	2	1,6	7.349,15	6,2	3.674,58
Acima de 5.000 libras	2	1,6	55.706,11	47,3	27.853,05
Total	123	100,0	117.852,25	100,0	958,15

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Tabela 5 – Distribuição dos inventários dos cafeicultores segundo as diferentes faixas de tamanho de riqueza (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE RIQUEZA	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	PORCENTAGEM	SOMA DOS MONTES	PORCENTAGEM	MÉDIA POR INVENTÁRIO
Menos de 500 libras	7	10,6	1.872,67	0,3	267,52
Entre 500 e 999 libras	7	10,6	4.567,10	0,7	652,44
Entre 1.000 e 1.999 libras	9	13,6	13.420,05	2,0	1.491,12
Entre 2.000 e 2.999 libras	3	4,5	6.912,66	1,1	2.304,22
Entre 3.000 e 4.999 libras	12	18,2	45.682,69	7,0	3.806,89
Acima de 5.000 libras	28	42,4	583.641,30	89,0	20.844,33
Total	66	100,0	656.096,47	100,0	9.940,86

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

O aumento no número de cafeicultores trouxe como consequência uma elevação no número de pés de café e no número de bens relacionados à cafeicultura nos inventários do período 1889-1900. As árvores cafeeiras avaliadas chegaram a pouco mais de 4 milhões, numa média por inventário igual a 61,881²⁰. Para se ter ideia da importância do valor alcançado por esses cafezais na composição da riqueza dos inventariados, foi calculada a participação destes no valor dos bens imóveis e no valor da riqueza do período. Constatou-se, então, que o valor das plantações foi responsável por 35,1% dos bens imóveis e por 25,4% de toda a riqueza do período. As plantações de café eram tão valorizadas, que foi possível encontrar avaliação até mesmo das covas abertas para o plantio das mudas²¹.

As máquinas para beneficiamento da produção atingiram valores consideráveis. Foram localizadas nos inventários três máquinas de beneficiar e um secador para café. As máquinas possuíam um valor elevado, que variava de 25 até 70 contos de réis, dependendo de seu estado de conservação e de suas instalações. Por exemplo, algumas eram avaliadas juntamente com a casa onde estavam e a tulha anexa, outras eram avaliadas sem os anexos, e outras ainda eram avaliadas sem estar instaladas. O valor alcançado pelo secador de café foi menor, 6 contos de réis²².

A maior parte dos pés de café localizados foi plantada entre os anos de 1882 e 1898, em especial no período 1890-1894. Provavelmente, essa concentração foi um reflexo da elevação dos preços internacionais ocorrida no período 1885-1890, que por sua vez foi provocada pelo aumento das demandas europeia e americana e pela irregularidade das safras após 1885.

Segundo Delfim Netto, naquele ano de 1885, a produção “havia sido de 5,6 milhões de sacas, a de 1886/87 foi de 6,2 milhões e a de 1887/88 alcançou apenas 3,3 milhões” (Delfim Netto, 1981, p. 21- 22). A safra

²⁰ Média calculada dividindo-se o número total de pés de café encontrados pelo número de inventários em que aparece a cultura cafeeira, como atividade principal ou não.

²¹ Inventário de Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16.

²² Inventários de Galdino Rodolfo Marcos Taveira (1898), Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), Francisco Dias do Prado (1899), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16. Inventário de Antonio Maria Gregório (1895), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 14. Inventário de Theodolindo Joaquim de Almeida (1894), AFRP, Segundo Ofício, caixa 14.

de 1888-1889 produziu 6,5 milhões de sacas e a de 1889-1890 apenas 4,6 milhões. O efeito dessas variações nos preços foi tal que entre 1885 e 1890 o preço de exportação do café mais que dobrou (cf. Delfim Netto, 1981, p. 24).

Os pés de café tinham o preço calculado considerando-se a qualidade, a idade e as condições gerais da plantação onde estava localizado. A idade dos pés nem sempre era expressa em anos, sendo muito comuns as avaliações de pés *novos*, *velhos* ou *formados*. Observando a Tabela 6, nota-se que os preços dos pés de café variavam entre \$322 réis a 3\$000 réis. Os pés novos alcançavam valores ao redor de \$246 réis. Os pés de 1 ano foram avaliados, em média, por \$322 réis cada um. Os pés de 2 anos tinham valor médio um pouco mais elevado, \$513 réis. Os pés com 3 anos chegavam a 1\$276 réis. Com 4 anos, um pé de café iniciava sua idade produtiva, sendo avaliado a 1\$934 réis em média. Os pés de café mais bem avaliados alcançaram médias de 3\$000 réis por planta.

Tabela 6 – Idades e preços dos pés de café (Ribeirão Preto, 1889-1900)

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM	VALOR TOTAL	VALOR MÉDIO
1	652.051	16,0	209:809\$100	\$322
2	668.759	16,4	342:828\$750	\$513
3	250.963	6,1	320:210\$600	1\$276
4	151.350	3,7	292:775\$000	1\$934
5	58.139	1,4	114:306\$000	1\$966
6	130.000	3,2	174:000\$000	1\$338
7	3.000	0,1	7:500\$000	2\$500
8	2.600	0,1	6:500\$000	2\$500
9	4.000	0,1	400\$000	\$100
10	7.400	0,2	22:200\$000	3\$000
11	22.000	0,5	26:400\$000	1\$200
12	1.100	0,0	3:300\$000	3\$000
18	22.000	0,5	15:400\$000	\$700
Novos	379.613	9,3	93:534\$300	\$246
Formados	1.458.175	35,7	3.091:077\$500	2\$120
Velhos	34.100	0,8	30:870\$000	\$905
Sem idade	238.878	5,8	232:570\$500	\$974
Total	4.084.128	100,0	4.983:681\$750	1\$220

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Outro tipo de bem que tornou mais comum por causa da cultura cafeeira foram as casas de colonos, construídas para abrigar a mão de obra que vinha em substituição ao trabalho escravo. Como foi visto anteriormente, a primeira avaliação de casas para colonos havia sido encontrada no inventário de João Gomes do Val, datado de 1888. No período 1889-1900, encontramos 30 grupos e 500 casas de colonos, localizados na área rural dos municípios de Ribeirão Preto, Cravinhos, Descalvado e Batatais. Essas casas normalmente eram simples, feitas de barro, pau a pique ou madeira. As construções de tijolos também existiam, mas não eram as mais comuns. Algumas possuíam esteios de madeira e paredes de barro. A cobertura costumava ser feita com telhas de barro ou com palha, sendo a telha de barro mais comum. As construções que alcançavam os maiores valores eram aquelas de tijolos e cobertas de telhas, chegando ao valor de 2 contos de réis, maior até que algumas casas simples na área urbana.

A tendência de valorização das terras próprias para o café, iniciada no período 1880-1888, continuou no período 1889-1900. Conforme os dados da Tabela 7, os alqueires de terras altas alcançaram os maiores valores médios do período, 806\$250 réis. Essas terras eram consideradas as mais adequadas ao plantio do café, por estarem menos sujeitas às geadas. Em alguns inventários, esse tipo de terra chegou a alcançar valores entre 1:250\$000 contos de réis e 1:300\$000 contos de réis.

Os alqueires de mata virgem também foram bem valorizados, chegando a atingir o valor de 1:600\$000 contos de réis. A existência de matas em uma determinada área indicava serem as terras de boa qualidade e, portanto, próprias para o café. As terras de primeira sorte, ou primeira qualidade, também alcançaram bons valores. A média de 627\$778 réis esconde avaliações de até 1:500\$000 contos de réis, valor maior do que o de alguns alqueires de terra de cultura alta.

Um dado que chamou a atenção foi o valor alcançado pelas terras de campos, matos e pastos. Em alguns inventários, essas terras foram avaliadas pelos maiores valores por alqueire encontrados no período, maiores até do que o das terras de cultura alta e das matas virgens. Como exemplo, podemos citar o inventário Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, no qual há avaliação de 48,5 alqueires de pasto com valores entre 200\$000 réis e 2:166\$667 contos de réis por alqueire²³. Em dois

²³ Inventário de Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim (1898), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 16.



outros processos, datados de 1895 e 1896, encontramos mais 61 alqueires de pasto, todos com valor médio de conto de réis²⁴.

Tabela 7 – Tipos, quantidades e valores das terras (Ribeirão Preto, 1889-1900)

TIPO DE TERRA	QUANTIDADE	VALOR	MÉDIA*
Campos, matos e pastos	1.472,50	303:280\$000	695\$513
Cultura e campos	50,30	38:250\$000	371\$875
Mata virgem	2,00	3:200\$000	1:600\$000
Terra sem especificação de qualidade	4.434,30	1.247:307\$861	383\$291
Terra de cultura	1.503,50	635:660\$000	450\$568
Terra de cultura alta	526,00	487:300\$000	806\$250
Terra de cultura baixa	246,00	74:400\$000	418\$750
Terra de cultura de primeira sorte	743,50	600:050\$000	627\$778
Terra de cultura de segunda sorte	285,00	91:250\$000	391\$308
Terra de cultura de terceira sorte	48,50	8:950\$000	180\$000
Total	9.311,50	3.489:647\$861	592\$533

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

* Médias dos valores por alqueire em cada processo.

Até a chegada do café, a existência de pastos naturais era referência para a aquisição de terras. Os criadores de gado costumavam não explorar as áreas de terra roxa, geralmente cobertas de matas, pois o processo de retirada das árvores demandava tempo e um certo capital que nem sempre os criadores da região possuíam (cf. Bacellar; Brioschi, 1999, p. 110).

Os altos valores encontrados para os pastos podem indicar que a pecuária ainda era uma atividade importante na região. Aparentemente, após um período de ajustamento entre os anos de 1880 e 1888, a atividade pecuária voltou aos níveis da década de 1870. O número de bovinos que encontramos nos inventários do período 1889-1900 foi de 2.346,²⁵ semelhante aos números da década de 1870 e 94,4% maior do que o do período 1880-1888²⁶. O número de criadores chegou a 63 e o rebanho médio de cada um foi calculado em 37,2. A Tabela 8 mostra

²⁴ Inventário de Elpídio Gomes (1895), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 14. Inventário de Ana Theodora de Moraes (1896), AFRP, Primeiro Ofício, caixa 15.

²⁵ O número fracionado ocorre porque em alguns processos apenas parte do animal era inventariada.

²⁶ O número é fracionado porque em alguns processos a posse dos animais era compartilhada.



a distribuição desses proprietários e animais de acordo com as faixas de tamanho do rebanho.

Tabela 8 – Faixas de tamanho do rebanho bovino (Ribeirão Preto, 1889-1900)

FAIXAS DE TAMANHO DE REBANHO	PROPRIETÁRIOS		ANIMAIS	
	Número	%	Número	%
1-9	24	38,1	114,5	4,9
10-19	18	28,6	238,0	10,1
20-49	15	23,8	430,0	18,3
50 e mais	6	9,5	1.564,0	66,7
Total	63	100,0	2.346,5	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Observa-se que a porcentagem de proprietários com rebanho entre 1 e 9 animais caiu em relação ao período anterior, passando de 47,9% para 38,1%. A representatividade do rebanho que esses pequenos criadores possuíam, caiu de 14,2% para 4,9%. Por outro lado, o número de proprietários com mais de 50 reses subiu, passando de 4,1% para 9,5%. Anteriormente, esses maiores proprietários respondiam por 22,8% do rebanho e agora passaram a responder por 66,7%.

Essas variações podem ter ocorrido por causa da presença de 2 inventários com elevado número de bovinos em seus bens. O primeiro desses processos é o de Mariana Constança Junqueira, viúva que fez a partilha em vida de seus bens no ano de 1892. Seu rebanho bovino era formado por 981 animais, mais de um terço da nossa amostra. A inventariada era viúva de Francisco Maximiano de Souza Junqueira, falecido em 1870. Em seu inventário, Francisco contava com um rebanho de 474 cabeças, que foi dividido entre a viúva e seus 10 filhos. Ao que tudo indica, após a morte do marido, Mariana continuou a criar gado, pois o rebanho de seu inventário foi praticamente o dobro do rebanho inventariado por seu casal em 1870. Não foi encontrada lavoura cafeeira em nenhum dos 2 processos, indicando que o casal Francisco e Mariana se manteve ligado à pecuária mesmo durante a euforia cafeeira.

O segundo inventariado que desequilibra a amostra é o de Percilina Alves Junqueira. Em seu inventário, havia o café e a criação de gado. Seu rebanho era formado por 320 cabeças de gado, com valor de 23:765\$000 contos de réis, e seu cafezal tinha 76.400 pés de café, 8.400 formados e 68 mil novos, com valor total de 26:500\$000 contos de réis. A represen-

tatividade das duas atividades no monte mor era praticamente a mesma, considerando o valor do rebanho em relação ao dos cafezais.

O café era plantado em 2 fazendas, a Macuco e a Bananal, ambas no município de Ribeirão Preto, próximas da Fazenda do Sertãozinho. A maior parte dos pés de café estava plantada em terras da Fazenda Bananal. A área avaliada no processo tinha extensão de 728 alqueires de terra, dos quais 428 com “matos”. As benfeitorias eram 1 casa de morada da família, 2 casas e 2 grupos de casas para colonos, além de 1 paiol, 1 moinho e 1 monjolo. A outra fazenda onde se plantava café era a Macuco. Não se sabe a extensão dessa propriedade, pois suas terras foram avaliadas como “uma parte de terras na fazenda do Macuco”. Havia 16.400 pés plantados, 8.400 formados e 8 mil com 6 meses. Nessa propriedade havia também 1 casa de morada para família, 1 paiol e 4 grupos de casas para colonos.

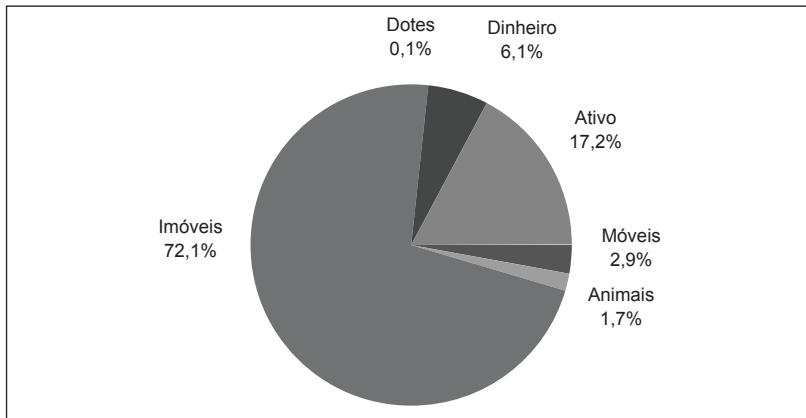
Os alqueires de pasto, onde provavelmente era criado o gado, estavam localizados na Fazenda do Ribeirão Preto, no lugar denominado Tanquinho. Foram avaliados 75 alqueires de pasto, 486 alqueires de campo e 140 alqueires de mato, além de 6 alqueires de terra com as benfeitorias.

Apesar de a atividade de criação estar localizada na Fazenda do Ribeirão Preto, não quer dizer que essa fazenda não era própria para a cafeicultura. No mesmo período, outros inventariados possuíam mais de 160 mil pés de café e 1 canavial na referida fazenda. Portanto, o segundo maior criador de gado do período 1889-1900 mantinha seu rebanho na mesma fazenda em que outros fazendeiros cultivavam café. A área ocupada por cada atividade deveria ser limitada, portanto, pela qualidade, pela localização das terras e pelos recursos de que dispunha o proprietário para explorá-las.

Os elevados preços alcançados pelas terras e cafezais modificaram um pouco o padrão de alocação existente anteriormente. Como pode ser observado no Gráfico 2, quase três terços dos bens inventariados em Ribeirão Preto, durante o período 1889-1900, estavam alocados em imóveis, continuando a tendência de alta iniciada com a introdução da cultura cafeeira na localidade. As porcentagens encontradas nos períodos anteriores, 1880-1888 e 1870-1879, foram de 56,3% e 52,1%, respectivamente. Ao longo do tempo, a composição desse ativo foi se modificando, dinâmica que pode ser observada na Tabela 9. No período inicial, as terras eram os imóveis mais representativos, concentrando quase a totalidade dos recursos alocados em imóveis.

Na década de 1870, apesar de o valor em terras ainda representar uma parcela importante, observa-se que vários outros tipos de imóveis têm sua participação aumentada. Com o aumento da ocupação rural, aumentaram também as benfeitorias e as terras com benfeitorias. Observa-se que aumentou a importância dos cafezais e diminuiu a das outras culturas. Existe um número maior de imóveis urbanos e suburbanos, chácaras e terrenos em áreas ao redor do núcleo urbano.

Gráfico 2 – Composição da riqueza inventariada (Ribeirão Preto, 1889-1900)



Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto e São Simão.

No período 1880-1888, a participação das terras caiu significativamente, passando de 79,5% para 58,9%. Essa queda foi compensada pela elevação dos valores em benfeitorias e em terras com benfeitorias. Nota-se que aumentou também a participação dos cafezais e apareceram as primeiras casas para colonos. A participação das outras culturas, dos imóveis urbanos e dos imóveis suburbanos caiu um pouco.

No período de 1889 até 1900, o valor nominal alcançado pelas parcelas analisadas subiu de maneira substancial, o que em parte pode ser explicado pela conturbada situação monetária vivida pelo país no período. Porém, analisando o valor da riqueza do período anterior, em libras esterlinas, constata-se que ela alcançou a soma de 114.704,67 libras, sendo o valor dos imóveis de 64.609,64 libras. Para o período republicano, o valor da riqueza foi igual a 773.948,72 libras e o valor dos imóveis de 558.161,01 libras, quase dez vezes mais elevado do que o encontrado

anteriormente. Dessa maneira, mesmo que as porcentagens de cada parcela dos imóveis tenham permanecido estáveis ou tenham variado pouco, o valor alocado em cada uma delas aumentou substancialmente.

Tabela 9 – Composição dos imóveis (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE BEM	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor nominal	%	Valor nominal	%	Valor nominal	%	Valor nominal	%
Terras	423:883\$882	95,5	521:168\$305	79,5	385:235\$871	58,9	4.953:356\$258	34,8
Benfeitorias	14:239\$800	3,2	37:353\$498	5,7	59:203\$000	9,0	1.720:502\$447	12,1
Terras com benfeitorias	600\$000	0,1	9:280\$000	1,4	16:983\$000	2,6	231:370\$000	1,6
Casas para colonos	–	–	–	–	700\$000	0,1	359:250\$000	2,5
Cafezais	1:250\$000	0,3	13:734\$090	2,1	146:384\$400	22,4	4.977:731\$750	35,0
Outras culturas	2:352\$000	0,5	1:324\$000	0,2	4:120\$000	0,6	80:210\$000	0,6
Imóveis urbanos	1:710\$000	0,4	70:540\$000	10,8	41:502\$000	6,3	1.825:663\$333	12,8
Imóveis suburbanos	–	–	20:00\$000	0,3	50\$000	–	65:787\$500	0,5
Ilegíveis	–	–	–	–	–	–	600\$000	0,0
Outros	–	–	–	–	–	–	600\$000	0,0
Total	444:035\$682	100,0	655:399\$893	100,0	654:178\$271	100,0	14.215:071\$288	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

A concentração dos imóveis em bens relacionados com a cultura cafeeira, tendência iniciada na década de 1880, se mostra mais evidente. As porcentagens em terras, benfeitorias, cafezais e casas para colonos representam 84,5% do valor total. Vemos aumentada consideravelmente a parcela em imóveis urbanos, indicando o dinamismo da cidade, que no final do período teria quase 60 mil habitantes.

O segundo item mais importante da riqueza foi o ativo, responsável por 17,2% do valor inventariado no período 1889-1900. A composição desse item, tal como ocorreu com a composição dos imóveis, foi se modificando desde o primeiro período estudado. Como pode ser observado na Tabela 10, algumas dessas dívidas não foram especificadas pelos inventariantes, sendo descritas genericamente como *dívida ativa*. Uma parcela significativa era proveniente de empréstimos, alguns com a cobrança de juros e outros não.

No primeiro período, o valor do ativo foi dividido basicamente entre dívidas não especificadas e empréstimos. A existência de contas de livro não necessariamente indica a existência de negociantes entre os inventariados, podendo ser referentes a vendas de animais ou produtos da lavoura. Além dessas dívidas, foi localizado também um contrato para retirada de madeiras, firmado em junho de 1859 entre Joaquim Noris de Paula e a família de Anna Claudina Diniz Junqueira.

Tabela 10 – Composição das dívidas ativas (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE DÍVIDA ATIVA	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ações	–	–	–	–	8:000\$000	7,0	118:910\$000	3,6
Adiantamentos de legítima	–	–	–	–	–	–	12:310\$130	0,4
Contas de livro	16:936\$387	14,2	7:307\$956	5,4	3:373\$730	2,9	14:209\$551	0,4
Dívida não especificada	47:963\$777	40,1	35:107\$972	25,8	61:192\$773	53,3	907:653\$971	27,1
Empréstimos e juros	54:426\$263	45,5	91:993\$646	67,7	36:454\$352	31,7	67:014\$034	2,0
Escrituras	–	–	–	–	–	–	111:912\$816	3,3
Hipotecas	–	–	1:511\$000	1,1	1:700\$000	1,5	1.366:945\$339	40,8
Letras	–	–	–	–	100\$000	0,1	702:029\$672	21,0
Seguros	–	–	–	–	–	–	3:227\$600	0,1
Títulos	–	–	–	–	4:000\$000	3,5	21:561\$000	0,6
Contratos	300\$000	0,3	–	–	–	–	22:510\$000	0,7
Total	119:626\$427	100,0	135:920\$574	100,0	114:820\$855	100,0	3.348:284\$113	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Na década de 1870, as dívidas não especificadas e os empréstimos a juros continuavam a ser as principais parcelas, sendo a participação dos empréstimos mais significativa do que no período anterior. Pela primeira vez aparece uma hipoteca, firmada entre José Pedro Alves e Emerenciano Alves da Cunha, por volta de 1872, com valor de 1:511\$000 contos de réis.

O terceiro período, 1880-1888, foi marcado pela diminuição na porcentagem de empréstimos e pela identificação de novos tipos de dívidas. Em 1884 havia títulos da dívida pública no valor de 4 contos de réis; em

1887 existiam 40 ações da Estrada de Ferro Leopoldina no valor total de 8 contos de réis e 1 letra não especificada com valor de 100 mil-réis.

No período republicado, 1889-1900, foram encontradas diversas hipotecas e letras, sendo estas responsáveis por mais de 60% das dívidas do período. Constatou-se também a existência das primeiras dívidas envolvendo escrituras, seguros e contratos. Destaca-se o contrato de arrendamento de cafezal firmado por João Vicente Ferreira e João Franco de Moraes Otávio. Este último repassou o contrato para Theóphilo F. Leite, que o repassou para a firma Theodor Wille. O valor total do contrato era de 22:500\$000 contos de réis, pagos em parcelas anuais de 4:500\$000 contos de réis. Aparentemente, nenhuma parcela havia ainda sido paga, pois o contrato aparece no inventário com valor total, sem o desconto de nenhuma parcela. Havia também uma apólice de seguro de vida adquirida por Matheus Chaves de Magalhães da New York Life Insurance Co., no valor de 3:227\$600 contos de réis. Infelizmente não temos detalhes das escrituras, encontradas em inventários de Elpídio Gomes e Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim.

Com relação aos bens móveis, pode-se dizer que sua participação desde o início foi pequena, principalmente pelo baixo valor alcançado por seus componentes. Com o passar do tempo e a identificação de frutos do cafeeiro nos inventários, nota-se uma pequena elevação na sua participação, abafada no último período pelo aumento dos níveis de riqueza provocado pela disseminação do café entre os inventariados.

Com relação aos animais, observa-se que sua participação também foi variável ao longo do tempo, pois a economia da região, anteriormente caracterizada pela pecuária, sofreu modificações substanciais com a introdução do café. Até a década de 1870, a atividade de criação não tinha sofrido grandes mudanças, o número médio de animais por proprietário e o número de reses se mantiveram sem alterações substanciais. No período de 1880 a 1888, foi observada uma redução substancial do rebanho bovino e o aumento do número de criadores, o que provocou uma queda acentuada na média por proprietário. Os dados do último período indicam que a atividade pecuária retorna os níveis anteriores, mas não como atividade principal da localidade, mas sim como atividade de apoio ao café, fornecendo, principalmente, bois de carro para o trabalho nas fazendas.

Como pode ser observado na Tabela 11, junto com os bovinos, os criadores ribeirão-pretanos possuíam também equinos, muares e suínos,

sendo os caprinos e ovinos pouco representativos. A importância da pecuária pode ser percebida pela representatividade dos bovinos, 82,7% no primeiro período, 67,2% no segundo, 63,8% no terceiro e 65% no último período. A segunda posição foi ocupada pelos equinos e muares alternadamente, com exceção do segundo período, quando a participação dos suínos foi mais elevada e estes ocuparam a terceira posição, ultrapassando os muares.

Tabela 11 – Composição dos animais (Ribeirão Preto, 1849-1900)

TIPO DE ANIMAL	1849-1869		1870-1879		1880-1888		1889-1900	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bovinos	48:797\$000	82,7	71:299\$000	67,2	37:348\$000	63,8	184:585\$000	65,0
Caprinos	–	–	23\$000	0,0	–	–	–	–
Equinos	2:645\$000	4,5	11:361\$000	10,7	8:630\$000	14,7	33:078\$000	11,7
Muares	5:793\$000	9,8	10:930\$000	10,3	2:612\$000	4,5	33:180\$000	11,7
Ovinos	20\$000	0,0	371\$100	0,3	136\$500	0,2	200\$000	0,1
Suínos	1:687\$000	2,9	10:520\$000	9,9	9:818\$500	16,8	18:970\$500	6,7
Conjuntos	–	–	–	–	–	–	7:612\$000	2,7
Não identificados	85\$000	0,1	1:662\$000	1,6	–	–	6:205\$000	2,2
Total	59:027\$000	100,0	106:166\$100	100,0	58:545\$000	100,0	283:830\$500	100,0

Fonte: Inventários do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto.

Sobre as dívidas passivas, pode-se dizer que nesse último período estudado elas comprometeram, em média, 18% do monte mor inventariado. Essa porcentagem média variou conforme as diferentes faixas de riqueza consideradas. No primeiro período, 1849-1869, elas comprometiam menos de 10% do monte mor. Na década de 1870, essa porcentagem passa para 12,4%. No período 1880-1888, observamos outra elevação, ficando o comprometimento em 24,4%. No período 1889-1900, essa porcentagem caiu para 18%.

O comportamento dessa variável se mostra muito irregular dentre nossa amostra. Por via de regra eram os mais pobres que deviam mais, mas na década de 1880 existem casos de inventariados com monte mor acima das 3 mil libras, que deviam mais de 40% de sua riqueza. Em alguns casos, os inventariados possuíam dívidas muitas vezes maiores do que seus

bens, como no inventário de Joaquim Martins Borralho. O lavrador falecido em 1870 possuía alguns bens móveis, uma parte de um escravo, duas partes de terra na Fazenda Ribeirão Preto e duas pequenas dívidas ativas. O monte mor alcançou o valor de 1:487\$810 contos de réis. Contudo, suas dívidas passivas somaram 2:565\$600 contos de réis. O monte foi rateado entre os credores, nada restando aos seus herdeiros. Mais comprometidos estavam os bens do comerciante de roupas Joaquim Garcia dos Reis. Seu inventariante declarou que o inventariado deixou apenas o estoque de seu comércio e as dívidas passivas. O monte mor foi avaliado em 283\$230 réis e as dívidas que possuía, em 1:829\$515 contos de réis, sendo a maior parte proveniente de um empréstimo obtido com o morador Francisco José Antunes Pereira, firmado em 1875 e com prazo de seis meses.

Casos como o de Joaquim Borralho e Joaquim Reis se multiplicaram nos períodos seguintes. Mesmo apresentando porcentagem de comprometimento menor, o último período apresenta as maiores dívidas com paradas aos seus respectivos montes da segunda metade do século. Por exemplo, a porcentagem média da dos inventários com montes entre as 500 libras e as 999 libras ficou em 66%. Um inventário que contribuiu muito para esse valor foi o de Francisco Dias do Prado. Quando faleceu, Francisco era casado com Anna Schmidt do Prado, filha de Francisco Schmidt. O casal possuía poucos bens, alguns burros de carga, animais de sela, 12 bois de carro, 2 vacas e 100 porcos. Em seus bens havia terras, 104 mil pés de café, 30 alqueires com cana, 1 engenho e 1 secador de café, entre outros.

Contudo, suas dívidas chegaram a mais de 200 contos de réis. Eram empréstimos e dívidas com colonos e empreiteiros. A maior delas era com o próprio sogro, no valor de 100 contos de réis. A dívida com os colonos e empreiteiros também era alta, 84:218\$955 contos de réis. Essas duas somadas representavam 85,2% do passivo.

Considerações finais

As análises mostraram como a composição do patrimônio e as decisões de alocação de recursos na sociedade considerada foram se modificando com o passar dos anos. Em meados do século XIX, a principal atividade

econômica dos inventariados era a criação de animais e o cultivo de gêneros alimentícios. Com a chegada do café, uma parcela dos habitantes locais foi deixando aos poucos as atividades tradicionais, passando a se dedicar ao cultivo da rubiácea.

Começa a ocorrer, então, uma valorização generalizada nas terras da região, principalmente quando cafeicultores de outras regiões começam a abrir novas fazendas em Ribeirão Preto. A valorização das terras e de todos os bens utilizados na produção cafeeira promove a elevação dos níveis de riqueza, fazendo com que aumente substancialmente a porcentagem de inventariados nas mais elevadas faixas de tamanho de monte mor. A sociedade ribeirão-pretana, no final do período, tem padrões de alocação e de acumulação bem distintos daqueles das primeiras décadas consideradas.

Abreviaturas

- AESP – Arquivo do Estado de São Paulo.
APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.
AFRP – Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto.
FSS – Fórum de São Simão.

Fontes primárias

- ALMANACH do Estado de São Paulo*. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1890.
ALMANAK da Província de São Paulo. São Paulo: Luné e Fonseca, 1873.
ARQUIVO do Estado de São Paulo. Listas de qualificação de votantes de São Simão, de 1847 a 1891, lata 5.933.
ARQUIVO do Estado de São Paulo. Listas de qualificação de votantes de Ribeirão Preto, de 1873 a 1900, lata 5.887.
ARQUIVO do Fórum de Ribeirão Preto. Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e Segundo Ofícios de Ribeirão Preto, de 1856 a 1900.
ARQUIVO Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fundo Câmara, Administração e Patrimônio: Termo de doação de terras, 1885.
FÓRUM de São Simão. Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e Segundo Ofícios de São Simão, de 1849 a 1900.
IMPRESSÕES do Brasil no século vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos. Reginald Lloyd, Walter Feldwick, L. T. Delaney, Joaquim Eulalio, Arnold Wright Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Limited, 1913.

Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte do Bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006 (Coleção Paulística, v. XIII).
- AMARAL LAPA, J. R. do. Caio Prado Júnior: formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 257-272.
- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). *Na estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- CAMARGO, J. *Aspectos históricos da Câmara Municipal*. Ribeirão Preto, Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 1974.
- CANABRAVA, Alice P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005.
- COSTA, J. E. da. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.
- DELFIN NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Séries Estatísticas Retrospectivas, v. 3).
- LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. Ribeirão Preto:VGA, 1996.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005 (Tese de Doutorado).
- LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. *História e Economia. Revista Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, p. 133-156, 2008.
- LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011 (Coleção Nossa História, n. 1).
- LOPES, Luciana Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 2, 2012.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARTINS, Roberto V. *Fazendas de São Simão*. Meados do século XIX. Pontal, 1998, mimeo.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café*. São Paulo: s.ed., 1938.
- MIRANDA, José Pedro de. *Ribeirão Preto de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: El Dorado, 1971.
- MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. *Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração, 1890-1924*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980 (Dissertação de Mestrado).
- MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*. São Paulo, n. 1, p. 117-138, jan.-jun. 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- NOZOE, Nelson H.; VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José F.; COSTA, Iraci del N. da; ARAÚJO, Maria Lucília V.; LUNA, Francisco V. Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica*, ano XI, n. 32, maio 2004. Disponível em <http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/nec/bhd32.pdf>.
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Economia e história*. Franca – Século XIX. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas S/A, 1997 (História Local, 7).
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *Ao lado do café*. Produção de exportação e de abastecimento em Franca, 1890-1920. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003 (Tese de Doutorado).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOARES, Leonel de O. *No caminho dos Goiaes: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX*. São Paulo: Departamento de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003, mimeo. (Dissertação de Mestrado).
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: [s.ed.], 1951.

o fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e a imigração asiática (década de 1890)*

the failure of wage labor in the agriculture of rio de janeiro: diplomacy, capitalism and the asian immigration (decade of 1890)

Daniel de Pinho Barreiros**

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Após a extinção do trabalho escravo no Brasil, severos entraves na economia agrícola fluminense foram finalmente evidenciados: a perda de competitividade, somada à perda de vocação produtiva, bem como a escassez de força de trabalho. Este artigo analisa o fracasso do projeto, conduzido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com investidores privados, de suprir a agricultura de trabalho barato, através da importação de *coolies* chineses. Defendemos que a impossibilidade de retenção de assalariados livres a serviço do latifúndio monocultor se deveu à pressão exercida pela fronteira agrícola aberta e pela expansão das áreas urbanas.

Palavras-chave: Modos de produção. Modernização conservadora. Desenvolvimento econômico. Agricultura. Via prussiana.

ABSTRACT

Following the legal abolition of slave labor in Brazil, hindrances in the agricultural economy of Rio de Janeiro were finally unraveled: loss of competitiveness, loss of productive vocation, and the utmost scarcity of work force. This article analyses the debacle of the endeavor carried by the state government, alongside its private entrepreneurial partners, of supplying agriculture with low-wage labor of chinese coolies. We support that the impossibility of retaining free waged workers in service of monocultural large estates was due to the pressure wielded by the open agricultural frontier and the expansion of urban areas.

Keywords: Modes of production. Conservative modernization. Economic development. Agriculture. Prussian way.

* Submetido: 2 de julho de 2015; aceito: 12 de janeiro de 2016.

** Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* daniel.barreiros@ie.ufrj.br

1. Sistemas agrários e capitalismo no campo

A configuração dos sistemas agrários no Brasil após a Abolição oferecia um cenário francamente desfavorável para a evolução da estrutura produtiva em direção à modernização de caráter capitalista. Não vem sem evidências a sugestão de que o processo de proletarização do trabalhador rural só teria superado sua condição transicional nas décadas de 1960-1970, e fundamentalmente nas regiões vinculadas à agroexportação. Tal fato seria decorrente de uma mudança, favorável ao capitalismo, nas condições infraestruturais desses territórios economicamente mais dinâmicos. Essa mudança estaria relacionada ao “fechamento” das áreas de fronteira agrícola nessas localidades, por meio da expansão dos latifúndios, fato esse que inviabilizaria a formação de pequenas unidades produtivas periféricas, gerando assim um contexto de restrição do acesso à terra aos trabalhadores rurais, e, portanto, de sua expropriação integral (Mello, 1977; Gonzales; Bastos, 1977; Martine; Arias, 1987). A imagem que surge dessas interpretações sugere então a conclusão de que, somente passado quase um século desde a mudança superestrutural que culminou na ilegalidade jurídica do trabalho escravo, consolidava a agricultura brasileira sua transição integral para as relações de produção capitalistas.

Um panorama diferente deste, de fronteira agrícola fechada e de formação de um mercado de trabalho livre no campo, pode ser delineado no que se refere ao último quartel do século XIX, especialmente no que se refere à economia fluminense (Castro, 1985; Faria, 1986; Frago, 1983; Martins, 1979). Apesar do contexto superestrutural de ilegalidade do trabalho escravo, e, portanto, da hipotética vigência de relações de trabalho “livres”, a formação de um legítimo mercado de trabalho rural, calcado na compra e venda de força de trabalho fornecida por trabalhadores expropriados, exigia a existência de precondições infraestruturais que estavam muito além do alcance social de quaisquer medidas jurídicas. Com o fim da escravidão no Brasil, vemos a economia fluminense ser rearticulada a partir de formas diversas de atividades agrícolas, com variada inserção mercantil, praticadas através de relações de produção não capitalistas, consubstanciadas na fixação do homem à terra (colonato, parceria, meação), sem desconcentração de propriedade, e dotadas de formas de extração de excedente que podemos considerar, nos termos de Barrington Moore Jr., calcadas em “sistemas repressivos de mão de obra” (Moore Jr., 1983, p. 428).

Não devemos rapidamente, a partir desse quadro, inferir que a transformação dos sistemas agrários no Brasil, especialmente nos quadros da economia fluminense, pode ser resumida a um processo linear de transição entre a coerção extraeconômica e o emprego da mão de obra livre, como fica implícito em Furtado (1986, p. 136-141). A conformação dos sistemas de trabalho agrário, com a eliminação da escravatura, aproxima-se da imagem teórica da relação entre modos de produção, no qual não há formas “puras” – tal como relações capitalistas que, por necessidade, devem eliminar relações pré-capitalistas –, e sim a interação dinâmica entre diferentes formas de produção e apropriação do excedente, antigas e novas (Dobb, 1986, p. 10). E, nesse aspecto, a transformação das relações de trabalho no Brasil não diferiria de sua congênera no Sul dos Estados Unidos, após a Guerra Civil (Moore Jr., 1983, p. 150).

Isso posto, podemos afirmar que, a despeito da proletarianização nas áreas agrícolas voltadas ao mercado externo nos anos 1960-1970, fato que coroava, sob certo ponto de vista, a transição para o capitalismo no espaço rural, essa mesma agricultura modernizada convivia, em seus interstícios, com uma ampla gama de outros sistemas produtivos agrários, persistentemente baseados em relações não capitalistas. E, ao contrário de entendemos a presença desses sistemas pré-capitalistas como “excrescências” que deveriam ser eliminadas paulatinamente pelo avanço da modernização (Rostow, 1971, p. 21), sugiro que levemos em conta a possibilidade de serem eles funcionais no âmbito da construção de um capitalismo autoritário, já que, por meio do subconsumo, da extensão da jornada de trabalho e do emprego familiar não remunerado, transferiam renda para outros grupos sociais via mercado, especialmente no que se refere à produção de bens alimentícios e outros itens de subsistência. Esse tipo de agricultura poderia funcionar então como um dos pilares da acumulação industrial, ao fornecer, a preços baixos, alimentos e matérias-primas aos centros urbanos, valendo-se, para seus diminutos custos produtivos, do caráter extensivo do cultivo e da criação de animais, bem como da abundância de terras em regiões periféricas aos centros dinâmicos de exportação, o que permitiria a exploração predatória, através de uma expansão da fronteira agrícola mediada pelas classes proprietárias agrárias (Oliveira, 1988, p. 21; Silva, 1978; Topalov, 1978).

Assim, se não se pretende promover uma revisão da evolução histórica das relações de trabalho na agricultura brasileira, esse preâmbulo se pro-

põe tão somente a situar o problema: o elemento infraestrutural que dava suporte a uma absorção funcional de unidades produtivas pré-capitalistas rurais na economia brasileira da segunda metade do século XX, se fazia presente de forma integral no momento de ruptura do trabalho escravo, ao final do século XIX: uma fronteira agrícola aberta, que nesse caso permitia ao trabalhador rural, em alguma medida, reproduzir sua condição de pequeno proprietário nas franjas das regiões agroexportadoras, e evadir-se, assim, da extração de excedente pela via das relações de assalariamento. A persistência dessa condição infraestrutural, identificada por autores ligados a diferentes escolas de pensamento, é a pista teórica para a formulação da hipótese analítica que fundamenta este artigo: iniciativas que visassem à implementação de relações de trabalho assalariadas capitalistas como “solução” para a crise de mão de obra decorrente da ilegalidade do trabalho escravo, deveriam esbarrar, no final do século XIX, em limitações geradas pelo potencial de evasão à exploração gerada por uma fronteira agrícola aberta. É sob a luz dessa hipótese que me propus a analisar o projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro de utilização de assalariados temporários imigrantes na agricultura fluminense, na década de 1890, cujos resultados podem ser conhecidos nas páginas seguintes.

2. O Governo do Estado do Rio de Janeiro e os contratos de “importação” de *coolies*

Na década de 1890, vozes “progressistas” provenientes da burocracia do Estado republicano demonstraram uma percepção bastante *sui generis* para os dilemas da instabilidade laboral na agricultura. Evitando tanto propor soluções que rumassem em uma direção já popularmente conhecida desde a primeira metade do século XIX – a fixação do trabalhador nacional à grande propriedade, com variado emprego de coerção extraeconômica, de que o colonato no Oeste Paulista era expressão mais notória (Costa, 1979, p. 149-179), quanto na direção da “via *farmer*” –, difusão da pequena propriedade estruturada como empresa mercantil, tendo como paradigma o Homestead Act de 1862 (Moore Jr., 1983, p. 422-423), apostaram no emprego de mão de obra imigrante, plenamente assalariada e contratada temporariamente.

Tratavam então essas opiniões de envolver na resolução do problema da oferta de força de trabalho no campo pós-escravista, o recurso à contratação de *coolies*, trabalhadores livres, geralmente chineses ou indianos, que, principalmente após a segunda metade do século XIX, se espalhavam pelo mundo – pelos territórios coloniais europeus e zonas agrícolas em integração ao mercado mundial – em troca de salários. Esses trabalhadores foram importantes como mão de obra alternativa no contexto de Abolição da escravidão nas colônias britânicas, na primeira metade do século XIX. Na América Latina, os *coolies* atuavam desde pelo menos os anos 1860, em países como o Peru e Cuba (Yun; Laremont, 2001; Hu-Dehart, 1989). Nos Estados Unidos da segunda metade do Oitocentos, foram empregados especialmente na construção ferroviária e na exploração do ouro na Costa Oeste, apesar de o Chinese Exclusion Act de 1882 ter banido legalmente essa forma de imigração (Reynolds, 1909; Yang, 1977, p. 419).

No Rio de Janeiro da década de 1880, não eram desconhecidos protestos manifestados por representantes de setores urbanos intelectualizados contra a imigração de chineses. Por exemplo, o *Jornal dos Economistas*, periódico livre-cambista organizado e redigido por advogados e outros profissionais liberais autointitulados “ilustrados economistas e escritores”, deu voz à opinião de que a vinda de trabalhadores temporários ou mesmo de colonos de origem chinesa consistiria em um fato desastroso para a economia nacional, dado que a concorrência que estabeleceriam com o trabalhador nacional – especialmente se considerarmos os baixos salários pagos aos *coolies* – poderia prejudicar todos os eventuais esforços de reassentamento dos libertos como pequenos proprietários “modernos”¹. O jornal conclamava então seus leitores a se engajarem em “cruzada” em favor da imigração europeia, e de representação nos poderes públicos para que fossem vetadas propostas de auxílio material e moral à imigração chinesa por parte de representantes do governo imperial². E essa seguiu sendo a opinião dos redatores do jor-

¹ Sobre a opinião a respeito da pertinência do assentamento de libertos como pequenos proprietários, ver “Leis de imigração”, *Jornal dos Economistas*, p. 5, 30 de novembro de 1887. Sobre a questão da concorrência entre *coolies* e trabalhadores nacionais, ver “Centro da lavoura e comércio”, *Jornal dos Economistas*, 6 de maio de 1882.

² “Centro da lavoura e comércio”, *Jornal dos Economistas*, p. 1, 6 de maio de 1882; “Aviso à lavoura”, *Jornal dos Economistas*, p. 2, 30 de março de 1887.

nal até o final da década: “No chin nada há que se aproveitar: quer como elemento de trabalho, quer como povo, socialmente falando-se; nele não se encontra sequer o exemplo pelo estímulo”³.

Opiniões desse tipo não parecem ter sido capazes de evitar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro empreendesse experiência de importação de *coolies* já no início da década seguinte, com apoio de latifundiários fluminenses. Um significativo episódio da tentativa de implantação de uma agricultura capitalista no Brasil pós-escravista pode ser encontrado na epopeia dos chineses vindos no *Tetartus*, navio alemão que os trouxe de Hong Kong até o Porto do Rio de Janeiro, com a finalidade de se tornarem a primeira leva de operários rurais, que deveriam dar início a uma ação sistemática de introdução de proletários na economia rural, e de transformação dos antigos fazendeiros escravistas em uma autêntica classe capitalista rural⁴. O malogro da iniciativa, que podemos acompanhar por meio dos relatórios dos inspetores da Diretoria de Agricultura e Indústria do Estado do Rio de Janeiro, nos permite subsidiar discussão e interpretação sobre os limites estruturais da implantação do modo de produção capitalista na agricultura brasileira, em fins do século XIX, que o descartavam como alternativa de reestruturação econômica do campo.

Do que nos é dado a conhecer através de documentação oficial produzida pelos agentes governamentais fluminenses⁵, a concretização do plano de introdução de imigrantes chineses após a Abolição, por meio de associação entre a administração pública e agentes privados (agenciadores e demandantes de mão de obra), deu seu primeiro passo em 14 de março de 1893, com assinatura de contrato entre o governo e a Companhia Metropolitana⁶, fundada por instrução do presidente de Estado

³ “Imigração chinesa”, *Jornal dos Economistas*, p. 6, 30 de janeiro de 1888.

⁴ Naturalmente essa não seria a primeira iniciativa de introdução de imigrantes chineses no Brasil, mas era a primeira após a Abolição, com a perspectiva de dar início a um movimento sustentado. Para experiências anteriores a 1893, ver Peres (2013).

⁵ A pesquisa em fontes primárias que fundamenta este artigo foi feita no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Presidência de Estado (PE), excetuando as breves considerações sobre as ideias liberais acerca da imigração asiática, que foi realizada no acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional. Do que pude apurar, a documentação constante do Fundo APERJ-PE é inédita no que diz respeito ao problema da imigração asiática.

⁶ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Contrato de quatorze de março de mil oito-

José Tomás da Porciúncula. A Companhia Metropolitana fora comandada pelo polêmico Julio Benavides, empresário peruano, que na ocasião já desfrutava de privilégios concedidos pelo governo federal (na Presidência de Floriano Peixoto), confirmados por meio do Decreto n. 99, de 7 de outubro de 1892. O decreto autorizava a contratação de Benavides pelo Poder Executivo brasileiro, para o transporte de mercadorias e serviço de navegação pelo rio Içá (afluente do Amazonas, chamado Putumayo em território colombiano), e lhe garantia isenção de tarifas de importação para produtos naturais vindos da Colômbia e que fossem levados às cidades de Manaus e Belém (Brasil, 1892, p. 105).

No que tange os negócios da imigração, a Companhia Metropolitana não seria a única aventura de Benavides; podemos rastreá-lo como “representante [brasileiro] na Ásia” da Companhia Oriental de Imigração e Comércio, que seria fundada em 21 de fevereiro de 1895 – após, portanto, a viagem do *Tetartus* (Brasil, 1895, p. 814) –, e como representante da dita companhia em contrato com o governo do Pará, tendo como objeto a introdução de 5 mil japoneses nesse estado (Pará, 1897, p. 24).

Foi com polêmica que se firmou o contrato entre a Companhia Metropolitana e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente porque era de conhecimento das partes que sua implementação geraria um contencioso diplomático. Isso porque o Império chinês havia proibido a imigração temporária de seus súditos em 1873, no contexto do intenso tráfico de *coolies* que já se estabelecia, e o Império britânico fechara o Porto de Hong Kong para a imigração de chineses cujo destino não fossem as suas colônias. Com as relações diplomáticas entre Portugal e a China abaladas desde a assinatura do Tratado de Tianjin (1862), que legislava acerca do estatuto colonial de Macau⁷, a imigração de chineses a partir desse porto ficara também proibida pela administração lusa. Tentativas de traficar trabalhadores chineses para o Brasil foram obstadas pela Marinha japonesa (em 1874), ou bastante complexificadas, quando envolviam o uso de portos intermediários, como os da Califórnia (Lesser, 2001, p. 50).

centos e noventa e três, celebrado com a Companhia Metropolitana para introdução de quinhentos trabalhadores chineses (14/03/1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1893.

⁷ Relações essas apenas parcialmente regularizadas em 1887.

Somente no final de 1893 o Barão de Ladário (José de Costa Azevedo) seria enviado à China para a negociação de tratado de comércio e da suspensão do embargo feito à imigração; no entanto, a sociedade entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Metropolitana, firmada em 14 de março, antecedia essa iniciativa diplomática. Considerando ainda que tanto o representante brasileiro quanto os plenipotenciários chineses acabaram tratando o assunto com razoável indiferença, a despeito de ser o assunto o cerne da missão (Lesser, 2001), temos que o contrato para a introdução de imigrantes no Brasil não contava com garantias diplomáticas de qualquer espécie, e não é de espantar que toda a ação de Julio Benavides tenha corrido em relativo sigilo. O próprio cônsul brasileiro em Macau (de onde partiram inicialmente os *coolies*) apenas tomou ciência da situação posteriormente, quando a Companhia Metropolitana já havia fretado o *Tétartus* para o traslado dos chineses. Após passagens por Bancoque e Cingapura, o navio alemão aportara em Hong Kong, com a finalidade de abastecimento, e fora impedido de seguir viagem pela Marinha britânica, situação essa só resolvida após intenso empenho dos interessados perante as autoridades judiciárias coloniais. A resolução do impasse nos tribunais não deu por resolvida a situação, já que a Companhia Metropolitana havia feito intensa propaganda em Macau, oferecendo passagens gratuitas para o Brasil, tendo como contrapartida a assinatura de contratos de trabalho por cinco anos. Essas e outras violações levaram a intensos protestos das autoridades coloniais lusas em Macau, e britânicas em Hong Kong, com exigências de repatriação dos *coolies* (Lesser, 2001, p. 67). Esses protestos foram recebidos friamente pelo governo brasileiro, que alegara a voluntariedade na vinda dos imigrantes e sua plena inserção na economia nacional (Brasil, 1894, p. 28-33), e a resposta teve como contrapartida a revogação da autorização a navios de bandeira alemã transportarem súditos chineses para quaisquer portos no mundo.

Mas, passemos ao contrato. Ele regia a introdução e a entrega aos agentes estatais, no território nacional, de 500 trabalhadores chineses até o mês de junho de 1893. Estabelecia-se que os trabalhadores deveriam ser “homens válidos”, pertencentes às etnias *hakka* e *pun-ti*⁸ (de origem

⁸ As etnias *hakka* e *pun-ti* já haviam sido mencionadas pelo Senado Federal em 1892 como ideais para a imigração, devido ao fato de viverem em latitudes e clima com-

cantonesa, e, a propósito, com longa história de conflito entre si), e ter de 18 a 45 anos de idade. Estabelecia-se ainda que os imigrantes deviam ser compostos de agricultores em pelo menos 90% do contingente trasladado. O Governo Estado do Rio de Janeiro assegurava para si o direito de promover inspeção médica aos imigrantes, e de fiscalizar o atendimento de todas as condições estabelecidas para o perfil desejado dos trabalhadores, reservando-se o direito de rejeitar peremptoriamente os trabalhadores incompatíveis, com prejuízo para a Companhia Metropolitana, que ficaria responsável por sua repatriação. O contrato estabelecia ainda que a responsabilidade da companhia pela repatriação seria somente mandatória nos casos em que o imigrante desejasse deixar o Brasil e quando sua permanência não fosse objetada pelo governo brasileiro⁹.

Do que se pode obter da documentação da Presidência de Estado, a proposta de Julio Benavides foi a única a ser concretizada, mas não figurou sozinha entre as opções abertas ao governo estadual para a finalidade de introduzir imigrantes chineses. Data de 24 de agosto de 1893 – posterior, portanto, ao prazo estabelecido para a entrega dos trabalhadores asiáticos pela Companhia Metropolitana e anterior à visita do Barão de Ladário à China, que só partiu para a Ásia, saindo de Londres, em 28 de julho do mesmo ano (Brasil, 1894, p. 31) – uma proposta de contrato alternativa, dessa vez não proveniente de uma associação entre empresa privada e o governo estadual, mas de agentes estrangeiros. São o negociante chinês Tam-Ah-Ping, de Hong Kong, e os engenheiros ingleses Phillip Hartenbach e Bernard Harker, representantes das companhias chinesas War-dake-ying e Cam-chung-tai, de Cantão e Hong Kong, que propõem condições alternativas às que vemos estipuladas pela Metropolitana, embora, ao que tudo indica, não tenham sido capazes de vencer a articulação entre o Estado e sua empresa privilegiada¹⁰.

patíveis com o brasileiro. Isso deu ensejo à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de propor a introdução de 500 *coolies* dessas etnias, proposição essa que resultou no contrato com a Companhia Metropolitana, objeto deste estudo. Ver Lesser (2001, p. 65).

⁹ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Contrato de quatorze de março de mil oitocentos e noventa e três, celebrado com a Companhia Metropolitana para introdução de quinhentos trabalhadores chineses (14/03/1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893.

¹⁰ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Proposta ao Sr. Exmo. Sr. presidente do estado

O consórcio representado por Ping, Hartenbach e Harker estabelece, como condição inicial para a introdução de trabalhadores chineses “idôneos para o trabalho”, a oferta, pelo governo do Rio de Janeiro, de “garantias especiais tanto de ordem econômica como de ordem moral”, para que aceitem de bom grado o traslado para o Brasil, uma vez que os candidatos à imigração são normalmente “chefes de famílias”. Entre as garantias exigidas, estão o pagamento dos salários pactuados, proteção e assistência imediata na chegada ao solo brasileiro, garantia de manutenção de mulheres e filhos na China, durante a ausência dos arrimos de família, e garantias de repatriação pelo governo brasileiro, por meio de quota do salário entregue as famílias na China, mensalmente, com a finalidade de criar fundo para custeio das passagens de retorno. Garantidos esses termos, o consórcio comprometia-se a providenciar a entrada de 15 mil *coolies*, 2 mil por ano, também das etnias *hakka* e *pun-ti*, com contratos de trabalho de 5 anos. Diferentemente dos termos firmados com a Companhia Metropolitana, os salários máximos a serem pagos pelos sublocatários da força de trabalho (leia-se, os fazendeiros) eram estabelecidos: 15 dólares americanos por mês, sem alimentação, salvo quando imigrasse família inteira.

Ao que tudo indica, Ping, Hartenbach e Harker aproveitavam a situação diplomaticamente embaraçosa criada pela atuação *in loco* de agentes brasileiros em Macau para surgir como intermediários insuspeitos – chineses e britânicos – em um negócio ainda controverso. Tal fato se desprende não só do que sabemos sobre a atuação de Benavides na China, mas do fato de que Ping e seus associados apresentavam seu consórcio como o legal contratante dos trabalhadores chineses (responsáveis perante os fazendeiros pelo “bom serviço” a ser prestado pelos chineses, e perante os chineses pelo pagamento dos salários), em vez do expediente empregado pela Metropolitana, através do qual a companhia brasileira era responsável tão somente pelo traslado, sendo os contratantes os fazendeiros que recebessem os *coolies*.

Além disso, outras garantias fixadas na proposta são coerentes com os protestos feitos na China, que giravam em torno da ideia de que as ex-

do Rio de Janeiro, de Tam-Ah-Ping, Phillip Hartenbach e B. Brotherton Harker, para introdução de imigrantes chineses (24/08/1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893.

pedições “clandestinas” de captação de imigrantes consistiriam em novo tipo de escravidão: as companhias War-dake-ying e Cam-chung-tai deveriam garantir, caso firmado o contrato, uma hospedaria na capital federal para acolhimento dos trabalhadores em sua chegada ao Brasil, além das passagens de retorno à China uma vez concluídos os contratos, e um escritório em solo brasileiro, com a finalidade de representar todos os trabalhadores perante o governo da República. Exigia textualmente ainda que o governo brasileiro garantisse o pagamento de 15 dólares americanos *per capita* a título de adiantamento do primeiro mês de salário, pago aos trabalhadores ainda na China, devendo ser o Estado indenizado posteriormente pelos sublocatários, além de fornecer bilhetes de estrada de ferro para os imigrantes alcançarem seu destino. Essas eram salvaguardas naturalmente orientadas pela controvérsia internacional a respeito das condições desumanas do comércio dos *coolies*.

Em suma, a proposta não só fazia avançar o poder de barganha do consórcio responsável pela imigração (que, como já dissemos, é chinês), como também buscava comprometer o governo brasileiro com a iniciativa. Tal fato não surpreende, já que, no que diz respeito às polêmicas operações da Companhia Metropolitana, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil negava veementemente que a missão de Benavides em Macau se tratasse de uma operação clandestina com aval governamental, e afirmava que sequer conheceria os termos do contrato entre o estado do Rio de Janeiro e a Companhia Metropolitana, ou a própria viagem do *Tétartus*, até a ocasião dos protestos diplomáticos feitos pelo Império chinês (Brasil, 1894, p. 33). Além disso, o avanço do poder do consórcio chinês e a responsabilização do governo brasileiro na proposta de contrato, tendo como pano de fundo a suposta compulsoriedade do recrutamento em Macau e as condições precárias da viagem e do trabalho no Brasil, faziam eco aos protestos da imprensa em Hong Kong e da administração colonial britânica, que sugeriam ser o negócio dos *coolies* tão somente uma reedição do tráfico de escravos, empreendido por uma nação saudosista (Lesser, 2001, p. 66; Hu-Dehart, 1993).

A proposta do consórcio representado por Ping, Hartenbach e Harker recebeu parecer do secretário de Obras Públicas e Industriais, Joaquim Guedes de Moraes Sarmiento, e do inspetor de Imigração e Colonização do Estado do Rio de Janeiro, Manoel Rodrigues Baptista, em 29 de agosto de 1893. O parecer reconhecia a superioridade dos termos apresentados

em comparação a outras propostas recebidas pelo governo do estado (e todas após o incidente diplomático com a China)¹¹, mas condenava a “falta de garantias” textuais referentes à responsabilidade da empresa no que tange a repatriação e à substituição dos imigrantes “inaptos”; condenava ainda a prerrogativa de contratação dos trabalhadores assumida pelo consórcio chinês e a lacunaridade do contrato no que tange à responsabilidade do consórcio com a “aptidão e fidelidade” dos trabalhadores. Com esse parecer, a licitação em curso para contratação de empresa de imigração, que desse continuidade à iniciativa da Companhia Metropolitana, foi cancelada, sendo solicitada uma nova licitação, da qual não se tem registro na documentação pesquisada¹². De todo modo, a suspensão da praça nos sugere a hipótese de que uma maior cautela no estabelecimento dos contratos possa ter norteado a decisão, especialmente se considerados o incidente diplomático no qual a Companhia Metropolitana foi envolvida, e o grau de permissividade atingido pelo contrato entre essa empresa e o governo.

¹¹ Segundo o secretário de Obras Públicas e Industriais, Joaquim Guedes de Moraes Sarmento, e o inspetor de Imigração e Colonização do Estado do Rio de Janeiro, Manoel Rodrigues Baptista, a proposta considerada mais interessante para o governo estadual foi feita pelos negociantes Carlos Figueiredo e João Cardoso, e seguiu sendo a mais convidativa até a proposta de Ping, Hartenbach e Harker ser apresentada. O parecer sobre os contratos pode ser lido em APERJ, Fundo Presidência de Estado, Proposta ao Sr. Exmo. Sr. presidente do estado do Rio de Janeiro, de Tam-Ah-Ping, Phillip Hartenbach e B. Brotherton Harker, para introdução de imigrantes chineses (24/08/1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893. Já a primeira proposta citada nesta nota pode ser conhecida em APERJ, Fundo Presidência de Estado, Minuta do contrato entre o governo do estado do Rio de Janeiro e Carlos Augusto de Figueiredo e João da Silva Cardoso, para introdução de cem mil a cento e vinte mil imigrantes asiáticos (sem data), *Coleção 32*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, sobre colonização e imigração. A minuta incluía mediação de autoridades japonesas além de chinesas no estabelecimento dos contratos de imigração, salário de 2 libras esterlinas mensais, dedução de 5 xelins nos salários para amortização de adiantamentos, de no máximo 3 libras esterlinas, e jornada de trabalho diária de dez horas.

¹² APERJ, Fundo Presidência de Estado, Proposta ao Sr. Exmo. Sr. presidente do estado do Rio de Janeiro, de Tam-Ah-Ping, Phillip Hartenbach e B. Brotherton Harker, para introdução de imigrantes chineses (24/08/1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893.

3. Conflitos, instabilidade e fugas entre os *coolies* da Companhia Metropolitana

A despeito do ocorrido, o *Tetartus* partiu de Macau em 17 de outubro de 1893 (Brasil, 1894, p. 29), apesar da previsão de chegada, em contrato, para junho daquele ano. Em 30 de dezembro, “alegando dificuldades na pronta comunicação com o Império da China para cumprir as obrigações que [contraiu] dentro do prazo do contrato”, os representantes da Companhia Metropolitana solicitaram a prorrogação de 100 dias para a introdução dos imigrantes com os quais se comprometera¹³. Não obstante a solicitação, o desembarque no Brasil foi feito ainda no ano de 1893¹⁴. Da previsão inicial de 500 imigrantes, temos uma lista nominal com a soma de 470 súditos chineses¹⁵. Ao Registro de Entrada de Imigrantes, declararam-se todos lavradores, sendo 318 solteiros, 158 casados, 3 não declarados e 1 viúvo¹⁶. Dezesseis fazendeiros ou estabelecimentos agrícolas solicitaram o recebimento de *coolies*, como se apresenta nas Tabelas 1 e 2:

Data do dia 2 de março de 1894 o primeiro relatório de visita da Inspeção de Imigração aos estabelecimentos que receberam os imigrantes do *Tetartus*, em 1893¹⁷. Do que se depreende das fontes, fica sugerido que os problemas na fixação da mão de obra foram graves do princípio ao fim das inspeções, sem que tenham sido ensejadas soluções

¹³ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Prorrogação do contrato de 14 de março de 1893 – Companhia Metropolitana, *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893.

¹⁴ Não foi possível que conhecêssemos a data precisa devido ao fato de que as listas nominais do Registro de Entrada de Imigrantes traziam somente o ano do desembarque.

¹⁵ O relatório do ministro das Relações Exteriores do ano de 1893 fala em 475 imigrantes contratados pela Companhia Metropolitana. Ver Brasil (1894, p. 28).

¹⁶ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Inspeção de Imigração e Colonização do Estado do Rio de Janeiro – Registro de Entrada de Imigrantes – *Tetartus* (1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1893.

¹⁷ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório de visita aos estabelecimentos agrícolas da Barra do Pirai, Barra Mansa e municípios circunvizinhos (02/03/1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1894.

Tabela 1 – Relação dos proprietários ou estabelecimentos que solicitaram *coolies* em virtude do contrato de 14 de março de 1893*

PROPRIETÁRIO OU ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	NOME DA FAZENDA	N. DE COOLIES
Visconde de Ururahy	Macaé	Engenho Central de Quissamã	147
Francisco Norberto da Silva Freire	Macaé	São João de Macabu	3
Dr. Ambrósio Leitão da Cunha	Santa Maria Madalena	Leitão da Cunha	10
Dr. João Alves de Matos Pitombo	Santa Maria Madalena	Vila Maria	10
Major Pedro Celestino Gomes da Cunha	Barra do Piraí	Barra Limpa	22
Comendador José Alves Pereira	Barra de São João	Indaiçu	11
Viúva Jesuína Gomes de Souza Azeredo	Itaperuna	Monte Himalaia	24
João Antônio Alves Brito	Itaperuna	Três Barras	11
Dr. José de Barros Franco Jr.	Petrópolis	Cachoeira	24
Barão de Oliveira Roxo	Vassouras	Ponte Alta	20
Viúva Miranda Jordão e Filho	Paraíba do Sul	Bemposta	30
Dr. José Cardoso de Moura Brazil	Paraíba do Sul	Três Barras	20
Engenho Central de Rio Negro	Itaocara	–	100
Major Jeremias Teixeira de Mendonça	Barra Mansa	–	12
Dr. Napoleão Augusto Ribeiro	Barra Mansa	São Pedro do Turvo	13
Comendador Elias Antonio de Moraes	São Francisco de Paula	Neves	13
Total			470

* APERJ, Fundo Presidência de Estado, Inspetoria de Imigração e Colonização do Estado do Rio de Janeiro: relação dos agricultores que estabeleceram em suas propriedades os imigrantes asiáticos introduzidos em virtude do contrato de 14 de março de 1893, *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1893.

Tabela 2 – Destino dos *coolies* contratados pelo Visconde de Ururahy

PROPRIETÁRIO OU ESTABELECIMENTO	N. DE COOLIES
Engenho Central de Quissamã	57
Visconde de Quissamã	19
Bento Carneiro de Almeida Pereira	14
Coronel José Pereira Portugal	10
Carlos Arthur Carneiro da Silva	10
Tenente-coronel José Manuel Carneiro da Silva	8
Comendador Trajano de Moraes	19
Morto	1
Total	147

satisfatórias para a evasão ao trabalho. Já em sua chegada, no dia 22 de fevereiro, à Fazenda Barra Limpa, localizada em Barra Mansa, o inspetor de Imigração informou ter sido comunicado pelo major Pedro Celestino Gomes da Cunha, dono da fazenda, a respeito do fato de que 8 dos recém-chegados trabalhadores chineses haviam deixado a unidade dois dias antes. O mesmo inspetor de Imigração fora testemunha do retorno de 7 dos trabalhadores chineses à Fazenda Barra Limpa, supostamente após terem concordado em negociar com o proprietário. O oitavo, ao contrário, teria desistido de retornar; o inspetor foi informado pelos demais chineses que o desertor seguira para a fazenda do Visconde de Vargem Alegre, onde, dizia-se, melhores condições de trabalho o aguardavam. Na Fazenda de São Pedro do Turvo, em 26 de fevereiro de 1894, novas notícias de evasão de trabalhadores são conhecidas; dessa vez, 3 chineses, que saíram a passeio na tarde do dia anterior, não retornaram à lavoura. Outras notícias são narradas pelo inspetor em seu relatório, referindo-se a uma experiência ocorrida em janeiro daquele ano: no Engenho Central do Rio Negro, em Itaocara, 30 trabalhadores chineses abandonaram seus postos de trabalho e seguiram para a sede municipal. Em abril, situação análoga: debandada de trabalhadores, destinados inicialmente a Quissamã, retornados à Hospedaria de Cabiúnas. De lá, os chineses foram novamente recrutados, 34 deles para serviço em engenhos nos arredores da sede municipal, 18 para o engenho de João Barcellos (“vizinho da estação da Boa Vista da Estrada de Ferro de Campos a São Fidélis”) e 2 para o trabalho industrial em Campos. Os 4 trabalhadores restantes do grupo que retornara à Hospedaria de Cabiúnas tomaram rumo desconhecido. Partindo para Quissamã, de modo a conhecer as razões da evasão do citado grupo de chineses, o inspetor acaba por descobrir que mesmo aqueles trabalhadores recrutados para serviços nos engenhos e fábricas haviam deixado o trabalho pouco tempo depois.

O relatório de inspeção registra razões pontuais para as relações conflituosas entre os trabalhadores chineses e seus empregadores, atos sociais de curta duração, interpretados pelo inspetor de Imigração e pelos proprietários rurais, esperadamente, a partir de um enquadramento xenóforo. A principal dessas razões remete ao pagamento dos salários. Na Fazenda Barra Limpa, foram discordâncias quanto à moeda em que devia ser feito o pagamento dos salários dos trabalhadores o elemento gerador do contencioso, que teria então levado à insubordinação dos imigrantes. O

retorno à fazenda, atestado pelo inspetor de Imigração, só teria ocorrido após os chineses aceitarem receber seus vencimentos em moeda nacional, a despeito de tal fato gerar um elemento complicador na ocasião de sua repatriação. Da mesma forma, na Fazenda de São Pedro do Turvo, também foram registrados conflitos envolvendo o pagamento dos salários, feito em condições contestadas pelos *coolies*. Na Fazenda Monte Himalaia, a proprietária Jesuína Gomes de Azevedo prestara reclamação à Inspetoria de Imigração de que *coolies* protestavam acerca de supostos pagamentos de 10 dólares mensais adiantados, devidos pela Companhia Metropolitana e que deveriam ter sido feitos ainda em território chinês¹⁸. A mesma reclamação estaria sendo feita por “diversas turmas estabelecidas em outras fazendas”, com destaque para a Fazenda Três Barras; teria sido somente aplacada na Fazenda Monte Himalaia por meio do desembolso não contratual, por parte da proprietária, de 20\$000 a cada trabalhador. No Engenho Central do Rio Negro, os conflitos salariais giravam em torno do regime de pagamento: os chineses preferiam ser pagos por dia de serviço, numa quantidade dada de horas de trabalho diário, mas o empregador resolvera pagar-lhes por oito horas de trabalho efetivamente realizado.

Ao reputar o imigrante asiático como potencialmente insubordinado, quer o inspetor de Imigração atribuir-lhes um “gosto pela frivolidade”. Teria assistido ele, em sua visita à Fazenda Barra Limpa, uma plethora de “reclamações, aliás fúteis, dos *chins* que tinham no dia anterior voltado ao estabelecimento”, concentradas no problema da “porção de gordura distribuída, e recusadas as demais por exageradas”. Seriam então disputas movidas por questões “extemporâneas e frívolas”, que os levavam a abandonar o trabalho “sem razão plausível”. No Engenho Central do Rio Negro, os imigrantes resistiriam em assumir seus postos de trabalho, negar-se-iam a trabalhar em certos dias úteis e exigiriam alimentação nos dias não trabalhados, algo considerado um “desacato” pela Inspetoria de Imigração.

Além disso, as relações entre os intérpretes – originários de Macau, principalmente – e os trabalhadores pareciam ser razão de desconforto

¹⁸ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

tanto para os proprietários quanto para o inspetor de Imigração. A indisciplina contra os intérpretes, quando assumiam funções de “supervisão” – à moda dos feitores de um passado, àquela altura, ainda recente –, fora diagnosticada na Fazenda de São Pedro do Turvo, em fevereiro de 1894, a partir da ação de um chinês chamado Manoel Pedro, “residente no país há mais de trinta anos, o qual os acoimava [os imigrantes recém-chegados] de gente insubordinada e pouco obediente às suas admoestações”. Não obstante as justificativas do intérprete, o proprietário da fazenda, Napoleão Augusto Ribeiro, tinha opinião diferente: a insistente quebra contratual promovida pelos imigrantes seria provocada pela própria ação do feitor Manoel Pedro. Dizia não haver conseguido que os trabalhadores chineses “fossem cedo para a roça, o que [fazia] reduzir as horas de trabalho somente a seis e sete em vez de dez, na forma do mesmo contrato”, e a razão para isso seria o fato de o intérprete, reputado como ébrio e desleixado, não ser laborioso o suficiente para acordar com a alvorada e tocar os trabalhadores para o eito¹⁹.

Mais adiante, é o próprio inspetor de Imigração que assume o discurso do proprietário e reafirma: a “fuga” dos *coolies* chamados Ip-chin-mai, Ip-lin e Awe fora provocada por Manoel Pedro, elemento subversivo, “que, de indústria, atribuía defeitos aos seus patrícios, em vez de advogar perante eles interesses do patrão, necessariamente para impelir este a um rompimento que teria por consequência a despedida daqueles”. Tal diagnóstico teria levado então o proprietário a dispensar os serviços do intérprete e, tendo sido o inspetor o responsável por comunicar tal notícia aos demais trabalhadores, notou: “Observei que a comunicação tinha produzido uma certa perplexidade entre os asiáticos, com prenúncio de mudança de orientação, o que não raro se nota no caráter vazio e incerto dessa gente”. As atitudes do intérprete e as tentativas de ação coletiva por parte dos trabalhadores são associadas a uma “índole racial” pelo inspetor de imigração: sagazes e ao mesmo tempo desconfiados, seriam os trabalhadores chineses dotados de um “companheirismo, por vezes instintivo e pouco refletido”, próprio da raça, algo capaz, segundo ele, de, “até certo ponto, prejudicar essa espécie de imigração, atirando-a a

¹⁹ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

juízos menos favoráveis pela sua instabilidade, condição pouco atraente à efetividade do trabalho rural”. A esperança do inspetor de Imigração era colocada na adaptação do trabalhador chinês aos hábitos e cultura nacionais – leia-se, na aculturação: disse ele que “um dos asiáticos, destacado para o serviço doméstico, tem dado provas de dedicação à família, manifestado desejo de se converter ao cristianismo”, e que havia esperança de estabilidade nas relações com o imigrante quanto mais procedessem eles a “abandonar os trajes de seu país, adotando os nossos”. E conclui: “a maior parte tem cortado a trança de cabelos de uso comum na China”²⁰.

Que cenário podemos formar a partir da descrição das formas de organização do espaço ocorrentes nas fazendas e nos engenhos, usada pela Inspeção de Imigração como base para justificar a improcedência dos protestos dos *coolies*? Ao retratar, na Fazenda Barra Limpa, o uso de dormitórios salubres organizados “na casa que serviu de residência do proprietário”²¹; na Fazenda São Pedro do Turvo, o uso de “alojamento, provisoriamente estabelecido em um dos armazéns assoalhados”; no Engenho Central do Rio Negro, o emprego de “casinhas suficientes e perfeitamente adaptadas à acomodação” em conjunto com uma “casa velha um tanto úmida”, ou, no caso da Fazenda Ponta Alta, a ocupação pelos chineses de “antigos compartimentos (senzalas) com saída para o grande terreiro de café”²², o relatório sugere que os protestos estariam somente sendo motivados por assimetrias e problemas provisórios na acomodação dos imigrantes. Não obstante, a apreciação da Inspeção de Imigração deixa passar o fundamental: a organização do espaço de habitação, coletiva, em forma de barracão ou vila operária, antecipava a

²⁰ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1894.

²¹ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório de visita aos estabelecimentos agrícolas da Barra do Pirai, Barra Mansa e municípios circunvizinhos (02/03/1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1894.

²² APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1894.

separação entre o produtor direto e os meios de produção, já que segregava especialmente o trabalhador, limitando seu território de atuação social autônoma à residência.

A territorialidade do trabalho agrícola dos *coolies*, prenunciada pelas formas de habitar a fazenda, buscava marcar claramente uma continuidade na ruptura: nesse aspecto não diferente da segregação do escravo, o acesso à terra como meio de produção era circunstanciado à produção de valores de troca, cujo excedente era apropriado integralmente pelo proprietário do capital. Não se tratava, absolutamente, de substituir a mão de obra escrava por formas de assalariamento parcial, acompanhadas da fixação do homem à terra, como nos regimes de colonato ou parceria. A criação a fórceps de plenas relações de produção capitalistas agrárias era o que se buscava, ainda que por outros nomes, e sem a nitidez que uma leitura teórica *a posteriori* possa vir a produzir. Ainda que se possa argumentar que os contratos de trabalho não previam textualmente qualquer outra coisa senão relações de assalariamento pleno nem se possa inferir, por meio das fontes, que os trabalhadores eram desconhecedores das condições da venda de sua força de trabalho – já que temos evidências suficientes de suas reclamações girando em torno da quebra de cláusulas contratuais pela Companhia Metropolitana ou pelos fazendeiros –, temos razões, amparadas na economia política, na historiografia econômica e nas próprias fontes, para sugerir a hipótese de que os chineses transportados pelo *Tetartus* se posicionavam politicamente diante da existência de uma situação estrutural relativa à fronteira agrícola; a possibilidade de reconquistarem o acesso imediato aos meios de produção nas franjas da agroexportação aumentava seu poder de barganha.

O regime de trabalho, as práticas de subsistência do trabalhador e a relação entre essas práticas e os proprietários documentam igualmente a tentativa de estabelecimento de relações de produção essencialmente capitalistas. Atestando o regime de trabalho de 6 horas da manhã às 6 da tarde na Fazenda Barra Limpa (restando nenhuma margem para a produção de subsistência), a Inspetoria de Imigração confirma o bom cumprimento do contrato pelo proprietário: almoço é servido às 9 horas, canja, às 12 horas, jantar, ao fim do expediente. A preparação do alimento coletivo era de responsabilidade de um dos chineses que “diligente o distribui na roça, sendo a última refeição ministrada em casa”. Procedimento essencialmente semelhante é documentado na Fazenda

de São Pedro do Turvo. A oferta de carne seca, bacalhau, arroz, feijão e legumes não seria suficiente para os chineses, e novamente o inspetor de Imigração sugere uma insubordinação “frívola”: “reclamam, contudo, carnes verdes, principalmente a de porco”²³. Fica nítida a dupla dimensão da alienação do trabalhador sob relações de produção capitalistas: estando privado espacial e temporalmente do acesso imediato aos meios de produção, o trabalhador é incapaz de gerenciar as forças produtivas em prol da expansão relativa ou absoluta do excedente apropriado por ele e sua família, quando é o caso. Sua subsistência é provida em tempo e quantidade determinados pelo empregador, que tem a prerrogativa integral de fixar o montante de *trabalho necessário* – leia-se, o trabalho empregado na produção dos bens necessários à sobrevivência do trabalhador, e, por sua vez, o *quantum* de valores de uso permitido por esse trabalho. Em suma, o imigrante chinês não tem poder de determinar o aumento de sua parcela na apropriação do excedente gerado pelo seu próprio trabalho, o que ganha uma forma prosaica no recebimento de rações diárias²⁴, que não foram produzidas diretamente pelo seu trabalho nem poderiam ser aumentadas através dele. Trata-se de uma situação razoavelmente distinta daquela praticada nos regimes de colonato, que, mesmo ao envolver pagamento de salários, permite ao trabalhador acesso não capitalista aos meios de produção, fato esse que amplia o poder de decisão do produtor direto sobre sua própria subsistência (Martins, 1979, p. 112)²⁵.

A hipótese de que a insubordinação dos trabalhadores e sua alta mobilidade provinham de seu posicionamento diante da fronteira agrícola aberta, em paralelo ao seu engajamento em relações de produção capitalistas, é ainda corroborada pelo relatório da Inspetoria de Imigração.

²³ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

²⁴ Para além do recebimento dos salários, que naturalmente traziam embutida a dedução do custo referente ao fornecimento da alimentação diária.

²⁵ O regime de colonato não prescinde da exploração do trabalho nem da extração de excedente pela classe proprietária. Tratar-se-ia, segundo Martins, de “produção capitalista de relações de produção não capitalistas”. Francisco de Oliveira tem a mesma opinião, e essa conceituação deriva do debate clássico da transição do feudalismo para o capitalismo a partir da crítica de Paul Sweezy a Maurice Dobb. Ver Oliveira (1988), Martins (1979), Sweezy (1978).

Havia clara competição entre os grandes proprietários fluminenses no sentido de atrair os trabalhadores em fuga para suas fazendas, e isso denotava uma baixa relação homem-terra, algo verossímil diante da realidade de uma fronteira agrícola aberta e em expansão, e da crise de mão de obra decorrente do fim da escravidão. Isso é notado pelo inspetor de Imigração, ao diagnosticar que na Fazenda São Pedro do Turvo trabalhavam, além dos chineses contratados originalmente pelo proprietário, 7 outros, “que se tinham escapado da fazenda do major Jeremias de Pereira Mendonça”. No município de Bom Jardim, 39 imigrantes haviam abandonado seus postos de trabalho em maio de 1893, após serem aliciados para o emprego em estabelecimentos do município de São Fidélis, o mesmo tendo ocorrido com todos os lavradores da Fazenda Três Barras.

O problema geral da dispersão da mão de obra era naturalmente reconhecido pelos proprietários rurais; se não diferiam em diagnóstico, o encaminhamento buscado por alguns fazendeiros foi diferente daquele que pretenderam dar os representantes governamentais. É a viúva Jesuína Azevedo, da Fazenda Monte Himalaia, que, em carta ao inspetor de Imigração, relata opinião crescente entre os latifundiários fluminenses, de que “se pode impedir ao imigrante de deslocar-se espontaneamente”; para confirmar essa hipótese, narra a experiência do comendador José Alves Pereira, de Macaé, que decidira, em vez de assalariar plenamente seus trabalhadores imigrantes, fixá-los à terra como colonos; entenderia ainda o comendador que “o meio de fixar os *chins* na propriedade agrícola [consistia] em conseguir que eles [viessem] da China com família”. Os trabalhadores estariam plantando e colhendo para si vegetais raros, trazidos da China, e não demonstrariam sinais de desejar a evasão. Entretanto, a fixação do trabalhador à terra só teria sido possível, nesse caso, por meio de um regime análogo ao de colonato/parceria, pelo fato de ter tido o comendador a “sorte” de obter “verdadeiros lavradores chineses”²⁶.

A busca pelo “verdadeiro lavrador” também era tema na fala do inspetor de Imigração, que atribuiu os problemas da evasão ao trabalho no Engenho Central de Quissamã à seleção dos imigrantes na China. “Acreditam os agricultores de Quissamã que da boa escolha de tais imigrantes

²⁶ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

nas regiões agrícolas da China dependerá o bom resultado do emprego do braço asiático em nossa lavoura.”²⁷ A despeito de conhecermos as vicissitudes e os problemas do processo de seleção dos imigrantes empreendido pela Companhia Metropolitana, é absolutamente improvável que os selecionados não fossem agricultores habituados. Os movimentos migratórios que deram origem à vinda dos *coolies* para o Brasil – como para o resto do mundo, no século XIX – foram baseados no “deslocamento de grandes contingentes do interior para a costa” (Yang, 1977, p. 422). Não obstante, se parece muito improvável a hipótese de estarmos diante de um movimento migratório de origem urbana – conclusão essa respaldada, ao mínimo, pela parcimônia, ao considerarmos a sociedade chinesa do século XIX –, a relação entre a vinda de famílias e a redução nos níveis de evasão ao trabalho, de um lado, e o estabelecimento de contratos de parceria/colonização, de outro, parece pertinente. Em sintonia com o expresso por Ping, Hartenbach e Harker, representantes do consórcio de empresas de imigração chinesas, de que todas as garantias seriam necessárias para atrair “chefes de família” ao trabalho no Brasil, a falta delas, criada pelas ações da Companhia Metropolitana, além da promessa de traslado gratuito, pode ter influenciado o perfil dos embarcados no *Tetartus*: aproximadamente 68% do contingente era formado por solteiros²⁸, provavelmente desenraizados e sem acesso à terra, considerando os movimentos migratórios tratados por Yang. Sem razões de ordem familiar e econômica para retornar à China – sem que se menospreze a dimensão cultural e afetiva que envolve a imigração – e diante da possibilidade de reconquistarem o acesso imediato aos meios de produção nas franjas da agroexportação, não causam impressão os atos de contestação contra o emprego nas fazendas. E o detalhe revelado pela Inspetoria de Imigração, que não ganhou qualquer relevância na análise oficial, surge como fundamental: quando trabalhadores aceitam renegociar seus contratos, recebendo seus

²⁷ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

²⁸ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Inspetoria de Imigração e Colonização do Estado do Rio de Janeiro – Registro de Entrada de Imigrantes – *Tetartus* (1893), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1893.

vencimentos em moeda nacional, está ensejada a permanência no país. A primeira metade da década de 1890 foi momento de forte instabilidade cambial no Brasil (Franco, 1990); reservar valor em moeda nacional não era boa opção para imigrantes que pretendiam repatriar suas míseras economias, e esse era um saber que não estava restrito aos círculos financeiros e intelectuais. Se os intérpretes “subversivos”, aclimatados ao Brasil havia muitos anos, podiam prover os *coolies* de informações desse tipo, é algo que permanece como hipótese a ser investigada.

Para a Inspetoria de Imigração, a dispersão da mão de obra devia ser contida por meio da força policial. Na Fazenda Barra Limpa, o inspetor de Imigração, em companhia de um trabalhador da “turma dos nacionais”, advertira o intérprete Manoel Pedro, tornando-o “responsável por qualquer movimento dos *chins* no sentido de se retirarem ou constituírem-se em greve”, de que, caso fatos desse tipo ocorressem, iria ele, o inspetor, “à Estação do Pombal intimá-lo [Manoel Pedro] a comparecer na presença da autoridade policial para dar conta de seu irregular procedimento”. Considerando a ineficácia da advertência, já que na noite seguinte os trabalhadores da Fazenda São Pedro do Turvo abandonaram seus postos de qualquer maneira, o inspetor dera ordem para que fossem tomadas “providências possíveis para obstar que fosse concedido transporte aos imigrantes que se retirassem da fazenda”²⁹. Não havia, portanto, interpretação clara, por parte dos agentes públicos relatados, a respeito das razões da mobilidade do trabalho; em grande medida, pareciam manter a expectativa de estar enfrentando questões de ordem pontual, agravadas por aspectos de ordem racial. Por exemplo, reconhece-se no relatório a necessidade de serem buscadas formas de fixar o trabalhador asiático, sendo ele “remunerado no nível do salário oferecido ao de igual têtpora no país”, sem que fossem considerados nem o problema da fronteira agrícola aberta, nem a relação homem-terra, nem a atração já exercida pelas sedes municipais, tampouco a eventual necessidade de estabelecimento de relações de produção não capitalistas, de modo a evitar a evasão do trabalho. O contrato de 14 de março de 1893 previa a isenção de responsabilidade pela repatriação, por parte da Companhia

²⁹ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Relatório das viagens feitas às propriedades rurais, em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para precisar sua localização (1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspetoria de Imigração e Colonização, 1894.

Metropolitana, dos *coolies* que desejassem ficar no país, com a aprovação do governo brasileiro; essa aprovação, como não era acompanhada de qualquer iniciativa de assentamento dos imigrantes asiáticos por parte do governo estadual, tornava implícita a noção de que, uma vez refratários à repatriação, os imigrantes seguiriam sendo integrados, na condição de força de trabalho assalariada, às fazendas fluminenses, ou aos estabelecimentos fabris nas sedes municipais. Em suma, na questão da imigração asiática, as opiniões dos fazendeiros pareciam estar em maior sintonia com a importância dos problemas de longa duração – a reprodução, no tempo, da estrutura fundiária da monocultura de exportação, somada a uma fronteira agrícola aberta –, do que as ideias defendidas pelos representantes do governo estadual.

4. Uma interpretação teórica para o fracasso do assalariamento dos *coolies*

Não percebendo a importância da fixação do homem à terra nas condições estruturais da agricultura nacional – como fizera o comendador José Alves Pereira –, o inspetor concluiu seu relatório com considerações que, nos estertores, apontavam para o problema mais geral da relação entre oferta de mão de obra e fronteira agrícola aberta, sem que produzissem qualquer iniciativa capaz de dar conta do reconhecido: segundo o inspetor, deslocamentos de mão de obra “apenas provam que o asiático usa da liberdade de locomoção; *não é menor a impermanência dos imigrantes europeus*, quase sempre fruindo condições mais vantajosas”. A transferência do problema da “índole racial” para algum outro campo impreciso, reconhecendo assim que, fossem europeus, fossem asiáticos, os imigrantes assumiriam posicionamentos similares diante das condições estruturais que conformavam os sistemas agrários pós-escravistas, durou apenas um momento breve. O arrolamento das quatro conclusões finais do relatório parece simplesmente retornar à ideia fixa de que o asiático é racial e culturalmente incompatível com o bom serviço à agricultura brasileira:

- a) O imigrante chinês é um dos auxiliares eficazes com que a nossa lavoura, urgida pela necessidade, pode remediar a falta de braços, contanto que seja angariado entre trabalhadores agrícolas.

b) É hábil e inteligente, por isso mesmo o nosso lavrador deve atender as leis econômicas, não o colocando desde logo em condições acentuadamente desfavoráveis em relação ao trabalhador nacional e muito menos depois de aclimatados.

c) Trabalhador circunspecto e obediente, é por consequência talvez exigente na reciprocidade do cumprimento dos deveres e algum tanto prevenidos; convinha até que fossem mais sensíveis ao abuso.

d) *Deve-se considerá-los apenas como instrumento de trabalho*; faltam-lhes predicados para satisfazer as aspirações de força e progresso perseverantes de um país novo.

e) Introduzindo-os na lavoura, em maior razão ainda *deve o Estado tratar do povoamento de seu território pelas raças europeias*³⁰.

A conclusão do inspetor reconhece publicamente o fracasso da tentativa de substituição do trabalhador escravo pelo operário rural. Apenas força de trabalho itinerante, os chineses não demonstrariam aptidões para o seu estabelecimento no país, constituindo-se apenas numa experiência paliativa. Sabemos, entretanto, que, em vez de atribuir-se o malogro à “má índole” dos chineses – assumindo o discurso oficial –, devemos considerar as condições objetivas nas quais se encontrava a lavoura de exportação fluminense, discutindo a viabilidade do sistema de assalariamento capitalista rural diante da fronteira agrícola aberta e da atração representada pelas sedes municipais.

Acompanhamos os conflitos em torno da remuneração salarial, quase nunca obtida em moeda estrangeira – como estipulado em contrato –, e, na maior parte das vezes, tendo os *coolies* de exigir, com protestos, o pagamento pelos serviços prestados. Na Fazenda Barra Limpa, vimos como esse conflito levou à fuga de chineses, assumindo o inspetor uma posição quase sempre favorável aos fazendeiros, em especial nas reclamações sobre alimentação. Além da predisposição em aceitar a “indolência” do chinês, a culpa dos conflitos e das fugas é atribuída ao intérprete Manoel Pedro, acusado de não controlar os trabalhadores, lembrando as expectativas de um escravocrata em relação a um feitor.

³⁰ APERJ, Fundo Presidência de Estado, Segundo relatório das viagens feitas às propriedades em que estão estabelecidos imigrantes asiáticos, para fiscalizar sua localização (25/04/1894), *Coleção 37*: correspondência recebida pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas, da Inspeção de Imigração e Colonização, 1894.

Tido por subversivo, é a embriaguez a justificativa de sua moral abalada. O movimento grevista foi ameaçado pelo inspetor com o uso de força policial. De fazenda em fazenda, voltando para a Hospedaria de Cabiúnas, logo o conhecimento a respeito das condições do país, obtido nas visitas às sedes municipais e nas conversas pessoais com os intérpretes, poderia levá-los às terras livres ou aos empregos urbanos.

Muitas razões para a dispersão da mão de obra e para o fracasso do emprego dos *coolies* na agricultura fluminense foram buscadas pelos atores analisados, mas a maior parte delas passou ao largo da natureza dos sistemas agrários fluminenses pós-Abolição. A noção geral que norteava as ideias, nem sempre precisas, a respeito da solução da crise de mão de obra decorrente do esgotamento da escravatura, tal como pareceram aos agentes públicos e fazendeiros envolvidos, girava em torno de substituir a produção escravista – em crise desde a proibição do tráfico em 1850, sacramentada pela crise da cafeicultura fluminense e pela Lei Áurea de 1888 – por formas alternativas de extração de excedente econômico, que preservassem a grande propriedade territorial e a agricultura mercantil em larga escala. Ao estarem fora de pauta quaisquer projetos de reforma agrária que viessem a pavimentar o caminho para uma nova agricultura, baseada na pequena empresa agrícola, no minifúndio mercantil voltado para o abastecimento das zonas urbanas e no trabalho familiar/assalariamento temporário (como no caso do Oeste norte-americano desde pelo menos 1820), os formuladores de política agrária no Rio de Janeiro se depararam com uma contradição.

A economia política e a historiografia econômica são ricas em interpretações sobre as limitações sofridas por sistemas de produção baseados na extração de excedente econômico, quando estes se encontram inseridos em sistemas agrários nos quais a fronteira agrícola se encontra aberta e disponível para expansão. Maurice Dobb nos lembra de que a formação de relações de produção típicas de assalariamento capitalista – tais como as pretendidas pelos envolvidos na contratação dos *coolies* para o trabalho agrícola – depende fundamentalmente de que a força de trabalho seja tornada mercadoria, e, portanto, comprada e vendida em um mercado na mesma medida em que qualquer bem material seria. Para tal, uma das precondições seria a efetiva concentração da propriedade dos meios de produção sob o domínio de uma classe minoritária, que compraria essa força de trabalho vendida pela parcela majoritária, composta esta por

indivíduos desprovidos de qualquer propriedade, dependentes, portanto, da venda de seu trabalho (e da troca do mesmo por salário), de modo a realizar sua subsistência. Nesses termos, não seria necessário o emprego de coerção extraeconômica para mover o indivíduo ao trabalho, visto que a concentração de propriedade deixaria pouca ou nenhuma opção para o trabalhador expropriado, senão aceitar as condições oferecidas pelo empregador (Dobb, 1986, p. 31).

A princípio, a agricultura brasileira do pós-Abolição parece cumprir os requisitos indicados por Dobb, especialmente se assumimos teses tradicionais que apontam para a existência de longa duração de uma estrutura agrária fundamentada na mais visível concentração de propriedade, fosse sob a vigência do trabalho escravo, fosse sob o trabalho “livre”. Um mundo de latifúndios, cercado por massas de expropriados, para os quais a única forma de acesso à subsistência seria a venda de sua força de trabalho para a empresa agrícola mercantil: essa imagem da economia agrária brasileira era aquela que Caio Prado Jr. identificava, ao teorizar a existência de um genuíno “capitalismo colonial” (Prado Jr., 1966).

Entretanto, há um fator que, se levado em conta, distorce significativamente as conclusões obtidas pela análise da concentração de propriedade, quando esta é considerada tão somente em seu aspecto jurídico. Em linhas gerais, se podemos dizer que no Brasil oitocentista a propriedade legal da terra se encontra em maior parte nas mãos da aristocracia rural, o mesmo não se pode dizer a respeito da vastíssima fronteira agrícola aberta para a expansão, constituindo-se em alvo de violenta disputa entre posseiros e grandes proprietários. Como lembra Roberto Smith, a fronteira aberta representou para a economia agrícola brasileira a variável de expansão, num sentido oposto ao dos *enclosures* ingleses, que pressupunham o fechamento *de facto* da fronteira agrícola, o que permitiria a exploração por meio do assalariamento dos camponeses expropriados (Smith, 1990, p. 158-161).

Segundo Márcia Motta, a Lei de Terras de 1850 demonstrou franca ineficácia em seu objetivo maior, que era o de promover o fechamento “artificial” da fronteira agrícola por meio da mercantilização da terra, e consecutiva exclusão do acesso a ela por parte das massas expropriadas, num contexto de crise do escravismo. Se, por um lado, a legalização da propriedade era um instrumento de poder (e de garantia da posse) utilizado pela aristocracia, por outro, não foram poucos os membros das

classes proprietárias que fugiram a esse mesmo registro. Numa situação em que a abundância de terras livres e férteis é um dado da realidade, muitos foram os fazendeiros que evitaram determinar juridicamente sua propriedade, de modo a deixar aberta a possibilidade de expandir seus domínios por meio da ocupação (Motta, 1998, p. 160).

Não somente grandes proprietários tentavam se esquivar da Lei de Terras ou usá-la ao seu favor, mas também pequenos posseiros, que, lançando mão do mesmo expediente da aristocracia – a ocupação da fronteira aberta –, lutaram judicialmente em muitas ocasiões durante o século XIX para a legalização de suas ocupações. A existência e a abundância de processos legais de disputa entre latifundiários e posseiros são evidência, para Motta, de que a Lei de Terras não pôde impedir que a posse continuasse a ser (como havia sido até então) um expediente comum na expansão das propriedades. Principalmente, demonstra que o “fechamento jurídico” da fronteira agrícola não impediu a formação de uma economia camponesa nas margens das grandes plantações. “Assim, se por um lado os fazendeiros buscavam expandir suas terras para além dos limites originais, por outro, a mera existência de matas virgens abria a possibilidade de acesso à terra para outros agentes sociais.” (Motta, 1998, p. 70-71)

Desse modo, a existência de uma fronteira agrícola aberta e de terras formalmente devolutas – ainda que essa mesma existência tenha sido mascarada pelos recenseamentos para interesse dos grandes proprietários –, da mesma forma que impulsionava o fazendeiro a desdobrar seus domínios, abria também a possibilidade de formação de pequenas unidades produtivas, igualmente por meio da posse. A fronteira aberta, mesmo que interessante para a reprodução da economia de exportação em função do modo de ocupação predatória do solo, gerava pressão sobre o mercado de trabalho no sentido de seu esvaziamento, atuando para a necessidade de fixação da mão de obra à terra por expedientes pré-capitalistas, condição de sobrevivência da grande unidade produtiva.

Historicamente, a existência de vastas terras livres para ocupação em proporção ao contingente de trabalhadores foi o principal fator que inviabilizou a transição para uma agricultura mercantil-capitalista. Nesses casos, ou a extração de sobretabalho por parte de uma classe proprietária simplesmente se inviabiliza – pela forte pressão exercida pela fronteira sobre os trabalhadores, que preferem se tornar pequenos produtores a terem o excedente de seu trabalho extraído –, ou ela persiste através do

emprego de métodos de exploração do trabalho baseados em “coerção não econômica” (Dobb, 1986, p. 38-43; Moore Jr., 1983, p. 413; Takahashi, 1978, p. 99-100). Isso significa fundamentalmente fixar o homem ao trabalho na grande propriedade, evitando sua dispersão por meio do acesso à terra para sua subsistência (meação, colonato, parceria), em conjugação com formas de constrangimento e de dominação indireta do trabalhador, tornando arriscada a sua evasão.

Fossem justas ou não as constantes reclamações dos trabalhadores chineses em relação às supostas quebras contratuais, maus-tratos e más condições de trabalho, a verdade é que uma vasta fronteira agrícola livre, em conjunto com centros urbanos em crescimento, ambos num contexto de falta de braços para a lavoura, são elementos suficientes para expandir o poder de barganha dos trabalhadores e elevar a pressão pela dispersão da mão de obra em direção às terras livres ou às cidades (Brenner, 1977). Apesar da incompreensão demonstrada pela Inspetoria de Imigração e Colonização, os fazendeiros chegaram a se manifestar em favor de limitar o movimento dos *coolies* por meio de coação extraeconômica, numa tentativa de fixá-los à propriedade. Assim, demonstraram entendimento de que a extração de sobretabalho não seria possível, nas condições estruturais presentes, através do uso de mão de obra livre comprada em um mercado de trabalho dinâmico, mas somente se reproduzindo relações de produção não capitalistas. Dessa forma, mesmo que as condições de trabalho fossem satisfatórias – fato improvável, ainda que afirmado pela Inspetoria de Imigração e Colonização –, relações de produção baseadas no assalariamento pleno só seriam viáveis sob condições estruturais de longa duração favorável a elas, algo que transcendia quaisquer projetos e decisões de curto e médio prazo.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto n. 99, de 7 de outubro de 1892. Autoriza a contratar com o cidadão peruano Julio Benavides o serviço de navegação e transporte de mercadorias pelo rio Ilá ou Putumayo. *Coleção de leis do Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro, 1892, parte 1, p. 105.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, ministro de Estado das Relações Exteriores, em maio de 1894*. Rio de Janeiro, 1894.
- BRASIL. *Diário Oficial da União*, seção 1, 20 de fevereiro de 1895.

- BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian marxism. *New Left Review*, v. 1, n. 104, p. 25-92, 1977.
- CASTRO, Hebe M. da Costa Gomes. *A margem da história: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo*. Niterói: UFF, 1985 (Dissertação de Mestrado em História Social).
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 2. ed. Trad. Manoel do Rêgo Braga. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)*. Niterói: UFF, 1986 (Dissertação de Mestrado em História Social).
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983 (Dissertação de Mestrado em História).
- FRANCO, Gustavo. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 11-30.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- GONZALES, Elbio; BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINSKY, Jaime (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 25-48.
- HU-DEHART, Evelyn. Coolies, shopkeepers, pioneers: the Chinese of Mexico and Peru (1849-1930). *Amerasia Journal*, v. 15, n. 2, p. 91-116, 1989.
- HU DEHART, Evelyn. Chinese coolie labour in Cuba in the nineteenth century: free labour or neo slavery?. *Slavery and Abolition*, v. 14, n. 1, p. 67-86, 1993.
- LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2001.
- MARTINE, George; ARIAS, Alfonso Rodríguez. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo (orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987, p. 41-58.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MELLO, Maria Conceição d'Incao. *O boia-fria: acumulação e miséria*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito agrário no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1 de fevereiro de 1897*. Belém, 1897.

- PERES, Victor Hugo Luna. *Os 'chins' nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida o Brasil (1814-1878)*. Recife: UFPB, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REYNOLDS, James Bronson. Enforcement of the Chinese exclusion law. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 34, n. 2, p. 143-154, 1909.
- ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SILVA, José Graziano da et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SMITH, Roberto. *Propriedade de terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SWEEZY, Paul Marlor et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TAKAHASHI, Kohashiro. Uma contribuição para a discussão. In: SWEEZY, Paul Marlor et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TOPALOV, Christian. *Estruturas agrárias brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- YANG, Alexander Chung Yuan. O comércio dos "coolie" (1819-1920). *Revista de História*. São Paulo, v. 56, n. 112, p. 419-428, 1977.
- YUN, Lisa; LAREMONT, Ricardo Rene. Chinese coolies and African slaves in Cuba, 1847-74. *Journal of Asian American Studies*, v. 4, n. 2, p. 99-122, 2001.





heterodoxia e industrialização na *belle époque* do liberalismo brasileiro: o pensamento econômico de amaro cavalcanti*

heterodoxy and industrialization in the *belle époque* of the brazilian liberalism: the economic thought of amaro cavalcanti

Ivan Colangelo Salomão**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

Os primórdios do pensamento industrial brasileiro remontam ao início do século XIX. Contudo, a envergadura alcançada pelo movimento pró-industrialização a partir dos anos 1850 merece análise pormenorizada devido à contribuição que esses autores e atores ofereceram à elaboração posterior de uma estratégia político-econômica eminentemente brasileira, o nacional-desenvolvimentismo. Nesse contexto, figuras como a do jurista Amaro Cavalcanti em muito contribuíram para a formação e a formatação de um pensamento econômico original na periferia do sistema capitalista.

Palavras-chave: Heterodoxia. Industrialização. Século XIX. Amaro Cavalcanti.

ABSTRACT

The origins of the Brazilian industrial thought dates back to the early nineteenth century. However, the scale achieved by the pro-industrialization movement from the 1850s on deserves detailed analysis because of the contribution that these authors and actors offered the further development of a political-economic strategy eminently Brazilian, the national-developmentalism. In this context, figures such as the jurist Amaro Cavalcanti contributed greatly to the formation and formatting of an original economic thought in the periphery of the capitalist system.

Keywords: Heterodoxy. Industrialization. Nineteenth century. Amaro Cavalcanti.

* Submetido: 19 de junho de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016.

** Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* ivansalomao@gmail.com



Introdução

A historiografia tradicionalmente reserva a alcunha desenvolvimentista – tanto em sua fase nacionalista, quanto na associada ao capital estrangeiro – à política econômica empregada após a década de 1930, em especial, aos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Do ponto de vista da experiência histórica, há, portanto, relativo consenso entre os analistas de que se trata, o desenvolvimentismo, de um fenômeno vivenciado no século XX.

O fato histórico não pressupõe, contudo, concomitância com seu corpo teórico subjacente. Ainda que o conjunto dessas medidas tenha sido, de fato, levado a cabo somente após o fim da República Velha, as evidências apontam que, ao menos no plano das intenções, o desenvolvimentismo havia muito se pronunciava no meio jornalístico, militar e, em especial, no ambiente político.

Nomes como os de Serzedello Correa, Antonio Felício dos Santos, Rui Barbosa, entre outros, encabeçaram o grupo de atores e autores que, de forma precoce, passaram a patrocinar as ideias que viriam a compor o chamado “núcleo duro” do desenvolvimentismo. Ainda que difusa e não sistematizada, a defesa dessas causas – a saber, a industrialização, o nacionalismo e o intervencionismo pró-crescimento – precedeu a concepção da ideologia que, adotada por sucessivos governantes, tornou-se notadamente responsável pelo maior crescimento econômico auferido por um país ocidental durante a “era de ouro” do capitalismo contemporâneo.

Durante muito tempo inibida pela desde sempre alegada vocação agrária do país, a causa industrial percorreu longo caminho até firmar-se como política pública adotada por sucessivos governantes a partir de 1930. Caracterizada por distintas nuances, a atuação do grupo heterogêneo que a patrocinava foi marcada por dissidências das mais variadas ordens. O eufemismo subjacente ao conceito de “indústria artificial” permeou o debate acerca da conveniência de se industrializar o país, atuando, assim, como um dos principais entraves ao avanço das ideias pró-industrialização durante o século XIX.

Nesse contexto, Amaro Cavalcanti consagrou-se como um dos mais aguerridos defensores do nascente órgão fabril brasileiro. Homem público sem ligação direta com a classe empresarial, Cavalcanti não apenas

dedicou à causa industrial parte relevante de sua produção intelectual, como também dela fez a principal bandeira de sua atuação política desde meados dos anos 1880.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de resgatar a contribuição de Amaro Cavalcanti ao debate público brasileiro no que concernia, especialmente, à industrialização da economia brasileira. Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro partes, além desta breve introdução e das considerações finais. No primeiro ponto, reconstituem-se sucintamente as principais interpretações acerca do surgimento da atividade industrial no país, desde meados do século XIX. A seguir, apresenta-se a preponderância delegada por Cavalcanti ao papel do Estado para a industrialização. Nas duas seções subsequentes, analisa-se a opinião do autor acerca da proteção tarifária e política monetária, respectivamente.

1. O longo amanhecer: o surgimento da indústria e do pensamento industrial no Brasil oitocentista

A evolução das ideias reflete, em algum grau, o contexto histórico em que estão inseridas. No caso do pensamento industrialista brasileiro, essa associação faz-se especialmente verdadeira, de modo que não se pretende corroborar a premissa de que o pensamento se move por si e através de si; antes, admite-se que os fatos históricos balizaram efetivamente a consolidação da ideologia dos personagens e das instituições aqui analisadas. É nesse sentido que se buscará ratificar o adágio segundo o qual “fora do ambiente histórico e das necessidades a que tentaram responder, os argumentos de uma escola não passam de puro exercício de raciocínio lógico” (Priori, 2009, p. 16).

Eventos de cunho econômico e político enquadraram as diretrizes do pensamento da elite burocrática do Império. Quanto aos primeiros, o surgimento paulatino de plantas industriais, ainda que espasmódico e hesitante, reforçou a convicção daqueles que procuravam corroborar a viabilidade do estabelecimento manufatureiro no país. Mais do que o sucesso, portanto, foram os limites do modelo agroexportador que suscitaram a formulação de estratégias alternativas. Do ponto de vista político, a aura de renovação decorrente da transição republicana também ensejou o aparecimento de propostas que contestavam o *statu quo*. Ao

inter-relacionar fatos a ideias, a observação de Bielschowsky e Mussi sanciona este entendimento: “O pensamento econômico brasileiro [...] foi fortemente condicionado pela história real, econômica e política, pois, como é óbvio, ele tem sido forjado ao sabor de um debate historicamente determinado quase que em seus mínimos detalhes” (Bielschowsky; Mussi, 2005, p. 2).

1.1 As origens da indústria brasileira

O aparecimento das primeiras manufaturas no Brasil, muitas das quais ainda se utilizavam de técnicas e métodos semiartesanaís, remonta ao início do século XIX¹. Foi a partir dos anos 1880, porém, que o movimento auferiu envergadura coletiva e passou a ser identificado como um processo de valor histórico propriamente dito. Tomando-se como base a classificação seminal presente na obra de Suzigan (2000), reproduzem-se, aqui, as principais correntes interpretativas do processo de industrialização brasileiro observado desde o final do período imperial.

O cerne das teses clássicas que procuram elucidar as origens da indústria no Brasil circunscrevia o papel das crises externas como indutores da produção industrial. Os formuladores da interpretação posteriormente consagrada como “teoria dos choques adversos”, Simonsen (1973), Furtado (1982) e Tavares (1972) destacam a oportunidade gerada pelas perturbações nos países centrais que dificultavam a capacidade de importar, gerando, assim, um efeito protecionista ao produtor brasileiro. Os principais eventos históricos subjacentes a essa análise foram a Primeira Guerra Mundial e, mais especificamente, a crise econômica da década de 1930, momento a partir do qual o setor manufatureiro passou a encabeçar o crescimento da economia brasileira.

Já os que se opõem à relevância dos choques exógenos como desencadeadores do crescimento industrial buscam explicar a origem e o desenvolvimento do setor secundário através da trajetória das exportações. Autores como Peláez (1972), Dean (1976), Nicol (1974) e Leff (1982) atentam para a existência de um já relevante parque fabril anterior à

¹ A maioria das 4.250 oficinas contabilizadas em 1858 dedicava-se a setores de tecnologia e valor agregado limitados e diretamente relacionados às atividades primárias, tais como a benfeitoria de produtos de couro e madeira, vestuário e alimentos (Leopoldi, 2000).

década de 1930, além de destacarem os efeitos negativos das crises externas sobre a produção nacional. Para os que sustentam esse entendimento, haveria uma correlação positiva entre as exportações de produtos primários e as inversões no setor industrial.

Uma terceira interpretação consagrada na historiografia econômica foi a tese do “capitalismo tardio”, cujos principais adeptos foram Silva (1976), Mello (1982) e Cano (1978). Para esses autores, deve-se analisar o fenômeno da industrialização à luz da relação dialética (unidade e contradição) entre o complexo do café e a indústria infante: o capital industrial, extensão do capital cafeeiro, era a este subordinado, pois, ao mesmo tempo em que o estimulou – através de sua própria acumulação, da monetização da economia, da urbanização e do aumento da demanda por bens manufaturados –, impôs limites ao seu desenvolvimento, uma vez que a prioridade da política econômica permaneceu voltada aos interesses do setor agroexportador, cuja hegemonia não haveria de ser contestada.

O último ensaio que procurou explicar as origens da industrialização brasileira tratou de focalizar a atuação deliberada do governo através de sua política tarifária e, de modo coadjuvante, da concessão de empréstimos e subsídios. Essa tese foi defendida, principalmente, por Versiani e Versiani (1978), cuja metodologia utilizada buscou distinguir as fases em que houve aumento da produção industrial de fato (focada pela tese tradicional) daquelas em que se verificou uma elevação da capacidade produtiva (ênfatizada pela revisionista). Analisando dados do setor têxtil, os autores atestam que o emprego de tarifas protecionistas, como as aprovadas nas reformas de 1879 e 1896, concorreu de modo inequívoco para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Reforça essa apreciação a visão de que a política econômica adotada durante o período agrário-exportador não se caracterizou pelo objetivo deliberado de embaraçar o desenvolvimento do ramo industrial; não se tratava, portanto, de opções excludentes entre si. O foco dos *policymakers* recaía, apenas e tão somente, sobre os interesses do setor primário, atuando de maneira que não lhes faltassem capital e, principalmente, mão de obra. Por fim, ratifica esse entendimento o fato de que, a partir dos anos 1920, o governo estimulou deliberadamente o desenvolvimento de setores fabris específicos após a primeira conflagração mundial, em virtude, basicamente, da impossibilidade de se importar determinados

bens dos países que havia pouco subscreveram o armistício (Suzigan, 2000).

Foi durante esse estágio primitivo do desenvolvimento industrial brasileiro que algumas lideranças políticas, militares e empresariais passaram a propor, de forma ainda pouco concatenada, uma política deliberada de industrialização da economia brasileira².

1.2 Os primórdios do debate industrial no Brasil

Faz-se notório que, baseado no então recente, porém já acelerado processo de industrialização por que passavam alguns dos países europeus, a gênese do pensamento industrial brasileiro tenha antecedido a própria origem do empreendimento manufatureiro no país.

Apreciações pontuais a respeito do tema já se faziam observar ainda na primeira metade do século XIX. João Severiano Maciel da Costa (o Marquês de Queluz), magistrado mineiro formado em Coimbra, foi um dos primeiros políticos a se manifestarem acerca da necessidade de se proteger a produção nacional. Crítico da condição agroexportadora a que sempre havia se submetido o Brasil, Queluz propunha, em 1821, a promoção de uma estratégia abertamente protecionista.

Indo além, Costa delegava ao Estado a operacionalização dessa tarefa. Caberia ao ente público a incumbência de salvaguardar a nascente indústria nacional da concorrência estrangeira. Era, pois, a esse fim que se prestavam as alfândegas, “impondo direitos bem calculados que, sem destruir a emulação entre produtores nacionais e estrangeiros, deem mais facilidades aos primeiros, ou proibindo inteiramente os produtos estrangeiros, como já pratica judiciosamente a Inglaterra” (Costa, 1988, p. 30).

Do ponto de vista macroeconômico, a argumentação das lideranças que propugnavam a industrialização do país circunscrevia a questão do

2 Faz-se relevante ressaltar a diferença simbólica, mas não acessória, entre a defesa da causa industrial – e do próprio sentido de industrialização – em um regime escravocrata (Império) e de trabalho livre (República). A despeito da continuidade do processo histórico observado nas últimas duas décadas do século XIX, a ruptura causada pela queda do cativoiro e da família real influenciou expressivamente o debate e a própria política de industrialização brasileira. O Encilhamento e todos os seus desdobramentos sobre a manufatura não respondeu a outra causa que não à euforia subjacente aos acontecimentos políticos e econômicos ocorridos desde meados da década de 1880.

desequilíbrio do balanço de pagamentos. A solução para o recorrente déficit externo repousava, na opinião desses atores, sobre a coordenação de instrumentos – em especial, as políticas tarifária e monetária – que favorecessem o desenvolvimento do setor produtivo e, por consequência, dispensassem as importações.

Ocupando o lado oposto do espectro ideológico, diversos foram os representantes que se levantaram contra a adoção de expedientes que se contrapusessem aos ditames da economia clássica. A crítica desse grupo, por sua vez, apontava para o ônus em que a gestão heterodoxa daquelas variáveis resultaria: a carestia e a baixa do câmbio. Dentre esses, destacam-se figuras como a do desembargador João Rodrigues de Brito, em cuja resposta a uma consulta realizada pela corte portuguesa acerca da situação social na Bahia, em 1807, teceu uma verdadeira ode ao liberalismo (não apenas econômico, mas também político) e à especialização produtiva.

O livre-cambismo não balizou apenas a gestão econômica do novo país ao qual se concedera autonomia política em 1822. De modo ainda mais emblemático, as ideias liberais influenciaram sobremaneira a formação intelectual do *establishment* imperial, meio em que se encontrava o mais influente economista político brasileiro do século XIX, José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairu), cujo prestígio se erigiu sobre a crítica contundente ao protecionismo, muito embora condenasse apenas a proteção alfandegária, e não a industrialização em si.

A penetração da teoria econômica ortodoxa entre setores da elite brasileira atuou para difundir as teses contrárias aos interesses da manufatura nacional. No dizer de um dos mais eminentes políticos do Primeiro Reinado e um dos artífices da Independência, Bernardo Pereira Vasconcelos, o livre-comércio traria benefícios para todos os países que dele se aproveitassem, de modo que “deveríamos comprar produtos estrangeiros, e quanto mais comprarmos, mais promoveremos a nossa indústria” (apud Bastos, 1952, p. 40).

Diante do predomínio da ideologia convencional, homens de negócio até então descoordenados – como os do setor chapeleiro, vanguardistas entre os fabricantes fluminenses a se organizarem socialmente – passaram a reunir esforços que desembocaram na formação das primeiras associações de produtores. Foi a partir do surgimento dessas entidades – as quais tiveram por mérito inegável a tarefa de retirar a matéria dos gabinetes e

transladá-la para as arenas da imprensa e do Parlamento – que o movimento pró-industrialização ganhou voz no debate que viria a determinar o futuro da indústria brasileira.

Conquanto Amaro Cavalcanti não tenha se associado a nenhuma dessas organizações diretamente, faz-se relevante sumarizar o contexto da representação classista da época, a fim de caracterizar o ambiente que o político norte-rio-grandense³ travou em sua luta pela industrialização do Brasil.

2. O Estado e suas razões: a intervenção estatal com vistas à industrialização

A principal particularidade do pensamento econômico de Amaro Cavalcanti reside na convicção de que, em detrimento dos setores agrícola e comercial, o desenvolvimento do país passaria, necessariamente, pela constituição de um órgão industrial robusto. O autor repudiava as atividades importadoras por considerá-las a causa primordial do constante desequilíbrio do balanço de pagamentos e, em última análise, o entrave maior à estabilidade financeira do Brasil.

Em seu entendimento, a resolução estrutural dos permanentes déficits externos recaía, exclusivamente, sobre o desenvolvimento da indústria nacional. De posse dessa asserção, Cavalcanti empreendeu verdadeira luta em favor da industrialização do país, atuando em dois diferentes *fronts*: o político (no qual haveriam de ser confrontados os interesses hegemônicos dos cafeicultores) e o econômico (através das políticas tarifária, creditícia e de infraestrutura). De acordo com Silva e Fernandes (2012), o eclecismo

³ Amaro Cavalcanti nasceu em Caicó, interior do Rio Grande do Norte, em 1849. Filho de uma dona de casa e de um professor primário, Cavalcanti migrou ainda muito jovem para São Luís (MA) para ingressar no curso de Humanidades. Diplomado em Direito pela Universidade de Albany, em Nova York (onde viveu por seis anos, entre 1875 e 1881), exerceu uma série de cargos públicos quando de seu retorno ao Brasil: senador (1890-1893), embaixador no Paraguai (1894), ministro da Justiça do governo Prudente de Moraes e ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1914). Já aposentado do funcionalismo público, exerceu, ainda, o cargo de prefeito do Distrito Federal (1917-1918), de embaixador na Corte Internacional de Haia (1918) e, por fim, o de ministro interino da Fazenda do governo Delfim Moreira, entre 1918 e 1919. Faleceu em 1922, no Rio de Janeiro, vítima de ataque cardíaco.



do pensamento de Amaro Cavalcanti esteve sempre condicionado à primeira de suas causas: a industrialização.

O apelo à razão prática, característica central desse grupo de pensadores, faz-se presente em toda sua argumentação. Discorrendo acerca da inevitabilidade da atuação estatal em determinados segmentos da vida social, política e econômica do país, Cavalcanti procurava demonstrar, assim, que “a teoria da não intervenção absoluta apenas existe na concepção dos autores e nos livros em que ela se acha exposta” (Cavalcanti, 1892, p. 316).

Na ausência de um corpo teórico que embasasse tecnicamente a sua arguição, os advogados da intervenção estatal recorriam aos exemplos do cotidiano administrativo, procurando imprimir sobre as teorias liberais uma aura de descolamento da realidade produtiva⁴:

Por mais que se pretendam em contrário os economistas ortodoxos, porque uns e outros entendem que toda a intervenção do Estado, na ordem econômica é indébita e funesta; *todavia, na prática geral dos povos, nunca foi, não é assim em parte alguma; e não sei mesmo se um dia virá a sê-lo.* (Cavalcanti, 1892, p. 315, grifo nosso)

Defensor da livre-iniciativa individual, Cavalcanti pressupunha, todavia, uma intercessão que não embaraçasse a atuação irrestrita dos agentes econômicos. De modo que a ação do poder público se faria adequada contanto que este não se tornasse “o empresário de fábricas e oficinas em concorrência prejudicial aos interesses dos particulares” (Cavalcanti, 1890, p. 12). Empregando a acepção moderna do conceito de Estado, o autor a ele delegava a tarefa de velar pela manutenção das condições favoráveis ao desenvolvimento, mas não a de produzir dire-

⁴ De um modo geral, os defensores de uma política deliberada de desenvolvimento da manufatura nacional procuravam conferir um ar bacharelesco às teorias econômicas convencionais. Na representação dos industriais enviada ao Congresso Nacional, em 1892, tornou-se patente esta apreciação pejorativa: “Infelizmente, o zelo farisaico dos nossos adversários por nossos interesses tem seduzido alguns brasileiros, e especialmente os que se deixam eivar de teorias abstratas e doutrinas sugestivas, bebidas em compêndios que, mesmo na Europa, só servem para o currículo acadêmico, porque a verdadeira política sempre se inspira mais nos interesses concretos do que no idealismo puro... A proteção às indústrias nacionais não é uma questão de doutrina ou de escola, mas sim de bom-senso e patriotismo” (apud Carone, 1977, p. 242).



tamente os mais variados bens e serviços: “A cada um, o seu ofício. Naquilo, em que a indústria particular [...] realiza importantes benefícios, o Estado não encontra de ordinário senão prejuízos. Ele pode saber bem governar os negócios públicos; mas não entende absolutamente nada dos negócios comerciais” (Cavalcanti, 1896, p. 64). Na sua concepção, caberia ao ente público, portanto, a incumbência de induzir o desenvolvimento econômico, zelando pelo ambiente institucional para que se viabilizassem os investimentos produtivos.

Nesse sentido, Cavalcanti distinguia os conceitos de intervencionismo e estatização. A defesa por ele empunhada não pressupunha como regra a exploração direta das atividades econômicas por considerar o Estado um gestor ineficiente. A intervenção se faria funcional somente nos setores em que a iniciativa privada não alocasse os recursos de modo a satisfazer as demandas sociais. Nessas situações, o Estado deveria “empreendê-los ou, ao menos, subvencionar a sua realização”, atuando de modo supletivo e auxiliar (Cavalcanti, 1892, p. 322).

Além do fomento indireto a indústrias que do Estado necessitassem para se fazerem viáveis, a participação do governo em determinados segmentos econômicos se justificaria no caso dos setores considerados estratégicos, como, por exemplo, a indústria de base e de materiais bélicos: “O Estado não só pode, como até deve, tomar a si a exploração de certas indústrias, já no interesse imediato do serviço público e já no pensamento de desenvolvê-las no país, quando as forças individuais se mostrarem insuficientes ou incapazes de bem fazê-las” (Cavalcanti, 1896, p. 132).

A intervenção preconizada por Cavalcanti haveria de ser, ainda assim, moderada e seletiva. O programa por ele vislumbrado como o ideal à realidade nacional não apenas defendia, como também demonstrava os benefícios da atuação estatal na tarefa de promover a manufatura indígena. Todavia, o discurso do autor mostrava-se parcimonioso, ao tornar evidente sua rejeição à total planificação da economia brasileira:

Correndo o risco de passarmos por socialista não recusaremos jamais ao Estado o direito de cooperar com a iniciação privada para a obra indispensável da prosperidade comum: mas exigimos por condição que o faça com inteligência e critério, a fim de que a despesa daí resultante traga justa compensação aos que fornecem pelo imposto os meios precisos de semelhante despesa. (Cavalcanti, 1896, p. 68)

Se declinava a exploração direta das distintas atividades econômicas, Cavalcanti consentia, porém, com a guarida a determinadas empresas que se encontrassem em dificuldades financeiras e operacionais, oferecendo-lhes, por exemplo, financiamentos subsidiados. Ao contrário dos controversos “auxílios à lavoura” concedidos pelo governo imperial aos cafeicultores endividados, o autor refutava a ideia de que a proteção pecuniária a indústrias em crise representava desperdício de recursos públicos. Condizente com a sua crença na harmonia entre a liberdade de atuação do mercado e a coordenação governamental, Cavalcanti restringia esse tipo de assistência a situações excepcionais ou de crise.

A proteção estatal não poderia ser censurada por aqueles que a ela se opunham por creditarem-lhe a carestia em que constantemente se encontrava a população brasileira. Na opinião de Cavalcanti, o desenvolvimento do setor manufatureiro, ainda que incipiente, deveu-se ao amparo histórico do governo àqueles que se arriscavam na seara industrial, sem os quais o país se encontraria em condições materiais as mais arcaicas possíveis: “Não afirmo que a intervenção dos nossos governos tenha sido sempre a melhor ou a mais acertada; mas é certo, que sem ela não teríamos tido muitos outros melhoramentos materiais, cuja realização era superior às forças do capital e do crédito particular, somente” (Cavalcanti, 1892, p. 334).

Contanto que programada e comedida, a atuação do Estado se faria, destarte, imprescindível para o desenvolvimento estrutural da economia brasileira. Não caberia ao ente público substituir o papel do mercado na produção direta dos bens e serviços, mas, apenas e tão somente, o de balizar a atuação dos agentes privados, para que pudessem atingir o melhor resultado possível em suas operações.

2.1 O papel da indústria para o desenvolvimento econômico

A luta pela industrialização do Brasil não tinha em Amaro Cavalcanti um advogado em causa própria. Intelectual quase que exclusivamente dedicado à vida pública, o jurista assim procedia por convicção ideológica.

O autor definia a indústria como a “classe produtora por excelência”, a única geradora potencial de prosperidade, sendo, portanto, o meio mais adequado de se reverter a situação de privação econômica que acometia o Brasil: “A prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais

larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional” (Cavalcanti, 1892, p. 326).

Diante das condições “precárias, ou melhor, patológicas” em que se encontravam as empresas indígenas⁵, Cavalcanti julgava ser não apenas constrangedor, mas também o verdadeiro motivo do atraso brasileiro o fato de um país com tamanha potencialidade depender da importação dos mais variados tipos de bens de consumo:

Continuamos, todavia, na dependência das outras nações em quase tudo que respeita ao desenvolvimento material do país. [...] Vivemos hoje, como nos tempos coloniais, a importar do estrangeiro quase absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havê-lo, ao menos em grande parte, da produção nacional. (Cavalcanti, 1915, p. 12)

A existência de setores produtivos eficientes e rentáveis tornava-se, assim, pré-condição para o progresso material e o engrandecimento geral do país, de modo que a industrialização traria, ainda, benefícios de outra natureza: dado que o poderio econômico representava o alicerce da soberania política, esta só poderia ser alcançada, portanto, através do fortalecimento do setor industrial. Além disso, a própria coesão social dependeria do vigor da manufatura nacional, sem a qual a sociedade brasileira estaria fadada ao pauperismo: “Nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria” (Cavalcanti, 1915, p. 13).

Para embasar suas propostas, Cavalcanti recorria à taxonomia esquemática dos modelos de Estado que ele assim estipulou: o sistema socialista, o individualista e o positivo, sendo, este, a doutrina da qual se pretendia integrante. O autor refutava a adoção dos demais por creditar-lhes fórmulas rígidas e absolutas: o primeiro por confiar o desenvolvimento unicamente aos agentes supostamente racionais, o segundo por transmitir exclusivamente ao governo a tarefa de explorar diretamente as atividades econômicas.

⁵ A resiliência dos empresários nacionais que ofereciam alguma competitividade em relação aos produtos estrangeiros foi assim descrita por Cavalcanti: “A indústria brasileira sobreviveu, até agora, apenas pela força de vontade de alguns crentes” (apud Carone, 1977, p. 235).

O sistema positivo, por sua vez, mostrava-se o mais adequado aos países novos em função da racionalidade e da plasticidade com que se adaptava às necessidades de cada realidade social⁶. Baseado na interação harmônica entre o indivíduo e o Estado, Cavalcanti considerava legítimo somente o embate travado entre as diferentes nações no plano internacional, de modo que, internamente, se faria possível e desejável a coadunação dos interesses. É por esse motivo que, no caso dos países atrasados, o autor delegava ao ente público a incumbência de balizar o processo de desenvolvimento.

É nesse sentido que Vieira (1960, p. 72) o caracteriza como o ícone maior do Sistema Nacional de Economia Política no Brasil. Assim como o fazia Cavalcanti, List apregoava o fortalecimento dos setores produtivos, a fim de tornar a economia nacional suficientemente forte de modo a ser tratada com igualdade pelas demais. A atuação deliberada do Estado tornava-se, assim, o único meio capaz de sentir, em toda sua plenitude, os interesses pátrios, formando um aparelho completo e orgânico, ou seja, um verdadeiro *sistema* de economia política.

Na concepção de Amaro Cavalcanti, o desenvolvimento do setor manufatureiro representava o futuro das nações que almejassem superar a condição de subdesenvolvimento a elas imposta pela divisão internacional do trabalho. E somente através da criação de um robusto órgão industrial, portanto, que o autor vislumbrava a solução dos principais problemas econômicos do Brasil.

2.2 As atividades agrícola e de importação: o atraso da economia brasileira

Conforme ressalva anteriormente feita, a crítica que o autor tecia ao comércio importador e à agricultura não se baseava em interesses dos quais ele próprio pudesse retirar proveitos financeiros. Amaro Cavalcanti opunha-se à teoria ricardiana da especialização produtiva por acreditar que somente a constituição de um órgão industrial autônomo poderia resolver duas das principais adversidades conjunturais enfrentadas pelo país: o estrangulamento do balanço de pagamentos – o qual seria superado via redução das importações – e, por consequência, a instabilidade cambial.

⁶ Para uma análise detalhada da influência do positivismo sobre a condução da política econômica no Brasil, ver, por exemplo, Fonseca (1993) e Salomão (2013).

No momento em que se firmavam os conceitos de indústria natural e artificial, Cavalcanti demonstrava-se hesitante quanto à consonância dos interesses agrícolas e industriais. Não poderia o país repousar sua estrutura produtiva em uma atividade por ele caracterizada como “fonte precária e irregular de riqueza”.

Ao analisar o desenvolvimento atrofiado das províncias do Norte do país, as quais dependiam exclusivamente de sua indústria extrativa, Cavalcanti apontava para a fragilidade econômica dessa região cuja geração de renda repousava, basicamente, sobre a coleta de produtos naturais: “Sob esse regime exclusivo de troca de produtos pelos gêneros necessários ao seu consumo, o Pará e o Amazonas podem progredir, mas a base de seu futuro se mostra muito precária” (Cavalcanti, 1890, p. 198).

Era o caráter inerentemente instável da cultura agrícola que o fazia rechaçá-la como fonte de desenvolvimento. Na compreensão de Cavalcanti, um país cuja base econômica repousasse sobre essa atividade insegura e suscetível a uma série de intempéries naturais estaria condenado ao subdesenvolvimento e à dependência das economias industriais. Tratava-se, esta, de uma atividade primitiva típica das sociedades subordinadas às nações por ele definidas como “normais”: aquelas que lograram desenvolver todo o seu potencial manufatureiro.

A agricultura remetia, por fim, ao passado pouco lisonjeiro do regime colonial; à República caberia, agora, a tarefa de fomentar os meios “modernos” de desenvolvimento econômico. Sua concepção embasava-se na do economista alemão supracitado, para quem a fragilidade da agricultura diante das crises econômicas internacionais conferia à prosperidade agrícola “um efeito parecido com o do ópio, que excita por um momento, mas debilita por toda a vida”.

A restrição do autor às atividades importadoras, por sua vez, caracterizava-se pelo seu efeito oneroso sobre o saldo do balanço de pagamentos. Defensores de uma política tarifária liberal, os representantes do comércio internacional – classe em que se fazia notar a expressiva influência das casas estrangeiras que aqui atuavam – constituíam um empecilho concreto à industrialização e ao desenvolvimento do Brasil: “É intuitivo que os importadores não veem com bons olhos [a industrialização], pois o desenvolvimento da indústria nacional, poderá fazer cessar o monopólio, de fato, de que eles gozam, acerca do consumo do país” (Cavalcanti, 1892, p. 348). Em suas palavras, tornava-se evidente o

movimento patrocinado pelas empresas importadoras contra o desenvolvimento industrial brasileiro.

Conforme o raciocínio holístico do autor, os aspectos negativos da atividade importadora acentuavam-se nos países de base predominantemente agrícola. Ao drenar para o exterior as riquezas aqui exploradas, os comerciantes internacionais reforçavam a pressão contra a valorização do câmbio, um dos principais entraves ao desenvolvimento da economia brasileira. Foi por esses motivos, portanto, que Amaro Cavalcanti condenou as práticas de importação por entrever em seus representantes uma atuação determinada contra o desenvolvimento industrial do Brasil.

3. Industrialização e soberania nacional: o protecionismo tarifário

Um dos mais importantes instrumentos sobre os quais desde sempre repousaram as propostas de defesa do setor manufatureiro era a proteção tarifária substitutiva de importações⁷. A temática galgou tamanha relevância no cenário político brasileiro do século XIX em função do destaque econômico e social dos atores diretamente interessados na questão: o governo (dada a dependência da arrecadação fiscal em relação aos impostos alfandegários), os importadores, os industriais (pela proteção conferida pela tarifa aos produtos indígenas) e, por fim, os exportadores de produtos primários (os quais temiam uma retaliação por parte dos mercados consumidores).

A relação dicotômica entre o complexo cafeeiro e a produção industrial ensejou o fortalecimento do discurso protecionista devido à instabilidade do preço do café no mercado internacional ao longo da última década imperial⁸. Na opinião de Cavalcanti, tratava-se de uma nova fase em que se celebrava a vitória dos conceitos positivistas e industriais:

⁷ Diversos foram os autores contemporâneos que se dedicaram a esse controverso tema que permeou o debate econômico no Brasil imperial: Luz (1959, 1975), Carone (1977), Fishlow (1972) e Leopoldi (2000), por exemplo, expõem de que modo a argumentação dos principais próceres industrialistas se baseou na guarida aduaneira.

⁸ Para uma análise detalhada acerca da relação entre a produção de café e o estabelecimento do órgão industrial no Brasil, ver, por exemplo, Silva (1976), Cano (1978) e Perissinotto (1994).

Todas as nações que nos precederam no desenvolvimento da indústria [...] entenderam que deviam formar uma nova política financeira internacional, fechando a era das teorias livre-cambistas, e entrando, resolutas, em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras. (Cavalcanti, 1892, p. 344)

As práticas livre-cambistas passaram a ser paulatinamente abandonadas pela maioria dos países centrais a partir da década de 1870, contribuindo para que o autor atribuísse o êxito da industrialização europeia à utilização dos instrumentos de proteção comercial. A própria Grã-Bretanha, berço da Revolução Industrial e dos principais autores clássicos, protegeu sua indústria nascente até, pelo menos, meados dos anos 1840, quando seu parque industrial já se encontrava praticamente formado⁹. Desse modo também agiram os dirigentes do Império austro-húngaro, ao estipularem tarifas protecionistas ao longo da década de 1880, os da Alemanha pós-unificação e, em duas ocasiões em menos de cinco anos, os da Itália: tratava-se, estes, de alguns dos países que “adotaram medidas quase proibitivas contra a introdução de gêneros estrangeiros, desde que já houvesse similares, ou a possibilidade de obtê-los da produção nacional” (Cavalcanti, 1892, p. 345).

Cavalcanti reclamava, dessa forma, a transposição histórica das experiências forâneas para o Brasil. Se os próprios patrocinadores do livre-cambismo se utilizaram desses instrumentos para viabilizar suas indústrias, não deveria ser o Brasil, país novo e periférico, que haveria de acatar a tese clássica da especialização produtiva:

Se este é o exemplo que nos oferecem as suas nações mais ricas, que já tem a sua indústria feita e próspera, como é que nos outros, em condições diferentes para pior, queremos dar exemplo do mais extravagante liberalismo econômico, atirando nossas indústrias ao abandono e à ruína, e preferindo, que o estrangeiro continue a ditar-nos a lei a sua talante, em matéria de tamanha relevância? (Cavalcanti, 1892, p. 346)

Com base nessa contradição entre o discurso e a prática histórica das nações industrializadas é que o autor negou a serventia das políticas de cunho

⁹ O governo inglês abraçou e patrocinou o liberalismo comercial a partir de 1846, sob o gabinete de Robert Peel, depois de praticar, nas palavras de Luiz Rafael Vieira Souto, uma política tarifária que beirava o “proibitismo” (apud Carone, 1977, p. 49).

liberal. Cavalcanti não chegou a considerá-las um instrumento de dominação geopolítica; supunha, apenas e tão somente, ser a estratégia equivocada para se alcançar o desenvolvimento.

3.1 Do político liberal à negação do liberalismo

Se a crítica ao liberalismo econômico permeou toda a obra de Amaro Cavalcanti, esta não se fez, contudo, por pragmatismo político. O cerne da sua censura à teoria clássica se concentrava no suposto “caminho natural” que a ortodoxia imprimia ao processo de desenvolvimento. Inutilizada a ação do governo, a incumbência de se lograr o progresso material dependeria, exclusivamente, das vantagens comparativas de que dispunham as diferentes nações: “O livre-comércio pressupõe o universo dividido em países, cada um com aptidões naturais e exclusivas, que a prosperidade de cada povo se faria sem outra condição, que não fosse a simples aplicação do seu capital e trabalho ao desenvolvimento das suas indústrias naturais” (Cavalcanti, 1903, p. 12).

Para além das discussões teóricas, o debate entre os defensores da causa industrial e os representantes dos interesses agrários também abarcava questões práticas do cotidiano dos negócios. O argumento liberal repousava, inicialmente, sobre o receado processo inflacionário. Além disso, dada a diminuição da demanda por bens importados, atentava-se para uma conseqüente queda na arrecadação pública em função da expressiva dependência do fisco brasileiro em relação aos impostos alfandegários. Tecnicamente simplório, o raciocínio subjacente à lógica protecionista invertia o sentido do ciclo virtuoso: quanto mais industrializado fosse um país, maior a oferta de bens disponíveis em seu mercado, fato que atuaria contra o aumento dos preços. Ademais, maior seria, ainda, a renda interna, o que evitaria a diminuição da arrecadação tributária dado o aumento da demanda por novos produtos importados.

Assim sendo, a proteção tarifária se justificaria, em primeiro lugar, pela necessidade de se prover os bens necessários à crescente população brasileira. O aumento da procura por bens manufaturados resultante da migração maciça de trabalhadores europeus não ibéricos ia ao encontro da necessidade de se estimular a oferta interna: “A doutrina clássica do *laissez faire, laissez passer* já não é capaz de dar a solução satisfatória que a atividade consciente dos povos livres reclama, em nome da justiça,

distributiva dos bens e gozos da vida comum” (Cavalcanti, 1896, p. 44). Objetivo, este, que só seria alcançado através do inevitável amparo estatal ao produtor nacional.

O debate tarifário jamais logrou a unanimidade, contudo. A opinião pública, pautada por veículos de comunicação alinhados à causa liberal, tornava-se hostil à pauta protecionista, responsabilizando a ineficiente indústria nacional pela situação de carestia em que se encontrava¹⁰. Além disso, acusavam-se os industriais protegidos de auferirem lucros extraordinários à custa das condições de penúria em que vivia a maior parte da população.

Na opinião de Cavalcanti, os sacrifícios impostos pelos direitos protecionistas seriam, futuramente, mais do que recompensados pelo desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Além de habilitá-la a produzir bens a preços inferiores aos praticados naquele momento, a proteção à indústria nacional beneficiaria os próprios trabalhadores através da maior demanda por mão de obra: “Se os direitos protetores acarretam um sacrifício de valores, este é compensado pela aquisição de forças produtivas, e elas, somente asseguram a nação uma soma assaz superior de riquezas materiais no futuro” (Cavalcanti, 1903, p. 21).

Diante da ênfase no amparo à produção nacional como o único meio de se fomentar o desenvolvimento econômico do país, Cavalcanti concluía o seu raciocínio com o seguinte corolário: tratava-se o livre-comércio de teoria válida somente se estabelecido entre países iguais; caso contrário, beneficiaria apenas os mais avançados. Reproduzindo o aforismo do chanceler alemão Otto von Bismarck, atestava o autor: “O livre-cambismo é o direito do mais forte” (apud Bastos, 1952, p. 67).

Dessa forma, a política tarifária encontraria lógica no contexto de conflito de interesses entre as distintas nações, pois, “se é verdade que a liberdade política é a proteção dos fracos, a liberdade comercial é o triunfo do mais forte”, atestava Cavalcanti. De posse dessa convicção, o político, extrapolando sua aguerrida atuação intelectual, empenhou-se aplicadamente na defesa da produção nacional.

¹⁰ O debate tarifário e inflacionário fazia-se presente no cotidiano de todos os segmentos sociais. Conforme a nota de Luz (1975, p. 138), o assunto extrapolou a seara política para, em uma clara crítica à causa protecionista, transformar-se até em marchinha de carnaval. Reforçava esse entendimento a posição de atores sociais importantes, como o político e intelectual carioca João Pandiá Calógeras, o qual se referia à questão como a “maldita política protecionista” (apud Luz, 1975, p. 151).

3.2 O protecionismo aduaneiro: a proposição de um projeto político

O projeto alfandegário de Amaro Cavalcanti não preconizava a transformação do Brasil em uma economia autárquica. Em sua visão, não haveria contradição entre os benefícios de uma política de proteção e os proveitos do livre-mercado: “Protecionismo é uma condição preliminar de melhor aplicação da liberdade; ele não aspira exclusivismo de ação, nem mesmo a estar de maneira permanente na vida econômica de um povo” (Cavalcanti, 1903, p. 19). Nesse sentido, o autor eximia suas propostas de ação política de provocarem o isolamento comercial do país: “O protecionismo não é a proibição, ao contrário, pressupondo a concorrência estranha, ele procura apenas robustecer os elementos e forças da indústria nacional, afim de que tenha ela o que oferecer, em permuta do que recebe do estrangeiro” (Cavalcanti, 1903, p. 19).

Sua ferrenha oposição ao liberalismo comercial não repousava, portanto, sobre a rigidez da convicção doutrinária. Antes, alicerçava-a na crença de que se tratava de expediente inadequado a um país novo, mostrando-se, assim, contrário ao protecionismo *per se*: “O modo é um expediente de ocasião, ele não pode ser fixado *a priori*; são as circunstâncias econômicas do país, as condições e as necessidades especiais de cada indústria, que deverão decidir da sua preferência, da sua escolha e da sua eficácia” (Cavalcanti, 1903, p. 36).

Dessa feita, a estratégia aduaneira apregoada por Amaro Cavalcanti pressupunha uma política circunstancial e moderada. O senador defendia uma proteção pragmática e temporária, “não indo além do que for necessária, para que o produto indígena se ponha em pé de concorrer com o produto estrangeiro similar”. De modo que a atuação do Estado se faria conveniente apenas em um estágio inicial: “Como todo menor, ela precisa de proteção e amparo; enquanto a indústria não houver atingido o seu inteiro desenvolvimento, de modo a conseguir [competir com as importações], pelo emprego de suas próprias forças”, a proteção estatal deveria exercer-se (Cavalcanti, 1892, p. 324).

Além disso, a adoção de uma política protecionista corresponderia a um simples exercício de soberania dos Estados nacionais. Diante da legítima incongruência de interesses entre os diferentes países, far-se-ia imperativa a utilização de mecanismos que abarcassem as necessidades

dos produtores e trabalhadores brasileiros inseridos no mercado altamente globalizado daquele momento histórico – a *belle époque* do capitalismo comercial do fim do século XIX: “A chamada família das nações não é na verdade uma realidade, a não ser que a mera justaposição e intercâmbio das várias nações, guiadas cada uma delas em suas relações internacionais por seus próprios interesses e ambições peculiares, seja aceita como tal” (apud Vieira, 1960, p. 66).

Ainda assim, Amaro Cavalcanti não sugeria a adoção desses instrumentos de forma indistinta. O autor salientava a existência de critérios imprescindíveis para a aplicação de uma política aduaneira bem-sucedida. Em primeiro lugar, deveria se considerar a importância da renda tarifária na composição do orçamento público. Outrossim, o governo haveria de distinguir quais as indústrias que, de fato, necessitavam de proteção alfandegária. Por fim, atentava para os riscos de se utilizar da tarifa como simples política de curto prazo: “Dar hoje proteção aduaneira à certa indústria e, amanhã, diminuí-la [...] antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado sem o devido critério [...] é erro condenável, prejudicialíssimo, sobretudo, ao capital” (Cavalcanti, 1903, p. 39).

Dessa forma, o autor não apenas procurava evidenciar a incoerência teórica do modelo liberal como estratégia de desenvolvimento econômico, mas também oferecia sugestões e alternativas de atuação política, às quais deveriam se somar outros instrumentos de ação pública, como uma política monetária favorável ao setor industrial.

4. A política monetária pró-industrialização: o papelismo em Amaro Cavalcanti

O projeto de intervenção estatal em defesa da industrialização preconizado por Amaro Cavalcanti não pressupunha apenas a adoção de uma política de proteção alfandegária. No seu entendimento, o governo deveria lançar mão de outros instrumentos para fomentar o desenvolvimento industrial, como uma política monetária condizente com as necessidades dos negócios, além da concessão de empréstimos e financiamentos diretos realizados pelo Estado.

A originalidade do pensamento de Cavalcanti reside na visão sistêmica através da qual o autor pensava o desenvolvimento econômico. Os

economistas ligados ao Sistema Nacional de Economia Política, por exemplo, não pleiteavam a moeda fiduciária como meio de fomento à produção nacional, de modo que se tratava, esta, de uma ideia totalmente adaptada às circunstâncias brasileiras daquele momento histórico. Não por outro motivo Amaro Cavalcanti fez das questões financeiras e monetárias o cerne de seus estudos e de sua atuação política.

A confiança no poder da moeda como mecanismo de desenvolvimento das atividades produtivas amparava-se, novamente, na experiência dos países industriais – com destaque para a dos Estados Unidos, por ele observado *in loco* durante o período em que lá residiu. Cavalcanti delegava à instituição do curso forçado não apenas a recuperação econômica do país após a Guerra de Secessão (1861–1865), como também o próprio êxito do processo de industrialização encetado posteriormente. Diante do resultado por ele descrito como “a maior prosperidade industrial e econômica que jamais se viu em povo algum e uma solidez financeira invejável”, os governantes daquele país lograram retornar à emissão metálica em tempo considerado diminuto. A comparação entre o caso norte-americano e a situação brasileira no crepúsculo imperial incitava-o ao cotejamento das diferentes conjunturas:

Não é preciso dizer como se operou este último milagre: é fácil de ver, que a barateza do dinheiro bancário para todas as indústrias trouxe o engrandecimento descomunal da produção. [...] Por pouca que seja a vista do observador, se aperceberá que a nossa situação atual é, feitos os descontos, assaz semelhante: *nós precisamos hoje de dinheiro, muito dinheiro em movimento, para satisfazer aos vários reclamos econômicos das nossas condições.* (Cavalcanti, 1890, p. 62, grifo nosso)

Trata-se, este, de apenas um dos diversos exemplos que fariam com que Cavalcanti delegasse à insólita perseguição ao padrão monetário parte dos males que tolhiam o desenvolvimento da economia brasileira.

4.1 A crítica ao padrão-ouro e a inviabilidade da moeda metálica

Amaro Cavalcanti, bem como a maioria dos autores papelistas, aceitava o mérito inquestionável da estabilidade inerente à moeda metálica, não repudiando, *a priori*, a sua adoção. Sua repulsa ao padrão-ouro atentava

simplesmente para a impossibilidade da emissão ao par em um país de desenvolvimento rudimentar como era o Brasil imperial.

Nesse sentido, sua argumentação reforçava a tese de que se tratava a moeda apenas de um símbolo sem valor intrínseco algum. A sua utilidade restringia-se, desse modo, à facilitação das trocas comerciais, devendo existir, portanto, em quantidade equivalente às necessidades de circulação: “A utilidade da moeda não vem da sua substância, mas da sua função, a qual é: fazer circular os valores. O ouro não traz nenhuma satisfação àquele que o possui, salvo no momento em que o possuidor se separa dele, para comprar o objeto que pode consumir” (Cavalcanti, 1893, p. 5).

A adoção da moeda metálica se faria conveniente somente quando a economia nacional estivesse preparada para gerar riqueza interna e, assim, equilibrar o fluxo do balanço de pagamentos. Antes disso, a condução da política monetária e, mais especificamente, a credibilidade do sistema bancário estariam sob ameaça quando da ocorrência de qualquer perturbação exógena: “Não será preciso uma grande exportação da moeda; bastaria simplesmente o aspecto de uma crise, a ameaça de grandes males na atmosfera política [...] para que todos corressem às portinholas do banco, em um momento, ele se acharia sem um ceitel de metal” (Cavalcanti, 1892, p. 196).

Dessa forma, Cavalcanti previa que os países novos que aderissem à ortodoxia estabelecida pelo padrão-ouro teriam seu desenvolvimento inevitavelmente limitado por uma política monetária não condizente com as necessidades dos setores produtivos. A análise do autor flerta com a conspiração, ao sugerir uma suposta imposição de regras financeiras como instrumento de dominação política por parte dos países desenvolvidos: “As nações pobres subsistem quase todas, no que se refere às condições monetárias, na dependência daquelas poucas felizes, as quais lhes ditam a lei, segundo melhor convém aos seus interesses” (Cavalcanti, 1893, p. 14).

Conquanto a inconversibilidade mostrava-se inevitável às economias periféricas, o autor reconhecia o principal risco atinente à adoção do curso forçado: o seu emprego desabusado por parte dos gestores públicos. Ainda assim, Cavalcanti tinha o excesso de emissão como pecado menos nocivo se comparado à escassez de numerário, motivo pelo qual não deveria haver, a princípio, baliza preestabelecida para a emissão: “O

limite da circulação depende das necessidades da mesma circulação. Se a moeda é um meio, deve estar de acordo com as exigências do fim, que é a multiplicidade das transações, o desenvolvimento econômico” (Cavalcanti, 1892, p. 219).

Além disso, Cavalcanti rechaçava a relação direta que os defensores do padrão-ouro asseguravam haver entre a emissão inconversível e a desvalorização cambial¹¹. Mais do que simplesmente negar essa tautologia teórica, assim como o fez Rui Barbosa, o autor ainda invertia a causalidade: a melhora do câmbio só se daria com o “aumento da produção nacional, que faz importar menos ou habilita a exportar mais”. Ou seja:

Não aceitamos a teoria por demais vulgar, e que o papel moeda seja entre nós a causa da sua oscilação desfavorável. [...] Não é a moeda papel a causa primária eficiente do câmbio desfavorável. [...] O que cria as oscilações é a carência de saldos brasileiros nas praças estrangeiras. (Cavalcanti, 1890, p. 37)

Por fim, Amaro Cavalcanti refutava, ainda, a acusação de que o excesso de crédito traria, como consequência inevitável, instabilidade financeira e desarranjos no setor produtivo. Apesar de o expediente do curso forçado eventualmente resultar em crises, tratava-se do único meio de se desenvolver uma economia subalterna. De modo que os países industrializados também já haviam enfrentado as mesmas vicissitudes, uma vez que todos se utilizaram de crédito abundante para viabilizar o seu aparelho industrial nascente. As crises eram, portanto, inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista: “Não há país algum moderno, no qual a história do seu desenvolvimento econômico não seja a de crises industriais, comerciais e financeiras, mais ou menos sucessivas, segundo o movimento da própria expansão” (Cavalcanti, 1890, p. 63).

Foi de posse dessa convicção que, mesmo após a crise do início dos anos 1890, Cavalcanti tornou-se uma das únicas vozes a manter defesa

¹¹ Cabe frisar que, em determinadas situações, a depreciação cambial atuava a favor tanto dos exportadores de café, quanto dos industriais que não dependiam de matérias-primas importadas. Essa coordenação de interesses levou Leopoldi (2000) a sugerir a existência de uma suposta aliança fugaz entre cafeicultores e alguns industriais em relação à política cambial em determinadas situações.

intransigente da experiência heterodoxa levada a cabo durante a gestão de Rui Barbosa diante do Ministério da Fazenda. No seu entender, deveu-se à política deflacionista adotada posteriormente – já sob os governos de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e, principalmente, Campos Sales – a instabilidade financeira da transição republicana: “Não usar da moeda de crédito, neste momento de expansão econômica do país, equivale ao proceder de um indivíduo que se deixa morrer à fome ele, mulher e filhos, só para não comprar fiado aquilo que carece para os misteres da alimentação” (Cavalcanti, 1892, p. 226).

4.2 O papel-moeda e a industrialização

A defesa da moeda inconvertível não tinha, para Amaro Cavalcanti, um fim em si mesmo. A ferrenha oposição oferecida ao padrão metálico se justificaria pelo objetivo maior da adoção daquele expediente: o desenvolvimento da produção nacional.

O curso forçado não era, conforme alegavam os metalistas, a causa da instabilidade monetária, mas o efeito da subserviência financeira das economias atrasadas. Cavalcanti invertia o sentido do caminho proposto pelos advogados do padrão-ouro para se lograr a circulação metálica: fazia-se necessário, em primeiro lugar, fomentar e otimizar as condições da oferta interna para, desse modo, dirimir a dependência e a restrição externa, a fim de se alcançar, por fim, a circulação metálica.

A lógica implícita em seu raciocínio amparava-se sobre a almejada transformação estrutural da economia brasileira. O governo só emitiria moeda metálica caso houvesse equilíbrio no balanço de pagamentos, o que, por sua vez, requeria o desenvolvimento das atividades industriais para satisfazer, ainda que minimamente, a demanda interna. Dessa forma, o autor desautorizava a viabilidade da emissão ao par sem o prévio e robusto desenvolvimento da indústria nacional: “Só acreditamos na possibilidade de circulação metálica [...] se esta for uma consequência reversiva do aumento de nossa prosperidade; tudo que não for assim, será ilusório, insubsistente, ou de efeitos contraproducentes e prejudiciais” (Cavalcanti, 1890, p. 40).

Convicto de que o desenvolvimento das economias subalternas se daria somente através do progresso industrial, Cavalcanti fez do crédito a questão central de suas propostas de política pública. Em sua opinião,

muitas vezes expressa com ênfase excessiva, o êxito de todas as atividades sociais, e não apenas o crescimento econômico, dependia do funcionamento a contento da política creditícia: “Não há quem ignore o desenvolvimento extraordinário do crédito público neste século. Sabem todos que a ele devem todas as nações modernas a sua própria independência. [...] Todos eles são devidos, não ao metal, mas à força quase ilimitada do crédito público” (Cavalcanti, 1892, p. 200).

Assim sendo, o autor delegava uma posição de destaque ao crédito como propulsor das atividades econômicas. Valendo-se da analogia com a experiência individual de um empreendedor que se utiliza do financiamento para explorar determinada atividade econômica, Cavalcanti extrapolava o raciocínio para um macroambiente agregado, no qual a disponibilização prévia de recursos atuaria no sentido de incentivar o espírito animal dos empresários brasileiros.

Por fim, Amaro Cavalcanti negava, ainda, a causalidade direta entre a adoção do padrão metálico e o desenvolvimento estrutural da economia de um país. Ao contrário, supunha o curso forçado como condição para o progresso das atividades produtivas, o qual, por sua vez, permitiria o retorno à emissão ao par estabelecido pelo governo imperial em 1846:

Esta fé cega e exclusiva na onipotência do metal já não se justifica, nem pela teoria, nem pela prática: um país pode ter a sua circulação, inteiramente de metal e nem por isso deixar de ser pobre; um outro, sem ter ouro, pode, não obstante, desenvolver a sua produção, por intermédio do crédito ou da moeda fiduciária somente e, desta sorte, obter o próprio ouro como um efeito reversivo da sua prosperidade. (Cavalcanti, 1890, p. 36)

Diante das considerações expostas acima, evidencia-se o pensamento sistêmico de Amaro Cavalcanti acerca da intervenção estatal com vistas à industrialização. Ao rechaçar o livre-mercado como meio de se lograr o “progresso definitivo”, o autor propunha uma atuação coordenada do governo que se utilizasse de diferentes instrumentos de política econômica, a fim de fomentar o desenvolvimento da manufatura nacional.

Considerações finais

Conforme apontado no decorrer deste trabalho, as origens do pensamento industrial brasileiro remontam às primeiras décadas do século XIX. Ao longo das muitas décadas que separaram esse despertar da consciência industrial e do processo de industrialização observado no Brasil, muitos foram os autores e atores que se dedicaram à matéria.

A contribuição de Amaro Cavalcanti para a causa industrial pode ser aferida pelo lugar de destaque ocupado pelo autor na galeria dos pensadores que dela fizeram a sua bandeira política. A defesa ponderada, mas, ainda assim, intransigente da industrialização como meio de superação dos entraves econômicos e sociais marcou toda a sua produção intelectual.

Não se deve ignorar, contudo, a visão um tanto idílica que o autor projetou sobre o desenvolvimento industrial. O estabelecimento do setor manufatureiro não resolveria todos os problemas estruturais da economia brasileira, como supunha Cavalcanti. A própria importação de bens de capital, condição *sine qua non* para a formação de um parque fabril competitivo, atuaria, ao menos no curto prazo, contra a estabilização das contas externas.

Além disso, Cavalcanti não vislumbrou a entidade industrial como uma relação social. Conforme a célebre ressalva de Marx, o autor entendeu a indústria como uma “reunião de coisas para fabricar coisas”, subestimando, assim, as dificuldades que a causa encontraria para se estabelecer em uma base econômica, social e cultural pouco propícia como era a realidade do Brasil oitocentista.

Ainda assim, faz-se notória a trajetória desse homem público cujo pensamento e ação política influenciaram sobremaneira os acontecimentos de um dos períodos mais conturbados da história contemporânea do país. Sua atividade não se limitou à defesa de uma simples política protecionista. A análise do sistema financeiro brasileiro empreendida por Cavalcanti concorreu de modo decisivo para emoldurar o debate acerca da conveniência de se confrontar os ditames do padrão-ouro em um contexto agrário-exportador. Essa concepção de política monetária heterodoxa ganharia fôlego com a contribuição dos autores e atores papelistas, cujas ideias, posteriormente amalgamadas à defesa da industrialização e ao nacionalismo, viriam a formar a ideolo-

gia subjacente à política adotada no período de maior crescimento econômico estatisticamente documentado no Brasil: o nacional-desenvolvimentismo.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- CAVALCANTI, Amaro. *Política e finanças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Brasília: Editora UnB, 1893.
- CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de finanças*. Estudo teórico-prático. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- CAVALCANTI, Amaro. Taxas protectoras nas tarifas aduaneiras. *Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 1903.
- CAVALCANTI, Amaro. *A vida econômica e financeira do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

Bibliografia geral

- BASTOS, Humberto. *O pensamento industrial no Brasil*. São Paulo: Martins, 1952.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs.). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: UNA MIRADA HACIA AMÉRICA LATINA Y SUS PERSPECTIVAS, jul. 2005, Santiago.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CARONE, Edgard. *O centro industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- COSTA, João Severiano M. da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil. *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, v. 2, n. 6, 1972.

- FONSECA, Pedro Cezar D. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, FEE, v. 14, n. 2, p. 410-421, 1993.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.
- LEFF Nathaniel H. *Underdevelopment and development in Brazil*. Economic structure and change, 1822-1947. London: George Allen & Unwin, 1982.
- LEME, Marisa S. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LUZ, Nícia V. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (I, II e III): esforços em prol da industrialização. *Revista de História*, n. 34, p. 305-333, out.-dez. 1959.
- LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NICOL, Robert N. V. C. *A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974 (Tese de Doutorado).
- PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- PRIORI, Ângelo (org.). *Dilemas do desenvolvimento brasileiro: ideias, política e economia no Brasil do século XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.
- SALOMÃO, Ivan C. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013 (Tese de Doutorado).
- SILVA, Lígia M. O.; FERNANDES, Suzana Cristina. Amaro Cavalcanti e os caminhos da industrialização brasileira. *História Econômica & História de Empresas*, v. 6, n. 1, jul. 2012.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional, 1973.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- TAVARES, Maria da C. Auge e declínio da substituição de importações. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VERSIANI, Flávio R.; VERSIANI, Maria Teresa. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 5, n. 1, 1978.
- VIEIRA, Dorival T. *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo: FEA, 1960.
- ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.

estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de celso furtado*

stagnation in latin america and the brazilian development strategy: analysis of the early years of celso furtado's exile

Renata Bianconi**

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

O início dos anos 1960 é marcado por dificuldades econômicas em diversos países latino-americanos que haviam avançado no processo de industrialização por substituição de importações. Exilado após o golpe militar no Brasil, em 1964, Celso Furtado inicia uma abrangente reflexão sobre os problemas latino-americanos e, em particular, brasileiros, que engloba as novas relações de dominação e dependência em âmbito internacional, bem como os fatores estruturais internos e os obstáculos políticos que entravam o crescimento econômico. O presente trabalho busca destacar essas reflexões realizadas por Furtado no início de seu exílio, e apresenta também sua análise crítica sobre a estratégia de crescimento adotada no Brasil pelo governo militar.

Palavras-chave: Celso Furtado. Subdesenvolvimento. Progresso tecnológico. Estagnação. Dependência.

ABSTRACT

The early 1960s were marked by economic difficulties in several Latin American countries that had advanced in the process of industrialization through import substitution. Celso Furtado, exiled after the military coup in Brazil in 1964, started a comprehensive reflection on Latin American issues, and Brazilian ones in particular, which includes the new relations of domination and dependence at the international level, as well as the internal structural factors and the political obstacles which hindered the economic growth. This study aims to highlight these reflections made by Furtado at the beginning of his exile, and it is also devoted to Furtado's critical analysis of the Brazilian growth strategy during the military government.

Keywords: Celso Furtado. Underdevelopment. Technological progress. Stagnation. Dependence.

* Pesquisa financiada por Convênio FAPESP/CAPES, Processo n. 2014/26062-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, realizado em Vitória-ES, em 2015.

Submetido: 6 de novembro de 2015; aceito: 22 de fevereiro de 2016.

** Pesquisadora de Pós-Doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, bolsista FAPESP. *E-mail:* renatab@rocketmail.com

Introdução

Intelectual e servidor público, o economista Celso Furtado é privado de seus direitos políticos pelo golpe de Estado de 1964 no Brasil, sendo compelido ao exílio. Trabalhando na CEPAL (1949–1957), Furtado aprofunda seus conhecimentos sobre a realidade dos países latino-americanos, e sua participação no governo brasileiro – na SUDENE e no Ministério do Planejamento – transforma-o em observador privilegiado das tensões que marcam a América Latina desde a Revolução Cubana. Furtado era independente dos poderes políticos de sua região natal e dispunha de capital político e intelectual constituído em âmbito internacional (Garcia, 1998), que provinha tanto de sua formação europeia (Sorbonne e Cambridge), quanto de sua ação no período formativo da CEPAL ao lado de Raúl Prebisch. No entanto, o projeto de desenvolvimento econômico que Furtado busca implementar no Nordeste, que dependia do enfrentamento dos interesses estabelecidos na região, encontra também entraves de ordem internacional, oriundos da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina (na qual se destaca a Aliança para o Progresso).

Em um momento conturbado da vida política do país, com a proximidade do referendo que restabeleceria os plenos poderes presidenciais de João Goulart, Furtado assume o Ministério do Planejamento e elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963–1965). Se a existência de um plano nacional de desenvolvimento era um requisito para a obtenção da ajuda prevista no programa da Aliança para o Progresso, o plano elaborado por Furtado não contaria com o apoio internacional; tampouco contaria o plano com o apoio político interno necessário à implementação das medidas de estabilização nele preconizadas. Com o fracasso do Plano Trienal, Furtado retorna à SUDENE, aí encontrando uma situação política ainda mais tensa: a Aliança para o Progresso transformara-se definitivamente em instrumento de intervenção da administração norte-americana. O golpe de Estado afasta Furtado da Direção da SUDENE e, integrando a primeira lista de cassações políticas, publicada em 9 de abril de 1964, Furtado deixaria o país algumas semanas mais tarde.

A cassação de uma personalidade de renome internacional como Celso Furtado teve grande repercussão no exterior, sendo considerada

uma punição à liberdade de pensamento. Universidades norte-americanas como Columbia, Harvard e Yale oferecem postos de professor visitante a Celso Furtado, que também recebe convites de instituições ligadas à ONU (CEPAL, BID, ILPES) e de diversos países latino-americanos.

Decidido a se consagrar à vida acadêmica, Furtado parte para o Chile, em maio de 1964, onde ministra uma série de seminários no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), antes de instalar-se como pesquisador do Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale, aí dirigindo um seminário sobre a América Latina, durante o ano universitário de 1964-1965. Em 1965, Furtado fixa residência na França, aceitando convite para lecionar na Universidade de Paris, à qual permanecerá ligado até 1985 (com diversos períodos de ensino e pesquisa em outros países) (Bianconi, 2014).

Este artigo trata dos primeiros anos do exílio de Celso Furtado, em que é marcante sua análise da evolução do processo econômico brasileiro imediatamente posterior ao Golpe Militar de 1964. Nesse sentido, a primeira seção deste trabalho é dedicada às reflexões teóricas realizadas no ILPES, num momento em que o esgotamento do processo de substituição de importações parecia conduzir os países latino-americanos à estagnação econômica. Numa segunda seção, considera-se de maneira mais detalhada a abrangente análise econômica e sociopolítica presente no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, e apresenta-se brevemente a crítica dirigida à interpretação de Furtado sobre a estagnação. A terceira seção trata da análise feita por Furtado do período do “milagre” econômico brasileiro, com ênfase no caráter excludente da estratégia adotada. Breves considerações finais encerram este trabalho, buscando sugerir futuros estudos sobre a produção intelectual de Furtado durante seus anos de exílio.

1. Revisão crítica dos textos fundadores da CEPAL

O Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), dirigido por Prebisch e ligado à CEPAL, surge do impulso dado ao planejamento, no início dos anos 1960, pela Aliança para o Progresso (Rosenthal, 2004). Furtado havia participado da organização do ILPES

como representante do governo brasileiro e era membro de seu Conselho de Direção. O seminário organizado por Furtado reuniu economistas e sociólogos para o debate da problemática desenvolvimento-subdesenvolvimento na América Latina. A perda de dinamismo observada em economias da região já avançadas no processo de industrialização demandava uma revisão crítica dos textos fundadores da CEPAL: a experiência recente não corroborava a ideia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos por meio da industrialização conduziria ao crescimento autossustentado (Furtado, 1991, cap. 1).

Se a industrialização era indispensável ao desenvolvimento econômico da periferia, Prebisch chamava a atenção, nesse momento em que se organizava a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) – que seria por ele presidida¹ –, para o fato de que se mantinha uma estrutura anacrônica de comércio internacional: produtos primários continuavam a ser trocados por produtos manufaturados (Prebisch, 1963); criavam-se, assim, obstáculos ao processo de industrialização da periferia sempre que suas importações de bens manufaturados crescessem mais rapidamente do que suas exportações de produtos primários. Dessa forma, observando a “insuficiência dinâmica” das economias latino-americanas (Bielschowsky, 2000), Prebisch lutava na UNCTAD por uma reconstrução das relações comerciais internacionais.

Para Furtado, no entanto, mudanças significativas no quadro internacional pareciam ser, naquele momento, “uma miragem” (Furtado, 1991, p. 38). O autor considerava necessário avançar na compreensão das relações de poder em nível internacional, sobretudo diante da presença crescente de empresas multinacionais nas economias latino-americanas, aprofundando sua dependência externa. Dosman (2011, p. 509) ressalta que a presença de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso no ILPES, em 1964, poderia ter marcado o início de um trabalho inédito sobre multinacionais. No entanto, a fim de evitar que um seminário frequentado por exilados brasileiros conduísse ao exame do apoio de empresas e elites às novas ditaduras latino-americanas, o governo

¹ Sobre a criação e as realizações da UNCTAD, bem como sobre o papel de Prebisch na organização – pontos que não poderão ser aqui desenvolvidos –, ver Toye e Toye (2004, caps. 8, 9) e Dosman (2011).

brasileiro ameaçou suspender seu apoio ao financiamento do BID ao instituto. Assim, as pressões sobre o ILPES, em 1964, afastam a possibilidade de estabelecimento de uma linha de pesquisas sobre multinacionais (Dosman, 2011, p. 469-471). De toda forma, as reflexões iniciadas por Furtado no ILPES (e continuadas em Yale) iniciam uma linha de pesquisa sobre subdesenvolvimento e dependência externa, notadamente do ponto de vista dos efeitos do progresso tecnológico, que o autor desenvolveria durante seu exílio.

Furtado inicia os debates em Santiago pela apresentação de duas teses que considerava representativas do pensamento da CEPAL². A primeira diz respeito à conformação da estrutura centro-periferia:

a forma como se deu a propagação do progresso técnico dos centros industrializados à periferia da economia mundial engendrou um sistema de divisão internacional do trabalho que opera como mecanismo de concentração dos frutos do progresso técnico naqueles centros industrializados. (Furtado, 1991, p. 32)

Segundo Furtado, a concepção centro-periferia contém uma teoria do imperialismo, posto que a propagação do progresso técnico que se segue à Revolução Industrial foi estritamente controlada pela Inglaterra, conforme “uma política deliberada de dominação”, que englobava controle da tecnologia e ofensiva diplomática em favor da teoria das vantagens comparativas (Furtado, 1991, p. 33).

A outra tese representativa do pensamento clássico da CEPAL destacada por Furtado refere-se às diferenças entre os processos de industrialização do centro e da periferia: “[a] tecnologia atualmente disponível corresponde às necessidades de economias de elevados níveis de produtividade e poupança, e os padrões de consumo que se universalizam correspondem a altos níveis de renda” (Furtado, 1991, p. 33). Essa problemática estaria diretamente ligada à tendência de perda de dinamismo então observada nas economias latino-americanas, atribuída à absorção de tecnologias avançadas e padrões de consumo dispendiosos. Dessa

² O relato mais detalhado que encontramos sobre esses seminários (cujos resultados não foram publicados pela instituição) está em *Os ares do mundo*, obra autobiográfica de Furtado (1991, cap. 1); ver também Dosman (2011).

forma, a tendência à estagnação podia ser tratada tanto do ponto de vista da *dependência tecnológica* (com a elevação do coeficiente de capital à medida que se diversificava o sistema produtivo), quanto do ponto de vista do comportamento da demanda. Essa segunda leitura permitia relacionar a questão da dependência tecnológica ao fenômeno da *dependência cultural*: esta última, derivada da adoção de padrões de consumo que incorporam técnicas em avanço permanente, predeterminava a tecnologia a ser empregada no âmbito da industrialização tardia (na qual há concorrência entre o produto manufaturado local e o importado).

Esses debates realizados no ILPES em 1964 apontavam, assim, para o esgotamento explicativo do modelo clássico da CEPAL, segundo o qual a industrialização conduziria ao crescimento autossustentado e à autonomia de decisões. A observação da realidade latino-americana mostrava, diversamente, uma perda de autonomia de decisão (Furtado, 1991, p. 39). Como destacado por Furtado nas reflexões que realiza em seus anos de exílio, a industrialização que tem lugar na América Latina após a Segunda Guerra Mundial ocorre em um período de grandes transformações na economia internacional, marcado por novas formas de concentração do poder econômico e, em especial, pela ação das empresas transnacionais.

Dada a evolução do quadro político na América Latina desde a Revolução Cubana, com a subordinação crescente das mudanças internas a fatores exógenos, Furtado enfatiza a necessidade de se observar a situação “de perspectiva mais ampla”, captando-se o sentido da longa duração. Afirma o autor:

O que importava no momento era buscar o sentido do acontecer histórico, em sua dimensão mais ampla, vislumbrar a lógica do que ocorria nos grandes centros de poder. Era contribuir para que a próxima geração no Brasil viesse a exercer o poder com melhor percepção da realidade mundial. (Furtado, 1991, p. 66)

2. Dominação econômica e tendências à estagnação na América Latina

Instalando-se nos Estados Unidos, no segundo semestre de 1964, no Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale, Furtado desenvolve suas reflexões sobre a situação latino-americana, que seriam

publicadas no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Esse livro contém o modelo estagnacionista de Furtado³, desenvolvido em Yale, que seria objeto de controvérsias posteriores à luz do “milagre” econômico brasileiro. No entanto, o volume contém também a primeira análise da situação brasileira elaborada por Furtado no exílio, aí publicada com o título “Análise do caso do Brasil”. Considerado “provavelmente sua contribuição mais conhecida na área de ciência política” (Boianovsky, 2014, p. 207), tal texto foi originalmente publicado sob o título “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil” (Furtado, 1965b, 1965c). É nesse livro também que Furtado inicia um tratamento mais pormenorizado das consequências da concentração do poder econômico em nível internacional e da atuação das grandes empresas (multinacionais) nos países periféricos.

Nesse livro, considerado o “auge da versão de Furtado do estruturalismo” (Mallorquín, 2007, p. 811), sua visão do desenvolvimento como uma realidade histórica adquire formulação mais elaborada. Processo contemporâneo ao processo de desenvolvimento, o subdesenvolvimento resulta “da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial” (Furtado, 1966, p. 3). Como Furtado mostrara em seu livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), trata-se de processo de desenvolvimento por indução externa; diferentemente do ocorrido nas economias desenvolvidas, nos países subdesenvolvidos o avanço tecnológico não é realizado de forma gradual, mas de modo a engendrar “desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida” (Furtado, 1961, p. 196).

Em razão de sua natureza substitutiva de importações (em resposta a restrições na capacidade de importação), a industrialização periférica é específica em relação à forma clássica da industrialização europeia. Nesta última, o progresso técnico era ao mesmo tempo a base do crescimento e da estabilidade social; na industrialização dos países subdesenvolvidos, por sua vez, a tecnologia é fator exógeno e de limitada adaptação à disponibilidade relativa de fatores de produção desses países. Se Furtado reconhece as vantagens de se ter acesso a tecnologias já elaboradas, ele chama a atenção para o fato de que o caráter exógeno da tec-

³ Para uma análise do modelo estagnacionista de Celso Furtado (1966, cap. 3), ver Coutinho (2012).

nologia tem consequências em relação à distribuição da renda e à orientação dos investimentos⁴. Furtado observa que “os empresários dos países subdesenvolvidos tendem a seguir de perto, e cada vez mais, os padrões tecnológicos dos países mais avançados, que são os produtores e exportadores de equipamentos” (Furtado, 1966, p. 10). Daí sua conclusão de que a forma de penetração das técnicas modernas nas estruturas subdesenvolvidas em processo de industrialização por substituição de importações engendra problemas no plano social, uma vez que o sistema econômico não é capaz de absorver as massas urbanas subempregadas. Desde logo, são necessárias decisões políticas, a fim de promover a racionalização da assimilação de novas tecnologias em função do interesse social. Para tanto, Furtado sustenta o abandono do *laissez-faire* em favor de uma “efetiva planificação”⁵, o que exige “uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder” (Furtado, 1966, p. 15).

Ao analisar, no início dos anos 1960, as possibilidades do desenvolvimento brasileiro, Furtado (1962) estimava que o país adquiriria grau crescente de autonomia de decisões sobre sua vida econômica. No entanto, ao aprofundar a análise das relações de dominação e dependência em âmbito internacional – questões que marcam suas reflexões a partir do exílio, à luz dos acontecimentos então recentes na América Latina –, Furtado constata as dificuldades suplementares que se opunham ao controle, pelos povos periféricos, de seu destino.

O autor mostra que, integrando a “esfera de influência” dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, os países latino-americanos deveriam ser submetidos a estrito controle de sua política interna. Nesse sentido, a política econômica deveria “ser estritamente controlada de fora para

⁴ Sobre esse ponto, Furtado alerta: “A ideia, implícita em muitos esquemas teóricos, de que existe à disposição dos empresários dos países subdesenvolvidos um amplo espectro de tecnologias alternativas, não encontra correspondência na realidade” (Furtado, 1966, p. 9).

⁵ Para o autor, o planejamento é um “esforço ordenador da ação, em função de objetivos preestabelecidos” (Furtado, 1966, p. 114). Furtado dedica o último capítulo do livro publicado em 1966 aos “Aspectos operacionais da política de desenvolvimento”, considerando as dificuldades que enfrentam os países subdesenvolvidos para “aparelhar o Estado para o desempenho de múltiplas e complexas funções” (Furtado, 1966, p. 111).

dentro” (Furtado, 1966, p. 41), uma vez que modificações nesta representariam possibilidades de afastamento da esfera de influência. A significância de tais esferas de influência no Terceiro Mundo estaria, conforme estima Furtado (1966, p. 46-47), em constituírem sistemas de dominação econômica, dada a reduzida importância delas do ponto de vista da segurança militar das superpotências.

Em relação ao tipo de desenvolvimento preconizado pelos Estados Unidos para a região, Furtado observa que se havia firmado uma doutrina segundo a qual “cabe às empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de ‘ajuda’ dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas” (Furtado, 1966, p. 42). Mais aptas a desempenhar tal função, as grandes empresas contariam com o apoio da administração e das instâncias políticas norte-americanas para sua implantação no exterior. Dessa forma, essas “poderosas burocracias privadas” (Furtado, 1966, p. 43), cujas preferências de implantação se concentram em setores produtivos de rápido progresso tecnológico, relegariam a segundo plano os Estados nacionais como centros de decisão. Reduzido o papel do Estado na orientação do desenvolvimento econômico e social, sua ação seria concentrada no “plano ‘técnico’”. Furtado não ignora o atrativo de tal “projeto” de desenvolvimento conduzido por grandes empresas, sobretudo para as classes dirigentes locais interessadas na eliminação da inquietação social. Contudo, para Furtado, os desequilíbrios estruturais (aumento da desigualdade social e regional e do desemprego) que a ação das grandes empresas engendra nos países latino-americanos resultariam, ao contrário, em aumento das tensões sociais na América Latina e em consequente reação repressiva por parte dos governos locais, privados do controle das decisões econômicas mais estratégicas. Entendendo que a participação popular é fundamental no processo de desenvolvimento, Furtado afirma:

Toda autêntica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. (Furtado, 1966, p. 46)

Desse modo, os desafios do desenvolvimento latino-americano não seriam de caráter técnico, mas, sobretudo, político.

Como os países subdesenvolvidos não dispõem de um sistema econômico estruturalmente apto à expansão, a política de desenvolvimento apresenta-se a eles como estratégia de remodelação das estruturas econômicas e sociais. Para tanto, adverte Furtado, é necessário que uma sociedade “haja tomado plena consciência de seus problemas, haja formulado um projeto com respeito ao próprio futuro em termos de desenvolvimento e haja criado um sistema de instituições capaz de operar no sentido da realização desse projeto” (Furtado, 1966, p. 93).

Na primeira análise da situação brasileira posterior ao Golpe Militar de 1964 que Furtado apresenta e publica durante seu exílio, o autor chama a atenção para o caráter conservador das forças no poder no Brasil (Furtado, 1965b, 1965c, 1966, cap. 4). Ele constata que o populismo fora incapaz de mobilizar politicamente as massas em prol de “uma luta coerente pelo desenvolvimento”. Desse modo, a oligarquia tradicionalista lograva manter o controle dos principais centros do poder político, servindo-se da “pressão populista como espantinho para submeter mais facilmente a um esquema de ação comum os novos grupos industrialistas, os interesses estrangeiros que atuam no país e os escalões superiores das classes militares” (Furtado, 1966, p. 106).

Furtado explica que a industrialização brasileira, processo que se inicia a partir da crise de 1929, realizou-se sem uma política de desenvolvimento⁶. Em sua primeira fase, o governo, comprando os estoques excedentes de café (visando a atender aos interesses do grupo cafeicultor), sustenta a demanda interna numa situação de restrição da capacidade de importação; estimulava-se, assim, o deslocamento de capitais investidos no setor tradicional de exportação para a produção de bens de consumo. No pós-guerra, tampouco, teria havido uma autêntica política de in-

⁶ Para uma exposição crítica das principais interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, ver Suzigan (1986, cap. 1). Fonseca (2003), por sua vez, recorrendo ao pensamento institucionalista, contesta a tese da não intencionalidade da política industrializante na década de 1930. Para esse autor, o exame da criação e da alteração de instituições demonstraria “a consciência do governo brasileiro na década de 1930, no que tange à opção industrializante” (Fonseca, 2003, p. 135), contrariando a tese difundida por Furtado (1959), segundo a qual o crescimento industrial na década de 1930 teria sido um subproduto da política de defesa dos interesses do setor cafeeiro.

dustrialização, mas uma resposta, por meio da adoção de política de controle de importações (com prioridade para bens que permitissem a manutenção da capacidade produtiva instalada no país), a desequilíbrios do balanço de pagamentos. A ausência de uma política de industrialização teria, entre outras consequências, estimulado a produção de artigos de luxo (mais atrativos em função de restrições às importações) e a sobrecapitalização das indústrias (sendo favorecida a importação de equipamentos). Capacidade ociosa em alguns setores e desequilíbrio no nível dos fatores de produção (com agravamento do subemprego concomitantemente ao aumento dos investimentos industriais) teriam decorrido “da absorção de uma tecnologia tomada de empréstimo a economias mais avançadas” (Furtado, 1966, p. 98), poupadora de mão de obra.

Furtado observa que as modificações na estrutura social – especialmente o processo de urbanização – que acompanham o processo de industrialização substitutiva, não tiveram como contrapartida um avanço correspondente nas instituições políticas. A constituição de uma população urbana heterogênea, formada por operários, uma massa crescente de subempregados do setor de serviços e classes médias (setor de serviços de média e alta remuneração), estaria na origem da instabilidade política que acompanha a industrialização brasileira. Diferentemente do capitalismo clássico, não se gestou no Brasil uma consciência de classe definida, capaz de promover o diálogo político para a solução dos conflitos. No Brasil, observa Furtado, emerge, com o processo de industrialização, “uma massa urbana heterogênea, destituída de meios para traduzir as suas vagas aspirações em esquema de ação política” (Furtado, 1966, p. 104-105).

A população urbana torna-se fator decisivo no processo político (Furtado, 1991, p. 58), sendo o pacto com a massa necessário para a conquista do Poder Executivo. No entanto, como o Congresso se mantém sob controle dos grupos dirigentes tradicionais, oligárquicos, e orientados à preservação do *statu quo* social, abre-se a possibilidade de instabilidade política. Observando que ao presidente se colocava a escolha entre trair o pacto com as massas ou buscar uma saída não convencional, Furtado sintetiza: “Em um decênio a alternativa não convencional incluiu um suicídio, uma renúncia e uma deposição violenta.” (Furtado, 1966, p. 105).

Concluindo, em setembro de 1964, o texto original da conferência apresentada em fevereiro de 1965, em Londres, Furtado (1965b, 1965c) afirmava que o desenvolvimento era a principal aspiração da sociedade

brasileira, manifestando-se na forma de descontentamento por suas precárias condições de vida. Sendo o sistema de poder comprometido com a manutenção do *statu quo*, o autor questionava a capacidade dele para promover uma autêntica política de desenvolvimento, que exigiria mudanças na estrutura social. E, na ausência de um sistema de instituições apto a converter em projetos operacionais as aspirações básicas da coletividade, não estaria o país caminhando, questionava Furtado, para novo impasse ou mesmo nova ruptura?

Os capítulos de *Subdesenvolvimento e estagnação* acima considerados (1, 2, 4)⁷ apresentam as preocupações de cunho mais político que marcam a produção intelectual de Furtado nos anos iniciais de seu exílio e que estariam presentes na evolução posterior de seu pensamento. Trata-se, notadamente, do arcabouço ideológico que funda a política de desenvolvimento, da emergência das empresas transnacionais e de seus efeitos sobre os países subdesenvolvidos, bem como dos entraves político-institucionais ao desenvolvimento brasileiro. Foi, no entanto, o terceiro capítulo, “Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento”, no qual o autor apresenta uma abordagem estruturalista do processo de estagnação ao qual estaria conduzindo a industrialização substitutiva latino-americana, que se tornou o ensaio mais discutido desse livro. A crítica que a ele dirigem Tavares e Serra (1971), já à luz da experiência do “milagre” econômico brasileiro, encontra-se na origem da controvérsia. Não pretendemos aqui discutir em detalhes o modelo proposto por Furtado ou a crítica a ele dirigida (ver, a respeito, Coutinho, 2012, 2015), mas apenas situar a problemática apresentada pelo autor nesse ensaio no conjunto de reflexões que marcam os primeiros anos de seu exílio, e que englobam a percepção do poder crescente das grandes empresas na economia internacional e as novas relações de dependência daí decorrentes⁸.

⁷ Capítulos intitutados, respectivamente, em Furtado (1966): “Em busca de uma ideologia do desenvolvimento”, “Obstáculos externos ao desenvolvimento” e “Análise do caso do Brasil” (versões deste último foram publicadas em 1965; ver Furtado 1965b, 1965c).

⁸ Se a análise publicada em Furtado (1972) pode oferecer uma resposta do autor às críticas a sua interpretação da estagnação, desconhecemos textos em que Furtado responda diretamente a seus críticos. No entanto, como sublinharemos mais adiante, no terceiro volume de suas memórias, Furtado salienta o quão absurdo parecia a um defensor do desenvolvimento latino-americano uma saída da estagnação por

Concluído em abril de 1965 na Universidade de Yale, o artigo é publicado em inglês em novembro desse ano (Furtado, 1965a). Com o título “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista”, o ensaio circula inicialmente entre intelectuais latino-americanos com os quais Furtado mantinha correspondência regular⁹; a estes ele explica ter buscado “integrar num mesmo marco teórico uma explicação do desenvolvimento latino-americano, uma explicação do problema inflacionário e outra da presente tendência à estagnação”¹⁰. Vale notar que François Perroux, renomado economista francês – do qual Furtado fora aluno durante seu doutorado em Paris e que considerava como um de seus mestres (ao lado de R. Prebisch) –, chama a atenção para esse texto de Furtado como “[a] melhor análise que conhecemos das interações entre custos-preços-quantidades de um lado, e estruturas econômicas e sociais de outro lado” (Perroux, 1991, p. 690). No Brasil, no entanto, o mérito teórico da análise de Furtado sobre as tendências de longo prazo à estagnação nas economias latino-americanas é ofuscado pela conjuntura brasileira do “milagre” econômico promovido pela ditadura militar.

Analisando o processo de industrialização por substituição de importações e observando o baixo crescimento da renda real das economias latino-americanas no início dos anos 1960, Furtado identifica tendências à estagnação nessas economias. Segundo o autor, esse tipo de industrialização foi capaz de promover modificações na estrutura produtiva dos países da região, mas seu impulso diminuía à medida que se esgotavam as possibilidades de substituição “fácil”. Furtado explica que a forma de

meio de concentração da renda – mesmo que factível do ponto de vista da teoria econômica.

- 9 O grupo de intercâmbio intelectual (Clube Bianchi's) constituiu-se em conferência realizada em fevereiro de 1965, em Londres (Chatham House). Seu objetivo era a troca de informações sobre a situação latino-americana e a evolução da produção intelectual de cada participante (almejando-se a publicação conjunta de artigos sobre a realidade latino-americana em revistas como *Desarrollo Económico*). Integravam esse grupo, entre outros, Furtado, Sunkel, Pinto, Veliz, Cardoso, Jaguaribe, Nun. Os textos da conferência (incluindo Furtado 1965c) foram publicados em Veliz (1965). As informações aqui apresentadas provêm de correspondência pessoal (digitalizada) de Cardoso com outros membros do grupo. Disponível em <acervo.ifhc.org.br>.
- 10 Carta de Celso Furtado a Claudio [Veliz], datada de New Haven, 6 de maio de 1965. Trata-se de carta com cópia a outros colegas, entre os quais Cardoso. Disponível em <acervo.ifhc.org.br>.

organização industrial característica das condições históricas vigentes à época em que as economias latino-americanas realizam sua industrialização impõe a adoção de uma tecnologia poupadora de mão de obra e exigente no que respeita às dimensões do mercado. A adoção de tal tecnologia, baseada em organização industrial monopolista ou oligopolista implicava progressiva concentração da renda que, condicionando a composição da demanda, orientava os investimentos para indústrias com alto coeficiente de capital. Criava-se, assim, um processo cumulativo de concentração da renda, na medida em que se aumentava o coeficiente de capital com taxas de salário estáveis. A concentração da renda também agia, observa Furtado, reduzindo a taxa de crescimento, na medida em que promovia concentração de investimentos em indústrias de bens de consumo duráveis (que encontrariam limitações pelo lado da demanda), além de reduzir, relativamente, os investimentos no setor agrícola (em que a formação de capital poderia absorver mão de obra do setor pré-capitalista da economia). Dessa forma, a coexistência de um setor pré-capitalista (com oferta ilimitada de mão de obra) e de um setor industrial que absorve tecnologia intensiva em capital (à medida que avança a substituição de importações) age no sentido de concentrar a renda, o que impediria a ampliação do mercado de bens de consumo. A estreiteza do mercado consumidor e a necessidade de adoção de tecnologias intensivas em capital comprometeriam a acumulação capitalista e, portanto, o crescimento econômico, conforme a abordagem de Furtado (Rodríguez, 2009, p. 337).

A questão da concentração da renda encontra-se, assim, na base da argumentação de Furtado sobre a tendência à estagnação nas economias latino-americanas. O autor considera que o excedente de mão de obra age no sentido de manter os salários a níveis baixos. Contudo, diferentemente de Lewis (1954), Furtado não via no excedente de mão de obra (e, portanto, nos baixos salários) um fator de elevação da taxa de acumulação de capital no setor industrial e de estímulo ao crescimento. Para Furtado, ao contrário, o excedente de mão de obra contribuiria à concentração da renda, com efeitos negativos sobre a estrutura da demanda e sobre a eficiência da estrutura industrial. Em sua interpretação sobre as tendências à estagnação na América Latina, Furtado descreve um processo similar ao processo de “causação circular e cumulativa” descrito por Myrdal (1957), pois considera que as crescentes desigualdades na distribuição da renda reforçam a diversificação da estrutura industrial e

suas ineficiências, o que age no sentido de concentrar ainda mais a renda (ver Hunt, 1989; Kay, 1989). Nas palavras de Furtado:

Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento. (Furtado, 1966, p. 86)

Para Furtado, a distribuição desigual da renda está na origem da exiguidade do mercado interno que impediria as economias de escala necessárias à rentabilização das indústrias produtoras de bens intermediários e de capital. Tavares e Serra (1971, p. 920), por sua vez, observam que o Brasil havia atingido, no momento em que se esgotava o dinamismo do processo de substituição de importações, um grau de desenvolvimento industrial que permitiria sua transição para um novo esquema de expansão. Segundo os autores, os rearranjos na política econômica brasileira durante os primeiros anos da ditadura militar (políticas restritivas de crédito, câmbio, salários e déficit público) acabaram sendo funcionais para a superação da crise. As empresas financeiramente menos sólidas foram eliminadas (as empresas estrangeiras puderam ainda se beneficiar de facilidades ao aporte de recursos do exterior), ao mesmo tempo que a compressão de salários promovia redistribuição da renda em favor dos lucros. Ademais, o estrangulamento externo, outro problema apontado pela teoria da estagnação, foi eliminado (1964 e 1965) em decorrência da redução dos investimentos (e, conseqüentemente, das importações); foram também realizadas reformas institucionais, como a reforma fiscal e a reforma do mercado de capitais. No entanto, Tavares e Serra salientam que a compressão dos salários foi o fator fundamental para a retomada do crescimento, ao solucionar o problema da disponibilidade de recursos para o financiamento de novos investimentos e para a expansão da demanda de bens duráveis (Tavares; Serra, 1971, p. 919-920). A exclusão

de camadas da população dos benefícios do crescimento econômico não seria, assim, condição suficiente para demonstrar a incapacidade dinâmica do capitalismo latino-americano. A evolução do capitalismo no Brasil, apesar de cada vez mais desigual, era capaz de retirar seu dinamismo de fontes internas de expansão.

Desse modo, analisando, já em pleno “milagre”, a economia brasileira, Tavares e Serra (1971) não identificariam as tendências à estagnação apontadas por Furtado, mas a conformação de novo estilo de desenvolvimento, que requeria concentração da renda e novas formas de inserção internacional (Rodríguez, 2009, cap. 7).

Tavares e Serra acentuam que o novo estilo de desenvolvimento brasileiro, baseado em solidariedade orgânica entre o Estado e o capital internacional nos principais setores dinâmicos da economia, dificultava a homogeneização produtiva do sistema (em razão da forma de incorporação e de difusão da tecnologia moderna), ao mesmo tempo que era insuficiente no que respeita à absorção de mão de obra. Uma crise de realização poderia advir, num desenvolvimento baseado em diversificação do consumo, de incorporação insuficiente dos grupos de renda média ao consumo. No entanto, a política do novo governo militar brasileiro havia reorganizado o sistema distributivo de forma “conveniente” ao sistema (Tavares; Serra, 1971, p. 945)¹¹.

Sobre a questão da utilidade da concentração de renda para a superação da estagnação econômica, convém retomar algumas considerações de Furtado sobre as discussões realizadas na primeira etapa de seu exílio, em Santiago do Chile (Furtado, 1991, cap. 1). Conforme relatado por Furtado em sua autobiografia, o grupo reunido no ILPES tinha presente a evolução recente do pensamento de Prebisch, que afirmava a necessidade de uma ação do Estado em prol da superação dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento latino-americano, além de modificações no contexto internacional, para que fosse possível um desenvolvimento democrático na região. Para Prebisch, a insistência em um desenvolvimento voltado ao mercado interno conduziria a regimes autoritários, uma vez que a estagnação resultante criaria tensões sociais. Tal era o caso do

¹¹ Plínio Sampaio Jr. chama a atenção para o fato de que, na tradição desenvolvimentista, era prioritária a questão da “integração da superpopulação excedente no mercado de trabalho, como um dos pré-requisitos de um sistema econômico nacional” (Sampaio Jr., 1999, p. 49).

Brasil, onde se atribuía ao populismo e às ideias “distributivistas” as causas dos problemas econômicos (como a insuficiência de poupança e o estrangulamento externo). Aos críticos de direita, a solução que se impunha era “um autoritarismo com efetivo apoio financeiro externo” (Furtado, 1991, p. 41). Como Furtado salienta, os então recentes acontecimentos no Brasil não poderiam deixar de ilustrar as discussões no ILPES sobre a estagnação econômica. Exemplo de crescimento econômico baseado em substituição de importações, o Brasil enfrentava desaceleração de seu crescimento, que devia ser analisada levando-se em conta o aumento de capitalização necessário ao avanço do processo de industrialização para os setores de bens duráveis, de insumos básicos e de equipamentos.

Furtado afirma que não se ignorava, nas discussões sobre a estagnação econômica realizadas no ILPES, que um aumento do excedente econômico (para a dinamização dos investimentos e do consumo de bens duráveis) podia ser obtido por meio de contenção ou redução dos salários reais. No entanto, considerando as possibilidades de “uma adequada política de concentração da renda” para a superação dos obstáculos ao avanço da industrialização no Brasil, o autor afirma:

É verdade que nenhum dirigente se atrevera a preconizar tal política em um país cuja população vivia, em sua grande maioria, na miséria. *Em nossas discussões, não se chegara sequer a admitir essa hipótese.* [...] Uma tal política não podia ser abertamente preconizada, mas, ainda que imposta pela força, logo conseguiria legitimar-se junto à classe média, principal consumidora de bens duráveis, e certamente contaria com o apoio das empresas transnacionais, os maiores produtores desses bens. (Furtado, 1991, p. 42, grifo nosso)

Furtado concluía que, “uma vez posto em marcha esse processo, não seria fácil detê-lo, visto que o segmento mais dinâmico da demanda tenderia a reproduzir os padrões de consumo mais e mais diversificados e sofisticados das classes médias dos países ricos” (Furtado, 1991, p. 42-43).

Em sua análise das tendências à estagnação na América Latina, Furtado enfatizava, mais uma vez (ver também Furtado, 1961) as diferenças entre o processo de desenvolvimento latino-americano e o modelo clássico do desenvolvimento capitalista. Desde logo, a industrialização substitutiva não poderia ser entendida como uma fase de transição para estruturas capita-

listas desenvolvidas (como Europa Ocidental e América do Norte). No desenvolvimento das economias capitalistas avançadas, as inovações tecnológicas foram instrumentos de crescimento e estabilidade social, viabilizando a superação do antagonismo entre capitalistas e classe trabalhadora (Furtado, 1966, cap. 1). Na América Latina, na ausência de um marco político-institucional capaz de tornar compatíveis os interesses dos diferentes grupos sociais, a industrialização substitutiva estaria agravando o dualismo do mercado de trabalho, o que se traduzia, no setor urbano, em aumento da população subempregada (Furtado, 1966, p. 87).

Os fatores de produção (capital e trabalho) não eram, assim, absorvidos em função de sua disponibilidade relativa, mas em função do tipo de tecnologia requerida pelo processo de substituição de importações. Furtado explica que a evolução da tecnologia responde à disponibilidade relativa de fatores dos países desenvolvidos. Nesse sentido, se a produção de bens de consumo corrente permitia “uma gama maior de processos técnicos opcionais” (porque essas indústrias avançaram “por distintas etapas tecnológicas à medida que se industrializavam os países atualmente desenvolvidos”), os bens de consumo duráveis já são “criações de uma civilização tecnologicamente avançada” (de economias que enfrentavam escassez relativa de mão de obra) (Furtado, 2000, p. 293)¹².

Se o modelo de estagnação que Furtado elabora é concluído em Yale¹³, vale lembrar que as discussões começam no ILPES, delas também participando Cardoso, que chegará a conclusões diversas no que concerne à evolução das economias latino-americanas. Cardoso salienta que muitos autores viam no socialismo a única saída para a crise na região, considerando inviável um desenvolvimento capitalista no Terceiro Mundo. Tal posição não era compartilhada por Furtado que, diante da situação de estagnação econômica observada naquele momento na América Latina, afirmava que a ação do Estado – conjuntamente com políticas adequadas em relação ao capital estrangeiro – tornaria viável o desen-

¹² Sobre essa referência, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, convém precisar que no presente artigo foi utilizada a décima edição da obra, publicada em 2000, revista e ampliada em relação à primeira edição, de 1967.

¹³ No Economic Growth Center (Yale) Furtado estabelece colaboração com Andrea Maneschi, com o qual desenvolverá formulação matemática mais elaborada para o modelo apresentado em 1965, sobre as tendências à estagnação das economias latino-americanas. Cf. Furtado e Maneschi (1968).

volvimento da região. Cardoso afirmava igualmente a viabilidade do desenvolvimento capitalista na região, considerando, no entanto, que se trataria de um “desenvolvimento dependente”. Para ele, a dependência não inviabilizava o desenvolvimento: a América Latina caminhava para uma simbiose entre as forças externas e internas, na medida em que a empresa estrangeira, visando a atender à demanda local, tornava-se solidária do crescimento do mercado interno (Cardoso, 1985, p. 12-15). Em livro que resulta de colaboração realizada no ILPES, Cardoso e Faletto (1969) descrevem, por meio do conceito de “internacionalização do mercado interno”, novas relações de dependência com o exterior, ligadas à organização e ao controle, pelo capital estrangeiro, da produção voltada ao mercado interno. Dessa forma, Cardoso e Faletto não compartilhavam da interpretação de Furtado sobre a tendência à estagnação das economias latino-americanas nos anos 1960, mas, ao contrário, identificavam nas novas formas de dependência a possibilidade de continuação do processo de industrialização. Não lhes escapava, no entanto, que a perspectiva de um desenvolvimento capitalista autônomo, nacional, distanciava-se, e que se aprofundaria a exclusão social.

Segundo Furtado, o “poder transformador das estruturas sociais” (Furtado, 2000, p. 294) atribuído ao processo de industrialização reduzia-se, em economias com excedente estrutural de mão de obra, conforme avançava a substituição de importações:

Nas atuais economias subdesenvolvidas, isto é, ali onde a taxa de salário depende essencialmente das condições de vida que prevalecem em um amplo setor pré-capitalista, diante das quais o progresso técnico se comporta como variável exógena definida por outras economias de mais avançado grau de capitalização, a industrialização em condições de *laissez-faire* não conduz ao desenvolvimento, entendido este como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento de produtividade. Pelo contrário, a industrialização nessas condições tende a engendrar uma estrutura produtiva de múltiplos compartimentos, com grande disparidade na produtividade do trabalho entre estes, sem que os níveis de produtividade influenciem, de forma significativa, as taxas de salários. (Furtado, 2000, p. 294-295)

Em sua análise do problema das tendências a longo prazo para a estagnação em economias subdesenvolvidas, Furtado coloca em evidên-

cia a necessidade de “um esforço de reconstrução de estruturas tanto no sentido de dotar as economias de centros dinâmicos próprios como no de capacitá-las para uma ação mais flexível nos mercados internacionais” (Furtado, 2000, p. 290). As políticas requeridas eram, portanto, de caráter qualitativo, pois se referiam ao planejamento de modificações estruturais. O comportamento dos agentes econômicos, que pode ser racional no plano microeconômico, deveria, no entanto, compatibilizar-se ao que se considera racional no plano macroeconômico; tal compatibilização requeria mudanças no marco institucional que delimita o campo dentro do qual são tomadas as decisões. Nesse sentido, diante do bloqueio estrutural que representa a tendência à estagnação, seria imprescindível, na visão de Furtado, uma “ação consciente e deliberada visando a criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário” (Furtado, 1966, p. 89).

3. Crítica do “desenvolvimento” brasileiro pós-1964

As primeiras reflexões de Furtado (1966) sobre a evolução da economia brasileira são publicadas quando o autor já se encontrava integrado ao corpo docente da Universidade de Paris. Nos Estados Unidos, apesar da recepção favorável que recebe no meio acadêmico, Furtado não estava livre das pressões exercidas pelo governo brasileiro (notadamente, tentativas de restringir sua circulação internacional); também não escapava a Furtado o ceticismo que causava sua explicação da problemática do subdesenvolvimento como fenômeno específico que demandava teorização autônoma. Ademais, a nítida separação existente entre a vida intelectual e a vida pública nos Estados Unidos parecia-lhe reduzir suas possibilidades de ação. Nesse sentido, o autor observa: “[o] inconformismo de um latino-americano tendia a ser interpretado como hostilidade aos Estados Unidos, cujo governo assumia em toda região, exceto em Cuba, a defesa do *status quo* social” (Furtado, 1991, p. 143).

Em Paris, o autor continua sua análise da situação econômica brasileira, inicialmente marcada pela observação das tendências à estagnação presentes na economia latino-americana e, subsequentemente, pela avaliação da retomada do crescimento econômico promovida pela ditadu-

ra militar no Brasil. Seus livros *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) são representativos desse período inicial do exílio de Furtado, caracterizado por uma espécie de “acerto de contas” com o Brasil¹⁴, e que antecede a guinada teórica que marcaria sua obra, notadamente a partir das reflexões publicadas no livro *O mito do desenvolvimento econômico* (1974)¹⁵. Na Universidade de Yale, Furtado entrara em contato com Stephen Hymer, com quem teve a oportunidade de discutir sobre o fenômeno da transnacionalização das empresas. Os estudos de Hymer destacavam a emergência da grande empresa como “forma de organização econômica que se sobrepõe aos mercados” (Furtado, 1991, p. 120). A questão das transformações da economia internacional no sentido da concentração do poder econômico, em decorrência, especialmente, do fenômeno da transnacionalização do capital, está fortemente presente na obra de Furtado publicada durante seu exílio. Em *Um projeto para o Brasil*, ainda mantendo a interpretação segundo a qual a evolução do processo de industrialização levaria ao impasse da estagnação, Furtado desenvolve sua análise sobre o fenômeno das grandes empresas, chamando a atenção para a transformação destas em centros de decisão capazes de influenciar a coletividade.

Uma das principais deformações estruturais do sistema econômico brasileiro destacada por Furtado (1968)¹⁶ é o perfil da demanda global. A modificação desse perfil, com vistas a aumentar as taxas de poupança e de investimento do país, fazia-se necessária a fim de romper o círculo vicioso da concentração dos benefícios do progresso técnico. Conforme a análise de Furtado, a industrialização não havia conduzido a um desenvolvimento autossustentado notadamente por duas razões: primeiramente, a industrialização substitutiva de importações realiza-se como resposta a uma demanda preexistente (a assimilação do progresso técnico

¹⁴ Tomamos emprestada aqui expressão utilizada por Rosa Freire d’Aguilar, em intervenção no seminário “A atualidade do pensamento de Celso Furtado”, realizado no IÉ-UNICAMP, em 26/11/2014.

¹⁵ Aprofundaremos o estudo desse período da obra de Celso Furtado em trabalhos posteriores, com ênfase na circulação internacional de suas ideias. A produção intelectual de Celso Furtado nesse período foi também tratada em Bianconi (2014, parte 4, cap. 3).

¹⁶ Concentramo-nos aqui na primeira parte do referido livro, intitulada “A reforma das estruturas econômicas: ensaio de estratégia global”, que trata mais especificamente do caso brasileiro.

não é, portanto, a causa primária do desenvolvimento); ademais, o processo de industrialização é acompanhado de instalação de filiais de empresas estrangeiras no país. À medida que avançava o processo de substituição de importações, com a introdução de tecnologia intensiva em capital, reduzia-se o poder transformador da estrutura ocupacional atribuído à indústria. Nesse sentido, o aumento da produtividade industrial não beneficiava à massa da população assalariada, mas sim favorecia a concentração da renda e a diversificação do consumo de “grupos privilegiados”. Eram, assim, beneficiadas as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, que operavam, no entanto, com custos elevados, em razão das dimensões reduzidas do mercado. Essa industrialização, observava Furtado, “[tendia] a realizar-se dentro de um canal cada vez mais estreito e num sentido cada vez mais contrário ao da tecnologia moderna, principalmente orientada para as economias de escala de produção” (Furtado, 1968, p. 42). Em suma, nas palavras do autor:

Mais se concentra a renda, mais se diversifica o consumo dos grupos de altas rendas, mais inadequada é a evolução do perfil da demanda no que respeita ao aproveitamento das economias de escala de produção. O progresso tecnológico será assimilado na aparência, mas os seus melhores frutos não serão colhidos. (Furtado, 1968, p. 42)

A concentração da riqueza e da renda apresentava-se, para Furtado, como um obstáculo ao desenvolvimento brasileiro; para superá-lo, o planejamento era apontado como via de transformação da estrutura do sistema econômico. O planejamento seria necessário, numa economia subdesenvolvida, tanto para a modificação do horizonte temporal em que são tomadas as decisões de investimento, quanto para a modificação da estruturação espacial da economia (gerando complementaridade entre as produções das diversas regiões e evitando a concentração geográfica da renda) (Furtado, 1968, p. 52-53). Ademais, uma política de desenvolvimento deveria visar a modificações no perfil da demanda global (por meio de medidas fiscais, por exemplo), que repercutiriam sobre os planos de investimento do setor industrial.

Furtado chama a atenção para o papel exercido pelas grandes empresas como centros de decisão capazes de influenciar a coletividade. Por um lado, no contexto de rápida modificação dos padrões de consumo

que caracteriza a sociedade industrial moderna, as grandes empresas passaram a desempenhar a função de “correias de transmissão dos padrões de comportamento” que, tradicionalmente, havia cabido às “elites exemplares” (Furtado, 1968, p. 75)¹⁷. Por outro lado, a grande empresa interfere no processo de distribuição da renda social, apropriando-se de poupança que a coletividade é induzida a realizar; especificamente, trata-se de lucros retidos e de fundos de amortização incorporados aos preços, que asseguram o financiamento dos planos de expansão das grandes empresas. Essa capacidade de acumular fundos após a remuneração dos fatores de produção demonstra, segundo Furtado, o caráter de centro de poder das grandes empresas (Furtado, 1968, p. 76). Numa economia subdesenvolvida, que não dispõe de canais de difusão dos frutos do progresso tecnológico (no que concerne às relações entre taxas de salários e elevações de produtividade), tal característica promove a concentração da renda. Furtado salienta, ademais, o problema do controle dos setores de vanguarda tecnológica – essenciais ao desenvolvimento de uma economia como a brasileira – por empresas estrangeiras: “Não devemos esquecer que as filiais das empresas estrangeiras estão inseridas no sistema de poder que prevalece entre nós, ao mesmo tempo que são parte integrante de conjuntos cujos centros principais se situam fora de nosso país” (Furtado, 1968, p. 78). O autor alerta para a necessidade de se disciplinar a atuação das empresas estrangeiras, tanto no que concerne à apropriação da poupança coletiva, quanto à questão da participação nacional na gestão da empresa; Furtado aponta, ademais, o problema do condicionamento das massas consumidoras como “o aspecto mais predatório do exercício do poder pelas grandes empresas” (Furtado, 1968, p. 81). Na industrialização brasileira, a falta de planejamento teria resultado “em que a própria assimilação da tecnologia transformou-se no instrumento de alienação da capacidade de decisão” (Furtado, 1968, p. 85).

As considerações anteriores integram o conjunto de propostas para o desenvolvimento brasileiro que Furtado expõe perante a Câmara dos Deputados, a convite de sua Comissão de Economia, na primeira visita do autor ao Brasil, após o início de seu exílio (Furtado, 1968, parte 1).

¹⁷ Sobre a “civilização do consumo” daí decorrente, Furtado avalia: “Não seria descabido afirmar que existe uma correlação positiva entre o nível de consumo das massas modernas e a pobreza imaginativa com que os homens utilizam os frutos de seu trabalho” (Furtado, 1968, p. 75).

Se Furtado evita nessa ocasião tecer comentários sobre a política econômica empreendida pelo governo militar, ele não deixa de reiterar sua convicção de que “o país só alcançará o desenvolvimento mediante a unidade de propósitos em torno de objetivos que expressem uma consciência nacional formada pela participação da opinião pública” (JB, 1968, p. 4). Contudo, o Ato Institucional n. 5 viria em breve a afastar completamente a opinião pública do processo político brasileiro, ao mesmo tempo que as medidas econômicas tomadas pela ditadura militar desembocariam no “milagre” econômico brasileiro. Propalar-se-ia a impressão de que as discussões sobre os problemas estruturais do Brasil estavam ultrapassadas e de que a nova realidade oferecia um “modelo” para outros países subdesenvolvidos.

Professor na Universidade de Paris, onde ensinava desenvolvimento econômico e economia latino-americana, Furtado observava um interesse crescente pelo processo de crescimento em curso no Brasil, que decide observar pessoalmente em 1971; o livro *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) resulta dessa temporada no Brasil. Triunfo do processo de “modernização” econômica sobre a possibilidade de um desenvolvimento planejado capaz de racionalizar a absorção do progresso técnico em função do interesse social, a experiência brasileira seria duramente criticada por Furtado.

A fim de analisar o movimento em curso na economia brasileira, a partir de fins da década de 1960, Furtado (1972) retoma sua análise histórica do subdesenvolvimento. O autor explica que, no processo de formação das economias subdesenvolvidas, foram assimiladas de modo desigual as duas formas fundamentais do progresso técnico: as modificações nos hábitos de consumo e as transformações nos processos produtivos. Consequência da forma de inserção desses países na divisão internacional do trabalho que surge com a Revolução Industrial, o progresso tecnológico foi neles assimilado prioritariamente sob forma de novos padrões de consumo.

Precedida pelo processo de *modernização*, ou seja, de “assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo”, viabilizada pelas vantagens comparativas no comércio internacional (Furtado, 1972, p. 11), a industrialização nos países subdesenvolvidos exigirá nível tecnológico incompatível com o nível de renda médio desses países. Furtado observa que, na fase de industrialização, o progresso tecnológico penetra simul-

taneamente nos padrões de consumo e nos processos produtivos. No entanto, o autor alerta: “quanto mais rápida a penetração, no que respeita à diversificação do consumo e introdução de novos produtos, mais lenta é a *difusão* no que concerne às formas produtivas” (Furtado, 1972, p. 12).

Furtado chama a atenção para o fato de que o funcionamento da economia capitalista depende de um complexo sistema de incentivos no qual são fundamentais o fluxo de novos produtos e a introdução de inovações tecnológicas. Para as economias subdesenvolvidas em processo de industrialização, no entanto, a absorção da mão de obra excedente e a homogeneização tecnológica do sistema econômico dependem da orientação da tecnologia adotada; para estas, portanto, tendo-se em vista o controle do progresso tecnológico e o poder financeiro exercido pelas grandes empresas internacionais, a tentativa de reproduzir o fluxo de novos produtos criados nas economias desenvolvidas implica a reiteração das relações de dependência. Assim, fazia-se necessário repensar as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, levando-se em conta a evolução da economia capitalista internacional:

Tinha-se como assentado que a rigidez estrutural imposta às economias exportadoras de matérias-primas pelo sistema internacional de divisão do trabalho era a causa básica da situação de dependência a que estavam condenadas essas economias. Como corolário, afirmava-se que a industrialização traria consigo uma crescente autonomia de decisões econômicas. Não se via então com suficiente clareza que um sistema industrial é um processo em permanente mutação e não um circuito fechado. Se os fatores responsáveis por essas mutações são exógenos ao sistema, basta o controle desses fatores para que se criem condições estruturais de dependência tão ou mais estritas do que as que prevaleciam no sistema tradicional de divisão internacional do trabalho. (Furtado, 1972, p. 13-14)

É para a redução da capacidade de articular decisões econômicas em função de objetivos próprios que Furtado chama a atenção nesse momento em que o Brasil parecia oferecer um “modelo” de desenvolvimento a outros países subdesenvolvidos. Sendo o progresso tecnológico controlado por grandes empresas internacionais que dispõem de grande poder financeiro, a industrialização na periferia do mundo capitalista realizava-se a elevados custos sociais, com absorção insuficiente de mão de obra, subutilização de capacidade produtiva e rápida obsolescência de equipa-

mentos. Tratava-se de “uma indústria organizada à conveniência de grupos internacionais” (Furtado, 1972, p. 14), que, por sua característica de concorrência baseada em introdução de novos produtos, contribuía à canalização dos recursos disponíveis para investimento à satisfação da demanda diversificada de parcela minoritária da população. Dessa forma, aprofundava-se o subdesenvolvimento, entendido este como “disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país” (Furtado, 1972, p. 31).

Furtado sublinha o “efeito de dependência que decorre da forma como atualmente o progresso tecnológico se propaga do centro para a periferia do mundo capitalista” (Furtado, 1972, p. 31). No Brasil, como as empresas que operam nos setores mais dinâmicos da economia estão inseridas tanto no sistema econômico interno, quanto na economia capitalista internacional, teria perdido força a percepção da diferença entre os objetivos nacionais e os objetivos dos oligopólios internacionais. Dessa forma, no âmbito de um modelo de desenvolvimento centrado no condicionamento da demanda (com a assimilação do progresso tecnológico permanecendo sob a direção dos consórcios internacionais), conciliavam-se “as exigências imediatas do crescimento interno com as das relações externas de dependência” (Furtado, 1972, p. 66). Furtado salienta que a ação do Estado é essencial para o funcionamento do sistema: ter-se-ia criado no Brasil uma “variante de ‘capitalismo de Estado’ que requer para seu funcionamento normal uma íntima articulação entre a classe empresarial e os poderes públicos” (Furtado, 1972, p. 63).

Furtado discerne três linhas básicas de ação na estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo militar no Brasil:

- 1) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda (favorecendo a formação de capital fixo e o consumo de bens duráveis);
- 2) redução do salário mínimo real em relação à produtividade média do sistema (o que não significaria redução da massa total de salários pagos);
- 3) fomento à exportação de produtos industriais para compensar insuficiências da demanda, tanto conjunturais (indústrias tradicionais afetadas pelo lento crescimento da massa salarial), quanto estruturais (indústrias nas quais a tecnologia exigisse escalas de

produção que superassem as dimensões do mercado) (Furtado, 1972, p. 38-39).

A principal linha de ação da estratégia seguida a partir de 1964 foi, segundo Furtado, o estímulo ao crescimento da demanda de bens duráveis de consumo. Obtida inicialmente por meio de compressão salarial, a concentração da renda prosseguia mediante um processo de “concentração *dinâmica*”, no qual os frutos do aumento de produtividade eram captados em condições de crescimento da atividade econômica. O impulso autônomo inicial da demanda provinha de formas de financiamento à classe média alta (subsídios ao consumo e transferências de títulos de propriedade e de crédito¹⁸), assegurando-se, assim, a formação de um mercado consumidor de dimensões adequadas à produção de bens duráveis (Furtado, 1972, p. 40-41).

O modelo de desenvolvimento responsável pelo “milagre” econômico brasileiro dependia, portanto, de ampla ação do Estado. Furtado explica que, numa economia capitalista desenvolvida, a demanda de bens finais é alimentada pelo fluxo de salários criado no processo de produção. Numa “economia subdesenvolvida industrializada” (Furtado, 1972, p. 65), por sua vez, a existência de excedente estrutural de mão de obra (condicionando a taxa de salário no setor moderno) torna insuficiente o fluxo de salários gerado pelo sistema; nessa economia não se forma, portanto, o “anel de *feedback*” descrito pelo autor: expansão da produção, expansão dos custos de produção, expansão da massa salarial, expansão da renda disponível para consumo, expansão da demanda de bens finais, expansão da produção (Furtado, 1972, p. 60-61). O “modelo” brasileiro consiste, para o autor, em tentativa de restabelecer-se tal mecanismo por meio de ação do Estado no sentido da expansão adequada da demanda de bens duráveis e também da criação de um fluxo mínimo de novos empregos (que contribui para frear o processo de marginalização das populações urbanas) (Furtado, 1972, p. 64).

Se a estratégia de crescimento a elevado custo social posta em prática no Brasil podia apresentar-se como um modelo para outros países – ao

¹⁸ Furtado (1972, p. 62-63) mostra que, por meio do mercado de capitais, era fomentada pelo Estado a formação de uma classe de semirrentistas entre os assalariados de alta renda, promovendo-se, assim, a canalização de uma parte dos lucros das empresas para os consumidores de bens duráveis.

menos para aqueles dispendo de dimensão demográfica e renda *per capita* compatíveis com a criação de um parque industrial diversificado –, Furtado chamava a atenção para o fato de que tal estratégia implicava a reprodução do subdesenvolvimento. Desenvolvendo ideia esboçada em 1952 e apresentada mais detalhadamente em 1958 (ver Furtado, 1961, caps. 2, 4), o autor afirmava:

A economia industrial subdesenvolvida não constitui uma *fase* que tende a ser necessariamente superada em prazo maior ou menor. O funcionamento desse sistema requer a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se daria o processo de reprodução de padrões de consumo, cujo transplante é condição *sine qua non* para que prossiga a industrialização tal qual esta se está realizando. Assim, *desenvolvimento* passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida. [...] Cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de um bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos. (Furtado, 1972, p. 77)

Nesse sentido, retomando-se a argumentação de Furtado em *Um projeto para o Brasil*, poder-se-ia afirmar que o “milagre” econômico brasileiro privilegiou a dimensão econômica do desenvolvimento, ou seja, o aumento da quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade (Furtado, 1968, p. 19). A dimensão cultural do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento entendido como um “processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem” (Furtado, 1968, p. 18), não teria, todavia, integrado as preocupações dos formuladores da política econômica do período do “milagre”. Como Furtado sintetizava: “o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um *sentido*, é um conjunto de respostas a um projeto de auto-transformação de uma coletividade humana” (Furtado, 1968, p. 19).

Furtado mostra que o modelo implementado no Brasil, fundamentado em concentração da renda, é necessariamente excludente; nele, a orientação da tecnologia e dos padrões de consumo é dada por centros de decisão internacionais (as alianças entre o capital internacional, os

agentes privados nacionais e o Estado não são, evidentemente, ignoradas pelo autor¹⁹). No entanto, Furtado não excluía naquele momento a possibilidade de que mudanças nos próprios “centros criadores das modernas formas de consumo” (Furtado, 1972, p. 78) viessem a ocorrer em resposta aos custos sociais (ecológicos e psicossociais) do desenvolvimento nos países capitalistas avançados. Tal contestação de paradigma – ou da orientação do progresso tecnológico – teria “necessariamente repercussões nos países que se esgotam na corrida imitativa de modelos que tendem de forma cada vez mais rápida à obsolescência” (Furtado, 1972, p. 79). Como Furtado reiterará em trabalhos posteriores, a superação da crise estaria “na aplicação do potencial produtivo da civilização industrial à satisfação das autênticas necessidades do homem” (Furtado, 1972, p. 79).

Enquanto “hábeis ilusionistas”²⁰ obtinham resultados favoráveis em termos de crescimento no Brasil, Furtado continuava a enfatizar o aprofundamento das relações estruturais características do subdesenvolvimento em seu país: o Brasil não se desenvolvia, modernizava-se. Ainda em 1972, em artigo que integraria *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado chamava a atenção para o desperdício de recursos que representava uma taxa elevada de crescimento baseada no consumo supérfluo de minorias ricas; não lhe escapava que tal “inflação da taxa de crescimento do PIB” podia igualmente “inflar” o prestígio dos governantes” (Furtado, 1974, p. 106).

Como Furtado sumarizaria mais tarde, a propósito do período do “milagre”, a economia brasileira passa por um período “preparatório” (Furtado, 1981a) entre 1964 e 1967 – um esforço de modernização

¹⁹ Furtado precisa que o controle da produção por firmas estrangeiras não é a causa determinante da dependência, e a propriedade pública dos bens de produção não seria capaz de eliminá-la “se o país em questão se mantém em posição de satélite cultural dos países cênicos do sistema capitalista, e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos” (Furtado, 1974, p. 84).

²⁰ Em artigo publicado em 1972, no primeiro número do semanário *Opinião* (reproduzido em Furtado, 1974, cap. 4), o autor questiona a pretendida objetividade da ciência econômica. Nele, Furtado afirma: “quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes” (Furtado, 1974, p. 116).

ainda sem clara orientação do processo de desenvolvimento –, mas que “[revelava] a intenção dos grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado” (Furtado, 1981b, p. 39). A partir de 1967, define-se o sentido do desenvolvimento a ser implementado: privilegia-se o setor de bens de consumo duráveis, sendo para este canalizada a base industrial do país, expandida nos anos 1950 e cuja capacidade produtiva se encontrava subutilizada (Furtado, 1981a). Dessa forma, com a criação de um perfil de demanda favorável à produção de bens duráveis (derivado da expansão do crédito ao consumo e da redução do salário básico), obteve-se elevação da relação produto-capital da economia mediante utilização da capacidade ociosa; num segundo momento, o endividamento exterior permitiu o reequipamento das indústrias, duplicando-se o coeficiente de importação do setor de bens de capital no período de 1966 a 1972. Furtado avalia que, por um lado, o rápido crescimento industrial do período do “milagre” não promoveu aumento do “potencial de autotransformação” do sistema econômico, pois o crescimento se teria “destinado em sua totalidade a ampliar o mercado de bens duráveis de consumo e a equipar o sistema industrial para satisfazer essa demanda” (Furtado, 1981b, p. 42). Por outro lado, a concentração da renda em benefício dos consumidores de rendas médias e altas não promoveu elevação da propensão a poupar desses grupos, modificando apenas sua cesta de bens de consumo (em benefício de bens mais sofisticados e menos essenciais). Assim, considerando conjuntamente a estagnação ou declínio do salário de base e o crescimento (acima da renda) do consumo dos beneficiários da concentração da renda, Furtado estima que “[poucas] vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antissocial” (Furtado, 1981b, p. 42).

Dentro do acima exposto, pode-se compreender que a questão da emergência das empresas multinacionais e, especialmente, o problema da absorção de uma tecnologia inapropriada à solução dos problemas do desenvolvimento nos países periféricos são um aspecto fundamental da reflexão de Furtado sobre os problemas do subdesenvolvimento no pós-guerra. Ao analisar o período do “milagre” econômico brasileiro, Furtado mostra que a ação de tais empresas, baseada na diversificação do consumo e na introdução de novos produtos, contribuía para a manutenção da heterogeneidade tecnológica do sistema econômico (ao

introduzir tecnologia desenvolvida em países dispendo de nível de renda muito superior). Ademais, com a introdução de uma tecnologia intensiva em capital, impedia-se a absorção do excedente estrutural de mão de obra – sem a qual, salienta Furtado, “não tem sentido falar de política de *desenvolvimento*” (Furtado, 1972, p. 64). Portanto, para o autor, o processo ocorrido no Brasil teria sido um processo de *modernização*²¹, não de *desenvolvimento*: aos condutores de tal processo “o que importa é que o sistema industrial produza bens, ainda que supérfluos, e mesmo que isto crie enormes distorções sociais” (Furtado, 1981a).

Furtado avançaria nos anos seguintes no tratamento da questão da orientação e do controle do progresso tecnológico na civilização industrial. O aspecto predatório do estilo de vida produzido pelo capitalismo industrial será apontado pelo autor em *O mito do desenvolvimento econômico*, no qual se enfatiza a impossibilidade de generalização do modelo de desenvolvimento das economias industrialmente mais avançadas à totalidade dos países. Ponto culminante de sua reflexão sobre a lógica e os impasses da civilização industrial, a obra *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) consagraria a originalidade do pensamento de Celso Furtado, doravante considerado “uma verdadeira filosofia econômica” (Mauro, 1979). Compreende-se, dessa forma, o interesse crescente pelas novas abordagens dos problemas do desenvolvimento e, sobretudo, por seu aspecto cultural, presentes na obra de maturidade intelectual do autor, em grande parte produzida durante seu exílio.

Considerações finais

Procurou-se mostrar que o período inicial do exílio de Celso Furtado é fundamental para a compreensão da obra posterior do autor. A guinada teórica de meados da década de 1970 é fruto de uma nova percepção da evolução do capitalismo industrial, notadamente com a emergência das empresas multinacionais. Para tanto, contribuem de forma decisiva a revisão crítica das ideias do período formativo da CEPAL,

²¹ Para Furtado, a modernização “não é mais do que um desenvolvimento mimético: primeiramente a sociedade cria hábitos novos em certos setores de consumo e em seguida adapta sua estrutura a eles” (Furtado, 1981a, p. 123).

realizada no ILPES (à luz dos obstáculos que se colocavam ao desenvolvimento das economias latino-americanas no início dos anos 1960), assim como as reflexões desenvolvidas pelo autor em Yale, num ambiente em que emergiam importantes estudos sobre as empresas multinacionais (a exemplo dos trabalhos de Stephen Hymer).

Professor em Paris, Furtado consolida suas primeiras reflexões após o Golpe Militar no Brasil (Furtado, 1966, 1968, 1972), ainda fortemente marcadas pela experiência brasileira. Contudo, ganham lugar de destaque na análise do autor os problemas engendrados pelo mimetismo dos padrões de consumo dos países centrais, num contexto em que empresas multinacionais controlam o progresso tecnológico, constituindo verdadeiros centros de decisão nos países em que atuam. Considera-se, assim, que questões inovadoras são apresentadas por Furtado em livros como *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* e *Um projeto para o Brasil*, que vão além da discussão dos problemas de política econômica brasileiros. Assim, em sua análise dos problemas latino-americanos (e, em particular, brasileiros), Furtado enfatiza, a partir de meados dos anos 1960, as novas formas das relações de dominação e dependência em nível internacional.

Nesse sentido, ao retomar discussões desenvolvidas em obras do início do exílio de Celso Furtado, o presente artigo procurou contribuir para a compreensão desse importante período de sua trajetória intelectual. Nele, Furtado identifica novos problemas e busca novos caminhos para a reflexão sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, preocupações que seriam consolidadas posteriormente em obras como *O mito do desenvolvimento econômico* e, especialmente, *Criatividade e dependência na civilização industrial*.

Referências bibliográficas

- BIANCONI, Renata. *L'œuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Paris: Université Paris-Sorbonne, 2014 (Tese de Doutorado em História Moderna e Contemporânea).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha*. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13-68.

- BOIANOVSKY, Mauro. A formação política do Brasil segundo Furtado. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 198-211, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Entrevistas a Lourenço Dantas Mota*. Brasília: Senado Federal, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.
- COUTINHO, Mauricio. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado [versão preliminar]. Trabalho apresentado ao I CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO CELSO FURTADO, 2012, Rio de Janeiro.
- COUTINHO, Mauricio. Furtado and his critics: the “stagnation” model. Trabalho apresentado à 5TH LATIN AMERICAN CONFERENCE OF THE HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT, 2015, Santiago do Chile.
- DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2011.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. *Studies in Comparative International Development*. Saint Louis, v. 1, n. 11, p. 159-175, 1965a.
- FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 129-145, 1965b.
- FURTADO, Celso. Political obstacles to economic growth in Brazil. *International Affairs*. Londres, v. 41, n. 2, p. 252-266, 1965c.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. O Brasil não se desenvolveu, modernizou-se [entrevista]. In: MOTA, Lourenço Dantas (coord.). *A história vivida*. V. II. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981a, p. 119-160.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.
- FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (1967).

- FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 5-32, 1968.
- GARCIA, Afrânio. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, v. 121, n. 121-122, p. 52-61, 1998.
- HUNT, Diana. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- JORNAL DO BRASIL (JB). Furtado considera nulos benefícios da tecnologia enquanto houver miséria. 19 de junho de 1968, 1^o Caderno.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*. Manchester, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- MALLORQUÍN, Carlos. Celso Furtado and development: an outline. *Development in Practice*. Oxford, v. 17, n. 6, p. 807-819, 2007.
- MAURO, Frédéric. Celso Furtado, *Criatividade e dependência na civilização industrial* [resenha]. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*. Toulouse, v. 33, n. 1, p. 281-283, 1979.
- MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and underdeveloped regions*. London: Duckworth, 1957.
- PERROUX, François. *L'économie du XX^e siècle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1991 (Col. Œuvres Complètes de François Perroux, t. 5, n. 1).
- PREBISCH, Raúl. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/CEPAL, 2009.
- ROSENTHAL, Gert. ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development. In: BERTHELOT, Yves (org.). *Unity and diversity in development ideas: perspectives from the UN regional commissions*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p. 168-232.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. *El Trimestre Económico*. México, v. 38, n. 152 (4), p. 905-950, 1971.
- TOYE, John; TOYE, Richard. *The UN and global political economy: trade, finance, and development*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- VELIZ, Claudio (org.). *Obstacles to change in Latin America*. London: Oxford University Press, 1965.

seria fernando henrique cardoso um weberiano?*

would be fernando henrique cardoso a weberian?

Rodrigo Straessli Pinto Franklin**

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO

FHC é marxista ou weberiano? Ao analisar o debate sobre a teoria da dependência, encontramos-nos na confusa situação de ver nos textos datados de 1970 e 1980 a afirmação de que esse autor seria marxista, mas na literatura atual ele é claramente apontado como weberiano. O presente artigo busca esclarecer essa questão por meio da análise tanto dos argumentos recentes sobre sua aproximação a Weber, quanto do método empregado em seus estudos. O resultado a que chegamos é que devemos reconhecer o marxismo como a principal base teórica desse autor.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso. Teoria da dependência. Metodologia. Karl Marx. Max Weber.

ABSTRACT

Is FHC a Marxist or a Weberian? Analyzing the debate about dependency theory, we find ourselves in the confused situation of seeing texts dating from 1970 and 1980 claiming this author as a Marxist, while in current literature he is clearly identified as a Weberian. This paper seeks to clarify this issue by analyzing the recent arguments regarding their proximity to Weber and the method used by him in his studies. The result we reached is that we must recognize the Marxism as the main theoretical basis of this author.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso. Dependency theory. Methodology. Karl Marx. Max Weber.

* O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Submetido: 18 de outubro de 2015; aprovado: 15 de maio de 2016.

** Professor adjunto no Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. *E-mail:* rodrigo.franklin@ufes.br

Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não
vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!

Fernando Henrique Cardoso, 2014

Introdução

Por muitos anos, a concepção que rondava tanto a academia brasileira quanto os círculos intelectuais de língua não hispânica era a de que o maior expoente da vertente latino-americana da teoria da dependência seria Fernando Henrique Cardoso. Uma vez que essa abordagem era considerada vinculada à teoria do imperialismo – sobretudo em sua versão elaborada por Lenin –, Cardoso era visto como um autêntico representante do marxismo brasileiro.

Entretanto, a postura de Cardoso na Presidência do Brasil deixou os marxistas em uma situação constrangedora. No governo da maior nação latino-americana, Cardoso – chamado pela mídia de FHC – acelerou o Programa Nacional de Desestatização, privatizando importantes parcelas do Estado e concedendo ao monopólio estrangeiro o domínio sobre setores estratégicos da indústria nacional. Ao mesmo tempo, defendeu a abertura comercial que levou à falência significativa parcela do capital produtivo brasileiro. Aproximou-se do capital financeiro internacional, obtendo vultosos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a formação de reservas cambiais suficientes para manter a moeda nacional sobrevalorizada até sua reeleição. Ampliou a taxa de juros interna, tornando-a a mais elevada do mundo em termos reais.

Na área social, os resultados do governo FHC foram ainda mais constrangedores para os marxistas que tinham respeito por sua posição como teórico: o salário mínimo real se manteve em patamar inferior ao do período da ditadura militar, a pobreza e a extrema pobreza mantiveram-se constantes durante todo o seu governo¹ e houve ampliação do desemprego². Tais políticas contrariaram o processo de industrialização

¹ Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual da população pobre e extremamente pobre no Brasil era de 35,08% e 15,19% em 1995, respectivamente. Para o ano de 2003, os valores são de 35,79% e 15,20%.

² De 6,7% em 1995 para 10,5% em 2003, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

que dominou a nação até meados da década de 1980 e aprofundaram claramente a perspectiva dependente do capitalismo nacional. Além disso, iam ao encontro da pauta definida pelo Consenso de Washington. Não havia como negar, o Cardoso da década de 1990 era um neoliberal.

Sendo assim, a primeira reação de seus críticos foi difundir a hipótese de que Cardoso teria mudado de ideia. “Esqueçam o que escrevi.” Essa frase se tornou famosa por ter saído supostamente dos lábios de FHC³. A teoria da dependência poderia ser, então, absolvida da acusação de servir de base para um conjunto de políticas neoliberais, e Cardoso não passaria de um cínico ou de um marxista arrependido.

De todo modo, a ascensão de Cardoso à Presidência reacendeu o interesse em sua obra, que inclui o acalorado debate entre ele e Ruy Mauro Marini, considerado hoje o mais consagrado autor da teoria da dependência. A partir daí, essa releitura passou a trilhar dois caminhos: primeiro, surgiram aqueles que, em defesa de Marini, buscaram desqualificar Cardoso, expurgando-o das fileiras marxistas; segundo, apareceram aqueles que tentaram ver nas obras escritas nas décadas de 1960 e 1970 o germe das políticas neoliberais implantadas por FHC⁴.

No primeiro desses caminhos, encontramos alguns autores que começaram a aventar a hipótese de que *Cardoso é e teria sido sempre um weberiano*. Tal conjectura é suportada atualmente por duas linhas distintas de argumentação. A primeira tem sua origem em Nildo Ouriques, e é a mais difundida entre os atuais teóricos da dependência. A segunda, levantada por Ivan Cotrim, possui argumentos mais sofisticados, mas pouca penetração na academia.

³ “Ah, não, essa eu nunca disse” (Toledo, 1998, p. 172), foi a resposta que Cardoso deu a Toledo, quando este o questionou sobre a autoria dessa frase. O então presidente ainda completou: “alguém achou que eu havia mudado de posição e que deveria ser criticado por isso, e então inventou essa frase. Quem? Não sei. Foi [no jornal] *Folha [de S. Paulo]*. O [Otávio] Frias [Filho, diretor de redação do jornal] gostou da frase – ele me disse que gostou. Ele disse que achava fantástico alguém dizer isso. Pode até ser, só que eu não disse. Nem penso assim. Isso derivou de um encontro em São Paulo, num restaurante, quando eu era ministro do Exterior. Havia vários empresários. [...] O Celso Lafer fez uma pergunta e eu disse: ‘Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim’. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte contra mim” (Toledo, 1998, p. 172).

⁴ Esse é o caso de Traspadini (1999) e Teixeira (2007).

Diante disso, o objetivo do presente artigo é o de dirimir a dúvida: Seria Cardoso um weberiano? Para responder a essa questão, iniciaremos por analisar cada uma dessas duas hipóteses. Em seguida, buscaremos construir uma interpretação sobre o assunto, tendo em vista a opinião de outros autores, a posição de Cardoso sobre si mesmo, assim como uma análise do método por ele empregado em seus trabalhos. Mas antes de iniciarmos essa tarefa, é importante fazer um alerta: não estamos apresentando aqui uma defesa seja da teoria de Cardoso ou das políticas de FHC. Nosso intuito é apenas o de evitar que a análise sobre o método do acadêmico se entrelace com a crítica sobre a atuação prática do político.

1. A hipótese de Ouriques

A primeira hipótese sobre a raiz weberiana de Cardoso foi levantada por Nildo Domingos Ouriques em sua tese de doutorado, apresentada em 1995 à Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Nela, Marini vence o debate da teoria *marxista* da dependência devido a uma nova descoberta: seu principal contendor (*i.e.*, Fernando Henrique Cardoso) nunca foi um marxista. Ouriques afirma:

La respuesta metodológica de Cardoso será dada, como sabemos, en términos de un “método” que él llama “histórico-estructural” que no tiene relación alguna con el método marxista, [...] aproximándose mucho más a una visión historicista e incluso weberiana sobre la dependencia, particularmente cuando establece su tipología para analizar el fenómeno. (Ouriques, 1995, p. 66)⁵

Mas, quais são as falhas de Cardoso que lhe rendem o “vergonhoso” rótulo de weberiano? Ouriques nos esclarece:

⁵ Sobre esse método “histórico-estrutural”, Theotonio dos Santos viria a dizer que constituía em um dos pontos de concordância entre ele e Cardoso: “Eles [os pontos de concordância] se extendiam [sic] a outros problemas de maior interesse teórico como: [...] a importância de uma metodologia dialética, *histórico-estrutural*, que resgatasse a concretude dos processos sociais” (Santos, 1996, p. 4-5, grifo nosso). Portanto, se devêssemos considerar Cardoso um weberiano por adotar esse método, talvez Ouriques deveria estender essa alcunha também para Santos.

Es evidente el peso de lo fenoménico en la construcción del método por ellos [Cardoso e Faletto] defendido y también el sesgo sociológico, presentado bajo el manto de la “dominación”, a lo largo de su estudio. Y, naturalmente, caen por tierra todas las afirmaciones sobre el carácter necesariamente ambiguo o impreciso del concepto. La ambigüedad o confusión está en el método. (Ouriques, 1995, p. 75)

A inclinação sociológica de Cardoso e Faletto⁶ os levaria a abordar “la articulación entre lo nacional y mundial a través de un análisis de las clases y del estado en la periferia. En términos weberianos es lo que podríamos llamar la ‘valorización de la acción política’” (Ouriques, 1995, p. 84). Por esses motivos, “la dependencia es un elemento que ahí [na obra de Cardoso e Faletto] aparece involucrada en un *casarón weberiano* en que lo importante son las *situaciones de dependencia*, o, el ‘análisis concreto’ de la dependencia” (Ouriques, 1995, p. 96).

Em síntese, Ouriques classificou o pensamento cardosiano como “weberiano” baseado em dois elementos: a valorização da dimensão política em detrimento da econômica; e o foco da análise em situações concretas, a partir das quais formularia sua tipologia.

A tese de Ouriques ganhou adeptos e, em 1998, Adrián Sotelo Valencia (também da UNAM) e Carlos Eduardo Martins publicaram um artigo no qual também classificavam a teoria da dependência de Cardoso e Faletto como weberiana. Os autores argumentam: “O weberianismo dependentista de Cardoso e Faletto [sic] se apresenta, muito claramente, no capítulo 2 de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que concentra as reflexões teórico-metodológicas dos autores” (Martins; Valencia, 1998, p. 418). Em seguida, citam o seguinte trecho do referido capítulo: “De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 22).

⁶ Enzo Faletto foi um sociólogo chileno e coautor da principal obra que Cardoso escreveria sobre a dependência. Mesmo tendo sido um crítico das políticas de FHC, não foi poupado de ser arrastado para esse debate. No Chile, onde atuou na academia até seus últimos dias, Faletto e sua teoria da dependência continuam contando com o respeito dos grupos intelectuais progressistas. Cf. Yocolevzky (2004).



Novamente, a tese está centrada na valorização do político diante do econômico. Martins continuou desenvolvendo tal perspectiva, e em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2003⁷, afirma:

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro da quais deveriam ser inseridas as relações de classes. (Martins, 2011, p. 232)

A preponderância do político aparece no centro da “crítica”, enquanto a “tipologia” de Cardoso e Faletto é identificada com o “tipo ideal” weberiano, desenvolvendo o argumento de Ouriques de que a “análise do concreto” é expressão de sua inadequação ao marxismo⁸.

Vale ainda ressaltar a argumentação de Marisa Silva Amaral, que, além de citar Valencia e Martins, afirma:

Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto. (Amaral, 2006, p. 22; 2012, p. 33)

Em síntese, Amaral ainda acrescenta aos dois elementos indicados pelos outros autores a crítica ao economicismo direcionada aos demais dependentistas. Vejamos agora quais são os equívocos presentes nos argumentos desse grupo de autores.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a “análise de situações concretas” não é elemento incompatível com o marxismo, como crê

⁷ A tese de Martins foi publicada na forma de livro em 2011, obra que citaremos aqui.

⁸ Entretanto, é preciso lembrar que Cardoso e Faletto não foram os únicos a elaborarem tipologias da dependência. Cf. Bambirra (2013).



Ouriques. Antes ao contrário: explicar o concreto é o fim último da teoria. Tanto é assim que esse tem sido o foco de muitos dos autores envolvidos com a teoria “marxista” da dependência⁹.

Segundo, a tipologia elaborada por Cardoso e Faletto não são equivalentes teóricos dos tipos ideais weberianos. Em Weber, esses são tipos puros, conceitos abstratos criados para explicar cada uma das várias dimensões de um mesmo fenômeno histórico, que não existem isolados na realidade. Eles estão presentes em diferentes proporções na realidade concreta, de modo que esta pode estar mais próxima de um ou de outro desses tipos. Weber esclarece:

Por exemplo, um mesmo fenômeno histórico pode ter uma parte de aspecto feudal, outra patrimonial, outra burocrática, e ainda outra carismática. Com o intuito de dar um sentido preciso a esses termos, é necessário para o sociólogo formular tipos ideais puros de formas de ação correspondente que, em cada caso, implicam no mais alto grau de integração lógica em virtude de sua completa adequação em nível de sentido. Mas, precisamente por isso, é extremamente improvável que algum fenômeno real, correspondente exatamente a um desses tipos puros idealmente construídos, possa ser encontrado. (Weber, 1978, p. 20)

E, ainda, exemplifica para o caso da teoria econômica:

Os tipos ideais de ação social que [...] são usados na teoria econômica são [...] irrealis ou abstratos, a partir dos quais sempre pergunta que curso da ação aconteceria se ela fosse puramente racional e orientada somente para fins econômicos. Essa construção pode ser usada para auxiliar na compreensão da ação que não seja de determinação puramente econômica, mas que envolva desvios decorrentes de restrições tradicionais, afetivas, erros, e a intrusão de propósitos e considerações outras que não econômicas. (Weber, 1978, p. 21)

⁹ Como ressaltam, por exemplo, Prado e Castelo (2013, p. 17), ao tratar das recentes contribuições dos próprios Adrián Sotelo Valencia e Carlos Eduardo Martins. Carcanholo também ressalta a importância dessa análise no resgate atual: “o resgate feito hoje em dia da teoria marxista da dependência passa também, para o entendimento de situações concretas, pela recuperação de algumas [...] categorias [elaboradas por Marini]” (Carcanholo, 2013, p. 201).

Já as tipologias de Cardoso e Faletto possuem existência na realidade concreta e não se misturam para explicar um mesmo fenômeno histórico. Para cada situação específica, os autores constroem uma categoria que se encaixa unicamente naquela realidade. Por exemplo, ao analisar o período de desenvolvimento econômico marcado pela “expansão para fora”, os autores dividem os países da América Latina em dois grupos: aqueles que mantiveram o “controle nacional do sistema produtivo” e as “economias de enclave”. Colocam no primeiro grupo países como Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia, enquanto no segundo se encaixam México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru e os países da América Central.

Vemos, portanto, que os tipos de Cardoso e Faletto são características mutuamente excludentes, que não estão presentes em diferentes proporcionalidades em um mesmo fenômeno, como é o caso da tipologia weberiana. Ou uma economia é de enclave, ou preserva o controle nacional do sistema produtivo.

Em terceiro lugar, a analogia que Ouriques e demais fazem entre Cardoso e Weber não é suficiente para classificá-lo como weberiano. Mesmo se concordássemos com a tese de que há em seu pensamento uma preponderância do político sobre o econômico¹⁰, é preciso reconhecer que ela não representa elemento suficiente para classificar um pensador em tal escola do pensamento.

Não são todos os pensadores que sobrevalorizam a esfera política perante a econômica que se encaixam nessa vertente sociológica. Tal postura também pode ser observada em muitos autores idealistas – para os quais uma mudança na consciência e na organização política da sociedade precede e transforma sua organização econômica –, tais como Platão, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel, todos esses anteriores a Weber.

Do mesmo modo, não é pelo fato de Weber ter criticado o economicismo em Marx que toda crítica da mesma natureza direcionada a um autor marxista torna seu formulador um weberiano. Autores como Antonio Gramsci, György Lukács, Edward Palmer Thompson e até mesmo o estruturalista Louis Althusser – todos inegáveis adeptos do marxismo – criticaram muitos dos marxistas de seu tempo por terem realizado leituras economicistas da obra de Marx.

¹⁰ Tese que será analisada com mais detalhes adiante.

Para que um autor seja considerado um weberiano, é preciso que apresente uma série de outros elementos que não se observam no pensamento de Cardoso. Por exemplo, quando analisam a estrutura de dominação, Cardoso e Faletto voltam-se unicamente para estruturas sociais que possuem determinação econômica: as classes sociais. Mesmo quando analisam a burocracia estatal, subjagam-na à classe capitalista. Do ponto de vista weberiano, esses dois autores, ao darem demasiada importância à “luta de classes”, ignoram elementos fundamentais, tais como os “estamentos” e os “partidos”¹¹.

Outro exemplo, e de importância mais fundamental, refere-se ao individualismo metodológico. Em Weber, é a consciência individual que dá sentido à ação social, de modo que o interesse de uma coletividade não se superpõe aos dos sujeitos que a compõem. Explica:

[As] coletividades devem ser tratadas unicamente como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível [...] Para os propósitos sociológicos, não existe algo como uma personalidade coletiva que “age”. Quando é feita referência, em um contexto sociológico, às [...] coletividades, está-se referindo na verdade a [...] apenas certo tipo de desenvolvimento de reais ou possíveis ações sociais de pessoas individuais. (Weber, 1978, p. 13-14)

Entretanto, para Cardoso, as motivações dos indivíduos se encontram subordinadas à posição que ocupam nos processos produtivos. Portanto, as motivações que buscam esclarecer não são de indivíduos, mas de classes.

Poderíamos listar uma série de elementos fundamentais para que Cardoso fosse considerado um weberiano, mas que não se fazem presentes em seu pensamento. Contudo, acreditamos já ter demonstrado a insuficiência de classificar o pensamento de um autor pautado em um único elemento. Tal argumento seria similar a uma tentativa de classificar Ruy Mauro Marini em uma espécie de teoria “keynesiana” da dependência pelo simples fato de esse autor se preocupar com o problema da realização do produto, do mesmo modo que Keynes se preocupa com a insuficiência da demanda efetiva.

¹¹ Como Weber ressalta, “‘classes’, ‘estamentos’ e ‘partidos’ são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade” (Weber, 1982, p. 212).

2. A hipótese de Cotrim

Partindo de outra linha de análise, Ivan Cotrim, em sua dissertação de mestrado intitulada *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso* e apresentada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2001, chega à mesma conclusão de Ouriques, embora como resultado de argumentação completamente distinta. O autor afirma que a base teórica para a construção da teoria da dependência de Cardoso seria Max Weber, e seria um equívoco a interpretação hegemônica de que ele se pautara na dialética de Karl Marx. Cotrim argumenta:

Não há dúvida de que Cardoso indique, no longo de sua produção, a utilização de conceitos tirados de *O Capital*, de maneira mais explícita, mas também se valha no conjunto analítico de referências conceituais de Marx e autores que se colocam como marxistas. (Cotrim, 2001, p. 310)

Por outro lado, a análise de Cardoso, que, como indicamos, tenta afirmar-se na utilização indiferenciada de “paradigmas” excludentes como Marx e Weber, resulta, na verdade, no uso e abuso das concepções weberianas de ação social determinada pelos valores subjetivos, de estado moderno como burocracia racional, de patrimonialismo como estado tradicional, da postura carismática das lideranças geradoras de formas populistas etc. (Cotrim, 2001, p. 320)

Vejamos como Cotrim reconstrói os argumentos de Cardoso, para demonstrar como este chega a Weber partindo de uma análise de Marx. Para esse autor, a confusão de Cardoso teria como fundamento uma falha em sua formação marxista, derivada de sua participação nos seminários de estudo de *O capital* ocorridos na USP, ao fim da década de 1950 (do qual participaram nomes como Paul Singer, José Arthur Gianotti e Michael Löwy). Cotrim resgata a crítica de José Chasin (2001), ao que este chamou de “analítica paulista”: em suma, essa corrente do pensamento, ao se fundar nos estudos exclusivos de *O capital*, ignora importantes textos elaborados por Marx em sua juventude, pondo de lado questões ontológicas essenciais¹².

¹² Contudo, é interessante ressaltar que o próprio Chasin nunca se referiu a Cardoso como um weberiano.



Partindo desse equívoco fundamental, a dialética elaborada erroneamente por Cardoso consistiria, como se expressa na Introdução de sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, em um modelo, um instrumento cognitivo cujo objetivo último é a transformação do concreto (do real) por meio do “movimento da razão”. Afirma Cotrim: “aquele ‘circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto’ promove uma desidentificação do real, o que implica dizer que antes como depois a totalidade concreta (o real) se altera” (Cotrim, 2001, p. 312). Com isso, conclui que, para Cardoso, “[o objeto real para o pensamento] deixa de ser o que é pela análise ou pela mediação da teoria [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise” (Cotrim, 2001, p. 313).

Por fim, Cardoso teria se apoiado em Sartre (sic!) para concluir que o esforço analítico de investigação poderia ser pautado tanto pelo paradigma marxista quanto pelo weberiano. Essa leitura metodológica viesada que Cardoso apresenta em *Capitalismo e escravidão...*, de acordo com Cotrim, teria sido transportada para a obra que escreveu com Faletto. “Dessa forma”, afirma,

a “totalidade concreta” como referência metodológica não estará mais a cargo de Marx, e será expressa como um composto de níveis, os quais a análise se encarregará de vincular. Os níveis serão sempre sociais, políticos e econômicos, e serão postos em dinâmica tendo como referência e orientação um quadro de valores subjetivamente definidos. (Cotrim, 2001, p. 317)

Essa divisão da realidade em níveis é que estará por trás da “análise integrada” proposta em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Esta consistiria em uma tentativa de integrar o sistema econômico, que Cardoso interpretaria a partir de Marx, com o sistema social, cuja compreensão se dará por meio das categorias weberianas, tais como o “patrimonialismo”. Explica Cotrim (2001, p. 225): “[Cardoso] separa na realidade o nível econômico e o político-social, aplicando tratamentos metodológicos distintos: Marx se torna referência para a economia (o que obviamente não nos parece adequado), enquanto Weber serve para a política”. No entanto, alerta:

Aquela prévia separação *entre sistemas social e econômico* cumpre teleologicamente uma função em Cardoso, a de depositar seu esforço analítico



numa das áreas, a político-social, mantendo o campo econômico distanciado de sua abordagem [...] Dessa forma, [...] ele opera uma inversão, retirando a objetividade e determinação da economia sobre a esfera política. (Cotrim, 2001, p. 318-319)

E como o político é proveniente de Weber, este se revela como a verdadeira influência teórica do pensamento cardosiano.

Esse argumento de Cotrim pode ser sumarizado por meio das seguintes proposições: (1) Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação, (2) o que o leva a concluir pela equivalência entre os paradigmas de Marx e Weber, (3) por isso se utiliza do marxismo para a análise dos processos econômicos e do weberianismo (por meio do uso do conceito de patrimonialismo) para a análise do político; (4) entretanto, como Cardoso subjugava o econômico ao político, submete a interpretação de Marx às concepções que possui de Weber. Logo, Cardoso é um weberiano.

Vemos que o problema da argumentação de Cotrim está no fato de que suas premissas são falsas em quase todos os aspectos. Vejamos uma a uma.

Primeiro: *Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação.*

Cotrim só alcança a assertiva acima por meio de uma leitura da obra de Cardoso marcada por descontextualizações recorrentes com o intuito de criar uma falsa oposição a Marx. Cotrim chega a ponto de adulterar uma frase de Cardoso para que ela se encaixe melhor em sua crítica. Vejamos como as palavras de Cardoso ficam na pena de Cotrim: “[Em Marx] o concreto aparece como ponto de partida” (Cardoso apud Cotrim, 2001, p. 312).

Mas, no original, encontramos: “Marx diz que o concreto aparece como o ponto de chegada quando é o verdadeiro ponto de partida” (Cardoso, 1962, p. 17).

Enquanto Marx diz: “[O concreto] aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida” (Marx, 2008, p. 258-259).

Vemos que, tanto para Marx quanto para Cardoso, o caminho do conhecimento é o que se eleva do concreto para o abstrato e, depois, retorna ao concreto, formando o que se chama de concreto pensado: a reprodução do concreto no pensamento. Para ambos, o que se tem no



ponto de chegada é a desmistificação do que havia no ponto de partida, a negação das representações e intuições presentes *a priori* na mente do pesquisador.

Mas Cotrim transforma as palavras de Cardoso (e de Marx) para criar uma oposição entre ambos: em Marx, o conhecimento se daria do abstrato ao concreto; em Cardoso, do concreto ao abstrato. Onde deveria entender “desmistificação do real”, entende “desidentificação do real”; onde aparece o termo “redefine-se”, interpreta-o como “deixa de ser o que é”¹³; e o “concreto pensado” pode significar para Cotrim tanto “real” como “representação”, a gosto da conveniência.

Ao fim, Cardoso parece afirmar que o processo do conhecimento transfôrma a própria realidade, ou seja, que a ideia precede e determina a matéria. Mas, na realidade, é Cotrim quem quer transformar os textos de Cardoso por meio do seu pensamento e de sua análise.

Cotrim conclui que Cardoso distancia-se do empírico¹⁴. Para isso, retira de suas citações todas as referências que Cardoso faz a esse termo¹⁵. Entretanto, o próprio Cardoso afirma (em um trecho ignorado três vezes por Cotrim¹⁶): “sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transfor-

¹³ Cardoso afirma que, como resultado do processo do conhecimento, “a mercadoria redefine-se como categoria histórico-social, nega a forma inicial que assumira e se revela depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação da mais-valia” (Cardoso, 1962, p. 17). Cotrim compreende assim: “a mercadoria (como objeto real para o pensamento) permanece não como tal, ou seja, ela deixa de ser o que é pela análise [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise” (Cotrim, 2001, p. 313). Cardoso fala claramente a respeito da representação que se faz da mercadoria. Cotrim quer entender que, para Cardoso, o processo do pensamento transforma o objeto real.

¹⁴ “Ao afastar o empírico, [Cardoso] afastou, em verdade, a própria realidade concreta.” (Cotrim, 2001, p. 315)

¹⁵ Por exemplo, Cotrim cita Cardoso: “[a] interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos de fatores histórico-sociais efetivos de sua produção [...] e de categorias não definidas empiricamente” (Cotrim, 2001, p. 313-314). Qual foi o trecho suprimido por Cotrim? Vejamos: “(e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas)” (Cardoso, 1962, p. 14). Uma supressão muito conveniente.

¹⁶ Como veremos no ponto a seguir.



mar ‘a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado’” (Cardoso, 1962, p. 30)¹⁷.

Só mesmo por meio de tanta descontextualização e citações equivocadas é que Cotrim consegue concluir uma oposição entre o materialismo dialético de Marx e o que Cardoso expõe na Introdução de *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*.

Segundo: *Cardoso conclui que os paradigmas de Marx e Weber são equivalentes*.

Essa afirmação de Cotrim se baseia em uma frase de Cardoso, na qual diz: “Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (Cardoso, 1962, p. 30). Cotrim cita essa passagem três vezes em sua dissertação (Cotrim, 2001, p. 58, 226, 317), entretanto, afirma equivocadamente que a expressão “nesse ponto” se refere ao “procedimento metodológico”. Vejamos a passagem de Cardoso por completo:

Com isso [com o uso do método dialético de forma heurística] evita-se a criação de novos *Franksteins* [sic] que, em caso contrário, acabariam sendo criados, como muitas vezes foram, em nome de um método que desejava acabar com eles. Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em qualquer um dos dois o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização. Sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar “a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado”. (Cardoso, 1962, p. 30)

¹⁷ Não devemos julgar Cardoso apenas pelo método que ele descreve, mas pelo que efetivamente usa. Assim, vemos que Cardoso não só diz que sua análise possui forte base empírica, como é possível constatar esse fato em todo o seu *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Por exemplo, inúmeras são as referências aos dados e relatos históricos apresentados com o intuito de desmistificar a posição do negro na sociedade sul-rio-grandense. Todavia, o mesmo não pode ser dito de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, cujo caráter ensaístico reduziu a preocupação dos autores em buscar informações para embasar suas propostas. Entretanto, Cardoso resgata a preocupação com o concreto em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*.

Vemos que o termo “nesse ponto” está relacionado com “um método que deseja acabar com os *Frankensteins*, mas termina por criá-los”. A passagem na qual Cotrim imputa certo apreço de Cardoso por Weber significa, na verdade, o exato oposto: uma crítica tanto a certo uso que se faz de Marx quanto à obra de Weber. Expliquemos melhor: para Cardoso, a dialética heurística é capaz de explicar a realidade imediata (visível, cotidiana, sensível) por meio de significações que só fazem sentido para quem observa o fenômeno como um *todo*, ou seja, para o pesquisador que leva em consideração elementos que não estão presentes apenas no fragmento da realidade que observa¹⁸.

A tentativa de perfazer uma análise (não heurística) que se restrinja apenas às relações presentes na observação imediata (que se prenda a um momento analítico) e que busque reconstruir o *todo* a partir dessa observação particular, resultará em uma totalidade deformada, que exagera a importância do “pedaço” a partir do qual foi construída. Ou seja, ao se prender a um momento analítico, a totalidade que se constrói é limitada (condicionada) por esse momento. A visão do *todo* fica incompleta e a análise perde seu sentido, torna-se um constructo que não obedece aos anseios originais de seu criador (daí a alusão ao romance *Frankenstein*).

Todavia, se Cardoso é marxista, porque ele critica tanto Marx quanto Weber na referida passagem? A crítica de Cardoso não é ao uso que Karl Marx fez da dialética, mas ao uso que “alguns marxistas” fazem desse paradigma. Esse tom da crítica fica claro quando o autor continua:

Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a *verdade* contida nos esquemas abstratos de determinações gerais [nos *Frankensteins*]. (Cardoso, 1962, p. 30-31)

Portanto, Cardoso nunca afirmou a equivalência dos paradigmas de Marx e Weber, como faz crer Cotrim.

Terceiro: *Cardoso utiliza Marx para analisar o econômico e Weber para o político*.

¹⁸ Devemos lembrar que Weber jamais trabalha com a totalidade dos fatos históricos, considerando-a como algo inalcançável para o pensamento sociológico.



Cotrim acredita que a divisão da totalidade entre econômico, político e social, tal como apresentada por Cardoso, resulta de seu distanciamento do marxismo como referencial metodológico. Todavia, essa visão de Cardoso resulta da famosa passagem de Marx, na qual afirma:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (Marx, 2008, p. 47)

Vê-se, de início, que o uso de Marx vai muito além do econômico, pois deriva dele a própria forma de Cardoso conceber e fragmentar a totalidade concreta. Além disso, a dimensão política tal como trabalhada por Cardoso é também marxista, pois consiste na dinâmica da luta de classes.

Não estamos negando o uso que o autor faz de categorias weberianas, tal como é o caso do patrimonialismo. Contudo, a utilização de conceitos estranhos ao pensamento marxista é feito de forma subordinada aos elementos metodológicos do materialismo dialético, e se restringem aos fenômenos que não foram desenvolvidos plenamente por Marx.

Quarto: *Cardoso subjuga o econômico ao político.*

Em Marx, há uma determinação recíproca entre a estrutura e a superestrutura, e o econômico aparece como condicionante último dos processos históricos. Ou seja, a despeito de se influenciarem mutuamente, as transformações da superestrutura (a dimensão política, cultural, jurídica, social etc.) devem ser mediadas pelas mudanças que sua dinâmica gera na organização econômica da sociedade, responsável por garantir as condições materiais a partir das quais aquela se expressa.

A crítica de Cardoso e Faletto ao economicismo é uma tentativa de resgatar o papel da luta de classes como um determinante do processo de transformação social. O método de “análise integrada”, a despeito de ter sido elaborado como uma crítica ao estruturalismo cepalino, deixa claro a relação dialética entre estrutura e superestrutura.



Para esses autores, “os modos de relação econômica [...] delimitam os marcos em que se dá a ação política” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 23). Ou seja, é o grau de desenvolvimento das forças produtivas que delimita tanto as possibilidades das alianças de classes quanto as opções de política econômica capazes de transformar essas próprias forças produtivas. Isso quer dizer que o econômico condiciona o social, e o social transforma o econômico. Não há em Cardoso e Faletto a subjugação do econômico ao político, como afirma Cotrim.

3. O marxismo eclético

É importante ressaltar que, mesmo tendo se tornado tese dominante entre aqueles que se alinham ao pensamento marxista, a classificação de Cardoso como pertencente à corrente weberiana está longe de ser consensual na academia. Podemos citar alguns textos que filiam o autor ao marxismo, de modo explícito ou por meio de indicações quanto à sua metodologia: Dias (2012), Limongi (2012, p. 194), Laporta (2010), Goertzel (2010), Prone (2010), Watanabe (2010), Koling (2007), Bentes (2006, p. 59), Pato (2004), Sorj (2001), Batista Júnior (1999), Lahuerta (1999, p. 93), Goto (1998) e Fiori (1995). Inclusive, essa posição é encontrada até mesmo entre seus críticos, tais como Traspadini (1999, p. 115-117), Teixeira (2007) e Katz (2011).

Há também aqueles que fazem alguma ressalva, como é o caso de Hage (2014, p. 131), que atribui a Cardoso um “marxismo analítico”, e de Bianchi (2010), para quem esse seria um marxismo “limitado”. Além desses, ainda encontramos posicionamentos como o de José Carlos Reis, que, mesmo admitindo grande influência das ideias de Weber, considera que “F. H. Cardoso seria um marxista que aplica à realidade latino-americana o método dialético e não o força a concluir pelo socialismo” (Reis, 1999, p. 268).

Reis lembra que o ecletismo não é uma característica exclusiva desse autor. Afirma: “F. H. Cardoso aplicará bem o materialismo dialético. [...] Entretanto, [...] é também associado a Weber. Ele esteve tão próximo de Weber como [Florestan] Fernandes, talvez até mais próximo” (Reis, 1999, p. 245). Mas ressalta que “em *Dependência [e desenvolvimento na América Latina]* ele se afastou mais de Weber e se aproximou mais de Marx. [...]

Seu marxismo é, portanto, eclético, ou melhor, ‘sintético’, assim como o de F. Fernandes” (Reis, 1999, p. 246).

O ecletismo é uma característica comum entre as elaborações marxistas tanto de economistas quanto de sociólogos brasileiros, e não é suficiente para desqualificar a obra de um autor. Veja-se, por exemplo, o caso de Florestan Fernandes, citado por Reis: mesmo aqueles que insistem em classificar Cardoso como weberiano, associam-no ao marxismo¹⁹ e reconhecem sua importância para a formação de um pensamento sobre o capitalismo brasileiro.

O contraste entre o marxismo e outras correntes teóricas é útil para demonstrar os elementos que se encontram pouco desenvolvidos naquele, o que não resulta, necessariamente, em um ecletismo acrítico. Ao contrário, esse contraste pode se mostrar como uma importante fonte de aprimoramento teórico. Os próprios conceitos de “dependência” e “imperialismo”, por exemplo, surgiram no seio de teorias burguesas e foram incorporados ao marxismo. A teoria da “deterioração dos termos de troca” foi apropriada por Marini (1981)²⁰, que “desenvolveu” a partir dela sua proposta sobre a “troca desigual”.

Outra interessante observação a ser feita trata-se do fato de que não há nenhum texto que classifique Cardoso como weberiano antes de 1995. A maioria das citações que se faz de Cardoso se abstém de apresentar qualquer forma de classificação, mas as que apresentam, colocam-no por vezes como estruturalista²¹, reformista ou marxista.

Kay (1991, p. 45), por exemplo, afirma que Cardoso apresenta uma perspectiva marxista, mas o classifica juntamente com Furtado e outros na corrente “reformista” da teoria da dependência, em oposição aos

¹⁹ É o que faz, por exemplo, Martins, que afirma: “apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, Florestan se aproximará muito mais da versão marxista da dependência” (Martins, 2011, p. 258). Ou ainda: “nos anos 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes se esforçaram em mostrar o caráter superexplorador do capitalismo latino-americano” (Martins, 2011, p. 293). Sobre esse último aspecto, é interessante observar que a obra de Fernandes, na qual não aparece o termo “superexploração”, está mais próxima de Cardoso do que de Marini.

²⁰ E por Emmanuel (1969) antes dele.

²¹ Esse posicionamento é muito comum entre os autores de língua inglesa que desconhecem as contribuições de Cardoso para além do livro escrito com Faletto.

marxistas (ou neomarxistas), tais como Frank, Santos e Marini (Kay, 1991, p. 46).

Jorge Larraín (1989) afirma Cardoso como um marxista que reconhecia a possibilidade de desenvolvimento²². Lehmann, por sua vez, ressalta o marxismo eclético em Cardoso: “talvez se pudesse dizer que seu marxismo prefigurava algumas das versões mais ecléticas hoje correntes na Europa Ocidental, que encontram expressão política no PCI [Partido Comunista Italiano] ou no periódico britânico *Marxism Today*” (Lehmann, 1986, p. 32).

Para Smith, Cardoso e Faletto “freely admit their debt to Marx, and the kinds of debate one finds in this literature (such as over the degree of autonomy to accord the state) are certainly common fare in Marxist circles in the west today” (Smith, 1981, p. 761).

Merece destaque a posição de Vânia Bambirra, considerada hoje uma das mais importantes autoras da teoria da dependência. Em seu texto intitulado *Teoría de la dependencia: una anticitica*, ao falar sobre Aníbal Quijano e Fernando Henrique Cardoso, afirma: “que pese a sus sólidas formaciones marxistas, y la utilización de sus categorías y su metodología, son heterodoxos” (Bambirra, 1978, p. 12).

Além disso, antes de 1995, sempre que um autor ressaltava sua influência weberiana, isso nunca era feito sem lembrar também de sua raiz marxista – esta última normalmente colocada como influência principal. Nesses termos, Packenham afirma: “Cardoso is intellectually eclectic. He mixes elements of the social science of Max Weber and other non-Marxist with the Marxist thought (on classes) and the Leninist thought (on imperialism) that are the main foundations of his approach” (Packenham, 1992, p. 82). Esse autor ainda questiona o posicionamento daqueles que ignoravam preponderância da influência marxista em Cardoso:

Supporters of Cardoso’s work, who are much more numerous than critics, have also failed to perceive that although Cardoso is eclectic, am-

²² Ao falar do conjunto de autores que considera como um segundo grupo de dependentistas, o autor afirma: “They could be stagnationist (Sunkel, Furtado, Hinkelammert) or allow for development (Cardoso, Faletto, Pinto), they could be Marxist (Cardoso, Faletto, Hinkelammert) or non-Marxist (Pinto, Sunkel, Furtado)” (Larraín, 1989, p. 146-147).

biguous, and contradictory, he is much more faithful to Marxist postulates and criteria than to non-Marxist ideas. (Packenham, 1992, p. 83)

Kahl (1988, p. 129) afirma que os principais modelos de Cardoso são Marx e Weber, mas lembra, também, a importância de tantos outros autores para a formação de seu pensamento. Já para Halperín-Donghi, além de Marx e Weber, a obra de Cardoso e Faletto teria forte influência da CEPAL. Halperín-Donghi afirma:

Their terms of reference are provided, on the one hand, by an image of Latin America's economic evolution as outlined by ECLA and, on the other, by an image of Latin American society that is more their own and reflects the legacy of both Marx and Weber. The two perspectives are integrated through the concrete historical analysis that is the main concern of the book. (Halperín-Donghi, 1982, p. 116)

Esse mesmo posicionamento de Halperín-Donghi apareceu antes em Paz, para quem Cardoso e Faletto “remiten a la CEPAL en lo económico y a Weber y Marx en lo sociopolítico” (Paz, 1981, p. 74)²³. Paz associa os autores da dependência²⁴ ao pensamento marxista, ao mesmo tempo em que ressalta suas insuficiências de enfoque no plano teórico.

E ainda, mesmo sabendo que “não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz” (Marx, 2008, p. 48), acreditamos que antes de lançar mão de um argumento que tenta desqualificar o oponente ao classificá-lo como pertencente a tal ou qual corrente teórica, é preciso observar como esse autor se vê. Nesse sentido, notamos que sobram

²³ Esse comentário de Paz levou Osorio a afirmar, em artigo publicado em 1984, que a obra de Cardoso e Faletto “no se trata de un trabajo propiamente marxista, por la combinación teórica enmarcada aún en la matriz de la CEPAL en lo económico y en enfoques weberianos en el tratamiento de las clases” (Osorio, 1984, p. 43). Isso provavelmente seria devido à influência de Faletto, para quem “el peso de las concepciones weberianas en sus estudios impide con rigor ubicarlo plenamente en el campo del marxismo” (Osorio, 1984, p. 55), já que, para Osorio, Cardoso seria dono de uma “rigurosa conceptualización marxista” (Osorio, 1984, p. 44). Entretanto, nas seguintes reedições desse mesmo texto (Osorio, 1997, 2004), o autor suprimiu esses comentários. Posteriormente, Osorio (2009, p. 80) voltaria a destacar a perspicácia de Paz.

²⁴ Dentre os quais excluí os estruturalistas cepalinos.



indicações de que tanto Cardoso como Faletto se consideravam filiados ao pensamento marxista. Vejamos.

No Prefácio à edição inglesa de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito em 1976, os autores afirmam que seguem uma tradição metodológica que encontra sua expressão máxima em Marx e que adotam uma abordagem dialética (Cardoso; Faletto, 1979, p. ix). Cardoso retorna a esse mesmo assunto no Prefácio à nova edição, escrito em 2004: “para que [...] não nos jogassem, como diziam, ao ‘lixo da história’ [...], na vala comum do método funcionalista ou do ‘weberianismo’ dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico-estrutural”. E, com isso, explica “o resgate do marxismo e de sua versão vulgar [que] se fez [no Prefácio à edição inglesa] saturando os conceitos de historicidade” (Cardoso; Faletto, 2004, p. 9-10).

Além disso, os textos de Cardoso sobre a dependência são impregnados de referências a Marx, Lenin e outros autores marxistas, enquanto são escassas as citações de Weber. Esse mesmo panorama pode ser observado nas obras *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, por exemplo.

E ainda, quando questionados sobre suas influências teóricas, os autores nunca deixam de mencionar a importância do pensamento de Karl Marx. Enzo Faletto, por exemplo, afirmou em entrevista recente:

Creio que éramos mais sensíveis à dimensão do histórico, ou seja, à compreensão do processo histórico, o que, obviamente, nos vinculava bastante a certa leitura historicizante, digamos de Marx, leitura que depois voltou a ser feita por alguns, com a difusão de Gramsci. (Rego, 2007, p. 205)

Em entrevista concedida a Pedro Luiz Lima em 2013, Cardoso teve a oportunidade de se expressar quanto à sua polêmica classificação:

Pedro Luiz Lima: Muita gente lê sua obra e estabelece uma distinção, talvez também por questões de preconceito político, entre um momento marxiano e um momento weberiano que, a partir da década de 1970, suplantaria aquele momento anterior. Como o senhor avalia essa distinção?

Fernando Henrique Cardoso: Ela é totalmente equivocada.

Pedro Luiz Lima: Sim, porque parece-me que o senhor sempre esteve produzindo textos com uma referência muito forte no Marx, mesmo nos anos



70, seja nas polêmicas com Poulantzas e Althusser, seja no texto sobre o Marini. Até mesmo em “A Soma e o Resto”, de 2012, o Marx é o autor mais citado do livro, o que eu achei curioso...

Fernando Henrique Cardoso: Sim, porque minha formação foi muito fortemente influenciada por Marx. Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista. (Lima, 2013, p. 18-19)

Em outra entrevista, concedida a Sorj e Fausto em 2010, Cardoso explica essa sua recusa em ser “politicamente” marxista:

Embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e da dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica [sic] da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. [...] Não há o inevitável nem o predestinado na História. (Sorj; Fausto, 2010, p. 60)

Para concluir nossa análise a respeito da linha teórica à qual Cardoso se filia, devemos nos debruçar sobre a forma como o autor realiza sua pesquisa, e desvendar o sentido de seu método da “análise integrada”. Nesse sentido, o primeiro problema que encontramos é a falta de referência explícita às categorias marxistas exatamente na obra em que Cardoso e Faletto descrevem tal método, a despeito de elas serem abundantes em outros trabalhos. Acreditamos que tal opção “estética” se deveu ao fato de o livro ter sido elaborado para um conjunto de interlocutores não marxistas (os autores cepalinos)²⁵. Mas o fato é que a

²⁵ Mesmo sem apresentar categorias marxistas, o livro já sofria certa rejeição. Como Cardoso comenta em entrevista ao falar de seu livro escrito com Faletto e produzido originalmente como um relatório para o ILPES: “A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado [em 1969]”. “Mas por que não deixaram?”, indaga o entrevistador. Cardoso explica:



“análise integrada” que apresentam no referido livro é amplamente compatível com a interpretação de Cardoso sobre a dialética marxista²⁶, e até mesmo mais facilmente compreendida a partir desta. Vejamos.

O objetivo da “análise integrada” é de acoplar a leitura da estrutura econômica com os fatores políticos e sociais que dela derivam (superestrutura). As análises econômicas, na visão de Cardoso e Faletto, se baseiam apenas nos condicionantes estruturais, relacionados estritamente com o modo de produção de determinada sociedade. Portanto, apontam que é necessário ir além e incorporar a esses condicionantes estruturais tanto os fatores sociais que os compõem (a divisão de grupos e classes que derivam de sua posição no processo produtivo), como os fatores que põem em marcha as sociedades – o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais.

Nesse sentido, os autores esclarecem as relações hierárquicas que existem entre esses dois componentes no qual se divide a totalidade concreta. Em primeiro lugar, a dimensão econômica determina a estrutura social:

Em termos puramente econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia. A partir dessa análise e principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, pode-se inferir a forma que assume a estrutura social. (Cardoso; Faletto, 1970, p. 18)

Em seguida, a dinâmica da luta de classes, que não resulta de um determinismo derivado da estrutura econômica e de seus processos cumulativos (leis tendenciais), estabelece a preponderância de certas classes e grupos de classes sobre o conjunto da sociedade:

“Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comedido” (Cardoso, 2006, p. 81). Qual teria sido a reação da CEPAL se, nesse texto, Cardoso e Faletto fizessem referências claras a categorias como mais-valor, taxa de exploração e valor trabalho?

²⁶ Tal como sustenta o próprio Cardoso: “não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista” (Cardoso, 1995, p. 91).



a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria. (Cardoso; Faletto, 1970, p. 18)

Por fim, o resultado dessa disputa de poder permite que os grupos dominantes direcionem a ação prática de transformação da estrutura econômica que agirá, claro, em seu benefício. Nas palavras de Cardoso e Faletto, “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 23).

E, assim, a nova estrutura econômica, fruto das ações da sociedade sobre a (e limitadas pela) estrutura previamente existente, estabelece novas formas de relações entre indivíduos, ou seja, altera o conjunto das classes e grupos econômicos e, por conseguinte, influencia o próprio processo de luta de classes²⁷.

Partindo dessas concepções, Cardoso e Faletto se propõem a construir um método que, “ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologias –[,] analise aquelas e estes em suas determinações recíprocas” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 21). A partir dessas considerações, pode-se ponderar que os autores têm a pretensão de realizar uma análise que chamam de integrada por evidenciar essas determinações recíprocas entre estruturas econômicas e sociais e os processos históricos, animados pelos conflitos de classe. Ou seja, o que os autores tentam resgatar em sua metodologia não é nada além da célebre frase de Marx: “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

A “análise integrada” evidencia a forma adequada dessas determinações recíprocas: enquanto das estruturas econômicas depreende uma determi-

²⁷ É assim que, por exemplo, ao influenciar as condições econômicas para fundar o capitalismo nas nações dependentes, as classes dominantes geram as condições para a formação do próprio proletariado, a classe antagonica contra a qual deverão disputar o poder político.

nada estrutura social, dividida em classes e grupos (estrato de classes ou grupo de classes), o conflito entre essas classes e grupos, animados pelos móveis dos movimentos sociais, implicará novas transformações nos elementos estruturais (e, portanto, modificações da estrutura social e de dominação). Por isso os autores afirmam que “o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 22).

Nesse sentido, o método de análise integrado propõe-se a detectar e dar sentido aos eventos dinâmicos da sociedade, relacionados com a luta de classes, indo além da análise econômica que foca apenas nos “estéreis” condicionantes estruturais. Ou seja, há aí uma relação entre estrutura e superestrutura que é condizente com o materialismo dialético proposto por Marx, na qual há relações recíprocas entre esses dois elementos, que se determinam mutuamente, mas que repousam, em última instância, nos elementos econômicos.

Contudo, há uma particularidade no pensamento de Cardoso que o distancia da proposição de Marx: a despeito de possuir relevância para a determinação do plano em que se dá o conflito político, os elementos econômicos não são dotados de movimento próprio, sendo toda a dinâmica do sistema derivada da luta de classes (categoria totalizante).

Vânia Bambirra, que tece crítica a respeito da obra de Cardoso e Faletto em seu livro *O capitalismo dependente latino-americano*, escrito em 1970 e publicado no Chile em 1972, afirma a respeito do método da “análise integrada”:

A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta [...].

No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sobre o ponto de vista sociológico. (Bambirra, 2013, p. 49)

Cardoso e Faletto sugerem uma análise que integra o lado econômico e o social do processo de transformação. Mas,

na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e condições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes. (Bambirra, 2013, p. 49)

Ou seja, ao combater o vício “economicista” das análises cepalinas, Cardoso e Faletto acabam por cair em uma espécie de “sociologismo”, dando exacerbada ênfase à dinâmica dos elementos políticos. Apresentamos uma crítica similar em outro trabalho, em que afirmamos:

A estrutura econômica age, no pensamento cardosiano, apenas como o pano de fundo da luta de classes, sendo que não há espaço para as transformações sociais que seriam fruto dos processos econômicos reificados, como as leis tendenciais derivadas da lógica de funcionamento do capitalismo (Franklin, 2012, p. 78).

Talvez esse sociologismo seja fruto da falha dos autores em aplicar o método por eles proposto, tal como sugere Bambirra²⁸, ou derive da própria concepção acerca da dialética marxista construída por Cardoso. Mas o fato é que os autores deixam de abordar em seus escritos a *dinâmica* (e apenas a dinâmica) dos elementos materiais que caracterizam a situação de dependência, fazendo-os aparecer somente como um pano de fundo estático.

Esse equívoco metodológico, entretanto, não é suficiente para retirá-los do quadro teórico do marxismo. Como desenvolvem sua forma de análise a partir desse paradigma, a crítica sobre suas elaborações também deve ser fundada nele, e não remetida a outro campo. Além disso, mesmo tendo falhado na percepção da *dinâmica* econômica, Cardoso e Faletto continuam apresentando uma perspectiva que é, em seu âmago, muito mais próxima do materialismo dialético do que da sociologia compreensiva weberiana.

²⁸ “Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada.” (Bambirra, 2013, p. 50)

Conclusão

A postura política do presidente Fernando Henrique Cardoso não dá margem a dúvidas quanto ao seu alinhamento com a direita neoliberal brasileira. Ao aplicar o receituário do Consenso de Washington durante todo o período que esteve na Presidência, FHC fomentou suspeita quanto à base teórica de seus trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980. Seria Cardoso um marxista, como ele e tantos outros teóricos asseguraram? Ou seria ele, como afirmariam seus críticos, um weberiano que há 30 anos planejava vender o Brasil para o capital internacional?

Com o intuito de responder a essa questão, voltamo-nos para uma análise exclusiva do pensamento de Cardoso, sem relacioná-lo com o conjunto de políticas aplicadas em seu governo. Nesses termos, iniciamos nosso exame por meio da avaliação das duas linhas distintas de argumentação que sustentam a hipótese quanto à raiz weberiana de Cardoso. Primeiro, vimos aquela que se originou da tese de doutorado de Nildo Ouriques e observamos que ela estabelece uma analogia inadequada entre o pensamento de Cardoso com o de Max Weber. Em seguida, analisamos a argumentação apresentada por Ivan Cotrim em sua dissertação de mestrado. Vimos que esse autor só consegue alcançar suas conclusões após um conjunto de descontextualizações e até mesmo adulterações dos textos de Cardoso.

Após esse passo, apresentamos alguns argumentos em contrário. Em primeiro lugar, demonstramos que a classificação de Cardoso como weberiano não é consensual, havendo vários autores que o consideram como marxista, mesmo reconhecendo a influência que ele recebeu de tantos outros pensadores. Além disso, argumentamos que não há textos anteriores a 1995 que considerem Max Weber como a principal raiz teórica desse autor, de modo que essa leitura parece derivar de uma crítica ao posicionamento político de FHC.

Em segundo lugar, mostramos que tanto Cardoso quanto Faletto se afirmam como teóricos marxistas. Tal posição é mantida por Cardoso inclusive após o período em que passou na Presidência do Brasil.

Por fim, fizemos uma breve análise do método empregado por esses dois autores na sua principal obra, mostrando sua proximidade com o materialismo histórico de Marx, mas ressaltando uma falha que o carac-

teriza: a rejeição da *dinâmica* econômica como fonte de transformação do concreto.

O que podemos concluir de nossa exposição é que, por mais que se façam ressalvas quanto ao seu rigor teórico, à sua apreensão da dialética e das categorias do marxismo, às suas posições políticas e, principalmente, à sua atuação como presidente do Brasil, deve-se reconhecer que a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso se filia ao pensamento marxista. É óbvio que isso não implica concordar com sua teoria, mas significa simplesmente que as avaliações e críticas internas a ela dirigidas devem ser feitas tendo como principal referência o paradigma fundado por Karl Marx.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Uberlândia: UFU, 2006 (Dissertação de Mestrado em Economia).
- AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. São Paulo: USP, 2012 (Tese de Doutorado em Economia).
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 37, dez. 1999.
- BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. *Da internacionalização do mercado ao globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso*. Campinas: UNICAMP, 2006 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais).
- BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177-204, 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



- CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*. [S.l.]: Editora 34, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. [S.l.]: University of California Press, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. [S.l.]: Record, 2004.
- CHASIN, José. Rota e perspectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem*, v. 4, 2001.
- COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Campinas: UNICAMP, 2001 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. São Paulo: USP, 2012 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- EMMANUEL, Arghiri. *L'échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: F. Maspero, 1969.
- FIORI, José Luís. Cardoso among technopols. *NACLA Report on the Americas*, v. 28, n. 6, maio 1995.
- FRANKLIN, Rodrigo S. P. *Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012 (Dissertação de Mestrado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia).
- GOERTZEL, Ted. Lembrem-se de tudo que escrevi: o impacto de Fernando Henrique Cardoso sobre as ciências sociais. In: INCAO, Maria Angela d'; MARTINS, Hermínio (org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração, 1998.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. A teoria da dependência: uma contribuição aos estudos de Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*, v. 22, n. 1, 14 jan. 2014.
- HALPERÍN-DONGHI, Tulio. "Dependency theory" and Latin American historiography. *Latin American Research Review*, v. 17, n. 1, p. 115-130, 1ª jan. 1982.
- KAHL, Joseph Alan. *Three Latin American sociologists: Gino Germani, Pablo Gonzales Casanova, Fernando Henrique Cardoso*. [S.l.]: Transaction Publishers, 1988.
- KATZ, Frederico Jayme. *Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo*. São Paulo: Plêiade, 2011.
- KAY, Cristóbal. Reflections on the Latin American contribution to development theory. *Development and change*. V. 22. London/Newbury Park/New Delhi: SAGE, 1991, p. 31-68.
- KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. *Diálogos*, v. 11, n. 1-2, p. 137-165, 2007.





- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado em Ciência Política).
- LAPORTA, Daniel Osterreicher. *Empresário e dependência no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1967)*. São Carlos: UFSCar, 2010 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- LARRAÍN, Jorge. *Theories of development: capitalism, colonialism, and dependency*. Cambridge (UK): Polity Press/Cambridge (MA): B. Blackwell Inc., 1989.
- LEHMANN, David. Cardoso: da dependência à democracia. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 14, p. 31-36, fev. 1986.
- LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *Revista Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-21, jul. 2013.
- LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 94, p. 187-197, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro – crítica a Bresser e Mantega. *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 3, 1998, Niterói. *Anais... Niterói: SEP*, 1998, p. 416-431.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *Cuadernos Políticos*. México, n. 39, p. 40-59, mar. 1984.
- OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. In: GILBERT, JORGE. *Introducción a la sociología*. Santiago: LOM, 1997.
- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas/M. A. Porrúa, 2004.
- OSORIO, Jaime. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México: Itaca/Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2009.
- OURIQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. México: UNAM, 1995 (Tese de Doutorado em Economia).
- PACKENHAM, Robert A. *The dependency movement: scholarship and politics in development studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- PATO, Christy Ganzert Gomes. *A forma difícil do nosso pensar em brasileiro: o marxismo smithiano de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: USP, 2004 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. *Economía de América Latina*, n. 6, p. 61-81, 1981.
- PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 10-29, nov. 2013.



- PRONE, Leandro Avena. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil: um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência*. Araquara: UNESP, 2010 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- REGO, José Marcio. Entrevista com Enzo Faletto. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 189-213, 2007.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- SANTOS, Theotonio dos. Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso: nova etapa da polêmica sobre a teoria da dependência. *Ciências & Letras*. Porto Alegre, n. 17, p. 121-142, jul. 1996.
- SMITH, Tony. The logic of dependency theory revisited. *International Organization*, v. 35, n. 4, p. 755-761, 1^a out. 1981.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. [S.l.]: Jorge Zahar, 2001.
- SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: INCAO, Maria Angela d'; MARTINS, Hermínio (org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 29-60.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. São Paulo: USP, 2007 (Tese de Doutorado em Teoria Econômica).
- TOLEDO, Roberto Pompeu. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- WATANABE, Ernesto Salles. *Estado e capitalismo na tradição crítica do pensamento econômico brasileiro: de Caio Prado Jr. a teoria da dependência*. Niterói: UFF, 2010 (Dissertação de Mestrado em Economia).
- WEBER, Max. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Oakland: University of California Press, 1978.
- WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- YOCELEVZKY, Ricardo A. Las contribuciones de Enzo Faletto al pensamiento latinoamericano. *Estudios Sociológicos*. México, v. 22, n. 1, p. 185-201, jan.-abr. 2004.



da criação do conselho nacional do petróleo à política de conteúdo local: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo e gás natural no Brasil*

from the creation of the national petroleum council to the local content politics: the historical path of the policies for the oil and gas industry in Brazil

Ricardo José dos Santos**

Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Ana Paula Macedo de Avellar***

Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Em razão do seu caráter estratégico para a economia e para a política, a Indústria Global de Petróleo e Gás Natural (IP&G) tornou-se protagonista de inúmeras intervenções estatais no Brasil. As políticas de apoio ao desenvolvimento da IP&G ocorreram ao longo do período de monopólio estatal e após 1997, com a abertura do setor à participação da iniciativa privada nacional e estrangeira. Para isso, adota-se a hipótese de que o crescimento e o desenvolvimento dessa indústria no Brasil estão fortemente ancorados na presença ativa do Estado. Desse modo, a proposta metodológica do trabalho baseia-se no mapeamento das políticas e ações para o desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo e gás, entre a década de 1930 e início dos anos 2000.

Palavras-chave: Indústria brasileira do petróleo e gás natural. Políticas públicas. Monopólio estatal do petróleo. Petrobras. Estrutura de regulatório.

ABSTRACT

Because of its strategic importance to the economy and politics, the Oil and Gas Industry (O&G Industry), it became protagonist an intense involvement of the Brazilian state. Policies supporting the development of the O&G Industry happened throughout the state monopoly period, and also after 1997 with the opening the sector to the participation of domestic and foreign private companies. For this, is adopted the hypothesis that the growth and development of this industry in Brazil are strongly interconnected in the active presence of the State. This way, the proposed methodology of work is based on the survey of policies and actions for the development of the oil and gas production chain, between the 1930s and early 2000s.

Keywords: Oil and natural gas Brazilian industry. Public policies. State monopoly of oil. Petrobras. Regulation framework.

* Os autores agradecem ao apoio do CNPq, da FAPEMIG e da CAPES.

Submetido: 10 de setembro de 2015; aceito: 14 de dezembro de 2015.

** Bolsista de pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* ricardosantos@ie.ufu.br

*** Professora adjunta no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* anaavellar@ie.ufu.br

Introdução

A atividade petrolífera no Brasil não é recente, os primeiros passos datam do século XIX, quando em 1897 foram realizadas perfurações exploratórias em Bofete (SP), local em que foi encontrada uma pequena jazida da qual foram extraídos dois barris de petróleo.

No entanto, é somente a partir de 1938, com a instituição do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que se iniciam os avanços mais significativos em exploração e produção (E&P), com a perfuração, em 1941, do primeiro campo comercial em Candeias, na Bahia.

Com o intuito de sedimentar as atividades de E&P no país, o Estado brasileiro assumiu o papel de protagonista do desenvolvimento dessa indústria. Assim, a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em 1953, representa o início da fase mais emblemática da indústria de petróleo e gás natural (IP&G) no Brasil. O desenvolvimento do monopólio estatal, além de ampliar significativamente os investimentos no setor, marcou o início da construção de uma cadeia local de fornecimento de bens e serviços para essa indústria.

O desenvolvimento dessa cadeia teve como resultado uma série de desdobramentos em atividades produtivas que fazem da IP&G no país um setor altamente diversificado, intensivo em capital, com a presença de empresas nacionais de todos os portes e dos maiores *players* do mercado mundial.

Nesse sentido, acredita-se que a compreensão da relevância da IP&G no contexto nacional passa pela sistematização das políticas direcionadas ao fomento dessa indústria ao longo da história. Assim, este trabalho tem como objetivo reconstruir a trajetória das políticas públicas e das instituições voltadas ao desenvolvimento da IP&G no Brasil para o período que vai da criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) até o início dos anos 2000, com a adoção da Política de Conteúdo Local.

A hipótese adotada é de que a participação do Estado na conformação e consolidação da IP&G no Brasil foi fundamental para o desenvolvimento dessa indústria no país.

Para isso, a proposta metodológica do trabalho baseia-se no mapeamento das ações e políticas que impulsionaram a estruturação do monopólio estatal do petróleo e o desenvolvimento da cadeia produtiva dessa indústria. A apresentação da trajetória histórica das instituições

ligadas à IP&G no Brasil se justifica a partir das referências norteadoras deste trabalho. Desse modo, Testa (1986), Marques (2003) e Chang (2011) advogam que o estudo das instituições é fundamental para o entendimento da dimensão e dos objetivos das políticas adotadas.

O artigo encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e uma seção destinada às conclusões. Na primeira seção, apresenta-se a “pré-história” da atividade petrolífera no Brasil, mais especificamente, são tratados os anos que antecedem a criação da Petrobras.

Na seção seguinte, identificam-se as políticas que foram capazes de construir e desenvolver a indústria brasileira de petróleo a partir do monopólio estatal. Nesse sentido, faz-se a uma organização dos eventos ocorridos entre a década de 1950 e o início dos anos 1990. Esse período é identificado pelo caráter estratégico imputado pelo governo brasileiro à indústria em questão e pelas alterações no marco regulatório do monopólio estatal.

Por fim, a terceira seção trata da etapa de encerramento do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Portanto, apresentam-se os argumentos acerca da interpretação do novo modelo, bem como as consequências da mudança no marco regulatório para a Petrobras e sua rede de fornecedores, sobretudo, culminando com a instituição das diretrizes da Política de Conteúdo Local.

1. Antecedentes do desenvolvimento da indústria de petróleo e gás natural no Brasil

Entre o pós-Segunda Guerra e os anos 1970, um conjunto de países capitalistas ocidentais passou por um período de crescimento econômico caracterizado pela modernização das estruturas sociais, busca, mesmo que em diferentes graus, do Estado de Bem-Estar e equidade econômica em escala nacional. Desse modo, as políticas públicas ganharam força como instrumento de compensação dos ciclos econômicos recessivos e ferramenta de redução das desigualdades. Assim, as atividades de planejamento, tipicamente características das economias planejadas, foram apropriadas como instrumento de política econômica das sociedades capitalistas.

Para Piquet (2007), uma forma específica dessa estratégia de atuação dos Estados nacionais foi a implantação de grandes unidades produtivas

em seus territórios, visando ao desenvolvimento de atividades básicas, como a produção de aço, cobre e alumínio; a extração e exploração de minerais, como petróleo e minério de ferro; a construção de barragens para a geração de hidroeletricidade de usinas geotérmicas e nucleares.

No Brasil, o Estado assumiu papel fundamental no desenvolvimento industrial como elemento de centralização financeira, coordenador dos grandes blocos de investimento, construtor de infraestrutura e produtor de matérias-primas e insumos básicos. Portanto, conforme Serra (1982), o Estado brasileiro fez-se indutor da atividade produtiva e criou as condições para um processo de industrialização mais avançada.

Ao tratar mais especificamente das ações de desenvolvimento da IP&G, Pires (2000) chama a atenção para dois eventos no contexto internacional que tiveram influência nas diretrizes da política brasileira para essa indústria. Em primeiro lugar, a consolidação do petróleo como elemento estratégico em virtude das políticas de orientação militar adotadas pelos países europeus nos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, o ressurgimento na América Latina de governos nacionalistas que tiveram impacto decisivo nos regimes de E&P de petróleo e gás natural (P&G), com destaque para México, Venezuela e Brasil.

Segundo Campos (2007) e Lima (2008), no México, desde 1917 o governo restabeleceu a propriedade do Estado sobre os recursos encontrados no subsolo. Duas décadas mais tarde, em 1938, os interesses nacionalistas foram consolidados com a expropriação dos campos de petróleo situados no território mexicano e a criação da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), que assumiu o controle das atividades petrolíferas naquele país.

Com relação à Venezuela, conforme Tolmasquim e Pinto Júnior (2011), a renegociação da partição dos lucros com as *oil companies* (OCs) permitiu que, a partir de 1948, o Estado se apropriasse de 50% dos lucros líquidos do setor, referentes à soma dos *royalties* e do imposto de renda pago pelas operadoras. Nesse caso, a negociação das novas bases de partição dos lucros teve como referência a Lei do Petróleo de 1943.

No caso brasileiro, a fase nacionalista foi preponderante na criação do CNP e da Petrobras, ambos sob a gestão de Getúlio Vargas. Antes disso, outro elemento fundamental para a construção das bases de desenvolvimento da IP&G no país está no texto da Constituição de 1937:

A Constituição de 1937, em seu artigo 143, dispôs que as minas e demais riquezas do subsolo constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas ou jazidas minerais, ainda que de propriedade privada, dependia de autorização federal. (Pires, 2000, p. 47)

O tratamento dado à exploração do subsolo pela Constituição de 1937 sinalizava a importância assumida pelo governo Vargas em relação à IP&G e o papel dessa indústria no desenvolvimento do país.

Em virtude da relevância estratégica com o qual Vargas tratava o petróleo, o Exército foi designado para comandar as ações propostas para essa indústria. Segundo Victor (1993), com base nas proposições dos militares para condução das políticas para o setor, formou-se o embrião do CNP, órgão que seria responsável pela regulamentação da IP&G no Brasil.

O CNP foi instituído pelo Decreto-Lei n. 395, de 29 de abril de 1938. O conselho que inicialmente se via subordinado diretamente à Presidência da República, mais tarde foi incorporado ao Ministério de Minas e Energia, responsável pelo controle da política nacional do petróleo e derivados.

Pires (2000) entende que a criação do CNP foi a primeira iniciativa objetiva do Estado para regular a IP&G no Brasil como um núcleo independente de outras atividades minerais.

Complementar à criação do CNP, o governo Vargas baixou, em 7 de maio de 1941, o Decreto-Lei n. 3.236, que ficou conhecido como Código do Petróleo. O novo decreto disciplinava o regime legal das jazidas e instituiu o domínio imprescritível da União sobre as jazidas encontradas no território brasileiro. Assim, para Victor (1993), o código fortaleceu a posição do CNP e, por consequência, o papel do Estado no tocante à atividade petrolífera.

No entanto, para Pires (2000), a participação do Estado no desenvolvimento da IP&G é um dos temas de maior controvérsia da história brasileira. Entre a criação do CNP e a constituição da Petrobras, houve esforços com o intuito de abrir o setor para investimentos estrangeiros, com o objetivo de dinamizar a indústria nacional do petróleo.

O chamado Estatuto do Petróleo foi a tentativa mais estruturada de internacionalizar a atividade petrolífera nacional com os argumentos de que

a carência de capital e de tecnologia limitava o desenvolvimento da atividade no país. Contudo, as ideias defendidas pelo Estatuto do Petróleo sofreram forte resistência de alguns setores da sociedade brasileira que encabeçaram a campanha “O petróleo é nosso”.

Assim, em 1948, o então presidente Eurico Gaspar Dutra reafirmou a importância da participação do Estado no setor petrolífero, ao enviar ao Congresso a proposta do Plano SALTE, que tinha como objetivo organizar os investimentos em diversos setores da economia, inclusive no segmento de petróleo e gás natural.

Portanto, a Constituição de 1937, a criação do CNP e as diretrizes do Plano SALTE criavam as bases para o passo mais importante na construção da IP&G no Brasil: a instituição do monopólio estatal a partir da criação da Petrobras.

2. O Estado e as políticas públicas de estruturação da indústria brasileira do petróleo e gás natural

2.1 Nasce a indústria do petróleo e gás no Brasil

Conforme Pinto Júnior et al. (2007), o aprendizado sobre a importância da intervenção institucional na organização e no controle da IP&G fez com que, ao longo da segunda metade do século XX, os países produtores passassem a incorporar em suas agendas políticas o debate sobre o desenvolvimento dessa indústria. Entre as inovações institucionais surgidas, os autores registram

- 1) as participações acionárias diretas de governos;
- 2) a criação de empresas estatais;
- 3) a regulação da indústria;
- 4) as novas condições contratuais reivindicadas por países produtores na outorga das concessões.

O moderno sistema estatal do século XX considerou o setor energético atividade central no cenário do desenvolvimento industrial em função de sua importância para o alcance a prosperidade econômica, a saúde do balanço de pagamentos e a distribuição da riqueza e bem-estar no interior das nações e entre as nações. Era consenso que a iniciativa privada estrita não detinha

as condições objetivas de enfrentar estes objetivos, comprometendo as externalidades positivas derivadas da atividade energética. (Pinto Júnior et al., 2007, p. 75)

Nesse contexto, com o retorno de Vargas ao poder em 1951, o Estado voltou a ter a função de impulsionar o desenvolvimento nacional e a IP&G era parte dessa estratégia. Assim, no mesmo ano, Vargas enviou ao Congresso o projeto de lei que visava a criação de uma empresa de petróleo sob o controle estatal. Após 22 meses de discussões nas 2 casas do Legislativo, em 3 de outubro de 1953, o presidente sancionou a Lei n. 2.004, de 1953, que criou a Petrobras, para exercer o monopólio estatal do petróleo e dos gases raros.

Além de criar a Petrobras, a referida lei apresentou as diretrizes do monopólio da União sobre as atividades vinculadas à indústria do petróleo:

Dentre as atividades formadoras do monopólio, estava a de pesquisa, lavra, refino e transporte marítimo de petróleo, seus derivados e gases raros. A Lei nº 2.004/53 determinou que o monopólio estatal seria exercido pelo CNP e pela Petróleo Brasileiro S.A. (art. 2º, I e II). Ao CNP, caberia a orientação e a fiscalização das atividades decorrentes do monopólio. A Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias seriam os órgãos executores do monopólio da União. (Pires, 2000, p. 71)

Ao iniciar suas atividades em meados dos anos 1950, a Petrobras dependia, quase que exclusivamente, da importação de materiais, equipamentos, serviços e recursos humanos especializados. Com o objetivo de diminuir tal dependência externa – fator crítico para uma empresa estatal-monopolista em um setor estratégico –, a empresa passou a desenvolver um plano de “nacionalização” tanto do seu corpo técnico, como da cadeia de fornecedores de bens e serviços.

Conforme Rappel (2003), ao mesmo tempo em que a Petrobras enviava parte do seu pessoal para centros acadêmicos fora do país, estabelecia um programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos no Brasil, em parceria com universidades, escolas técnicas e SENAI. A meta da estatal era compor, progressivamente, seus quadros técnicos de nível superior e médio com mão de obra brasileira.

Além disso, a estatal, por meio de parcerias com empresas nacionais e internacionais de diversos segmentos, criou programas para o desen-

volvimento de um parque industrial local que responderia pelo seu suprimento de materiais e equipamentos, além de serviços especializados, tais como projeto e engenharia, construção e montagem.

Corroborando a essa lógica, o Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960) intensificou os investimentos na indústria petrolífera, com o objetivo de aumentar a produção – de 6.800 barris/dia para 100 mil barris/dia – e a capacidade de refino – de 130 mil barris/dia para 330 mil barris/dia. Nesse contexto, segundo Pires (2000), a indústria petrolífera brasileira foi estruturada como um projeto de desenvolvimento industrial que tinha como elemento central políticas setoriais de substituição de importações, estratégia de enfrentamento ao processo de industrialização tardia.

No mesmo período, nasce a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 14 de setembro de 1960. Tendo, como membros fundadores, Arábia Saudita, Iraque, Irã, Kuwait e Venezuela, a criação da organização foi o marco de mudança na relação entre os países produtores e as OCs.

Bret-Rouzaut e Favennec (2011) entendem que o estopim para a criação da organização foi a adoção no final dos anos 1950, por parte das OCs, de uma política de redução de preços de referência pagos aos principais países produtores. Essa decisão unilateral acelerou a já desgastada relação, levando a disputa de interesses em torno do petróleo a um novo patamar.

A partir criação da OPEP, deram-se processos recorrentes de renegociação de contratos de concessão, mudanças nas legislações e processos de nacionalização das jazidas. Conforme Campos (2007) e Lima (2008), tais alterações provocaram uma considerável mudança na correlação de forças entre as OCs e as representações políticas dos Estados nacionais. Sendo assim, a energia, nesse caso, o petróleo, tornou-se um objetivo prioritário dos governos na formulação de políticas públicas.

No Brasil, a ascensão dos militares ao poder, alcançada com o golpe de 1964, elevou o setor de petróleo ao mais alto nível estratégico, fazendo do monopólio sobre a pesquisa e a lavra uma norma constitucional na Carta de 1967.

Segundo Pinto Júnior et al. (2007), já no início da década de 1970, a Petrobras superava as expectativas das políticas preconizadas pelos militares para o setor, sendo responsável pelo contínuo abastecimento de derivados para o acelerado crescimento da economia brasileira no período.

Assim, para Rappel (2003), esse momento histórico marca a consolidação da primeira cadeia local de fornecedores de bens e serviços, incluindo fabricantes de materiais e equipamentos, companhias de construção civil e montagem industrial, estaleiros, firmas de projetos e engenharia, empresas de suporte logístico e de infraestrutura, especializados para atender demandas específicas da indústria de petróleo.

Pinto Júnior et al. (2007) entendem que nessa trajetória foi decisiva a conjugação de dois fatores. Em primeiro lugar, o progressivo aprendizado do comportamento empresarial, orientado a realizar alianças cooperativas, teria conduzido a Petrobras explorar estratégias de crescimento flexíveis e diversificadas. O segundo, residia na congruência entre os objetivos da estatal e as metas macroeconômicas e políticos dos sucessivos governos, em especial dos militares.

Para os autores, esse fator é relevante, pois as estratégias oligopolistas de competição ou de cooperação, viáveis para os agentes estatais, requerem tanto a definição de diretrizes macroeconômicas de longo prazo, quanto o apoio institucional.

2.2 Os choques do petróleo e as políticas de enfrentamento da crise

Conforme Campos (2007), no ano 1971, as grandes empresas internacionais do setor de petróleo, à época chamadas de “sete irmãs” – Exxon, Royal Dutch Shell, British Petroleum (BP), Texaco, Chevron, Mobil Oil e GulfOil –, reuniram-se com o objetivo de discutir as propostas dos membros da OPEP, no que diz respeito aos preços e à distribuição dos lucros da produção. Os resultados das negociações foram firmados em dois acordos: Teerã e Trípoli.

Segundo Pires (2000), os países da OPEP conseguiram aumentar em 20% o preço do petróleo extraído no Oriente Médio e elevar a tributação sobre os resultados da produção. Com isso, a organização se consolidou como instituição representativa.

Como consequência do ganho de poder de mercado da OPEP, o aumento dos preços do barril do petróleo passou a ser uma tendência irreversível, atingindo seu ápice em 1973, com a Guerra do Yom Kippur entre Israel e Egito. Os países árabes ameaçaram as nações que apoiassem Israel com uma redução mensal de 5% nas exportações. Este foi um dos

primeiros casos concretos de uso do petróleo como arma política, com ameaças críveis e risco de corte no abastecimento. Os preços do barril avançaram de US\$ 2 para US\$ 11 em menos de 12 meses.

Pires (2000) entende que a Crise de 1973 (ou Primeiro Choque do Petróleo), decorreu da conjunção dos seguintes fatores:

- 1) incertezas na política do Oriente Médio;
- 2) escassez de novas fontes de energia;
- 3) crescimento da demanda mundial, principalmente por parte dos países industrializados.

Dessa maneira, estavam dadas as condições para o embate entre países produtores e OCs. Possuidores das maiores reservas provadas de petróleo do mundo, os membros da OPEP ganhavam força na disputa com as grandes empresas petrolíferas que tinham pouco poder de manobra em virtude da demanda crescente dos derivados do óleo cru.

Conforme Barreto (2001), no Brasil o governo reagiu à crise que se aproximava com criação da Braspetro. O objetivo era dar início a trabalhos de pesquisa, refino, exploração, transporte e comercialização de petróleo no exterior. A nova empresa estava inserida na estratégia de busca por petróleo em outros países, paralelamente à investigação de novas jazidas em território nacional.

Naquele momento, o país atravessava o período do chamado Milagre Econômico, com um avanço do PIB de 13,97% em 1973. Como resultado disso, observou-se o esforço contínuo à transferência, à absorção, à adaptação e ao desenvolvimento de tecnologias de processo e de produto, por meio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES) da Petrobras, e em cooperação com instituições de ensino e empresas do setor.

Segundo Rappel (2003), é nesse contexto que a Petrobras cria forte competência em pesquisa aplicada e em engenharia básica, passando a gerar inovações em várias áreas, tanto no *downstream* como no *upstream*, e a desenvolver seus próprios projetos conceituais de sistemas de produção *offshore*.

A partir desse cenário, para Suzigan (1996), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de meados da década de 1970, foi uma resposta aos gargalos identificados ao fim do período do ciclo de crescimento iniciado em 1967, e paralelamente trazia direcionamentos que auxiliavam a estancar os impactos do Primeiro Choque do Petróleo.

Uma das diretrizes propostas pelo II PND baseava-se na redução da dependência do petróleo importado dos países membros da OPEP por meio do investimento em pesquisa, exploração, prospecção e refino de petróleo em território nacional. O plano foi exitoso, uma vez que, pela primeira vez na história, o Brasil conseguiu dominar todo o ciclo produtivo.

Desse modo, segundo Rappel (2003, 2007), diferentemente dos primeiros projetos de investimento da Petrobras nos anos 1950, quando o índice de compras locais era de apenas 10%, a partir da segunda metade dos anos 1960 os principais projetos do complexo petroquímico implantados no Brasil foram desenvolvidos com base em materiais, equipamentos e serviços técnicos fornecidos localmente e com altos índices de nacionalização.

Com o objetivo de acelerar o ritmo da indústria nacional do setor, o presidente general Ernesto Geisel, em outubro de 1975, autorizou a Petrobras a celebrar contratos de risco com outras OCS.

Os acordos conferiam aos contratantes a responsabilidade pelos investimentos necessários à exploração do campo e os riscos do empreendimento, na hipótese de não haver petróleo na área delimitada pelo contrato. Em contrapartida, eles recebiam remuneração em dinheiro, proporcional à produção trimestral dos campos por eles descobertos e desenvolvidos. Já à Petrobras cabia a propriedade das reservas encontradas, o controle e a supervisão dos serviços prestados durante as fases de exploração e desenvolvimento, além do exercício com exclusividade de todas as etapas da produção.

Para o governo, os contratos de risco não violavam o monopólio estatal da Petrobras, previsto na Lei n. 2.004, de 1953. Ao contrário, os militares enxergavam esse tipo de acordo como mais vantajoso ao país, quando comparado a contratos de concessão. O Poder Executivo justificou a flexibilização na IP&G em razão do impacto dos aumentos do preço do barril sobre os resultados do balanço de pagamentos.

Conforme Victor (1993), com os novos contratos Geisel esperava aumentar a produção nacional, reduzindo a dependência e, por consequência, as importações cujos preços haviam disparado. Desse modo, ao longo dos anos 1970, a Petrobras estabeleceu cerca de 240 contratos de risco com mais de 30 empresas estrangeiras, dentre elas as *majors*: BP (bacia de Santos), Shell (foz do rio Amazonas e bacia de Santos), Elf e Agip (foz do rio Amazonas) e Esso (bacia de Santos).

Três anos após o choque, os efeitos mais graves haviam sido mitigados. O consumo de petróleo voltou a crescer a partir de 1976, evidenciado uma acomodação da demanda ao novo patamar de preços. No entanto, a dimensão geopolítica mais uma vez passava a ser priorizada em virtude das tensões e, posteriormente, do conflito armado entre Irã e Iraque, dois dos membros fundadores da OPEP.

Pinto Júnior et al. (2007) destaca que essa nova crise política gerou greves e revoltas, afetando a produção de petróleo do Irã, que, em junho de 1978, era de 5,6 milhões de barris/dia e passou para 800 mil barris/dia em novembro do mesmo ano. O resultado foi um forte impacto sobre os preços, caracterizando o Segundo Choque Petróleo. Em 1980 o barril de petróleo já havia ultrapassado o patamar dos US\$ 30.

Os impactos do Segundo Choque, associados a uma conjuntura interna complexa, ao final da década de 1970 e início de 1980, provocaram uma grande oscilação no mercado de produtos e serviços da cadeia da IP&G no Brasil. Além disso, a descoberta dos campos *offshore* em águas profundas estabelecia a necessidade do desenvolvimento de novas tecnologias de E&P, como plataformas e equipamentos especiais projetados e fabricados no mercado internacional.

Contudo, situação inversa verificou-se em meados da mesma década, quando o índice de compras locais superou o patamar de 90%, em função da crise de escassez nacional de divisas que exigia a substituição de importações.

Em 1980 ocorreu uma redução marcante dos índices de aquisição de compras locais para abaixo dos 50%. No entanto, o mercado interno reagiu e o parque nacional rapidamente se capacitou, mediante a atração de várias empresas estrangeiras fornecedoras para constituírem parcerias com empresas brasileiras ou estabelecerem filiais no Brasil e, em pouco tempo, o índice retornou para o nível dos 80% [...] A seu favor, a Petrobras passou a ter a garantia de amplo suprimento local dos principais bens e serviços que utiliza, reduzindo consideravelmente a sua dependência externa e, assim, minimizando a vulnerabilidade decorrente do risco de eventuais falhas, ou mesmo colapsos, no fornecimento de insumos estratégicos importados, como materiais, peças, componentes e serviços técnicos, em um setor tão proeminente em termos econômicos quanto sujeito a instabilidades no cenário político internacional. (Rappel, 2003, p. 97)



Após as duas crises do setor, a década de 1980 apresentou uma forte reação dos países importadores às políticas adotadas pela OPEP. Uma das principais diretrizes articuladas nesse contexto estava vinculada à busca por fontes de energia que pudessem ser uma opção alternativa ao petróleo.

Outro fator marcante na década foram os processos de privatização das companhias estatais de P&G na Inglaterra (BP e Britoil), ao longo do “período Thatcher”. Em verdade, a venda dos ativos da BP iniciou-se em 1977, ainda no “governo trabalhista”. Naquele ano, segundo Gennari (2007), foram disponibilizadas 17,2% de ações da empresa, a primeira de uma série de ofertas públicas que iria terminar em 1995 com a completa privatização.

Para Almeida (1989), um dos motivos para a desestatização da BP passava pelo elevado grau de autonomia administrativa e poder de decisão alcançado pela empresa ao longo das décadas de atuação na IP&G. Nesse sentido, a BP fugia da classificação rigorosa de empresa pertencente ao setor público “nacionalizado”, o que em última instância justificou o processo de início da venda de seus ativos ainda no período “pré-Thatcher”. Além disso, mais tarde



el sector petrolero se enfrentó al reto de adaptarse al aumento de precios del crudo y a su volatilidad. Este aumento obligaba a las empresas a buscar un equilibrio entre sus actividades de exploración y producción y de refino para alcanzar una cobertura natural de las variaciones de precios del crudo. Por otro lado, la política de liberalización de precios y mercados, aplicada por la Unión Europea, abarcó asimismo al sector del petróleo. Paralelamente, la liberalización de mercados impulsaba, a su vez, la privatización de las empresas públicas. (Badía, 2008, p. 233)



Em um ambiente de mercado dinâmico, instável e marcado por alterações de ordem política e institucional, não tardou que outras estatais como Repsol (Espanha) e Total (França) também tivessem seus ativos transferidos ao setor privado entre o final dos anos 1980 e o início da década seguinte.

Assim, os processos de privatização bem-sucedidos ocorridos na Europa naquele período foram preponderantes para as mudanças ocorridas nos países latino-americanos, sobretudo, a partir dos anos 1990.



3. O fim do monopólio estatal do petróleo

No final da década de 1980, em uma tendência contrária à lógica neoliberal crescente, a Constituição de 1988 incorporou ao monopólio da União a pesquisa e a lavra de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, questão já regulamentada pela Lei n. 2.004, de 1953. Além disso, a nova Constituição garantiu aos estados da Federação o monopólio da exploração dos serviços locais de gás canalizado. Também estava amparada na Constituição a importação e a exportação dos produtos e dos derivados básicos resultantes das atividades de refino, pesquisa e lavra de petróleo e gás natural. Por fim, foram elevados à condição de monopólio constitucional as atividades de transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional e seus derivados básicos, além do transporte, por meio de dutos, de petróleo bruto, derivados e gás de qualquer origem.

A Constituição de 1988 proibiu os contratos de risco e reafirmou a importância do monopólio estatal em um setor considerado estratégico para o desenvolvimento do país. Em linhas gerais, todas as garantias do controle estatal estabelecidas pela Lei n. 2.004, de 1953, e pela Constituição de 1967 foram mantidas. No entanto, a mudança estava cada vez mais próxima e, na década seguinte, o monopólio estatal do petróleo no Brasil chegaria ao fim.

Desse modo, nos anos 1990, a trajetória da IP&G foi caracterizada por alterações no marco regulatório para responder às novas demandas internas e externas e, sobretudo, para atender as pressões da indústria por uma atividade aberta à participação de agentes privados.

Nesse contexto, o discurso neoliberal não tardou a chegar ao Congresso, e ficavam cada vez mais comuns argumentos em defesa de um programa de desestatização mais robusto que envolveria a Petrobras. Essa tendência ganhou força com a Revisão Constitucional de 1993-1994, em que os representantes da corrente pró-mercado buscaram, sem sucesso, a quebra do monopólio com a privatização. No entanto, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em seguida, a lógica da abertura da IP&G voltaria a ganhar força.

Naquele momento, as empresas estatais eram tratadas por governo, mídia e parte da academia como um empecilho à modernização do Estado. A opinião pública, alheia ao debate ideológico em um contexto de baixa inflação, estava pouco mobilizada para discutir os impactos de uma possível quebra do monopólio da estatal de petróleo.

Assim, em 9 de novembro de 1995, foi publicada a Emenda Constitucional n. 9/95, que trazia em seu conteúdo o fim do monopólio da Petrobras. Mesmo que a privatização não estivesse sendo tratada, ficava clara a posição do governo de reduzir a força da estatal e, por conseguinte, sua importância relativa na indústria.

3.1 Regulação da IP&G pós-Lei n. 9.478, de 1997

O processo de aprovação da Emenda Constitucional n. 9/95 teve início com a proposta de alteração do artigo 177 da Constituição Federal. Anexa ao texto da proposta de emenda, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso a Exposição de Motivos n. 39, em que justificava a necessidade de flexibilização das atividades relacionadas à indústria do petróleo.

Após passar pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Redação, a proposta foi levada à Comissão Especial do Congresso, em que foi submetida à nova redação antes de ser aprovada. Campos (2007) aponta que, dentre as alterações à proposta original, destacam-se aquelas relativas à

- 1) possibilidade de que a abertura das atividades de petróleo fosse estendida a empresas estatais e não apenas às privadas;
- 2) definição por lei federal da estrutura do novo órgão regulador do monopólio do petróleo;
- 3) necessidade de que a emenda fosse regulada por lei federal, vedada a edição de medida provisória para tal finalidade.

Assim, em junho de 1996, chega ao Congresso Nacional o projeto de lei encaminhado pela Presidência da República, com a proposta da nova legislação relativa ao monopólio do petróleo. O projeto previa a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que seria responsável pela gestão do monopólio do petróleo, e do Conselho Nacional de Política do Petróleo (CNPP), substituído na redação final pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A implantação da ANP pelo Decreto n. 2.455, de 14 de janeiro de 1998, trazia um novo modelo de intervenção estatal, baseado em dois princípios:

- 1) aumento na produção de petróleo e gás natural;
- 2) inserção de capitais privados no setor, com o consequente desenvolvimento de uma indústria mais moderna e competitiva.

Assim, após mais de 40 anos de controle estatal do petróleo, o Congresso Nacional chancelou a retirada do monopólio da Constituição. A Lei n. 9.478, de 1997, criou novas bases e diretrizes de organização econômica dos envolvidos na atividade petrolífera.

Como pode ser observado no Quadro 1, a nova legislação, ancorada nas reformas liberalizantes adotadas no período, trouxe à cadeia do petróleo uma nova realidade. Para Zylbersztajn e Agel (2013), adeptos da vertente neoliberal, a flexibilização do monopólio se mostrava fundamental, uma vez que a capacidade econômica da empresa estatal não era capaz de promover a autossuficiência na produção do petróleo. Portanto, limitando o crescimento do setor, bem como o aumento da competitividade da IP&G nacional.

Quadro 1 – Objetivos da abertura de mercado da IP&G	
CRESCIMENTO DO SETOR	GARANTIA DO FORNECIMENTO DE PETRÓLEO
	Maior utilização de gás natural como fonte energética na indústria
	Compartilhamento do risco exploratório, atraindo investimentos privados
AUMENTO DA COMPETITIVIDADE	Incentivo à competição de mercado
	Desenvolvimento e capacitação do mercado de trabalho
	Transferência de tecnologias e melhores práticas

Fonte: Booz & Company (2010).

Para buscar responder a essas demandas, a nova estrutura institucional deu origem a dois regimes distintos, para que o exercício dessas atividades fosse atribuído aos interessados: Regime de Partilha de Produção e Regime de Concessão.

O Regime de Partilha de Produção no Brasil ficou associado a atividades de menor risco e custo de investimento, dado que nesse regime tais custos são assumidos pela empresa contratada e não pela concessionária. No entanto, também são atividades menos nobres na cadeia produtiva, como transporte, refino, importação e exportação de petróleo.

Atividades e segmentos principais como a E&P deveriam passar por processo licitatório e estariam no Regime de Concessão, que em tese apresentaria menor intervenção estatal.

O modelo de concessão adotado pela ANP para execução das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural mostrou possuir os elementos essenciais para garantir a atratividade para o setor em níveis nacional e internacional, tanto com relação à presença de grandes empresas produtoras de petróleo como quanto ao surgimento de novos operadores que se destacaram na participação das licitações realizadas pela ANP. (Zylbersztajn; Agel, 2013, p. 78)

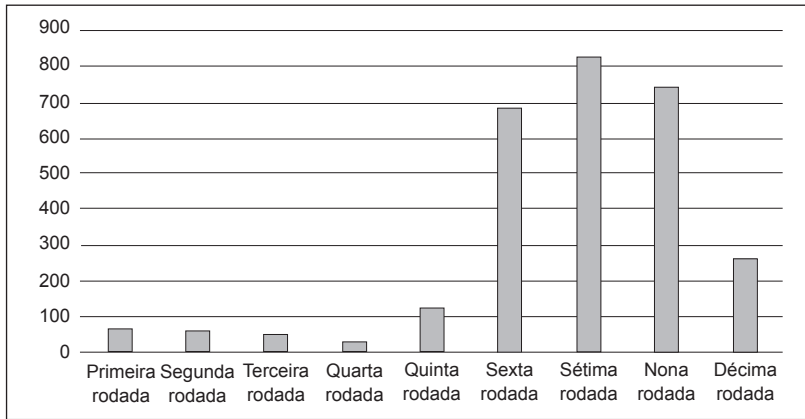
A partir de 1998, seguindo as determinações da Lei n. 9.478, de 1997, tornou-se obrigatória a assinatura de contratos de concessão entre as OCs e a ANP. Esses contratos estabeleceram para as concessionárias, entre outras obrigações, a realização de programas exploratórios mínimos para P&G e o investimento em P, D&I de 1% do faturamento bruto dos campos de petróleo de alta produtividade. Essas obrigatoriedades provocaram impactos significativos no segmento de E&P e no volume investido no processo inovativo, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2.

O Gráfico 1 apresenta a evolução significativa do requisito de investimento mínimo a partir da sexta rodada, chegando a US\$ 829 milhões na sétima. Em que pese a redução de 64,95% do valor mínimo exigido entre a nona e décima rodadas, o valor obrigatório referente a esta última é 793% maior do que o valor exigido na quarta rodada. Ao analisar a média de investimento obrigatório entre a sexta e décima rodadas (2004–2008), tem-se um valor de US\$ 627 milhões por concessionária para um período estipulado de três anos.

Conforme Araújo, Mendes e Costa (2012), a cláusula de investimento mínimo em P&D, explicitada no Gráfico 2, vem de encontro à demanda crescente por eficiência e segurança para a introdução e aperfeiçoamento de novos serviços e equipamentos para E&P de óleo e gás em ambientes com alto grau de complexidade.

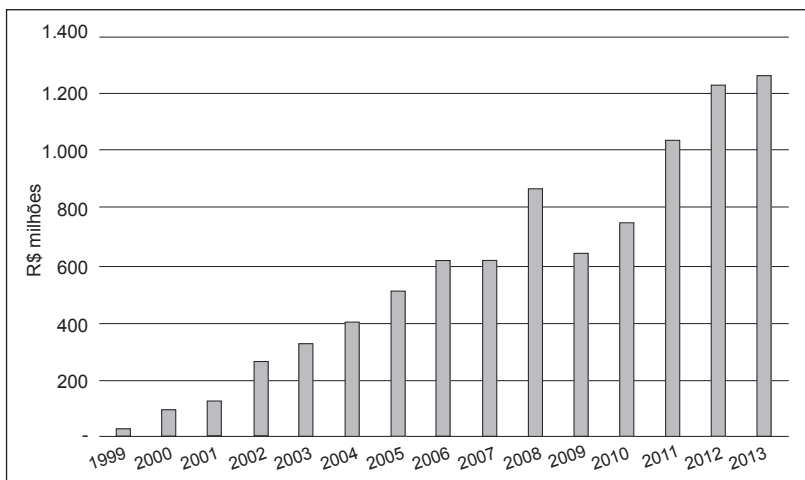
Nesse segmento há significativa demanda por serviços específicos de engenharia para o desenho das estruturas e, em especial, para os projetos básicos de engenharia dos sistemas existentes nas plataformas, sondas e embarcações. Além disso, para a construção, montagem e instalação da in-

Gráfico 1 – Investimento mínimo no primeiro período exploratório (milhões de US\$ em três anos)



Fonte: ANP (2009).

Gráfico 2 – Evolução da obrigação de investimento em P&D, 1999-2013 (em milhões de R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de ANP (2014).

fraestrutura offshore, atividades típicas desse segmento, há estreito relacionamento, por exemplo, com os fornecedores de tecnologia metalúrgica (tubos, flanges e conexões, caldeiraria e siderurgia), bem como com as empresas de serviços de construção e montagem. Tecnologia mecânica, por exemplo, da fabricação de bombas, turbinas a vapor, compressores e motores

a combustão e de grande porte, também é demandada por esse segmento. (Araújo; Mendes; Costa, 2012, p. 240)

Fernández y Fernández (2013) aponta que, em virtude da “cláusula de 1%”, houve um avanço substancial na contratação de projetos de desenvolvimento entre OCs, empresas da cadeia e universidades, sob demanda das necessidades das concessionárias, com foco na solução de gargalos tecnológicos.

O impacto da instituição dos Programas Exploratórios Mínimos para P&G e da cláusula de investimento em P, D&I pode ser sentido no avanço das reservas provadas de petróleo e gás. Conforme BP (2014), ao longo do período 1996 a 2013, as reservas de petróleo no Brasil cresceram 132,83%, passando de 6,7 para 15,6 bilhões de barris. Paralelamente, a produção aumentou 159,16% no mesmo período, passando de 311 milhões de barris para 806 milhões de barris anuais. Com relação aos números referentes ao gás natural, houve um crescimento de 190% nas reservas provadas e 280,36% na produção.

3.2 Repetro

Em um panorama de abertura da IP&G, com o objetivo de atrair empresas estrangeiras para o país, foi criado em 1999 o regime aduaneiro especial para as atividades de E&P – REPETRO –, suspendendo impostos de importação e demais impostos federais na admissão temporária de qualquer bem para atividades de pesquisa e lavra.

O regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (REPETRO) foi instituído em 2 de setembro de 1999 pelo Decreto 3.161, o qual estabelecia sua vigência até 31 de dezembro de 2005. No ano de 2001, sua vigência foi alterada para 31 de dezembro de 2007, e, por fim, em 2004, o regime especial teve sua vigência mais uma vez prorrogada até 31 de dezembro de 2020. (Araújo; Mendes; Costa, 2012, p. 233)

Mesmo que o REPETRO não seja uma política de fomento à cadeia da IP&G, e sim um instrumento complementar em uma ação ou programa mais abrangente, é um elemento indispensável ao estudo da IP&G no Brasil.

Conforme a Receita Federal (2014), o REPETRO suspendeu todos os tributos federais incidentes na importação. Além disso, o novo regime aduaneiro previa

- 1) o regime especial de admissão temporária aos bens exportados com saída ficta do território nacional;
- 2) o regime de *drawback*, na modalidade de suspensão do pagamento dos impostos incidentes, de matérias-primas, de produtos semielaborados de partes e peças, para a produção de bens a serem exportados nos termos do inciso anterior;
- 3) a concessão do regime especial de admissão temporária, quando se tratar de bens estrangeiros ou desnacionalizados que procedam diretamente do exterior.

Inicialmente elaborado para um conjunto de bens principais utilizados na atividade de pesquisa e lavra, o REPETRO foi estendido para cobrir também bens acessórios. Dessa forma, o REPETRO traz à IP&G um novo debate acerca do tipo de política industrial e desenvolvimento industrial que se quer promover no Brasil.

Nesse sentido, o regime, como um instrumento eminentemente técnico, não oferece a subjetividade necessária para que seja um mecanismo incluyente. Ao contrário, suas normas, regras e até exceções fazem com que o regime apresente traços de seletividade.

Para Rappel (2003), em última instância, a adoção do regime representa a abertura de uma brecha na legislação tributária brasileira que facilita a importação de equipamentos adquiridos no exterior, sob o regime de admissão temporária. Assim, os bens de origem nacional – sobre os quais, incidem IPI, ICMS, PIS e COFINS – ficam em situação de desvantagem competitiva, com tributação em torno de 35%, contra a carga tributária “zero” incidente sobre os importados.

De acordo com Araújo, Mendes e Costa (2012), mais de uma década após sua instituição, o REPETRO limitou-se a alguns elos da cadeia. Como consequência aponta-se o benefício de forma direta às OCs, uma vez que estas deixaram de recolher tributos em virtude da modalidade de admissão temporária. Além das OCs, empresas do primeiro elo da cadeia se beneficiam do regime especial, a partir da utilização do instrumento de exportação ficta associada ao *drawback*.

Essas empresas exportam fictamente seus produtos para uma empresa no exterior, subsidiária da operadora que se encontra no país, e esta, por sua vez, retorna também fictamente esse bem por meio da admissão temporária. As demais empresas em elos mais distantes da cadeia, por não contarem com acesso aos instrumentos do REPETRO, acabam enfrentando maiores custos, uma vez que precisam recolher os tributos internos federais e estaduais, e, como consequência, elevando os preços finais de seus produtos. (Araújo; Mendes; Costa, 2012, p. 234)

De Oliveira e Rocha (2006) advogam que o REPETRO apresenta duas grandes dificuldades. A primeira, associada à desoneração de toda a cadeia produtiva. Para os autores, os problemas se iniciam com o fato de os fornecedores da cadeia estarem distribuídos em diversos estados da Federação, criando barreiras de distintas naturezas para a isenção de tributos de competência estadual. A segunda, relacionada à complexidade da legislação. As engenharias tributárias realizadas e interpretações contraditórias da legislação geram incertezas na obtenção de isenções, além de criarem pendências cuja solução demanda tempo e recursos caros às empresas.

Em síntese, é reconhecido que o REPETRO contribuiu para desonerar investimentos na indústria de petróleo e gás. Também é inegável a importância do regime na redução dos custos e na promoção da competitividade das grandes operadoras. Contudo, não podem ser desconsideradas as limitações promovidas pelo regime, sobretudo, na criação de desvantagem competitiva para as empresas dos elos mais periféricos da cadeia da IP&G, ou seja, empresas brasileiras de pequeno e médio portes.

3.3 Política de Conteúdo Local

O processo de abertura da economia e da indústria do petróleo, o fim das barreiras não tarifárias à importação (ver “REPETRO”) e a dificuldade de acesso a crédito em condições favoráveis agravaram a situação das empresas brasileiras da cadeia da IP&G, provocando uma crescente perda de competitividade e, claro, de oportunidades de negócios.

Isso pode ser observado por meio do significativo redirecionamento do suprimento da produção *offshore* para o mercado externo. Conforme Rappel (2003, 2007), das 15 primeiras plataformas flutuantes de

produção adquiridas pela Petrobras no período imediatamente posterior à Lei n. 9.478, de 1997, somente 3 foram construídas no Brasil, com investimentos de US\$ 600 milhões, enquanto 12 foram contratadas de estaleiros no exterior (Cingapura, Holanda, Portugal, Espanha, China, Coreia e Canadá) a um montante de US\$ 2,3 bilhões, com participação nacional pouco expressiva, variando de zero a 20%, um efeito natural de arraste das encomendas de bens e serviços para fornecedores externos.

Desse modo, em que pese a argumentação de Moreira e Corrêa (1997) acerca dos possíveis benefícios da abertura comercial para os setores industriais, para a cadeia da IP&G era preciso mais que exposição à concorrência estrangeira para dinamizar a indústria nacional.

Com o objetivo de corrigir a patente disparidade de condições de competição no mercado de fornecimento de bens e serviços, no processo de licitação para concessão de novas áreas para E&P, a ANP incluiu como critério de julgamento uma pontuação proporcional ao nível de compromisso com o Conteúdo Local (CL) dos projetos de investimento das empresas petrolíferas participantes dos leilões de blocos.

No entanto, nos quatro primeiros leilões realizados pela ANP, entre 1999 e 2002, esse compromisso com CL era voluntário, não havendo qualquer obrigação preestabelecida de que a futura concessionária adquirisse algum percentual mínimo de bens ou serviços brasileiros.

Para Fernández y Fernández (2013), essa flexibilidade era fundamental para manter a integridade do marco regulatório vigente. Na visão do autor, qualquer interferência mais incisiva ou exigência em relação à contratação mínima relacionada ao CL poderia ser considerada uma política puramente protecionista.

O argumento do governo federal, naquele momento, era de que as normas para CL deveriam se limitar a uma ação de apoio à indústria nacional. Assim, a obrigatoriedade de um compromisso mínimo com fornecedores nacionais era encarada como um retrocesso às políticas de reserva de mercado praticadas em décadas anteriores. Além disso, a gestão federal acreditava que a obrigatoriedade feria as regras do mercado e se concretizaria como um desestímulo aos investidores internacionais.

Com a vitória da oposição, mais progressista, nas eleições presidenciais de 2002, e o redirecionamento da política energética, a partir do quinto leilão, em 2003, a ANP alterou a regra referente ao CL, exigindo entre 30% e 70% de produtos e serviços nacionais a depender da localização e atividade vinculada (ver Quadro 2).

Rodada	Ano	ÁGUAS PROFUNDAS		ÁGUAS RASAS < 100 M		TERRA	
		Exploração	Desenvolvimento	Exploração	Desenvolvimento	Exploração	Desenvolvimento
1 a 4	1999-2002	0	0	0	0	0	0
5	2003	30	30	50	60	70	70
6	2004	30	30	50	60	70	70
7	2005	37-55	55-65	51-60	63-70	70-80	77-85
8	2006	37-55	55-65	51-60	63-70	70-80	77-85
9	2007	37-55	55-65	51-60	63-70	70-80	77-85
10	2008	37-55	55-65	51-60	63-70	70-80	77-85
11	2013	37-55	55-65	51-60	63-70	70-80	77-85

Fonte: ANP (2014).

Segundo Rappel (2007), isso foi percebido pelos atores nacionais da cadeia como uma retomada da política industrial para o setor, com o objetivo de ampliar as compras no mercado interno e reduzir a um patamar mínimo as importações de equipamentos e serviços, de forma a aumentar a geração interna de emprego e fortalecer a indústria nacional. Assim, as operadoras vencedoras dos leilões se comprometem, em contrato, ao cumprimento da obrigação de atingir um CL mínimo, e o não cumprimento dessas cláusulas implicam multas a serem estabelecidas pela ANP.

Da mesma forma que o REPETRO, o debate acerca da adoção de cláusulas de obrigatoriedade de CL nos contratos de concessão é polêmico e encontra defensores e detratores. Aqueles que têm uma postura contrária, alegam que tais regras são, antes de tudo, prejudiciais ao desenvolvimento da E&P. Para estes, tal sistema potencialmente torna a cadeia da IP&G ineficiente e deixa o mercado nacional menos competitivo e atraente ao investidor privado.

Os defensores da obrigatoriedade mínima de CL argumentam que tal estratégia força as empresas estrangeiras a nacionalizarem a sua produção e que esses processos beneficiariam empresas locais de menor porte, que ocupam o papel de subfornecedoras, além de favorecer o desenvolvimento de parcerias de produção e P&D.

Sem desconsiderar a importância dessa alteração para a maior participação relativa das empresas nacionais nos projetos da IP&G, o fato é

que a adoção da Política de Conteúdo Local não reduziu a dependência da indústria com relação às empresas estrangeiras para elos importantes da cadeia produtiva, como as atividades relacionadas à E&P.

De acordo Zylbersztajn e Agel (2013), a adoção do critério de CL obrigatório no procedimento licitatório da ANP é contraditória por tratar da importância de estimular a indústria nacional e, ao mesmo tempo, ignorar a incapacidade desta em gerar bens e serviços capazes de atender a demanda do setor de E&P.

Até os dias de hoje há controvérsias quanto à aptidão da indústria nacional de bens e serviços para atender à demanda do setor de exploração e produção nos altos índices comprometidos pelos concessionários. A maior queixa dos concessionários é que a obrigação imposta pelo governo federal para proteger a indústria local acabou por torná-la mais cara do que seus concorrentes internacionais. (Zylbersztajn; Agel, 2013, p. 68)

Para De Oliveira (2008), parte da solução para essas questões está na convergência de políticas industriais com políticas de capacitação tecnológica. Para o autor, no caso brasileiro, não existe alinhamento entre a política industrial e a política tecnológica, porque ambas possuem focos mal definidos. Além disso, a política de compras da Petrobras estaria muito vinculada à ideia de substituição de importações e ocupação do mercado interno a partir da fabricação local.

Essa política não prioriza especializações produtivas apoiadas em vantagens competitivas. Ela não associa conteúdo local, com desenvolvimento tecnológico endógeno. As relações entre a Petrobras e os fornecedores nacionais se limitam às exigências de satisfazer os índices de nacionalização, mas não almejam o desenvolvimento de vantagens competitivas. (De Oliveira, 2008, p. 101)

Desse modo, mesmo que a Política de Conteúdo Local tenha contribuído para aumento significativo da participação das empresas domésticas na cadeia da IP&G, ela não foi capaz de promover os avanços necessários em produtividade e inovação exigidos pelo mercado.

Complementar a isso, as alterações das regras de CL – mínimo e máximo –, bem como das penalizações, dificultam o planejamento de longo prazo das empresas do setor. Aliada a essa questão, o alto custo de certificação

do CL onera o investimento produtivo e faz com que a política enfrente resistência por parte das OCs. Assim, a Política de Conteúdo Local precisa ser complementada por ações direcionadas aos avanços técnicos, científicos e inovativos necessários para atender as demandas dessa indústria.

Conclusões

Este trabalho é uma busca pela compreensão da relevância da atuação do Estado para o desenvolvimento da IP&G no Brasil. Essa indústria foi responsável por elevar o debate de política energética para além das questões relacionadas à capacidade de oferta de combustível e fatores de produção.

Ao tratar da IP&G e seus desdobramentos, faz-se necessário compreender o espectro amplo que se descortina no debate de fundo. Desse modo, é preciso considerar a evolução do setor e a alteração do *status* dos hidrocarbonetos como elementos estratégicos.

Questão fundamental, que corrobora a hipótese apresentada, diz respeito à intensa participação do Estado como elemento ativo nas fases de construção e consolidação da IP&G no Brasil. Seja em relação ao marco regulatório, por meio de investimentos diretos, financiamentos e subsídios, programas de qualificação empresarial e da mão de obra, parceria com centros de pesquisa e universidades, cooperação com empresas privadas nacionais e estrangeiras, criação de centros de pesquisa, alterações em regimes tributários e intensificação da participação nas licitações.

Nesse sentido, ao longo de 50 anos, aperfeiçoamentos na legislação e no marco regulatório, associados a investimentos significativos na Petrobras, Braspetro e CENPES, foram realizados com o objetivo de fazer com que o petróleo e gás natural produzidos no país pudessem garantir uma maior independência em relação à oferta internacional. No entanto, outro elemento importante para a consolidação da IP&G diz respeito à cadeia de fornecedores de bens e serviços de E&P.

Nesse contexto, ciente da relevância crescente dessa indústria, em diferentes momentos da história o Estado assumiu o papel de impulsor da cadeia, para atender, sobretudo, as demandas da Petrobras. Assim, a partir dos anos 1970, a atuação de empresas nacionais em diferentes elos da cadeia passou a ser cada vez mais comum, mesmo que não

houvesse uma regularidade na participação destes nos empreendimentos da estatal.

Contudo, o fim do monopólio nos anos 1990 trouxe a reboque uma nova realidade em relação ao volume de investimentos e demanda por bens e serviços especializados. Esse novo cenário deixou expostas as fragilidades dos fornecedores nacionais da cadeia de E&P.

Em que pese no período do monopólio estatal ter ocorrido o desenvolvimento de uma cadeia local de fornecedores da cadeia de E&P, com capacitações técnicas, tecnológicas e de recursos humanos, sobretudo, na produção *offshore* em águas profundas, os desafios impostos pela perspectiva de aumento da produção pós-1997 fizeram com que o esforço realizado nas décadas anteriores, com relativo sucesso, fosse insuficiente para o novo ambiente produtivo e institucional.

Assim, a atuação do Estado a partir de ações e políticas públicas com o objetivo de fomentar o parque nacional de fornecedores da IP&G passou a ser fundamental mesmo em um modelo de mercado aberto. Nesse sentido, a estruturação da ANP, a criação do REPETRO e adoção da Política de Conteúdo Local, mesmo com as falhas tratadas ao longo do trabalho, podem ser consideradas importantes instrumentos de aprendizado e avanço para a difícil missão de aumentar a participação da indústria nacional nos diferentes elos da cadeia.

Ao longo da história, a ação permanente do Estado mostrou-se importante ao desenvolvimento da IP&G no Brasil e no mundo. Isso pode ser observado na identificação da relevância estratégica do setor desde o período entreguerras; nos movimentos que deram origem à OPEP; na construção de um aparato público a partir da criação e manutenção de importantes empresas estatais, como Petrobras, Pemex (México) e Statoil (Noruega); no financiamento à P&D; na estruturação dos sistemas de regulação setorial etc. Portanto, conclui-se que a atuação estatal garantiu as bases de desenvolvimento dessa indústria no decorrer do século XX e moldou as instituições que darão continuidade à evolução desse setor no século XXI.

A partir das impressões captadas por este trabalho e como um desdobramento deste, pretende-se realizar, em um estudo futuro, a análise avaliativa das ações públicas direcionadas ao desenvolvimento da IP&G no Brasil, pós-Política de Conteúdo Local, em quatro campos temáticos: infraestrutura física e institucional; desenvolvimento da cadeia de valor;

geração e transferência de conhecimento; e desenvolvimento de recursos humanos. Nesse caso, o intuito será compreender o alcance dos avanços e as causas dos limites das políticas públicas de fomento a essa indústria no Brasil.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2008*. Rio de Janeiro, 2009.
- AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2013*. Rio de Janeiro, 2014.
- ARAÚJO, Bruno Plattek; MENDES, André Pompeo do Amaral; COSTA, Ricardo Cunha da. Perspectivas para o desenvolvimento industrial e tecnológico na cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de P&G. In: SOUSA, F. L. (org.). *BNDES 60 anos: perspectivas setoriais*. V. 1. Rio de Janeiro: BNDES, 2012, p. 224-273.
- BADÍA, María Teresa Bosch. Repsol: de empresa pública a multinacional del petróleo. *Información Comercial Española, ICE – Revista de Economía*, n. 842, p. 217-234, 2008.
- BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro: “A Farra do Boi”*. São Paulo: Nobel, 2001.
- BOOZ & Company. *Agenda de competitividade da cadeia produtiva de óleo e gás offshore no Brasil*. Rio de Janeiro: ONIP, ago. 2010.
- BRET-ROUZAUT, Nadine; FAVENNEC, Jean-Pierre. *Petróleo e gás natural: como produzir e a que custo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Synergia, 2011.
- BRITISH Petroleum (BP). *Statistical Review of World Energy 2014* (arquivo Excel). Disponível em <<http://www.bp.com/en/global/corporate/about-bp/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/2014-in-review.html>>. Acesso em 10/5/2015.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti. *Indústria do petróleo: reestruturação sul-americana nos anos 90*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.
- CHANG, Ha-Joon. Institutions and economic development: theory, policy and history. *Journal of Institutional Economics*, v. 7, n. 4, p. 473-498, 2011.
- DE ALMEIDA, Márcio Wohlers. Uma reavaliação das privatizações em países europeus. *Análise Econômica*, v. 7, n. 12, p. 63-90, nov. 1989.
- DE OLIVEIRA, Adilson (coord.). *Indústria parapetrolífera brasileira: competitividade, desafios e oportunidades*. Rio de Janeiro: PROMINP, 2008.
- DE OLIVEIRA, Adilson; ROCHA, Frederico. *Estudo da competitividade da indústria brasileira de bens e serviços do setor de P&G – conclusões e recomendações de política*. Rio de Janeiro: PROMINP, 2006.
- FERNÁNDEZY FERNÁNDEZ, Eloi. Indústria nacional de bens e serviços nos arranjos produtivos do setor de óleo e gás natural no Brasil. In: GIAMBIAGI, Fabio; LUCAS, Luiz Paulo Vellozo (orgs.). *Petróleo – reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 104-122.



- GENNARI, Adilson Marques. Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra. V CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 2007, Bruxelas. Disponível em <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/HIST-RI/HIST-RI-2-GENNARI.pdf>>.
- LIMA, Haroldo. *Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual*. Rio de Janeiro: Synergia, 2008.
- MARQUES, Rafael. Os trilhos da nova sociologia econômica. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (orgs.). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta, 2003, p. 1-67.
- MOREIRA, Maurício Mesquita; CORRÊA, Paulo Guilherme. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2 (66), p. 61-91, abr.-jun. 1997.
- PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz et al. Economia da indústria do petróleo. In: PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz (org.). *Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 43-128.
- PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007, p. 15-34.
- PIRES, Paulo Valois. *A evolução do monopólio estatal do petróleo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- RAPPEL, Eduardo. Oportunidades e desafios do parque nacional de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e gás. In: PIQUET, Rosélia (org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2003, p. 95-124.
- RAPPEL, Eduardo. Tendências do setor de petróleo e gás no Brasil: oportunidades e desafios para os fornecedores de bens e serviços. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs.). *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007, p. 111-198.
- RECEITA Federal. *Regimes aduaneiros especiais/REPETRO*. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Ministério da Fazenda, 2014. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/legisassunto/repetro.htm>>. Acesso em 2/1/2015.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. V. 1. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 56-121.
- SUZIGAN, Wilson. Experiência histórica de política industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, 16 (1), p. 5-20, jan.-mar. 1996.
- TESTA, Mario. *Pensamiento estratégico, lógica de programación, estrategia y programación*. Buenos Aires, 1986, mimeo.
- TOLMASQUIM, Maurício Tiomno; PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz (orgs.). *Marcos regulatórios da indústria mundial do petróleo*. Rio de Janeiro: Synergia, 2011.
- VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- ZYLBERSZTAJN, David; AGEL, Sonia. A reforma do setor de petróleo de 1997: racionalidade, concepção e implantação. In: GIAMBIAGI, Fabio; LUCAS, Luiz Paulo Vellozo (orgs.). *Petróleo – reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 55-80.



homenagem *in memoriam*

werner baer, a economia e os economistas brasileiros werner baer, the economy and the brazilian economists

Armando Dalla Costa*

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Conheci o professor Werner Baer em 2011, quando estive no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, no Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Naquela ocasião conversamos rapidamente, ele fez uma conferência aos alunos e uma longa reunião com os professores. Depois disso, acabou nosso contato, sem que ninguém de nosso programa, tanto alunos quanto professores, fosse para a University of Illinois at Urbana-Champaign trabalhar com ele.

Chegou 2014 e o professor voltou a Curitiba, e novamente estive em nosso programa, “meio chateado” conosco porque ninguém foi para sua Universidade. Conversamos a respeito e me propus a passar um tempo trabalhando com ele. Após trâmites burocráticos e conseguir bolsa da CAPES por três meses, na modalidade Estágio Sênior, fui àquela Universidade, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Nessa ocasião pude conviver no dia a dia com o Werner.

* Doutor pela Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle, 1997); pós-doutor pela Université de Picardie Jules Vernes, Amiens (2008) e pelo Department of Economics and Lemann Institute for Brazilian Studies, da University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos (2015-2016); professor associado no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná; presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (2011-2013); bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. *E-mail:* ajdcosta@uol.com.br

Submetido/aceito: 1º de junho de 2016.

Essa convivência me mostrou diversas facetas de sua personalidade. Ele era uma pessoa aberta. Recebia com gentileza e elegância cada novo brasileiro que se dispusesse a estudar e conhecer o Brasil e seu processo de desenvolvimento econômico. Independentemente de onde isso acontecesse. Logo na primeira semana, convidou-me para almoçarmos juntos e apresentou-me outro casal de brasileiros que estudava lá¹. Depois disso, os convites para almoços e jantares se repetiram várias vezes, ao longo dos três meses. Sempre ele convidava outros brasileiros para estarem juntos e podermos trocar experiências com ele que, invariavelmente, fazia questão de falar em português.

Meu estágio sênior foi realizado no Department of Economics e no Lemann Institute for Brazilian Studies, ambos da University of Illinois at Urbana-Champaign. O professor Werner indicou-me para trabalhar no Regional Economics Application Laboratory (REAL), um dos grupos de pesquisa do Departamento de Economia. Trabalhávamos, nesse grupo, cerca de 42 estrangeiros, todos numa sala, com acesso à Internet. O grupo organizava a apresentação de 2 trabalhos por semana, com um debatedor para cada *paper*². Havia cerca de 12 brasileiros no grupo, a maioria indicados e supervisionados por Werner Baer.

Ele era exigente. Assim que cheguei, já na primeira semana me pediu para avaliar um artigo que ele estava escrevendo em parceria com o Joseph Love, intitulado “Brazil’s Embracer: institutional entrepreneurship”. Fiquei meio sem graça de criticar e fazer sugestões num artigo de um de meus ídolos em termos de produção científica e estudos a respeito da economia brasileira e seu desenvolvimento econômico. Aceitando o convite, li com atenção e fiz críticas e sugestões. Ele gostou tanto das críticas como das sugestões e disse que as levaria em consideração para melhorar o artigo, o que mostra que, até três meses antes de morrer, aos 85 anos, ainda estava aberto para o novo, para o aprendizado, para a melhoria de seus textos.

¹ Joanna Alexopoulos, professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Marcelo Bego, doutorando.

² No dia 3 de fevereiro de 2016, apresentei no REAL um seminário intitulado “Multinationals from emerging countries: internationalization of Brazilian companies between 1970 to 2013”, texto debatido por uma professora do departamento de economia da University of Tokyo.

Mas também era exigente em relação àqueles que se dispunham a trabalhar com ele. O Lemann Institute for Brazilian Studies organiza seminários, como uma de suas atividades para conhecer e/ou divulgar estudos sobre o Brasil. Nesse contexto apresentei, no dia 26 de fevereiro de 2016, o artigo “Bunge and its first fiftieth in Brazil 1905-1955”, escrito em parceria com Gustavo Pereira da Silva. Ele foi à apresentação com o texto impresso, todo rabiscado e assistiu com atenção. No final, mostrou-se animado e disse que eu era “um bom orador”. No agradecimento que fiz a ele pela estadia por *e-mail*, enviado no dia 1º de março, pedi que fizesse a gentileza de comentar o texto apresentado. No dia 7 de março, ele me respondeu a mensagem, desculpando-se pela demora na resposta porque disse estar pensando como poderíamos melhorar o texto. Pois bem, ele me enviou 14 sugestões de como melhorar o artigo!

Werner Baer era um trabalhador incansável. Eu saí de Urbana no dia 28 de fevereiro, um sábado. No dia anterior ainda fui almoçar com ele e o Marcelo Bucheli, professor no departamento de história da University of Illinois at Urbana-Champaign. Durante mais de duas horas, discutimos a possibilidade de organizarmos um *workshop* a respeito de Investimento Direto Estrangeiro e Multinacionais no Brasil, a ser realizado no Lemann Institut for Brazilian Studies. Antes de voltar a Curitiba, combinamos que ele viria fazer uma conferência no PPGDE da UFPR, no dia 21 de junho de 2016. Após a conferência, combinei que o levaria até Blumenau e Pomerode, em Santa Catarina, porque ele queria conhecer alguma pequena cidade alemã, uma vez que falava bem alemão. Ele conhecia nosso país mais que a maioria dos brasileiros, inclusive várias cidades de interior de praticamente todos os estados. Em Santa Catarina, no entanto, só conhecia Florianópolis.

“Werner Baer teve papel extraordinário no trânsito de ideias acadêmicas entre o Brasil e o resto do mundo, além da já tão enfatizada contribuição para a formação de economistas brasileiros e no apoio a centros acadêmicos nacionais.”³ Atuando como brasilianista desde a década de 1960, foi responsável pela difusão de ideias geradas fora do Brasil para nossos ambientes acadêmicos e, inversamente, na apresentação de ideias

³ Alexandre Rands, economista, Ph.D. pela University of Illinois, presidente da Datamétrica e do *Diário de Pernambuco*. Disponível em <www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/opiniao...>. Acesso em 5/4/2016.

desenvolvidas aqui para a academia americana e mundial. Empenhou-se, incansavelmente, no apoio a economistas brasileiros para apresentarem contribuições acadêmicas no exterior, seja em livros, artigos ou palestras e, inversamente, no apoio a acadêmicos estrangeiros a estudarem o Brasil e a interajam com brasileiros.

Para Clóvis Cavalcanti⁴, outra faceta de Werner Baer foi incentivar e ajudar perseguidos políticos. Graças a ele, Celso Furtado conseguiu uma bolsa de doutorado como professor visitante em Yale University, onde Werner era professor. O mesmo procedimento fez com relação a Luciano Coutinho, atual presidente do BNDES, ameaçado pelo AI-5 em 1969. Convidou-o para fazer doutorado na Vanderbilt University (EUA), para onde se mudara de Yale University em 1967. Comportamento semelhante teve em relação a José Almino de Alencar, filho mais velho de Miguel Arraes.

Werner Baer começou a estudar o Brasil desde que se doutorou em Harvard, em 1958. Ligou-se à então Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialmente aos economistas Annibal Villela (1926-2000) e Mário Henrique Simonsen (1935-1997). Lecionou e fez palestras em diversas universidades, praticamente em todos os estados do Brasil, e fazia questão de vir ao país todos os anos para acompanhar de perto o andamento da economia e das instituições nacionais. Tanto é que já tinha alugado apartamento no Rio de Janeiro, para os meses de junho e julho de 2016, de onde viria fazer conferência em nosso programa de pós-graduação.

Teve uma longa e produtiva carreira acadêmica. Foi *teaching fellow* na Harvard University, 1955-1958. Na mesma Harvard University, foi *instructor* entre 1958-1961. Depois foi *assistant professor* em Yale University, entre 1961-1965, de onde se transferiu para Vanderbilt University, entre 1965-1969, onde foi *associate professor*, passando a *professor* na mesma universidade entre 1969-1974. Finalmente, transferiu-se para Urbana-Champaign, na University of Illinois, onde permaneceu como *professor* daquela data até 31 de março de 2016, quando faleceu. Só nessa última universidade trabalhou por 42 anos seguidos. Apesar de já ter 85 anos de idade, ainda lecionava na graduação e na pós-graduação, orientava

⁴ Presidente da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE). Disponível em <www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/opiniaio...>. Acesso em 5/4/2016.

muitos alunos e acompanhava – de perto – as atividades do Lemann Institute for Brazilian Studies.

Aliás, Urbana-Champaign teve o privilégio de sediar o Lemann Institute for Brazilian Studies porque Werner conhecia Jorge Paulo Lemann desde que estudaram juntos em Harvard, nos anos 1950. Desde então permaneceram amigos e, quando este foi convidado a colaborar para a formação de um centro que possibilitasse estudos sobre o Brasil, a cidade escolhida foi onde Werner morava, lecionava e pesquisava. O Lemann Institute for Brazilian Studies

- 1) pesquisa a realidade brasileira de maneira ampla. A divulgação desses trabalhos pode ser verificada em <www.clacs.illinois.edu/lemann/lecture.aspx>, onde consta a programação dos seminários, com *abstract* de cada texto;
- 2) divulga o Brasil nos Estados Unidos, através desses seminários, convidando artistas e grandes personalidades nacionais a falarem na UIUC, e ensinando português do Brasil, na University of Illinois, aos alunos de graduação e pós-graduação;
- 3) convida brasileiros a passarem um tempo na University of Illinois, à qual está vinculado. Podem se candidatar e ir para lá alunos de graduação, pós-graduação (doutorado completo), doutorado sanduíche, pós-doutorado (informações em <www.clacs.illinois.edu/lemann/bsmp/faculty.aspx>).

O professor Werner pesquisava sobre a industrialização latino-americana e suas consequências, o processo de privatização na América Latina e a economia brasileira e latino-americana. Lecionava economia internacional, economias latino-americanas, economia do desenvolvimento e macroeconomia. Também foi “consulting to the World Bank, Ford Foundation, Brazilian Planning Ministry, U.S. Information Agency, and U.S. State Department”⁵.

Escreveu e publicou sobretudo a respeito de economia brasileira, com destaque para análises de longo prazo e buscando entender aspectos de crescimento e desenvolvimento. Interessou-se pelo processo de industrialização do país, cujos resultados podem ser consultados em dois

⁵ Disponível em <<http://faculty.las.illinois.edu/wbaer/>>. Acesso em 5/5/2016.



textos principais, além de inúmeros artigos e capítulos de livros: *The development of the Brazilian steel industry*⁶, no qual Werner fala sobre o desenvolvimento tardio dessa indústria no país, que se deu, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial. O autor analisa o impacto da indústria do ferro e aço na economia brasileira, sua produtividade e a eficácia dos custos de produção. Ele também discute a eficiência do padrão de localização dessa indústria e projeta o padrão futuro de oferta e demanda para o aço brasileiro no mercado mundial. Sua análise baseia-se em fontes primárias, em dados estatísticos oficiais, consultados e organizados na sua permanência no país, entre 1965 e 1968.

O segundo texto sobre o tema, *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*⁷, foi reeditado diversas vezes. Nele, o autor afirma que “foi somente depois da II Guerra Mundial que o Brasil empenhou-se em um surto de industrialização deliberado, geral e continuado, que alterou acentuadamente a estrutura de sua economia” (Baer, 1988, p. 9). O objetivo desse volumoso livro é examinar o processo de industrialização do Brasil, com destaque para o período que se inicia na década de 1940. O autor trata, no entanto, das fases prévias de industrialização, que tiveram sua origem ainda no final do século XIX, até no final da primeira década do século XXI. Destaca a importância e a influência da industrialização no processo de desenvolvimento econômico nacional.

Sua principal obra a respeito do país é, no entanto, *The Brazilian economy. growth & development*⁸. Este é um texto clássico, lido normalmente nos cursos de graduação e pós-graduação pela imensa maioria dos economistas e demais estudiosos do Brasil. O autor divide o trabalho em duas grandes partes. Na primeira, que ele chama de “Trajetória histórica”, faz um retrospecto da evolução histórica da economia nacional, iniciando pelo período colonial e vindo até a primeira década do século XXI. Trata-se de um texto de cerca de 200 páginas, analisando os principais temas da evolução da economia brasileira nesses 500 anos de história. A

⁶ Werner Baer, *The development of the Brazilian steel industry*, Nashville: Vanderbilt University Press, 1969.

⁷ Werner, Baer, *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*, 7. ed., aum., trad. Paulo de Almeida Rodrigues, Rio de Janeiro: FGV, 1988.

⁸ Werner Baer, *The Brazilian economy. Growth & development*, 7. ed., Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2014. Última versão em português: Werner Baer, *A economia brasileira*, 2. ed., rev., ampl., atual., São Paulo: Nobel, 2002.



segunda parte do livro é dedicada à análise de temas específicos, tais como o setor externo da economia, o comércio e os investimentos diretos estrangeiros; as mudanças no setor público e o impacto das privatizações; os desequilíbrios regionais; o setor agrícola; o impacto do desenvolvimento sobre o meio ambiente; entre outros. Trata-se, portanto, de um livro que é útil tanto para uma análise geral, como para o tratamento de temas específicos.

Equilibrado, Werner Baer analisava o Brasil sem cair em exageros simplistas. Afirmava, no *blog* *Brasilianismo*⁹: “acho que o Brasil negligenciou a educação, sem investir na qualidade do ensino. Acho que falta pesquisa e desenvolvimento e o governo precisa trabalhar sobre isso”.

Em outro trecho dizia:

uma das minhas principais dúvidas era relacionada à baixa taxa de investimentos. O caso do Brasil é notório por ter uma relação entre PIB e investimentos que flutuava entre 15% e 19%, e isso é extremamente baixo, especialmente quando comparado com os países asiáticos, onde as taxas são entre 35% e 40%. A questão era saber como o Brasil ia conseguir crescer de forma acelerada, acima de 7%, no longo prazo, sem aumentar os investimentos.

Werner Baer era um economista heterodoxo, mas não distinguia as pessoas pela forma de pensar ou pela corrente de pensamento econômico seguida. Trabalhava com todos. Além de formar gerações de economistas, também atuava na construção de instituições. Uma de suas últimas e importantes contribuições foi ter viabilizado o Lemann Institute for Brazilian Studies, em Urbana-Champaign, ligado à University of Illinois, como descrevemos acima. Termino com parte da mensagem que se encontra na página principal dessa instituição, em homenagem a ele:

Baer was a critical interlocutor on Brazil's economy, but he was even more a gifted and committed mentor who trained generations of students. The lifelong ties he sustained with those whom he trained has helped make the University of Illinois a unique center for studies of Brazil. Through his life-long friendship with Jorge Paulo Lemann, the Lemann Institute for

⁹ Em 2 de abril de 2016, Daniel Buarque, que entrevistou Werner Baer por duas ocasiões, num espaço de tempo de dez anos, recolheu uma série de impressões e respostas a questões a respeito da economia brasileira.

Brazilian Studies was endowed her in 2009. The hive of activity among students, visiting scholars and faculty around the programs of the Lemann Institute bears the imprint of Werner's passion for the study of Brazil, and the generosity of spirit he bore as a teacher and mentor.

He was currently at work on a study of the manners in which key institutions worked within Brazil's specific context, editing a new book, *Institutional Case Studies of Brazil's Economy*. When he recently wrote about this collaboration with colleagues at Illinois and in Brazil, he described the volume with words we might also use to describe him: "the volume as a whole tells us about Brazil".

Diretrizes para Autores

I - Normas para submissão

Os trabalhos devem ser submetidos através do sistema Open Journal System (OJS) disponível aos autores depois de efetuado o cadastro no endereço <http://www.abphe.org.br/revista> e também enviados por email para hehe.abphe@gmail.com

Os trabalhos devem ter no máximo 30 páginas e estar escrito em português, inglês ou espanhol.

Os trabalhos devem ser gravados em programas compatíveis com o ambiente Windows e conter título, resumo e cinco palavras-chave em português e inglês. Trabalhos submetidos em outros idiomas que não o português devem conter título, resumo e 5 palavras-chave no idioma da submissão e em português.

O resumo não deve ultrapassar 10 linhas.

Textos: devem seguir as seguintes especificações: fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5

Tabelas: devem vir em arquivos Word, inseridas no texto.

Gráficos e planilhas: devem vir inseridos no texto e em arquivo Excel em anexo quando da submissão.

Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral: devem vir inseridos no texto e em arquivo anexo quando da submissão. As imagens digitalizadas devem ter resolução mínima de 600 dpi reais (não interpolados), em tamanho natural e salvas em formato JPEG e em cores RGB. Cromos ou slides devem ter resolução mínima de 2.500 dpi reais (não interpolados). Materiais provenientes de câmeras digitais devem ter resolução mínima de 3 megapixels sem compressão (módulo high definition)]

Todas as **tabelas, gráficos, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral** devem vir numeradas, acompanhadas de legendas e indicação de fonte (de acordo com as normas para citação).

Notas: devem ser restritas ao mínimo indispensável, inseridas como notas de rodapé. A menção a documentos ou a obras citadas deverá constar no item Referências e não nas notas.

II - Diretrizes para elaboração das citações e das referências

Fontes:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 07 p.

II.1 - Citações

Todas as citações de obras em outros idiomas devem ser traduzidas para o idioma do texto submetido; a inclusão do trecho original em nota é opcional.

Nas **chamadas** no texto devem constar apenas o sobrenome e a data.

Nas **citações** diretas devem constar o sobrenome, a data e a(s) página(s) de onde as citações foram retiradas.

Citação direta com menos de 3 linhas

Exemplo:

Segundo Furtado, a desvalorização cambial estimulou a atividade industrial interna [...] “foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta” (Furtado, 1974, p. 204).

Citação com mais de 3 linhas: deve ser retirado do texto, com recuo de 2 cm na margem esquerda, fonte menor (11), espaçamento simples, sem aspas.

Exemplo:

Encarada sob esta perspectiva, isto é, à luz dos objetos mercantis que impulsionaram a expansão ultramarina, compreende-se por que, durante mais de um quarto de século, a descoberta do Brasil tenha permanecido um episódio de importância secundária para os portugueses. (Canabrava, 2005, p. 41)

II.2 - Referências

Nas **referências** a livros, dissertações, teses, artigos e similares devem constar todas as informações bibliográficas.

Para um, dois e três autores, mencionar **sobrenome**, Nome (para todos eles e separados por ponto e vírgula). Para mais de três autores mencionar **sobrenome**, Nome et al.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor, elas devem estar ordenadas cronologicamente por ano de publicação.

Para obras coletivas o(s) nome(s) do(s) organizador(es) substitui o auto e deve ser seguido pela abreviação correspondente entre parênteses: (org.) ou (ed.) ou (coord.)

Se o autor é desconhecido a referência inicia-se com o **título** da obra (só a primeira palavra do título e eventualmente o artigo que o acompanha devem estar em maiúsculas).

Se o autor é uma instituição que também edita a obra, o nome da editora não deve ser repetido.

Os nomes das cidades devem ser grafados como no original: New York (não Nova Iorque).

Eventuais informações adicionais podem ser registradas no final de cada referência.

Referências de fontes e documentos:

A forma geral, quando possível, deve seguir o modelo **sobrenome**, Nome. Título (ou tipo) do documento. Data do documento. Informações descritivas do documento, informações de localização do documento.

Alternativamente as fontes podem ser classificadas em “Manuscritas” (e organizadas por acervo) e “Impressas” (apresentadas em ordem alfabética de autor como as Referências bibliográficas). Ver como exemplo o artigo de Bruno Aidar no volume 2013.2

Referências de material obtido na Internet:

Seguir as normas acima e acrescentar as informações Disponível em seguido do endereço http. Acesso em dd/mm/aaaa

III - Exemplos de elaboração de referências e citações

Exemplo 1

nas referências:

FURTADO, Celso. *Economia colonial nos séculos XVI e XVII*. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.

em chamada à referência no texto: Furtado (2001).

em citação direta: (Furtado, 2001, p. x-y)

Exemplo 2

nas referências:

LAGO, Luiz Antônio Correa do; ALMEIDA, Fernando Lopes de; LIMA, Beatriz Mello Flores de. *A indústria brasileira de bens de capital*. Origens, situação recente, perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Documentação, 1979.

em chamada à referência no texto: Lago, Almeida e Lima (1979).

em citação direta: (Lago, Almeida e Lima, 1979, p. x-y).

Exemplo 3

Livros - mais de três autores

nas referências:

SOBRENOME, Nome et al. *Título do livro*. Complemento do título do livro. Local: Editora, ano de publicação.

em chamada à referência no texto: Sobrenome et al. (ano)

em citação direta: (Sobrenome et al. ano, p. x-y)

Exemplo 4

Capítulo de livro:

nas referências:

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana – 1899-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 73-104.

em chamada à referência no texto: Abreu (1990)

em citação direta: (Abreu, 1990, p. 74-75).

Exemplo 5

Artigo em periódico:

nas referências:

LEVY, Maria-Bárbara e SAES, Flávio Azevedo Marques de. Dívida externa brasileira, 1850-1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 4., n. 1, p. 48-91, 2001.

em chamada à referência no texto: Levy e Saes (2001).

em citação direta: (Levy e Saes, 2001, p. 50-51)

Exemplo 6

Quando o autor é uma associação ou empresa:

nas referências:

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL (CCBB). *Antes: histórias da pré-história*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil. 2004

em chamada à referência no texto: CCBB (2004).

em citação direta: (CCBB, 2004, p. 50-51)

Exemplo 7

Quando o autor é um órgão público:

nas referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Aids no Brasil: um esforço conjunto governo sociedade*. Brasília: Ministério da Saúde. 1998

em chamada à referência no texto: Brasil (1998)

em citação direta: (Brasil, 1998, p. 13-14)

Exemplo 8

Jornais quando não há autor:

nas referências:

JORNAL O Estado de São Paulo (OESP). Editorial. 12 de setembro de 2010, caderno A, p. 2

em chamada à referência no texto: OESP (2010).

em citação direta: (OESP, 2010, p. 13-14)

Exemplo 9

Trabalho completo ou resumo apresentado em congresso:

nas referências:

SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly. História econômica do período colonial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1, 2002, São Paulo. Resumo: Coletânea de textos apresentados. São Paulo: EDUSP-Hucitec, 2002.

em chamada à referência no texto: Szmrecsányi (2013)

em citação direta: (Szmrecsányi, 2013, p. x-y)

Exemplo 10

Se a instituição é o autor da obra e também o editor:

nas referências:

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). *Amazônia: Bibliografia, 1614-1962*. Rio de Janeiro, 1963-1972.

em chamada à referência no texto: IBBD (1972).

em citação direta: (IBBD, 1972, p. 103-111)

Exemplo 11

Material disponível na internet:

nas referências:

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. *Como fazer referências bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos*. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>. Acesso em 20 fevereiro 2014.

em chamada à referência no texto: Alves e Arruda (1972).

em citação direta: (Alves e Arruda, 1972, p. 3)

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O texto apresentado está desidentificado

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo. Isto exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:

1. Os autores do documento excluíram do texto nomes, substituindo com "Autor" e o ano em referências e notas de rodapé, em vez de nomes de autores, título do artigo, etc.
2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.
3. Em PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

7. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".



SÓCIOS HONORÁRIOS

Alice Piffer Canabrava
in memoriam

Annibal Villanova Villela
in memoriam

Celso Furtado
in memoriam

Charles R. Boxer
in memoriam

Eulália Maria Lahmeyer Lobo
in memoriam

Frédéric Mauro
in memoriam

Jacob Gorender
in memoriam

Manoel Correia de Andrade
in memoriam

Nelson Werneck Sodré
in memoriam

Roberto Cortés Conde

SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

Adalton Franciozo Diniz

Adalberto de Carvalho Graciano

Ademir Gebara

Afonso de Alencastro Graça Filho

Agnaldo Valentin

Alcides Goularti Filho

Alexandra Maria Pereira

Alexandre Macchione Saes

Alexandre Mendes Cunha

Alexandre Queiroz Guimarães

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Amaury Patrick Gremaud

Amilcar Baiardi

Ana Cláudia Caputo

Ana Lucia Nunes Penha

Ana Paula Sobreira Bezerra

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez

Anderson José Pires

André Arruda Villela

André Filippe de Mello e Paiva

Andre Luiz Passos Santos

Angelo Alves Carrara

Armando João Dalla Costa

Ary Cesar Minella

Augusto Fagundes
da Silva dos Santos

Beatriz Duarte Lanna

Benedicto Heloiz Nascimento

Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Kocher

Bruno Aidar Costa

Bruno Fernandes Mamede

Bruno Giovanni Chequin

Caio da Silva Batista

Carla Maria Carvalho de Almeida

Carlo Guimarães Monti

Carlos Alberto Campello Ribeiro

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carlos Augusto de Castro Bastos

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Carlos Eduardo Ferreira de
Carvalho

Carlos Eduardo Suprinyak

Carlos Eduardo Valência Villa

Carlos Gabriel Guimarães

Carlos Gilberto de Sousa Martins

Carlos Henrique
Lopes Rodrigues

Carolina Miranda Cavalcante

Cézar Teixeira Honorato

Cesare Giuseppe Galvan

Charles Achcar Chelala

Claudia Alessandra Tessari

Claudia Heller

Cláudia Maria do Socorro Cruz
Fernandes Chelala

Cláudia Musa Fay

Daniel do Val Cosentino

Daniel Feldmann

Daniilo Barolo M. da Lima

Denise Mattos Monteiro

Diego de Cambraia Martins

Domingos Savio da Cunha Garcia

Dulce Portilho Maciel

Ebenezer Pereira Couto

Edison Antônio de Souza

Edneila Rodrigues Chaves

Edson Trajano Vieira

Eduardo Barros Mariutti

Eduardo da Motta e Albuquerque

Eduardo Girão Santiago

Einstein Almeida Ferreira Paniago

Elena Soihet

Eliana Lamberti

Eliana Tadeu Terzi

Elione Silva Guimarães

Elisa Maria de Oliveira Müller

Elisabeth von der Weid

Emma Elisabete Rodrigues Camillo

Erika da Cunha Ferreira Gomes

Fábio Alexandre dos Santos

Fábio Antônio Campos

Fábio Carlos da Silva

Fábio de Silos Sá Earp

Fábio Farias de Moraes

Fábio Ferreira Ribeiro

Fábio Pesavento

Fábio Ricci

Fábio Robson Casara Cavalcante

Fábio Rogério Cassimiro Correa

Fania Fridman

Fausto Saretta

Felipe Pereira Loureiro

Fernando Antonio Abrahão

Fernando Carlos Greenhalgh de
Cerqueira Lima

Fernando Cézar de Macedo
Mota

Fernando da Matta Machado

Fernando Franco Netto

Fernando Gaudereto Lamas

Fernando Henrique do Vale

Fernando Tadeu de
Miranda Borges

Flávio Azevedo Marques de Saes

Flávio Rabelo Versiani

Francisco Eduardo de Andrade

Francisco Luiz Corsi

Francisco Vidal Luna

Geneci Guimarães de Oliveira

Glaudsonor Gomes Barbosa

Guilherme Babo Sedlacek

Guilherme Barreto
Bacellar Pereira

Guilherme Costa Delgado

Guilherme Grandi

Gustavo Acioli Lopes





Gustavo de Barros	Katia Franciele Corrêa Borges	Maximiliano M. Menz
Gustavo Pereira da Silva	Kleber Eduardo Men	Michel Deliberali Marson
Hamilton Afonso de Oliveira	Lafaiete Santos Neves	Milena Fernandes de Oliveira
Heitor Pinto de Moura Filho	Laurent Azevedo Marques de Saes	Mônica de Souza Nunes Martins
Helena Carvalho de Lorenzo	Leandro Braga de Andrade	Natalia Vargas Escobar
Heloisa Helena Pacheco Cardoso	Leandro do Carmo Quintão	Natânia Silva Ferreira
Hernan Enrique Lara Sáez	Lelio Luiz de Oliveira	Nelson Mendes Cantarino
Hernani Maia Costa	Leonardo Antonio	Nelson Nozoe
Hilário Domingues Neto	Santín Gardenal	Orlando José Bolçone
Hildete Pereira de	Liara Darabas Ronçani	Oscar Graeff Siqueira
Melo Hermes de Araújo	Ligia Maria Osório Silva	Ovídio Batista Valadao Neto
Horácio Gutiérrez	Lucas Araújo Carvalho	Palmira Petratti Teixeira
Hugo Eduardo Araujo da	Luciana Suarez Lopes	Paula Chaves Teixeira Pinto
Gama Cerqueira	Luís Augusto Ebling Farinatti	Paulo Cesar Gonçalves
Irene Nogueira de Rezende	Luiz Felipe Bruzzi Curi	Paulo Coelho Mesquita Santos
Ismênia de Lima Martins	Luís Frederico Barreto Rodrigues	Paulo Roberto Cimó Queiroz
Ivan Colangelo Salomão	Luis Otávio Pano Tasso	Paulo Roberto de Almeida
Ivan da Costa Marques	Luiz Carlos Delorme Prado	Pedro Antonio Vieira
Ivanil Nunes	Luiz Carlos Soares	Pedro Cezar Dutra Fonseca
Jacques Marcovitch	Luiz Eduardo Simões de Souza	Pedro Paulo Zahluth Bastos
Jaques Kerstenzky	Luiz Fernando Saraiva	Pedro Ramos
Jeanesley Charles de Lima	Luiz Mateus da Silva Ferreira	Pérola Maria Goldfeder e Castro
João Antonio de Paula	Luzia Monteiro Araújo Soares	Ramón Vicente García
João Rodrigues Neto	Marcel Pereira da Silva	Fernández
Jocimar Lomba Albanex	Marcelo Augusto Monteiro	Raquel Glezer
Jonis Freire	de Carvalho	Regina Maria D'Aquino
Jorge Enrique Mendoza Posada	Marcelo Magalhães Godoy	Fonseca Gadelha
Jorge Luiz da Cunha	Márcia Naomi Kuniochi	Renata Stadter de Almeida
José Alberto Bandeira Ramos	Marcílio Alves Chiacchio	Renato Leite Marcondes
José Flávio Motta	Márcio Luis Souza Marchetti	Renato Perim Colistete
José Haroldo Aguiar Junior	Marcos Lobato Martins	Ricardo Zimbrão Afonso
José Jobson de Andrade Arruda	Maria Alice Rosa Ribeiro	de Paula
José Jonas Almeida	Maria Antonieta	Rita de Cássia da Silva Almico
José Lannes de Melo	Parahyba Leopoldi	Roberson Campos de Oliveira
José Ricardo Barbosa Gonçalves	Maria Christina Siqueira de	Roberto Borges Martins
José Roberto Barsotti Baldin	Souza Campos	Roberto Pereira Silva
José Roberto Novaes de Almeida	Maria Heloisa Lenz	Rodrigo da Costa Dominguez
José Sebastião Witter	Maria Isabel Basílico	Rodrigo Fontanari
Josemir Camilo de Melo	Celia Danielli	Rogério Naques Faleiros
Josué Modesto dos	Maria José Rapassi Mascarenhas	Rogério Vial
Passos Subrinho	Maria Lucia Lamounier	Rômulo Garcia de Andrade
Juanito Alexandre Vieira	Maria Lucilia Viveiros Araújo	Ronaldo Herrlein Júnior
Juliano Giassi Goularti	Maria Sylvia Macchione Saes	Rosana de Melo Louro
Julio Cesar Bellingieri	Maria Teresa Andrade	Rosângela de Lima Vieira
Julio Cesar Zorzenon Costa	Ribeiro de Oliveira	Rosângela Ferreira Leite
Julio Manuel Pires	Maria Thereza Miguel Peres	Rubens Rogério Sawaya
Jussara França de Azevedo	Mário Danieli Neto	Rui Guilherme Granziera
	Mario Marcos Sampaio Rodarte	



Sérgio Marley Modesto Monteiro

Sérgio Tadeu de
Niemeyer Lamarão

Silvia Fernanda de
Mendonça Figueiroa

Simeia de Nazaré Lopes

Solange Regina Marin

Sonia Regina de Mendonça

Stephen Anthony de Castro

Suzana Cristina Fernandes
de Paiva

Sylvio Mário Puga Ferreira

Talita Alves de Messias

Tânia Maria Ferreira de Souza

Tatiana Pedro Colla Belanga

Teresa Cristina de
Novaes Marques

Thiago Alvarenga de Oliveira

Thiago de Novaes França

Thiago Fontelas Rosado Gambi

Thiago Marques Mandarin

Thomas Victor Conti

Tomás Rafael Cruz Cáceres

Vera Lucia Amaral Ferlini

Victor Manoel Pelaez Alvarez

Walter Luiz Carneiro de
Mattos Pereira

Wilma Peres Costa

Wilson Suzigan

Wilson Vieira

Wolfgang Lenk

Zoia Vilar Campos

História econômica & história de empresas / Associação
Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. – Vol.1
(1998) –. – São Paulo:
ABPHE, 1998–

Semestral
ISSN 1519-3314

tiragem desta edição: 200 exemplares

publicação da

© ABPHE — Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
Esta Revista está sendo indexada pelo *Journal of Economic Literature*, nas versões
electronic on line e *CD-Rom*.

pedidos de números avulsos e de assinaturas

devem ser encaminhados à Secretaria da ABPHE:

ABPHE

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000 – Padre Vítor

Varginha – Minas Gerais – Brasil

CEP 37048-395

hehe.abphe@gmail.com – www.abphe.org.br/revista

Aos cuidados de Bruno Aidar

